

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



MUTIRÃO X ORGANICIDADE

REFLEXÕES SOBRE OS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO COLETIVA DOS HABITATS
DOS ASSENTAMENTOS RURAIS COORDENADOS PELO MST NO RN

Autora: Cecília Marilaine Rego de Medeiros

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Amadja Henrique Borges

NATAL-RN

2016

CECÍLIA MARILAINÉ REGO DE MEDEIROS

MUTIRÃO X ORGANICIDADE

**REFLEXÕES SOBRE OS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO COLETIVA DOS HABITATS
DOS ASSENTAMENTOS RURAIS COORDENADOS PELO MST NO RN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na Área de concentração: Urbanização, projetos e políticas físico-territoriais e Área de pesquisa: Política e projeto da habitação social, como requisito para a obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Amadja Henrique Borges

NATAL-RN

2016

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte / Biblioteca Setorial de Arquitetura.

Medeiros, Cecília Marilaine Rego de.

Mutirão x Organicidade: reflexões sobre os processos de construção coletiva dos habitats dos assentamentos rurais coordenados pelo MST no RN/ Cecília Marilaine Rego de Medeiros. – Natal, RN, 2013.

160f. : il.

Orientadora: Amadja Henrique Borges.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Departamento de Arquitetura.

1. Habitação social no campo – Arquitetura – Dissertação. 2. Assessoria técnica – Dissertação. 3. Mutirão – Dissertação. 4. Assentamentos rurais – Dissertação. 5. MST - Dissertação. 6. Organicidade - Dissertação. I. Borges, Amadja Henrique. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/BSE15

CDU 728

CECÍLIA MARILAINÉ REGO DE MEDEIROS

MUTIRÃO X ORGANICIDADE

**REFLEXÕES SOBRE OS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO COLETIVA DOS HABITATS
DOS ASSENTAMENTOS RURAIS COORDENADOS PELO MST NO RN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na Área de concentração: Urbanização, projetos e políticas físico-territoriais e Área de pesquisa: Política e projeto da habitação social, como requisito para a obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 26 de setembro de 2013

NATAL-RN

Professora Dr^a. Amadja Henrique Borges

PPGAU/UFRN – Orientadora

Professora Dr^a. Maria Dulce P. Bentes Sobrinha

PPGAU/UFRN – Membro examinador interno

Professora Dr^a. Irene Alves de Paiva

PPGCS/UFRN – Membro examinador externo

Professor Dr. João Marcos de Almeida Lopes

IAU/USP – Membro examinador externo

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos Pedro e João,
por compartilharem as emoções desta minha formação
desde quando ainda estavam em meu ventre.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho só foi possível graças ao apoio de pessoas muito importantes, que participaram direta e indiretamente do processo:

Agradeço à minha família pelo incentivo e apoio incondicional, em especial meus pais (eu não teria dado um passo nesse caminho, não fosse à dedicação de vocês). Meus irmãos Lucas, pela infindável influência, e Sara, pela companhia insubstituível (como foi difícil continuar com você distante). Meu querido companheiro Kleiton, por me apoiar em todas as minhas decisões, ainda que se sobrecarregando na maioria das vezes, e por me mostrar que existem muitos limites a serem superados e outros, respeitados. E meus filhos, pela centelha de alegria que animou meu coração nos momentos mais angustiantes (espero que não sintam tanto os tempos em que não consegui manter o meu estado mais amoroso).

À minha orientadora, coordenadora e amiga Amadja Henrique Borges, sempre disponível e paciente frente às minhas muitas dificuldades, pela presença e incentivo ao longo de toda minha caminhada na vida acadêmica, desde a graduação. Um agradecimento muito especial pela insistência quando desisti de fazer a seleção do mestrado e quando desisti de concluir a dissertação (você sempre me convence de que é possível).

Aos professores, pesquisadores e bolsistas integrantes do Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat – GERAH, que foram companheiros durante esses nove anos de vinculação (cada um de vocês foi essencial neste trabalho). Aos professores, pesquisadores e bolsistas do Grupo de Estudos e Práticas Educativas em Movimento – GEPEM, especialmente a Ramiro, pelas orientações muito importantes.

Aos Professores Dulce Bentes, Irene Paiva e João Marcos Almeida, pela dedicação, disponibilidade e grandes contribuições para esta pesquisa.

Aos demais professores e funcionários do PPGAU, pela cooperação e incentivo, muito especialmente a Ênia e Gleice.

Aos amigos que compreenderam minha ausência ao longo desse período dedicado à pesquisa. Aos colegas da pós-graduação, com quem dividi as angústias dessa etapa. E àquelas amigas que foram muito marcantes nesse período da minha vida: Andrea Vianna, pelo presente que é a sua amizade e pelos muitos aprendizados desde o nosso primeiro encontro; Sarah Andrade, pelo apoio fundamental na finalização do trabalho; Adriana Araújo, que tanto me ensinou sobre

prática política e profissional, além de compartilhar inúmeros momentos de descontração; e a Cândida, pelo estímulo sincero e amoroso que me fortaleceu em diversos momentos.

A Danielle Maia, pelo apoio e dedicação no acompanhamento desse processo, mostrando-me um oportuno caminho de crescimento pessoal.

Abro ainda um parágrafo para agradecer a pessoas especiais, que torceram muito para que esse ciclo se concretizasse: Beatriz, Ednalda, Elisa, Jéssica, Maíra, Tânia, Tathiana e Jefferson.

Aos assentados, militantes e dirigentes do MST pelos muitos aprendizados nesses nove anos de vivência, especialmente nos assentamentos Maria da Paz e Resistência Potiguar 1, minha escola, e o Bernardo Marim e Roseli Nunes, minha prática.

E à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES, pela concessão da bolsa de estudos, fundamental para a realização deste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação trata da relação entre os processos de construção coletiva dos habitats – mutirões - dos assentamentos rurais coordenados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e a sua organicidade, tendo como referências quatro experiências assessoradas pelo GERAH/UFRN no RN, durante o período de 2003 a 2012. Visa contribuir para a compreensão da importância desses mutirões para a organicidade nos assentamentos, com a efetiva participação das suas bases na condução das lutas e conquistas. A partir daí, avaliam-se as possibilidades da utilização deste tipo de procedimento por um movimento cujos objetivos não estão limitados à conquista de moradias dignas, mas que extrapolam com demandas ligadas à questão histórica da Reforma Agrária. Ao mesmo tempo em que os assentamentos coordenados pelo MST mudam seu sistema de organização de Núcleos de Base para Associações, no RN o Movimento tem seus quadros de militância e direção desestruturados, dificultando o acompanhamento desses processos coletivos. Buscando abarcar esse quadro, o referencial teórico-metodológico baseia-se na pesquisa participante e nos fundamentos da sociologia da cotidianidade de Henri Lefebvre e a sua perspectiva dialética. Com estratégia de reflexão fundamentada no método regressivo-progressivo, analisam-se dois assentamentos organizados originalmente em Núcleos de Base e atualmente em associações, cujas habitações estão sendo construídas com recursos do INCRA e da CEF desde 2008. As demais experiências analisadas foram em dois outros assentamentos, que tiveram suas habitações construídas entre 2004 e 2005 apenas com recursos do INCRA. Nesse contexto, a pesquisa investiga se o processo de construção coletiva dos habitats dos assentamentos rurais coordenados pelo MST contribui para a organicidade do grupo beneficiário e de que forma isso ocorre.

Palavras-chave: Habitação social no campo, assessoria técnica, processos de construção coletiva dos habitats, mutirão, MST, assentamentos rurais, organicidade.

RESUMÉ

Ce travail relate le processus de construction collective des habitats ruraux coordonnés par le MST et son organicité, en prenant comme références quatre expériences assistées par GERAH / UFRN dans le RN, au cours des années 2003 et 2012. La dissertation contribue avec la compréhension de l'importance des mutirões pour l'organicité des agglomérations, avec la participation active de leurs bases d'organisation dans la conduite des luttes et des réalisations. Par la suite, nous évaluons les possibilités d'utilisation de ce type de procédure par un mouvement dont les objectifs ne sont pas limités à la réalisation des logements décentes, mais ils extrapolent avec des exigences liées à la question historique de la réforme agraire. Alors que les agglomérations coordonnées par le MST changent leur système d'organisation en passant de noyaux base pour les associations, le Mouvement dans le RN a ses groupes de militantisme et sa direction désorganisés, ce qui rend difficile de assister ces processus collectifs. Dans ce cadre, les références théoriques et méthodologiques sont basées sur la recherche participative et les fondements de la sociologie de la vie quotidienne d'Henri Lefebvre et son point de vue dialectique. Avec la stratégie de réflexion basé sur la méthode régressive-progressive, nous analysons deux agglomérations initialement organisées dans le mode de noyaux de base et maintenant dans le mode d'associations, dont les logements sont construites avec des fonds de l'INCRA et de la CEF depuis 2008. Les autres deux expériences ont été analysés dans agglomérations, qui ont eu leurs habitations construites entre 2004 et 2005, financées seulement avec les ressources de l'INCRA. Dans ce contexte, la recherche enquête si le processus de construction collective des habitats ruraux coordonné par le MST contribue à l'organicité du groupe cible et comment cela se produit.

Mots-clés: Le logement social dans la campagne, l'assistance technique, mutirão, MST, les agglomérations rurales, organicité.

ABSTRACT

This master thesis deals with the interrelation among the processes of collective construction of habitats of rural settlements coordinated by the MST (the Landless Rural Workers' Movement in Brazil) and its organicity, based on the leading references of four experiments advised by the research group GERAH, from the Federal University of Rio Grande do Norte, during the period 2003 to 2012. This theme has a purpose to contribute to the understanding of the importance of these community efforts for the organicity in the rural settlements, by the effective involvement of their leaders in the conduction of the struggles and achievements. From there, the research looks for to evaluate the possibilities of uses of this type of procedure by a movement whose goals are not limited to the achievement of worthy homes, but to extrapolate with demands related to the historical question of Land Reform. While the settlements coordinated by MST change their system of organization Nucleus of Basis for Associations, the Movement in the state of Rio Grande do Norte undergoes changes with the disruption of his staff of militancy and direction, facing difficulties in monitoring these collective processes. To cover this scenario, the theoretical and methodological framework is based on participatory research and the foundations of the sociology of everyday life of Henri Lefebvre and his dialectical perspective. With a strategy of reflection based on regressiveprogressive method, we analyze two settlements originally organized in Nucleus of Basis that became in associations, whose homes are being built with funds from INCRA (the National Agency of Land Reform) and CEF (a federal brazilian bank) since 2008. The other practices of collective construction experienced by Movement happened in two other settlements, organized from Nucleus of Basis, who had their homes built between 2004 and 2005 with funds from INCRA. In this context, this research investigates if the process of collective construction of habitats in rural settlements coordinated by MST contributes to the organic nature of the target group and how this occurs.

Keywords: Social housing in the countryside, technical assistance, community effort, MST, rural settlements, organicity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de espacialização dos assentamentos acompanhados pelo MST no RN no ano de 2012.....	30
Figura 2: Municípios onde estão localizados os assentamentos analisados.....	31
Figura 3: Localização do Município de Pureza e Assentamento Bernardo Marim	65
Figura 4: Localização do assentamento Bernardo Marim em relação aos centros urbanos mais próximos.....	66
Figura 5: Habitat do pré-assentamento Bernardo Marim.....	67
Figura 6: Localização dos habitats no momento do acampamento, pré-assentamento e implantação do habitat definitivo.....	69
Figura 7: Imagem aérea da implantação do habitat concentrado do assentamento Bernardo Marim conforme projeto e localização dos barracos do pré-assentamento	70
Figura 8: Imagem aérea ampliada do habitat do pré-assentamento Bernardo Marim	70
Figura 9: Ilustração do projeto da habitação do assentamento Bernardo Marim aprovado pelas famílias.....	71
Figura 10: Ilustração do projeto da habitação do assentamento Bernardo Marim com alterações exigidas pela CEF.....	71
Figura 11: Ilustração do projeto da habitação do assentamento Bernardo Marim alterado pelo GERAH.....	71
Figura 12: Parcelamento do assentamento Bernardo Marim.....	72
Figura 13: Esquema do planejamento do habitat do assentamento Bernardo Marim.....	73
Figura 14: Momentos de reunião com o MST e GERAH.....	74
Figura 16: Acompanhamento da etapa de locação das moradias do assentamento Bernardo Marim.....	76
Figura 17: Acompanhamento da etapa de supraestrutura.....	76
Figura 18: Moradia do assentamento Bernardo Marim em fase de acabamento.....	76
Figura 19: de localização do Município de Ielmo Marinho e Assentamento Roseli Nunes.....	79
Figura 20: Localização do assentamento Roseli Nunes em relação aos centros urbanos mais próximos.....	80
Figura 21: Entrada do assentamento Roseli Nunes.....	82
Figura 22: Habitat do pré-assentamento, estruturado ao longo da via de entrada.....	82
Figura 23: Escola construída no pré-assentamento.....	82
Figura 24: Sombra do juazeiro localizado na entrada do pré-assentamento - local onde ocorriam as reuniões.....	82

Figura 25: Assembleia de apresentação e discussão dos projetos.....	83
Figura 26: Apreciação do projeto da habitação pelas famílias.....	83
Figura 27: Esquema da proposta de projeto para o habitat do assentamento Roseli Nunes.	83
Figura 28: Localização dos habitats no momento do acampamento, pré-assentamento e implantação do habitat definitivo.....	84
Figura 29: Ilustração do projeto da habitação para o assentamento Roseli Nunes	85
Figura 30: Ilustração do projeto da habitação do assentamento Roseli Nunes definido para contratação.	86
Figura 31: Esquema de reconfiguração do habitat do assentamento Roseli Nunes.	88
Figura 32: Parcelamento do assentamento Roseli Nunes.....	89
Figura 33: Ilustração do sistema de tratamento do esgoto das habitações do assentamento Roseli Nunes.	90
Figura 34: Proposta de readequação do sistema de tratamento de esgoto das habitações do assentamento Roseli Nunes.....	90
Figura 35: Acompanhamento do mutirão do assentamento.	92
Figura 36: Mutirantes pré-fabricando estruturas para as moradias do assentamento Roseli Nunes.	93
Figura 37: Acompanhamento da cobertura das moradias.	93
Figura 38: Mapa de localização do município de João Câmara e o assentamento Maria da Paz. 95	
Figura 39: Localização do assentamento Maria da Paz em relação aos centros urbanos mais próximos.....	96
Figura 40: Projeto da habitação do assentamento Maria da Paz discutido e aprovado pelas famílias.....	97
Figura 41: Projeto da habitação do assentamento Maria da Paz alterado durante a execução a pedido dos assentados.	97
Figura 42: : Projeto do habitat do assentamento Maria da Paz..	97
Figura 43: Imagem aérea do habitat do assentamento Maria da Paz.	97
Figura 44: Parcelamento do solo do assentamento Maria da Paz.	99
Figura 45: Apresentação do projeto da moradia do assentamento Maria da Paz por uma assentada	100
Figura 46: Mutirão do assentamento Maria da Paz durante a execução das fundações das moradias	100
Figura 47: Mutirão para construção do sistema de tratamento de esgoto do assentamento Maria da Paz	101

Figura 48: Mapa de localização do Município de Ceará Mirim e o assentamento Resistência Potiguar 1	102
Figura 49: Localização do assentamento Resistência Potiguar 1 em relação aos centros urbanos mais próximos.	102
Figura 50: Proposta de parcelamento do solo elaborado pela arquiteta e urbanista Vivianne Soares, com a com o acompanhamento do GERAH, para o assentamento Resistência Potiguar 1.	103
Figura 51: Habitat do acampamento e pré-assentamento Resistência Potiguar 1.....	104
Figura 52: Oficina para elaboração do projeto do habitat para o assentamento Resistência Potiguar 1	104
Figura 53: Projeto da habitação do assentamento Resistência Potiguar 1	105
Figura 54: Projeto do habitat do assentamento Resistência Potiguar 1.....	105
Figura 55: Imagem aérea do habitat do assentamento Resistência Potiguar 1.....	105
Figura 56: Acompanhamento da etapa de fundação das moradias do assentamento Resistência Potiguar 1	106
Figura 57: Mutirante trabalhando na etapa de alvenaria das moradias do assentamento Resistência Potiguar	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Linha do tempo dos momentos dos assentamentos analisados e do período de atuação do GERAH.....	35
Quadro 2: Valores destinados para a construção das habitações através do Programa de Crédito Instalação (modalidade Aquisição de Materiais de Construção) aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária.....	42
Quadro 3: Linha do tempo/histórico dos momentos do assentamento Bernardo Marim.....	66
Quadro 4: Linha do tempo/histórico do assentamento Roseli Nunes.	81
Quadro 5: Associações do Assentamento Roseli Nunes.....	91

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AESCA - Associação Estadual de Cooperação Agrícola do RN

ATES - Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária

CEF - Caixa Econômica Federal

COOPROTERRA - Cooperativa Mista de Produção e Trabalho da Reforma Agrária

FETRAF - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

GERAH - Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat

GIDURNA - Gerência de Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal

HABIS - Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PA - Projetos de Assentamentos Rurais

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PPGAU - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

UFScar - Universidade Federal de São Carlos

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

USP - Universidade de São Carlos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. A UNIVERSIDADE SE VOLTA PARA O HABITAT DO CAMPO	22
2. A RELAÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	30
3. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS TEÓRICAS E EMPÍRICAS	37
3.1. O habitat e o habitar	37
3.2. Sobre o MST, os acampamentos e assentamentos rurais	38
3.3. Habitação de interesse social no campo	41
3.4. Autogestão na construção da moradia.....	44
3.5. A organicidade nos acampamentos e assentamentos coordenados pelo MST.....	51
3.6. A dimensão cotidiana dos assentamentos rurais	54
4. OS MUTIRÕES ASSISTIDOS NOS ASSENTAMENTOS DO RN	59
4.1. A (difícil) construção coletiva das moradias dos assentamentos rurais diante da sua nova forma organizativa – as associações.....	61
4.1.1. O mutirão no assentamento Bernardo Marim	65
4.1.2. O mutirão no assentamento Roseli Nunes.....	79
4.2. Lições do vivido: uma reflexão sobre a coletividade na construção das moradias em assentamentos organizados em Núcleos de Base	94
5. AS POSSIBILIDADES QUE SE ANUNCIAM.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	114
ANEXOS.....	118

INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata da relação entre os processos de construção coletiva dos habitats dos assentamentos rurais coordenados pelo MST e a sua organicidade. A pesquisa investiga se o processo de construção das moradias em mutirão assistido contribui com a organicidade do grupo beneficiário e de que forma isso ocorre.

O interesse pela temática abordada nesta pesquisa dá continuidade ao nosso processo de formação acadêmica. Durante a graduação, nossa participação em projetos de pesquisa e extensão universitária junto ao Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat (GERAH), do Departamento de Arquitetura (DARQ) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), possibilitou o entendimento sobre a temática da habitação de interesse social no campo e, por conseguinte, de processos de construção de habitats específicos à realidade dos movimentos sociais por Reforma Agrária, questões estas que normalmente não são consideradas nos currículos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e que são o ponto de partida deste trabalho.

A importância do tema compartilha com as propostas e deliberações da Carta Brasileira para o Habitat II (FNA, 1996), apresentada na Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, realizada em Istambul, em 1996, que recomenda a aproximação entre os objetivos dos que trabalham com a Reforma Urbana e a Reforma Agrária, sem, contudo, minimizar suas especificidades. Com a Lei 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura às famílias de baixa renda, residentes em áreas urbanas ou rurais, assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, crescem as expectativas da importância de sua aplicação. No texto da Lei, fica claro que a assistência técnica pode ser oferecida diretamente às famílias ou a grupos organizados que as representem e deve ser feita através de convênios ou termos de parceria que objetivem a formulação de metodologias de caráter participativo e a democratização do conhecimento (BRASIL, 2008). Essa condição abre possibilidades para propostas que priorizam iniciativas implantadas sob regime de mutirão, no entanto, não as garante.

Se, por um lado, há um histórico acumulado de experiências participativas e de construção coletiva de habitações populares nas cidades, no campo elas são poucas e suas especificidades pouco conhecidas. A organização de habitats dos assentamentos rurais, por exemplo, tem finalidades práticas diferentes daquelas que se estabelecem nos espaços urbanos, o que aponta para uma necessidade de reflexão por parte dos arquitetos e urbanistas sobre essa realidade. Sua

compreensão é essencial para que princípios, diretrizes, parâmetros e partidos arquitetônicos sejam adequados a esse tipo de habitat, que reúne trabalhadores rurais, oriundos de movimentos de cunho popular, formados por pessoas de diferentes origens, com trajetórias culturais e políticas nem sempre semelhantes, ou seja, uma forma de organização característica e complexa (BORGES *et al.*, 2006).

Quanto ao processo de construção coletiva de habitações – o mutirão, como um sistema de produção baseado na ajuda mútua, teve seu papel destacado em momentos importantes da organização dos trabalhadores. No contexto urbano, de acordo com Lopes e Rizek (in ABIKO e COELHO, 2006), o histórico da produção habitacional realizada a partir desta modalidade no Brasil pode ser representado por três matrizes importantes: em Fortaleza-CE, onde já em 1959 tem início um movimento organizado em torno do problema da moradia; em Belo Horizonte-MG, a partir da implantação de um programa criado pelo governo daquele Estado, em 1979; e em São Paulo, em 1984, quando o Movimento inicia vários mutirões e promove o 1º Encontro de Movimentos de Moradia: por Cooperativismo, Ajuda Mútua e Autogestão.

Abiko e Coelho (2006) descrevem três fases evolutivas dessa prática: a primeira, em meados dos anos 1970, marcada pela sua implantação como política pública, por meio de programas federais de financiamento – que adotou a autoconstrução e o mutirão como alternativas para a produção habitacional a partir da incorporação dos beneficiários como mão de obra para os empreendimentos; a segunda fase, de 1982 a 1989, caracterizada pela institucionalização desses processos, com seu reconhecimento e apoio do poder público através de novos programas; e a terceira fase, a partir de 1989, com práticas diferenciadas na cidade de São Paulo, onde foram introduzidas as referências das experiências de cooperativas habitacionais uruguaias e a participação de assessorias técnicas no apoio das associações comunitárias de moradores, sobretudo para a autogestão daqueles processos, e quando também, a partir de governos populares como o de Luiza Erundina, o modelo participativo passou a ser referência de política pública e teve um papel fundamental na melhoria das condições de habitabilidade de grupos sociais (BONDUKI, 1992; 1993; e 1996).

Atualmente, este assunto tem sido prioritário nas discussões dos Movimentos por Moradia na América Latina, confirmado no Encontro Latino-Americano de Moradia Popular¹, organizado

¹ O 12º. Encontro Latino Americano de Moradia Popular e do Seminário Latino Americano de Moradia Popular, ocorreu de 9 a 14 de junho, em Recife-Pernambuco. O Encontro reuniu cerca de 250 lideranças de movimentos populares de moradia dos 5 países membros (Argentina, Uruguai, Venezuela, Peru e Brasil) e de 10 países convidados (Paraguai, Bolívia, Equador, Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Chile, México, Costa Rica e Republica Dominicana). Os debates focaram três eixos: Autogestão, Propriedade Coletiva e mutirão. Também tratou da

pela União Nacional por Moradia Popular (UNMP), realizado em Pernambuco, em 2009. O evento voltou-se para a discussão dos desafios da organização popular frente às políticas públicas, tendo como foco três eixos básicos dessa temática: autogestão, propriedade coletiva e mutirão. Na ocasião, foi realizado um balanço das políticas de habitação e solo urbano na América Latina, abordando temas como propriedade cooperativa, regularização fundiária e autogestão; acesso digno à terra urbanizada; organização do pós-ocupação; gestão social e econômica da produção da moradia; o lugar da autogestão nas políticas de habitação; ferramentas de luta por terra e moradia; e avanços e limites na participação popular e gestão democrática.

No mundo rural, a forma de trabalho coletivo mais utilizada é o mutirão, mas com conotações diferenciadas: resume-se a reuniões com vizinhos e/ou familiares para realização de trabalhos para alguém que necessita do serviço (CÂNDIDO, 1982). Trabalhos como colheita, roçada, limpeza, construção de casa, eram os mais comuns. São, portanto, atividades coletivas historicamente vivenciadas pelos agricultores, que ocorriam em momentos específicos e com características marcantes: tratava-se da ajuda mútua voluntária.

Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o mutirão é uma prática coletiva consolidada, base de sua prática em todos os seus processos organizativos. Seja como meio de solucionar problemas estruturais ou econômicos determinados pela dificuldade de realização das tarefas de trabalho diário, como plantio, limpeza, colheita, construção, reforma de cercas, ocupações, ou na formação de coletivos de organização política. Para Lacerda e Malagoci (2007), este tipo de processo simples, realizado nos espaços de práticas do Movimento, deve ser encarado como um empreendimento social, com um forte potencial gerador de formas mais complexas e elaboradas de cooperação.

A incorporação da cooperação pelos assentados também ocorre a partir de formas simples, como a troca de dias de trabalho:

[...] as formas não podem ser rígidas, devem ser variáveis. Podem ser formas mais simples, como um mutirão, em que os vizinhos combinam uma atividade conjunta para todo mundo fazer. Às vezes apenas trocando dias de serviço, sem nenhum pagamento, nenhum ganho material (...). Há desde formas mais simples

de ajuda mútua, que já fazem parte da tradição camponesa, até formas mais complexas (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p. 100).

As formas de trabalho coletivo são várias e no que se refere à sua utilização na construção das moradias dos assentamentos por um movimento do campo, as compreensões e incompreensões ainda são diversas. Direções e bases do MST têm diferentes concepções, teorias e práticas repletas de contradições e limitações, sobretudo pela dificuldade de acompanhamento das bases por parte de seus militantes. Como resultado, muitas experiências, como as analisadas nesta pesquisa, são permeadas de conflitos que envolvem, por exemplo, as diferentes formas de saber técnico e popular, a impossibilidade de viabilização das obras, dadas as condições exigidas pelos agentes financiadores, ou mesmo os conflitos de interesses entre os sujeitos do grupo. Entendemos, no entanto, que a partir da compreensão dessas contradições, novas possibilidades podem ser criadas e redimensionadas, de acordo com a amplitude dos sonhos, dos desejos de mudança e do poder de organicidade dos agentes envolvidos (BORGES *et al*, 2010).

Nossa experiência com processos de mutirão habitacional no campo se estabeleceu no acompanhamento da construção dos habitats dos assentamentos rurais coordenados pelo MST no RN, assessorados pelo GERAH, onde pudemos verificar os limites e as potencialidades desse processo: em 2004, junto ao assentamento Maria da Paz, localizado no município de João Câmara; em 2005, no assentamento Resistência Potiguar 1, em Ceará Mirim; e, desde 2008, nos assentamentos Bernardo Marim, em Pureza, e Roseli Nunes, em Ielmo Marinho.

Também participamos de experiências cuja situação específica contribuiu em muito para a compreensão da problemática da precariedade das habitações de assentamentos rurais do RN: quando trabalhamos no levantamento e elaboração de soluções e dossiês para a reforma e ampliação das moradias de antigos assentamentos do Estado, entre 2007 e 2008; além da assessoria no planejamento, projeto e capacitação para a construção de habitações para militantes no Centro de Formação e Capacitação do MST Patativa do Assaré, a serem construídas com o intuito de se estabelecer uma referência de construção não convencional no Estado, experiência que apontou diversas incompreensões e contradições da militância do MST no que se refere à importância dada à moradia, e, sobretudo, à participação desses no trabalho coletivo (MEDEIROS, 2009)².

Dando continuidade a essa formação, este trabalho objetiva contribuir para a compreensão da importância do processo de construção coletiva das habitações nos assentamentos para a

² Trata-se do nosso Trabalho Final de Graduação, desenvolvido entre 2008 e 2009.

organicidade do Movimento, fazendo uma reflexão a respeito da temática, e, a partir daí, avaliando as possibilidades deste tipo de procedimento ser utilizado por movimentos e organizações cujos objetivos principais não são a moradia.

O histórico da nossa formação, como pode ser observado, teve uma base fundamentada na experiência prática da vivência nos canteiros de obra para a construção das habitações nos assentamentos. Esta pesquisa reflete, portanto, esse desenvolvimento do conhecimento centrado na prática, do ponto de vista técnico e também reflexivo, na medida em que envolve práticas sociais e políticas. Por esse motivo, esta dissertação se organiza a partir da aproximação da realidade: do método, que busca focar nossa questão problema, ao referencial teórico, estabelecido em grande parte a partir de reflexões sobre outras experiências.

O método construído para a pesquisa busca estabelecer uma análise dialética do objeto. Fundamenta-se, assim, na pesquisa participante (BRANDÃO, 1981; e 1987; BRANDÃO e STRECK, 2006) e na sociologia da cotidianidade, através do método regressivo-progressivo de Lefebvre (1958; 1961; e 1970). Estabelece-se, dessa forma, o recorte da totalidade que envolve o universo dos assentamentos rurais, o MST e a sua organicidade, para observar o potencial dos procedimentos de construção coletiva de seus habitats como continuidade no processo de conscientização dos assentados. Determinam-se também elementos de análise que representam as partes essenciais desse todo e que se relacionam com o objeto de estudo: ao mutirão para a construção das habitações e à organicidade, assim como à estrutura e as relações existentes em cada caso, destacando-se os conflitos e os resultados. Trata-se, portanto, de uma reflexão propositiva: a compreensão da problemática busca uma resposta aos enfrentamentos pelos quais passam os assentados, o Movimento e a assessoria técnica nas quatro experiências em questão.

A estrutura desta dissertação se estabelece a partir da sua problemática, no capítulo intitulado *A universidade se volta para o habitat do campo*, que trata da totalidade que envolve o objeto de pesquisa. Em seguida discutimos o método utilizado para a análise, amparado na relação entre a teoria e a prática. No capítulo seguinte pautamos as principais referências teóricas e empíricas relativas à temática: o habitat e o habitar; o MST, os acampamentos e assentamentos rurais; a habitação de interesse social no campo; a autogestão na construção da moradia; a organicidade do MST; e a dimensão cotidiana dos assentamentos rurais. O quarto capítulo descreve o universo dos mutirões assistidos nos assentamentos do RN, inicialmente com base nas experiências dos assentamentos organizados em associações e, em seguida, uma reflexão sobre a coletividade na construção das moradias em assentamentos organizados em Núcleos de Base. O quinto capítulo, intitulado *As possibilidades que se anunciam*, reflete sobre as possibilidades vislumbradas a

partir da análise do caso dos quatro assentamentos, entendendo que: “a crítica não vem da teoria, mas da práxis” (LEFEBVRE, 1961, p. 140, tradução nossa).

1. A UNIVERSIDADE SE VOLTA PARA O HABITAT DO CAMPO

O objetivo desta pesquisa, de contribuir para a compreensão da importância do processo de construção coletiva das habitações nos assentamentos para a organicidade do Movimento, ao contemplar os habitats do MST, parte do pressuposto que seus assentamentos sofrem com falta de infraestrutura em todo o País. No entanto, segundo Borges (2002), no semiárido as manifestações de cobrança por moradia e agilização dos recursos de infraestrutura se tornam parte do cotidiano do Movimento como uma estratégia de sobrevivência. No Nordeste, os habitats necessariamente precisam concentrar as famílias de forma a permitir seu acesso à infraestrutura básica, como água e energia elétrica, diferentemente dos assentamentos de São Paulo, por exemplo, onde a autora constatou que o resultado na produção agrícola possibilita às famílias suprirem as necessidades dos seus habitats.

O MST é um movimento que tem como característica a luta pela terra, buscando iniciativas que possibilitem novas relações sociais e um novo projeto de desenvolvimento para o campo. Também se caracteriza pela multiplicidade de dimensões em que atua. Suas lutas envolvem questões relacionadas à produção, à educação, à saúde, à cultura, aos direitos humanos e se ampliam à medida que se aprofunda o próprio processo de organização dos assentados (BORGES, 2002). Desse modo, com a demanda crescente de suas bases, a infraestrutura de seus assentamentos passa a ter maior importância que nos primeiros assentamentos conquistados. Todavia, a questão habitacional cresce a reboque de outras ações e sem que parte significativa de sua direção reconheça a amplitude do seu significado na luta pela reforma agrária, da mesma forma, ainda não reconhecem a os arquitetos e urbanistas como parceiros na busca pela qualidade de vida nos assentamentos, assim como já admite o educador ou o agrônomo.

Foi com o objetivo de contribuir para uma mudança qualitativa desse panorama que o DARQ/UFRN passa a assessorar o MST, inicialmente em 1994, com o desenvolvimento de ações de ensino e extensão dos professores Amadja Henrique Borges e Rubenilson Brazão Teixeira, através da integração das disciplinas do 8º período do curso de Arquitetura e Urbanismo. O Departamento de Arquitetura da UFRN já assessorava os movimentos populares através de demandas, naquele momento, o MST estava chegando no RN e construindo seus habitats sem um planejamento adequado ou fundamentações teóricas, motivo que suscitou interesse em estudar seus habitats pela professora anteriormente citada. A partir de 2002, por meio do GERAH, coordenado por esta mesma professora, as ações passam a contemplar, além do planejamento espacial dos assentamentos, o desenvolvimento dos projetos das habitações, feitos de forma participativa, e o acompanhamento da construção das mesmas, em regime de

mutirão. Uma vez que o MST já tinha uma estrutura organizacional, esta seria uma forma de dar continuidade ao trabalho coletivo já desenvolvido pelo Movimento em seus acampamentos, encontros e mobilizações. O método de trabalho proposto pelo GERAH integra-se à sua organização, e, mais do que isso, sugere que a discussão do habitat passe a ser parte do cotidiano das áreas do Movimento. Entre 1994 e 1997 o Movimento tinha uma forte estrutura organizativa, no entanto, com o passar dos anos, sua organicidade foi perdendo força, havendo uma grande desestruturação até o presente momento. Assim, o pressuposto dessa organização teve que ser reformulado pelo GERAH, que em alguns momentos assumiu a responsabilidade pelo acompanhamento técnico, social e político dos assentamentos que assessorou, mesmo sendo contrário a essa condição. Além disso, a falta de infraestrutura do órgão responsável pelos assentamentos rurais, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e a incompreensão por parte dos seus técnicos, potencializaram a situação em que se encontrava (e ainda se encontra) o MST, hoje ainda mais complexo com a introdução de mais um agente: a Caixa Econômica Federal (CEF). O trabalho do GERAH tem, também, o objetivo de contribuir com a melhoria desse quadro, sem, contudo, conseguir saná-lo.

Com o passar dos anos, análises relacionadas à questão dos habitats rurais começam a ser delineadas, a exemplo da tese de Borges (2002), acerca da tipologia de habitats do MST. A partir desse estudo, verifica-se que as habitações dos assentamentos rurais não atendem às necessidades específicas das famílias do campo, sob muitos aspectos. A compreensão dos diferentes tipos de habitat e a necessidade de adequação desses nos assentamentos coordenados pelo MST no Nordeste alimentou projetos de pesquisa e extensão universitária, além de experiências de ensino, coordenados pelo GERAH. Os resultados de alguns trabalhos apresentam inúmeros problemas construtivos, como instabilidade³ estrutural e rápida deterioração das habitações. Compreende-se, assim, que a produção habitacional nos assentamentos rurais – de responsabilidade do INCRA até o presente ano⁴, através do Crédito Habitação, e além desse, alguns assentamentos também receberam, a partir de 2007, um complemento de recursos do fundo do FGTS através da CEF - não incorporava variáveis relativas às especificidades do

³ A citar: BORGES, Amadja Henrique. Habitats em Movimento: Possibilidades e limitações da metodologia de autogestão da construção dos assentamentos coordenados pelo MST na melhoria de suas habitações. Projeto de Pesquisa. UFRN, PROPESQ, CT, DARQ, GERAH, 2007-2008, e BORGES, Amadja Henrique. A casa dos sonhos do MST: mudança nos sonhos, desejos e expectativas das famílias do campo nos projetos de assentamentos rurais vinculados ao MST a partir da assistência técnica do GERAH. Projeto de Pesquisa. UFRN, PROPESQ, CT, DARQ, GERAH, 2009.

⁴ A partir de 2012, a produção habitacional nos assentamentos rurais passa a ser de responsabilidade do Ministério das Cidades, por meio da Caixa Econômica Federal (CEF), com a criação, em maio de 2011, da Superintendência Nacional de Habitação Rural (SUHAR).

campo, aos costumes, sonhos de seus moradores, suas atuais organizações e as demais necessidades do mundo rural.

O acompanhamento da situação dos assentamentos rurais no RN, bem como também em outros Estados, revela que a situação da construção dos habitats dessas áreas está longe de ser ideal. Como descreveu Cerqueira (2009) na sua dissertação sobre *A assistência técnica nos habitats do MST e o papel do arquiteto e urbanista*, “na maioria dos casos, os condutores responsáveis pelos processos de implantação do espaço físico dos habitats são os técnicos do INCRA incumbidos de aplicar os créditos instalação” (p.75). São eles também os responsáveis por conduzirem o processo de planejamento do local e construção das moradias. São engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, ou ainda assistentes sociais, dentre outros, que não possuem habilidades profissionais e conhecimentos técnicos que lhes permitam desempenhar tais atividades. Mesmo quando o assentamento conta com assessoria de profissionais do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária⁵ (ATES), contratados pelo INCRA para “suprir sua insuficiência de recursos humanos, sobretudo em atividades da área social, ambiental e produtiva” (CERQUEIRA, 2009, p.75), quer sejam técnicos do INCRA ou desse programa (ATES), esses profissionais têm a mesma formação. Só em 2006, através de concurso público, o INCRA passa a ter arquitetos em seu quadro: 1 para cada região do País. Em situações específicas, como aqui no RN, ocorreu a contratação pelo MST de arquitetas e urbanistas para a formação do quadro de profissionais da ATES, condição que hoje não é mais aceita.

Quando não há assessoria técnica – na maioria dos casos – verifica-se como resultado, soluções de planejamento espacial que nem sempre atendem de forma suficiente aos condicionantes básicos e à organização das famílias. No que se refere às moradias, menos ainda. Na maioria dos assentamentos do país são construídas habitações a partir de um projeto padrão de aproximadamente 48m², uma área mínima para o menor custo de execução. Como enfatiza Cerqueira (2009, p.76) não são levados em consideração “a especificidade da área onde são implementados e nem da comunidade atendida, bem como de parâmetros de conforto ambiental, funcionalidade, etc.”. As etapas para a construção das moradias são explicadas pela autora:

[...] acontece a partir do momento em que o técnico do INCRA libera o crédito aquisição de material de construção. Com estes recursos – 15 mil reais por família – a comissão de compras, formada por três assentados escolhidos em assembleia, compra o material necessário para a construção das moradias. Tomam como referência o orçamento entregue junto com o projeto, quando

⁵ O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), tem o objetivo de garantir o apoio às ações de cunho produtivo, social e ambiental aos beneficiários, e deve permear todas as etapas do processo de implantação e desenvolvimento dos assentamentos rurais (CERQUEIRA, 2009).

existente. Caso contrário, fazem uso da experiência pessoal. Realizam pesquisa de preço em, no mínimo, três depósitos de material de construção, preferencialmente na região geográfica onde o assentamento se encontra inserido. Estas ações são supervisionadas pelo técnico do INCRA, que divide com todos os assentados a responsabilidade da aplicação do dinheiro público (CERQUEIRA, 2009, p.77).

A execução das moradias é de responsabilidade dos próprios beneficiários ou são contratados pedreiros, nesse caso, os proprietários trabalham como ajudantes. Cerqueira (2009) chama à atenção para dois fatos importantes: a maioria dos profissionais que se dispõem a realizar este serviço não possui experiência técnica necessária, sobretudo por que os valores disponíveis para a remuneração⁶ são mínimos em relação ao valor da mão de obra paga nas cidades; e, além disso, não recebem orientação técnica de profissionais da área da construção civil – engenheiros civis e arquitetos e urbanistas, por exemplo – nem tão pouco existe responsável técnico acompanhando a execução da obra. Mencionamos este fato como um problema, pois interfere diretamente na qualidade da moradia dos assentados rurais.

A situação, por sua vez, era ainda mais grave quando se permitia a contratação de empreiteiras para a construção das moradias, uma vez que a exigência de lucro por parte das empresas era o causador da baixa qualidade construtiva, além de outros problemas que envolviam as construtoras e as Superintendências do INCRA. Esta possibilidade passou a não ser mais incentivada desde 2000 (CERQUEIRA, 2009). Em alguns documentos do MST (cartilhas de formação, cadernos de apoio) há orientações para que esse processo seja feito em sistema de mutirão.

Apesar de toda essa problemática, existem ainda algumas exceções: naquelas áreas onde há uma assessoria técnica que compreende os objetivos do MST, os processos de idealização e construção dos habitats são transformados em momentos de conscientização e formação política, na constituição de verdadeiros espaços de autonomia, ou pelo menos têm esse objetivo. Durante o II Colóquio Habitat e Cidadania⁷, realizado em maio de 2011, na USP São Carlos-SP, foram apresentadas várias dessas experiências, provavelmente as mais significativas, cujas assessorias técnicas - grupos de pesquisas de universidades, ONGs e/ou arquitetos colaboradores do

⁶ A Norma de Execução do INCRA nº 79, de 26 de dezembro de 2008, estabelece que dos recursos econômicos do crédito instalação, modalidade aquisição de material de construção podem ser empregados até 20% do valor para o pagamento de mão de obra (CERQUEIRA, 2009).

⁷ O II Colóquio Habitat e Cidadania: habitação social no campo foi organizado pelo Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade (HABIS) – IAU-USP e UFScar, em parceria com o GERAH/UFRN e o Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado (USINA)-SP. Reuniu pesquisadores, docentes, estudantes, representantes de órgãos públicos, integrantes de movimentos sociais e trabalhadores rurais, de diferentes regiões do País, com diferentes experiências e enfoques, num momento de reflexão e problematização das principais questões que compõem o tema da habitação e do habitat no campo (II COLÓQUIO HABITAT E CIDADANIA, 2011).

Movimento - ajudaram a formar unidades de produção autogeridas, com implantação de marcenaria coletiva autogestionária⁸, cooperativa⁹ de construção, ou simplesmente incluíram os assentados no processo de idealização e construção de seu futuro habitat¹⁰ ou na realização do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA¹¹, conscientizando-os de seus direitos e capacidades. Não obstante o entusiasmo com esse tipo de experiência, elas não são de todo aproveitadas pelo Movimento, ao menos nas analisadas nesta dissertação. É possível que haja uma falta de conhecimento e/ou interesse¹² por parte dos militantes e da direção do MST da potencialidade desses processos. Esta afirmação pode ser justificada, por exemplo, pelo fato de o MST não ter buscado ainda o acesso à Lei de Assistência Técnica - já acessível aos pequenos produtores rurais - quando já existem essas referências a que nos referimos anteriormente, cuja qualidade dos habitats pode ser atribuída em grande parte ao acompanhamento desses profissionais. Nesse sentido, a qualidade da moradia nos assentamentos poderia deixar de ser uma exceção com as possibilidades que essa Lei aponta.

Contudo, o próprio Movimento assinala um caminho: na contramão de todos os exemplos acima citados, o estado de Pernambuco conta com a organização muito bem estruturada de um setor de habitação que mantém a coordenação e a gestão da produção habitacional nos assentamentos, com características bem específicas: existe uma assessoria técnica contratada pelo Movimento, coordenada por um advogado (que representa um engenheiro civil), que produz habitações a partir de um sistema de pré-fabricação de painéis de alvenaria em tijolo cerâmico, patenteado por um engenheiro, para a montagem das casas. Para tanto é organizada uma estrutura para a fabricação desses painéis no próprio assentamento, envolvendo alguns assentados nesse processo. No entanto, apenas neste, a maioria dos beneficiários não participa da construção das casas; trata-se de uma tecnologia pouco elaborada, com algumas falhas, uma vez que a técnica não atende à construção como um todo - parte da alvenaria para a conclusão das edificações (os planos inclinados para receberem a cobertura) ainda é feita da forma convencional: tijolo por tijolo.

⁸ Assentamento Pirituba II, Itapeva-SP, assessorado pelo HABIS, IAU-USP e UFScar.

⁹ Assentamento Ireno Alves dos Santos, Rio Bonito do Iguçu-PR, construído através da Cooperativa Mista de Produção e Trabalho da Reforma Agrária – COOPROTERRA, com a assessoria da USINA.

¹⁰ Assentamento Boa Vista, Herval-RS, assessorado pela UFRGS.

¹¹ Assentamento Canudos-GO, assessorado pela Arquiteta Karla Hora.

¹² Em entrevista realizada com João Pedro Stédile, da Direção Nacional do MST, na ocasião de sua participação no VI Colóquio Internacional de Ciências Sociais, promovido pela UFRN, através do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em outubro de 2012, verificou-se a falta de conhecimento da Direção Nacional sobre a Lei de Assistência Técnica a Habitação de Interesse Social, citada anteriormente, apesar da apropriação da mesma pela Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) desde 2011.

Numa visita realizada em julho de 2011 ao Assentamento Santo Antônio 2, localizado do Município de Agostinho-PE, foram verificadas as seguintes condições: o processo de fabricação dos painéis funciona com bastante produção; existe um mestre de obras responsável no local, acompanhando a fábrica e a construção das moradias; alguns assentados foram envolvidos neste processo e recebem remuneração; o projeto das moradias possui área construída maior do que o projeto padrão do INCRA, mas trata-se de uma evolução do mesmo, acrescido de mais um quarto e uma varanda; a implantação do habitat segue o traçado convencionalmente utilizado pelo INCRA, desconsiderando as melhores orientações para a moradia, não favorecendo a ventilação e o sombreamento; dentre outros. Essas observações levam a crer que, ainda que o Movimento tenha total autonomia e gestão do processo, inclusive orientando os recursos, comprando os materiais e todas as outras atividades necessárias, o fato de haver realmente uma assessoria técnica acompanhando a construção poderia potencializar em muito seu resultado, o que não foi em todo atendido. No entanto, a racionalização na execução dos serviços implica execução rápida das casas e isso tem um peso significativo para os assentados.

Diante de todas as observações elencadas sobre este caso, é importante ressaltar mais uma, por sua aproximação com o objeto deste estudo: segundo o coordenador do setor de habitação daquele Estado, naquele processo não existem conflitos com os assentados. Este fato suscitou algumas reflexões e, por isso, se agrega a esta problemática: se os assentados não participam do processo construtivo das moradias e essas são entregues num período significativamente curto – em relação às experiências no RN, por exemplo – então, de fato, as possibilidades de conflitos são muito menores, compreendendo que se não há envolvimento direto, não há conflito. Assim, pode-se estar diante de uma solução para muitos dos problemas existentes nos canteiros de obra autogeridos acompanhados pelas assessorias técnicas citadas anteriormente. Ou, por outro lado, perante um paradoxo, considerando o MST um movimento que utiliza as práticas coletivas como processo de formação humana e política (CALDART, 2001; PAIVA, 2003; e SOUZA, 2012) em busca de uma emancipação social continuada (CARVALHO, 2002), e no caso em questão, a participação dos assentados se dá apenas no acompanhamento da construção, se for de seu interesse. Ou ainda, essa proposta poderia ser ainda um desafio – no seu sentido provocativo – para as assessorias técnicas, com um histórico acumulado de contribuição na construção de “nichos de contrapoder¹³” nas cidades, com processos verdadeiramente participativos.

¹³ Arguição de Jorge Oseki, durante a conferência de Francisco de Oliveira, na ocasião do Seminário de Pesquisa “Políticas Habitacionais, Produção de Moradia por Mutirão e Processos Autogestionários: Balanço Crítico de Experiências em São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza” - conduzida pela USINA — Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado em parceria com CASA do Movimento Popular (Belo Horizonte) e o CDPDH — Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (Fortaleza) -, realizado na FAU-USP em outubro de 2004, posteriormente

No RN, particularmente nos quatro assentamentos analisados nesta dissertação, os processos de planejamento e de construção das moradias contaram com a participação dos assentados em todas as etapas, e, na medida do possível, com militantes do MST para o acompanhamento e encaminhamento organizativo e político. Trata-se de casos que se desenvolveram em três momentos sequenciais (o assentamento Maria da Paz entre 2003 e 2004, o Resistência Potiguar de 2005 a 2006 e os assentamentos Roseli Nunes e Bernardo Marim, desde 2008) intercalados por momentos de avaliação conjunta das experiências (o I Colóquio Habitat e Cidadania, em 2006, e o II, em 2011).

As especificidades de cada um desses assentamentos estruturam-se em variáveis internas (como por exemplo, a organização das famílias, suas experiências com a construção civil, o envolvimento do Movimento, dentre outros) e externas (a relação com o órgão financiador e as normas e exigências do programa são alguns exemplos), que influenciam expressivamente no surgimento de conflitos e na dimensão desses, e, da mesma forma, também indicam sua superação ou transformação. Mas também, resguardadas suas particularidades, uma condição lhes é comum: as famílias acabam de conquistar do uso da terra, após um processo longo de ocupação no acampamento em condições muitas vezes sub-humanas, assim, o pré-assentamento é um momento de rearranjo organizativo e de criação de condições para que possam se instalar, produzir e se desenvolver. Cerqueira (2009) esclarece como essas condições são atendidas: “precisa ser promovida sua segurança alimentar, o fomento do seu processo produtivo e garantias para a geração de rendas, bem como a construção das suas moradias e sua segurança hídrica” (p. 66), assim, é realizada a “concessão dos créditos instalação, com o intuito de proporcionar o suporte inicial às famílias recém-assentadas” (p. 67).

Para muitas famílias é finalmente o momento de produzir. Portanto, essa reorganização do grupo é permeada de referências de luta coletiva e, ao mesmo tempo, de sacrifício. A experiência de organicidade das famílias para sua própria sobrevivência diante da precariedade do acampamento, em algumas áreas, não é a mesma do novo assentamento. Sabemos que a organização e estruturação dos assentados é um grande desafio para o Movimento. No processo de transição do acampamento para o assentamento as relações entre as famílias e entre essas e o MST começam a se diferenciar, principalmente pelo fato de que, em muitos desses espaços, as famílias se estruturam a partir do parcelamento da terra, o que, de certo modo, contraria o pressuposto coletivo. Relacionando essa questão ao objetivo desta pesquisa, caminhamos com a

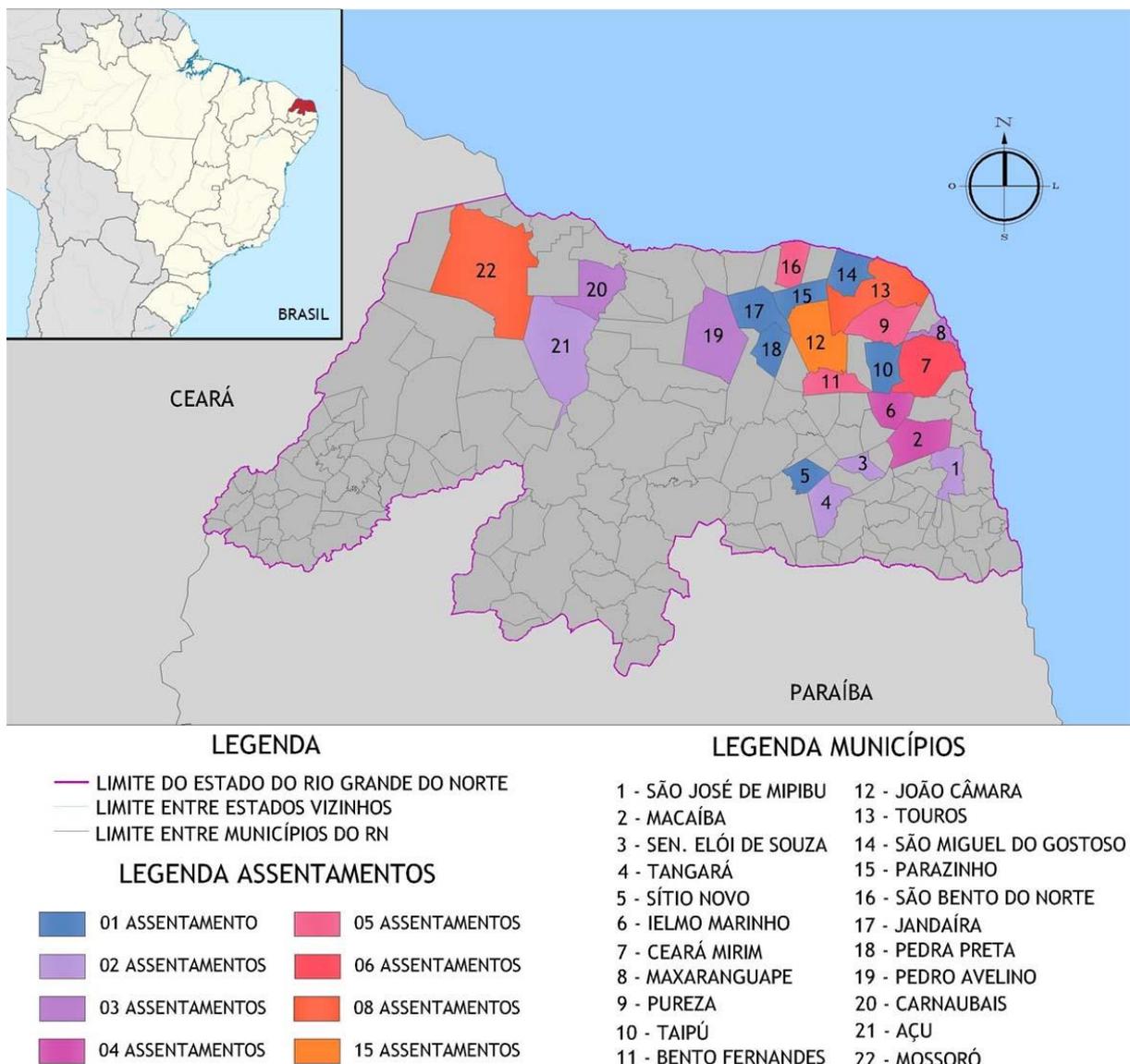
compreensão de que, apesar de todos os esforços em transformar a vida cotidiana de seus seguidores, os responsáveis pela formação política do Movimento estão conscientes da fragilidade em sua organicidade interna, principalmente na base, o que dificulta a sua participação na defesa dos objetivos políticos da sua organização, conforme assinala o Programa Nacional de Formação de Militantes e da Base do MST (MST, 2001c). Por outro lado, o desenvolvimento do MST está diretamente ligado às estratégias utilizadas por suas lideranças, à organicidade que conseguem atingir e ao apoio de diversos segmentos organizados da sociedade.

O objetivo desta dissertação, portanto, vai ao encontro dessa necessidade. Uma breve avaliação das experiências assessoradas pelo GERAH demonstra que o processo de construção dos habitats avança, mas as práticas sociais retrocedem. Nesse sentido, é preciso aprofundar as análises em seu contexto social, da vida cotidiana, para que os conflitos contribuam para uma mudança positiva. Nessa perspectiva, entendemos que o método do Grupo caminha para um aprofundamento da cotidianidade do Movimento e de suas bases.

2. A RELAÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

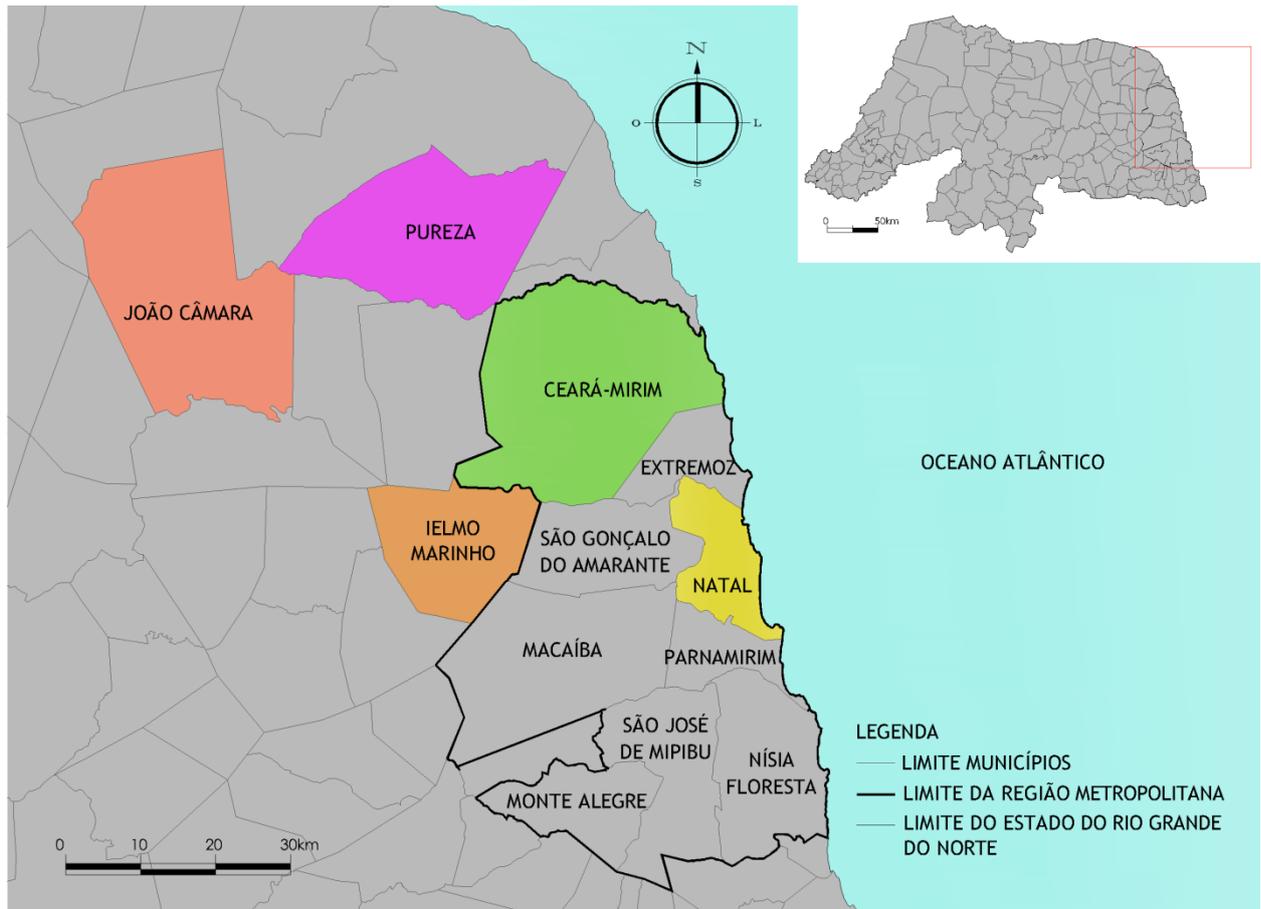
Os objetivos desta pesquisa foram se adaptando no decorrer de seu desenvolvimento, em função da busca por um método que considerasse a interação entre a ordem próxima e a ordem distante do recorte considerado, uma observação do cotidiano a que se propõe analisar, do universo que envolve os assentamentos rurais coordenados pelo MST e assessorados pelo GERAH. Tal recorte é definido pelos assentamentos Maria da Paz, localizado no Município de João Câmara-RN; Resistência Potiguar 1, localizado em Ceará Mirim-RN; Bernardo Marim, situado no Município de Pureza-RN; e Roseli Nunes, em Ielmo Marinho-RN.

Figura 1: Mapa de espacialização dos assentamentos acompanhados pelo MST no RN no ano de 2012.



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do INCRA (2012) e do MST (2013)

Figura 2: Municípios onde estão localizados os assentamentos analisados.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de base cartográfica do INCRA, 2013.

Essas experiências definem um limite temporal que inicia em 2004, quando ocorreu a construção das moradias do Maria da Paz, até o ano de 2012, uma vez que os dois últimos assentamentos citados ainda estão em fase de finalização das moradias. Nesse universo, a pesquisa se volta para os processos de construção coletiva dos habitats e sua relação com a organicidade em cada assentamento, representando dessa forma nosso objeto de pesquisa.

Por se tratar de uma temática multidisciplinar, optou-se por discorrer, na medida do possível, sobre as questões relacionadas às Ciências Sociais e Políticas e Geografia, todavia, é fundamentada essencialmente no campo da Arquitetura e Urbanismo.

Com o objetivo geral de contribuir para a compreensão da importância do processo do mutirão habitacional para a organicidade do Movimento, este trabalho se desdobra na busca por atender aos seguintes objetivos específicos: a) caracterizar a problemática da habitação de interesse social no campo, em especial a situação dos assentamentos do RN; b) compreender as especificidades dos processos de construção da moradia nos assentamentos rurais, destacando mais uma vez as áreas do estado do RN; c) entender quais as referências, os objetivos, e como se

dá a organicidade no MST; e d) analisar quais os conflitos e potencialidades do processo de mutirão para a construção das moradias nos assentamentos rurais.

Considerando que:

(1) a organicidade no momento do acampamento é bastante trabalhada pelo Movimento, como condição para a superação da precariedade a que estão condicionadas as famílias acampadas e sua permanência para a conquista da terra;

(2) e sendo a construção das moradias um dos primeiros passos na constituição do assentamento após a sua conquista, assegurando-lhes sua instalação.

Defende-se que o envolvimento dos assentados no processo de construção de suas moradias contribui para a continuidade e/ou fortalecimento da organicidade no assentamento. Dessa forma, as questões que orientam esta pesquisa são: o processo de construção coletiva dos habitats dos assentamentos rurais coordenados pelo MST contribui para a organicidade do grupo beneficiário? De que forma se dá essa contribuição?

Cabe esclarecer que, dada a participação da autora deste trabalho nos projetos de extensão e pesquisa do GERAH desde o ano de 2004, as quatro áreas analisadas foram acompanhadas em praticamente todo o seu desenvolvimento. Nos assentamentos Maria da Paz (de 2004 a 2005) e Resistência Potiguar 1 (de 2005 a 2006), sua atuação se deu enquanto bolsista, cujas atividades eram relacionadas ao acompanhamento do desenvolvimento dos projetos e da construção das casas pelos mutirantes. Já nos assentamentos Bernardo Marim e Roseli Nunes (desde 2008), o acompanhamento, que inicialmente se deu ainda na graduação, como bolsista de pesquisa (de 2008 a 2009), culminou na atuação como responsável técnica pelo processo desde 2010. Nesse sentido, todas as experiências foram acompanhadas a partir do método da pesquisa participante. No papel de bolsista (de 2004 a 2009) ou pesquisadora (a partir de 2010) do GERAH, as ações se deram, também, seguindo as referências e propostas metodológicas deste Grupo que estão fundamentadas, principalmente, em três bases teóricas: a ação dialógica de Paulo Freire (2005), a postura propositiva da pesquisa participante de Carlos Brandão (1981; 1987; e 2006) e os preceitos teóricos da vida cotidiana de Henri Lefebvre (1958; 1961), considerando, para o planejamento dos habitats dos assentamentos, o reflexo do vivido e as expectativas de organização do Movimento e da sua base.

Quanto à pesquisa participante, essa já é utilizada pelo GERAH nas suas ações de assessoria ao MST, com o objetivo de colocar o conhecimento científico a serviço da melhoria dos habitats dos assentamentos rurais. Esse método de pesquisa se caracteriza pela mediação na relação

teoria-prática e visa à criação coletiva do conhecimento e, a partir deste, promover uma transformação na realidade estudada. Tem referências teóricas de Paulo Freire e sua ação dialógica e transformadora, de Henri Lefebvre, a partir da aproximação com a realidade social e a vida cotidiana, e Antônio Gramsci, com a ideia de que não há neutralidade na ciência. Vale lembrar que no Brasil a pesquisa participante está ligada a processos de ação educativa e política, como as ações formativas do MST. Nesta dissertação, ela foi utilizada no acompanhamento dos assentamentos Bernardo Marim e Roseli Nunes, a partir dos diversos trabalhos elaborados para o esclarecimento dos problemas existentes no processo, as possibilidades de superação, bem como os inúmeros momentos de esclarecimento das condições em que se encontravam e reuniões com o grupo, visitas individuais a cada família para a realização do levantamento das pendências e discussão das possibilidades de saná-las. Em situações específicas foram elaborados materiais para se trabalhar a motivação do grupo para a conclusão dos serviços de construção das moradias, formulando esquemas e mapas ilustrativos da situação do grupo e de cada um.

No que se refere aos processos já concluídos, foram utilizados os projetos de pesquisa e extensão do GERAH e seus relatórios específicos para resgatar seu histórico, configuração e complementar as informações sobre as experiências em desenvolvimento. Além dessa base documental, acrescentam-se os trabalhos desenvolvidos por outros pesquisadores do Grupo cujo recorte abordado se refere aos assentamentos em questão, a ver: a tese de Paula (2005) e a dissertação de Cerqueira (2009), que tratam do Assentamento Maria da Paz; o trabalho final de graduação de Soares (2006) e a monografia de Pinto (2006), sobre a construção do assentamento Resistência Potiguar 1; e, sobre o assentamento Roseli Nunes, a dissertação de Machado (2012) – que trata da política de habitação para esse caso – e a monografia de Sousa(2012), sobre o mutirão enquanto processo educativo. Além desses, os vários artigos desenvolvidos por membros do GERAH desde a primeira assessoria complementam a base documental a respeito dos processos analisados. Além desses, a participação em disciplinas, debates e palestras, bem como conversas informais na vivência cotidiana com a coordenadora do GERAH, também forneceram informações para construir o quadro de cada experiência.

Os quatro assentamentos de que trata este trabalho possuem singularidades, dado o contexto (sua constituição e composição) e a conjuntura (circunstâncias do processo) em que cada uma se desenvolveu, mas também algumas semelhantes: os assentamentos Maria da Paz e Resistência Potiguar 1 receberam recursos para a construção das moradias via Crédito Instalação, do INCRA, portanto, o andamento das obras se deu a partir dos normativos do mesmo; outra similaridade diz respeito a organização das famílias, que, desde a sua formação e durante o processo do mutirão, foi estruturada em Núcleos de Base. Os assentamentos Bernardo Marim e

Roseli Nunes, por sua vez, receberam, além dos recursos do INCRA, um complemento do Ministério das Cidades via CEF, que por sua vez, passou a ser o agenciador dos recursos e, dessa forma, o andamento das obras teve que se adaptar aos normativos do referido Banco; quanto à organização das famílias, também compartilham da mesma conformação: em ambos os assentamentos foram criadas duas associações, que por sua vez, discordavam com relação à aceitação do MST.

A totalidade esquematizada para dar conta da problemática analisada neste trabalho, considera esses dois fatores observados: as orientações político-organizativas do Movimento, ou seja, a organicidade de seus assentamentos estruturados em núcleos de base ou em associações¹⁴; e as mudanças ocorridas nos programas e políticas relacionados à habitação dessas áreas.

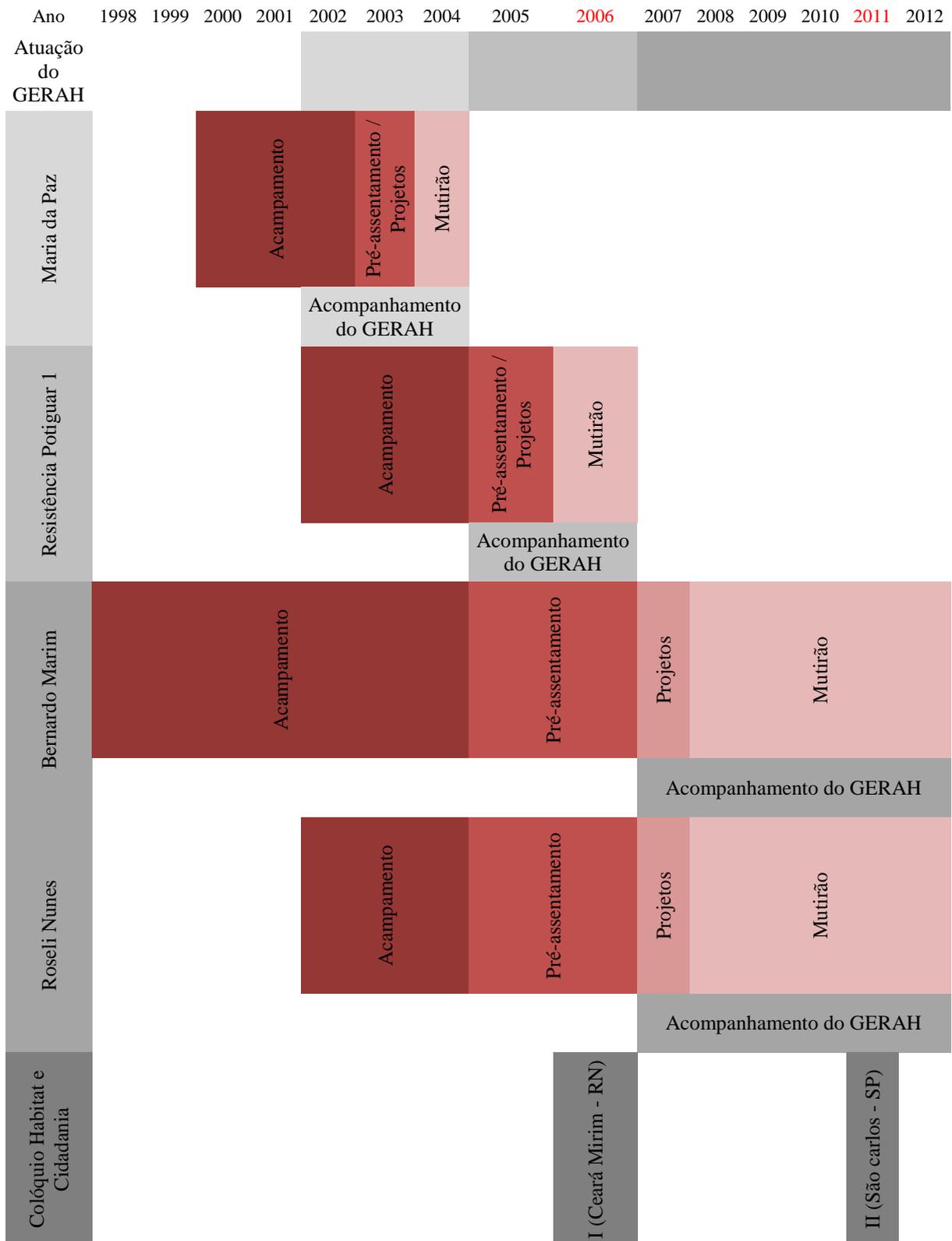
Neste trabalho, o ponto de partida foi o vivido das experiências cotidianas, tomando-as como base das reflexões, a fim de revelar as contradições existentes nesses processos e interpretá-las a partir da compreensão de que representam conflitos e ao mesmo tempo possibilidades (MARTINS, 1996).

Assim, as experiências abordadas serão analisadas a partir do seguinte movimento: primeiramente pela apresentação da situação atual, com a caracterização das experiências dos assentamentos Bernardo Marim e Roseli Nunes, suas particularidades e semelhanças; em seguida, haverá a análise das experiências dos assentamentos Maria da Paz e Resistência Potiguar 1, buscando, nessa regressão, os momentos, atos ou decisões que anunciaram a condição atual. Por fim, será feita uma última análise, com o objetivo de refletir sobre os processos atuais, as condições de superação dos conflitos e, em especial, as possibilidades que se anunciam a partir da relação do processo de construção coletiva das moradias e a organicidade dos assentamentos.

O período que abrange o recorte temporal desta pesquisa contempla alguns momentos importantes de serem destacados e que indicam, por sua vez, marcos desta análise, como a realização dos I e II Colóquios Habitat e Cidadania.

¹⁴ A partir do ano de 2008, observa-se no RN um reajuste nas formas organizativas das famílias assentadas, uma vez que sua estruturação em Núcleos de Base não atendiam às exigências dos programas de crédito das diversas instituições que atendem a essas áreas, que se dava a partir de associações. O MST, durante algum tempo, representou esses assentamentos com sua própria associação (Associação Estadual de Cooperação Agrícola do RN - AESCA), mas que não atendia a demanda, nem poderia ser responsável pelos problemas da má aplicação dos recursos em algumas áreas. Por este motivo, o Movimento passa a incentivar a criação de associações em seus assentamentos, sugerindo uma maior autonomia dos mesmos. No entanto, em vários assentamentos, isso significou a perda de direção de áreas originárias de sua própria luta. Em decorrência disso, existem assentamentos onde se formalizaram até cinco associações – como é o caso do Rosário, no município de Ceará Mirim-RN – e que, muitas vezes, são contrárias umas às outras, impulsionando inúmeros conflitos no assentamento.

Quadro 1: Linha do tempo dos momentos dos assentamentos analisados e do período de atuação do GERAH



Fonte: Elaborado pela autora.

A caracterização de cada experiência busca a análise das partes e das relações que constituem tal realidade social. Para compreender a organicidade, foram observados os seguintes elementos: (1) tempo do acampamento, (2) organicidade do assentamento (organização das famílias) e (3) acompanhamento do MST. Quanto ao mutirão, a análise se deu a partir do seguinte: (1)

desenvolvimento dos projetos, (2) fontes de financiamento/programa/gerência dos recursos, (3) assessoria técnica, (4) organização do mutirão (método, equipes, configuração do canteiro). Além desses, que são específicos para caracterizar o mutirão e a organicidade, acrescentam-se outros três para compor uma análise sobre as relações existentes em cada processo e os resultados: agentes envolvidos, conflitos e resultados.

O histórico da formação dos assentamentos foi construído a partir de entrevistas com dirigentes, militantes e assentados e apresentado a partir de três recortes importantes: o espaço (forma), a organização das famílias e experiências de trabalho coletivo.

3. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS TEÓRICAS E EMPÍRICAS

3.1. O habitat e o habitar

Em sua obra *Do Rural ao Urbano* (1970), Henri Lefebvre aborda de forma dialética a relação entre o habitat e o habitar. No que se refere ao habitat, Lefebvre o considera de início como uma descrição morfológica, suprimento da necessidade elementar da habitação para a sobrevivência, caracterizado pela forma com que o ser humano se reproduz no espaço - come, dorme e se reproduz enquanto pessoa neste lugar. Desse modo, ele se expressa objetivamente e também contraditoriamente nas obras, produtos e coisas que constituem a casa, a cidade, por exemplo. Por sua vez, os bens móveis e imóveis que constituem o habitat envolvem e significam as relações sociais. Nas palavras do autor, o habitat

[...] constitui um conjunto, às vezes coerente e pleno de contradições, de conflitos virtuais ou atuais e que tem mudado em função de totalidades que constituem a cultura, a civilização, a sociedade numa escala global: as relações e os modos de produção, as estruturas e superestruturas (LÉFÈBVRE, 1970, p.163).

Em perspectiva diferenciada, o habitar constituiria em si uma dimensão do homem (enquanto ser humano). Para além da ação de ocupar ou estar em um lugar determinado – moradia –, designaria o modo de ser no mundo, a relação homem-meio. Assim, habitar seria a apropriação propriamente dita do lugar para a vida: “habitar, para o indivíduo, para o grupo, é se apropriar de alguma coisa. Não no sentido de propriedade, de posse, mas dela fazer sua obra, seu objeto, modelado e construído com sua marca” (LÉFÈBVRE, 1970, p. 192).

Ou seja, o habitat atende às expectativas elementares, comporta o espaço físico e se resume a uma função, enquanto o habitar é qualitativo, considera os desejos, sonhos, as necessidades e as realizações do vivido - as mudanças decorridas do habitar. Dessa maneira, o habitat concebido/pronto se transforma em habitar do cotidiano, vivido e criativo.

Em se tratando especificamente de habitat nos assentamentos, constituindo-se como tema de estudo desta dissertação, Borges (2002) considera que os Projetos de Assentamentos Rurais – PAs tem um significado amplo:

Ele está inserido na vida cotidiana de seus moradores, que não tem espaço e tempo rigorosamente divididos entre seus momentos de vida familiar, organizativa, de trabalho e de lazer. Portanto, a palavra habitat contempla semanticamente a generalização e a especificidade de seu significado (BORGES, 2002, p.36).

A definição do tipo de habitat dos assentamentos apontado por Borges (2002) se baseia nas referências e no vivido dos assentados, aproximando os dois conceitos supracitados. A autora afirma que eles trazem sonhos que refletem sua história, que por sua vez espelha relações sociais que expressam o conflito entre as necessidades de mudanças e as tradições culturais, algumas vezes confrontando as experiências vividas com seus desejos de mudança, tanto no plano coletivo, como no individual.

A partir da discussão da realidade existente nos assentamentos rurais do Brasil, durante o I Colóquio Habitat e Cidadania, foi elaborado e apresentado um documento que aponta diretrizes para a Habitação de Interesse Social no Campo, sobretudo, as necessidades do seu habitat:

Compreendemos que o Habitat de um Projeto de Assentamento chamado de Reforma Agrária contempla a casa, o lote de moradia e/ou o lote de trabalho familiar, áreas de produção coletiva, de reserva legal, de preservação permanente, entre outras. Ele corresponde à maioria dos projetos de habitação de interesse social do campo (I COLÓQUIO HABITAT E CIDADANIA, 2006, p. 2).

Percebemos, portanto, que o habitat dos assentamentos rurais reflete os dois conceitos definidos por Lefebvre ao considerar, além das necessidades dos assentados para sua sobrevivência e habitação, as suas vivências e sonhos.

3.2. Sobre o MST, os acampamentos e assentamentos rurais

A consolidação do MST enquanto movimento social se deu em meados da década de 1980, promovendo o movimento e a luta pela terra e o conseqüente avanço do planejamento dos habitats rurais. Diante do processo de expansão do meio rural, impulsionado pelo auxílio desse movimento, desenvolvem-se crescentemente, em decorrência da grande quantidade de terra inutilizada ou subutilizada e de um grande contingente excluído do processo de acesso à terra, os modelos de organização do espaço rural sob o termo de assentamento rural. Esses assentamentos designaram a criação de novas unidades de produção agrícola a partir do reordenamento do uso da terra para benefício dos trabalhadores rurais sem terra (BERGAMASCO, 1996). De acordo com Stédile (1997), o espaço destinado para o habitar rural passa a ser considerado assentamento quando existe um pressuposto coletivo, ainda que existam projetos com explorações individuais. De acordo com Cerqueira (2009, p. 45-46) o assentamento

[...] representa o resultado da luta social que se processa há algum tempo em nossa sociedade a favor de uma melhor distribuição da posse da terra, buscando beneficiar a parcela marginalizada representada pelos trabalhadores rurais sem terra. Portanto, expressa um ato abrangente, que envolve uma série de elementos e significados, sobretudo a modificação dos ocupantes do espaço e das relações sociais, econômicas, produtivas e políticas nele estabelecidas e vivenciadas, bem como da sua organização físico-espacial e de infraestrutura.

Esse tipo de organização espacial cria condições favoráveis para que o contingente populacional com afinidade agrícola tenha a oportunidade de regressar, ou acessar a este meio com a imissão de posse de uma área para trabalhar. O processo de ocupação territorial coordenado pelo MST é constituído de três fases: o acampamento, quando ainda não foi desapropriada a terra e as famílias habitam em barracos localizados à margem das estradas; a próxima fase é denominada de pré-assentamento, o momento da desapropriação da terra com a aferição do seu registro e imissão de posse; e por fim, a consolidação e construção do assentamento (BORGES, 2002; CERQUEIRA, 2009).

A etapa inicial é fundamentada, como já citado, na consolidação do acampamento, um espaço físico provisório concebido pelos acampados, distribuídos espacialmente em um habitat concentrado localizado à beira de estradas, próximo às terras que se pretende desapropriar. Estes não possuem infraestrutura ou sequer algum tipo de serviço, figurando uma estrutura precária de moradia. Sua configuração reflete os atuais parâmetros desenvolvidos pela organização do MST, tendo em vista a impossibilidade legal de ocupação dentro das terras (BORGES, 2002).

No pré-assentamento, as condições de habitabilidade não mudam no que diz respeito aos materiais e configuração espacial das moradias do acampamento, que continuam a ser autoconstruídas, improvisadas, de palha ou lona, sem condições de higiene ou conforto. O que se verifica é a mudança na localização dessas, que nesse caso, são locadas dentro da área coletiva conquistada. É durante o pré-assentamento que o Movimento propõe iniciar as discussões sobre o parcelamento do solo, o Plano Produtivo do Assentamento – PDA, bem como o planejamento do habitat, onde estarão localizados as moradias e os equipamentos básicos.

A consolidação do assentamento se dá com a construção das moradias definitivas e o cultivo da produção com perspectivas de sustentabilidade produtiva, planejando-se a criação de cooperativas para o beneficiamento da produção. Segundo Borges (2002), os habitats dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária – PAs têm características e necessidades específicas a esse tipo de assentamento humano. Dentre as especificidades dos Assentamentos do MST, uma delas é a organização de seus habitantes, tanto nos momentos iniciais de ocupação, como depois de suas famílias estarem assentadas.

Borges (2002) considera os habitats rurais como locais de moradia, equipamentos e serviços específicos a cada agrupamento social e que estão inseridos num ambiente bem maior do que o espaço que ocupam, efetivamente. Os Projetos de Assentamento são implementados de forma que seus habitats sejam uma consequência da contribuição dos grupos beneficiados, não havendo

planejamento para a organização de um lugar onde se construam suas residências, “que sejam ao mesmo tempo alojamento, refúgio, local de trabalho e limite de vida” (BORGES, 2002, p.55).

A opção por diferentes tipos de moradia interfere na vida cotidiana dos assentados, através de suas relações familiares e de vizinhança, suas vinculações com o trabalho produtivo, seus acessos à infraestrutura social, suas condições de vida familiares e coletivas e suas participações nas estruturas organizacionais do MST. Assim, Borges (2002) analisou diferentes habitats construídos do MST, de forma a compreender as necessidades específicas a essa forma de assentamento humano, conhecendo as condições de vida e o vivido pelos assentados; a participação na organização do assentamento e do movimento; e os consensos e conflitos quanto à configuração espacial desses habitats. Buscando entender a questão-problema de qual tipologia de habitat melhor atende às necessidades cotidianas MST, a autora elaborou alguns indicadores norteadores de debates e projetos da configuração espacial desses habitats. A compreensão das diferentes tipologias de habitat e a necessidade de adequação dos habitats dos assentamentos do MST, especialmente no Nordeste, alimentou projetos de Pesquisa e Extensão Universitária junto ao Movimento no RN.

No Rio Grande do Norte o Movimento acompanha atualmente 83 assentamentos rurais, segundo dados do INCRA/RN e MST/RN. Como na maioria dos PAs, seja na fase de acampamento ou no próprio assentamento, as condições dos habitats são precárias, tanto das habitações quanto na ausência de infraestrutura básica (como abastecimento de água, energia elétrica e sistemas de saneamento).

No que se refere ao trabalho de formação do MST, importante para compreensão de sua organicidade, sua base reúne os que buscam terra, assim como os que já conquistaram, mas lutam por infraestrutura, condições de produção, de moradia para si e para os que ainda não têm terra.

Segundo Borges (2002), o Movimento investe na formação de suas bases e lideranças para possibilitar a continuidade de sua luta, no entanto, essa formação é dificultada por inúmeras causas, dentre elas

[...] os vínculos com o passado, o vivido e suas tradições culturais e as dificuldades em se ausentarem de seus habitats – pelo trabalho no campo ou pelo cuidado com os filhos menores; a reação ao centralismo das decisões e, principalmente, de alguns dogmas do Movimento; assim como o acelerado crescimento de assentamentos por eles coordenados. Dessa forma, seu trabalho é dirigido principalmente aos jovens. Estes são mais sensíveis a mudanças conceituais e de comportamento (BORGES, 2002, p. 50).

Na prática, o MST ganha forma como movimento de massas através das ocupações e acampamentos. Para essas ações acontecerem, existe um trabalho de conscientização e de preparação de lideranças para a coordenação dessa base. Esse processo é permanente e sistemático e parte itinerante da organicidade e das lutas do MST. O método de formação articula três elementos pedagógicos: estudo, trabalho produtivo e trabalho de base (MST, 2001a). Essa formação deve ser feita de formas diversas, mas é importante que seja desenvolvida em locais dentro dos assentamentos, pois “o lugar social é extremamente importante para o processo de formação da consciência” (MST, 2001a, p. 109).

Atualmente no RN, esse trabalho tem encontrado dificuldades para ocorrer. As diversas crises que o MST vem passando no País e, sobretudo, na região, acarretam menores condições de trabalho e, principalmente, deslocamento dos militantes que trabalham com a formação das bases.

3.3. Habitação de interesse social no campo

Durante o I Colóquio Habitat e Cidadania¹⁵, realizado em 2006, pesquisadores, órgãos públicos e movimentos sociais debateram a questão da habitação e da cidadania no campo como partes de um todo. Como resultado, elaboraram uma Carta que apontavam linhas políticas gerais a serem atendidas pelos órgãos governamentais. Dentre os pontos considerados no Manifesto, os que dizem respeito especificamente à habitação tratavam, sobretudo, da ampliação dos créditos, chamando atenção para a necessidade de se atender elementos indispensáveis: assistência técnica, infraestrutura para o habitat e metragem da habitação levando-se em consideração o tamanho da família, conforme trecho do Manifesto do I Colóquio Habitat e Cidadania:

Entendemos que esta dimensão do HABITAT representa um elemento fundamental para se acessar a cidadania. Nesse sentido apontamos como LINHAS POLÍTICAS GERAIS:

(...) 2. Criação de um programa de HABITAT DO CAMPO que congregue: programa, crédito, autogestão e assessoria técnica;

2.1 A regulamentação do crédito específico para habitação deve considerar as diferenciações regionais, a possibilidade de adoção de materiais diversificados, associado à contratação de assessorias técnicas específicas para acompanhamento dos projetos;

2.2 O valor do crédito da habitação deve estar associado à necessidade real de implantação do habitat como um todo;

(...)

PARAGRAFO ÚNICO: Assegurar um plano provisório de habitação para que o pré-assentado tenha condições mínimas de vida para participar do planejamento do assentamento.

¹⁵ Realizado pelo GERAH-UFRN em parceria com o MST-RN. O evento ocorreu no Centro de Formação e Capacitação do MST Patativa do Assaré, Ceará Mirim-RN.

5. Adoção de uma metragem mínima/per capita, qualidade técnica e conforto ambiental em conformidade com parâmetros internacionais como referência para o financiamento dos projetos de arquitetura em cada localidade.

Considerando a qualidade do debate efetivado e os temas aprofundados, REPUDIAMOS:

(...)

5. À redução da metragem mínima da habitação em 36 m², revelando a insuficiência do financiamento para a moradia. (I COLÓQUIO HABITAT E CIDADANIA, 2006, p. 2 e 3).

Esse recorte apresenta, de forma sucinta, a problemática que envolvia a habitação de interesse social no campo até aquele ano, cuja política era praticamente inexistente nas ações do Governo. Por esse motivo, o I Colóquio Habitat e Cidadania no Campo foi um marco que impulsionou a discussão sobre a temática e levou o órgão do governo responsável pelos assentamentos rurais – Diretoria de Infraestrutura do INCRA-DF, cujo diretor tinha sido superintendente do INCRA-RN durante a experiência do Maria da Paz – a ensaiar a construção do Programa Habitat e Cidadania, baseando-se nos pontos acima citados.

As políticas e ações destinadas aos assentamentos rurais, por sua vez, apresentam um nítido desconhecimento da habitação social, desde os parâmetros do parcelamento do solo, de definição do local de moradia, dos equipamentos necessários de uso coletivo – do sistema viário e de transportes, às possibilidades de infraestrutura. Apesar deste vácuo interdisciplinar, os poucos recursos destinados a esses fins são determinados pelo INCRA através de créditos dispersos: para a construção das habitações são coordenados pelo referido órgão, mas a oferta de equipamentos, como escolas e postos de saúde, por exemplo, são de responsabilidade das prefeituras. Além desses, existem também vários programas específicos¹⁶ que podem ser utilizados para complementar, pouco a pouco, os equipamentos e infraestrutura desses assentamentos humanos.

Quadro 2: Valores destinados para a construção das habitações através do Programa de Crédito Instalação (modalidade Aquisição de Materiais de Construção) aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária

ANO	VALOR
Até 2006	R\$ 3.000,00 (Instrução Normativa nº 34/2006)
2007	R\$ 5.000,00 (Instrução Normativa nº 40/ 2007) passando para R\$ 7.000,00 (Portarias nº 193/2007e nº 225/2007)
2009	R\$ 10.000,00 (Instrução Normativa nº 53/2009)
A partir de 2010	R\$ 15.000,00 (Instruções Normativas nº 58/2010; nº 67/2011; e nº 68/2011)

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas Instruções Normativas e Portarias do INCRA, disponíveis em: www.incra.gov.br

¹⁶ Como por exemplo: o Programa Luz para Todos, do Ministério de Minas e Energia, e o Programa Um Milhão de Cisternas, da rede de Articulação no Semiárido Brasileiro, através do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido.

Em meados de 2006, após experiências isoladas no Sul e no Sudeste do País e, no Nordeste, em Pernambuco, o MST, através de negociações, consegue recursos complementares do Ministério das Cidades no valor de R\$ 4.000,00 para, junto com o Crédito Habitação do INCRA de R\$ 7.000,00, construir as habitações dos assentamentos rurais. O repasse do recurso complementar se dá pela Caixa Econômica Federal – CEF, exigindo que o montante originário do INCRA fosse repassado às agências da CEF, que por sua vez passa a ser responsável pela gestão dos recursos. Assim, o andamento das obras passa a seguir os normativos do referido banco. A sua inclusão no processo de financiamento da construção das habitações dos assentamentos rurais foi um marco para os conflitos em torno da temática, dada a precariedade das condições de acompanhamento técnico do INCRA. Já a CEF, utiliza regras formuladas a partir da realidade urbana, que em diversas experiências são administradas pelos poderes estaduais ou municipais e construídas por empreiteiras capitalizadas, com projetos padronizados. Suas normas são imutáveis e seu corpo técnico raramente está presente, ou conhece o cotidiano dessas áreas e os problemas relativos à construção.

Cinco anos após a realização do I Colóquio, a discussão sobre a habitação social do campo é retomada no II Colóquio Habitat e Cidadania, em 2011, nos seus aspectos teóricos, práticos, políticos, sociais, culturais, técnicos e econômicos. Nesse sentido, sua proposta qualificou o debate, propondo, como destacamos a seguir:

[...] a articulação e a formulação de estratégias e ações que possam orientar mudanças significativas na política de habitação social no Brasil, cujo horizonte seria a *isonomia* de recursos, de atendimento, de tratamento, de consideração, enfim, de direitos entre o urbano e o rural (II COLÓQUIO HABITAT E CIDADANIA, 2011, p. 5).

As discussões apontaram uma enorme deficiência nos programas de financiamento da habitação social no campo, seja pelo valor insuficiente para a construção das moradias e infraestrutura necessária para o habitat, ou pelas normas pautadas em referências do universo urbano, totalmente incoerentes com a realidade dos assentamentos rurais. Ainda assim, as experiências apresentadas durante o evento mostraram que

[...] a articulação e mobilização das comunidades organizadas, em conjunto com assessorias técnicas, universidades e movimentos sociais, em direção à elaboração e execução de projetos de boa qualidade, foram ressaltadas como ações extremamente positivas (II COLÓQUIO HABITAT E CIDADANIA, 2011, p. 12).

Contudo, ainda que a parceria entre o MST e assessorias técnicas tenha apontado melhores soluções do ponto de vista qualitativo para os habitats dos assentamentos, não são suficientes para sanar o problema. As contradições entre os programas de habitação e as condições de

execução das mesmas por esses parceiros são difíceis de serem superadas sem que haja uma real redefinição do tipo de política implementada nessas áreas, apontada no II Colóquio como fragmentada e precária. Nesse sentido, esse Colóquio teve o papel de expor as consequências dessa “subpolítica”, como no trecho a seguir:

Os maus resultados obtidos na implantação de políticas públicas são encarados como decorrentes da falta de empenho e até mesmo capacidade dos seus beneficiários, e não da qualidade e factibilidade da política em si, invariavelmente marcada pelos baixos valores de investimento e pela burocratização. Entre os resultados estão a proletarização dos trabalhadores rurais; o abandono da terra devido à precariedade das condições de vida e trabalho, tornando muitas vezes impossível a permanência das famílias rurais no seu habitat; e a formação de uma massa de trabalhadores e desempregados fadados a uma condição de subcidadania (II COLÓQUIO HABITAT E CIDADANIA, 2011, p. 13)

3.4. Autogestão na construção da moradia

A adoção de formas alternativas de produção de moradia, como a autoconstrução e o mutirão, vem sendo propostas há décadas em países do terceiro mundo e da América Latina.

Desde 1960, organismos internacionais de financiamento, como o Banco Mundial, apoiados em reflexões de técnicos como Turner, vem propondo a incorporação dessas práticas sociais como forma de reduzir o custo unitário da casa popular e viabilizar financiamentos habitacionais para a classe trabalhadora. No Brasil, somente com a crise do Sistema Financeiro da Habitação é que a opção por formas alternativas de produção da moradia passaram a ser consideradas. No início dos anos 1980 a autoconstrução e o mutirão são apontados como alternativa pelo BNH e pelos governos estaduais e prefeituras.

Essas ações em nível local, no entanto, são desarticuladas da política urbana e buscam apenas reduzir o custo da produção da casa pela mão de obra gratuita, sem se preocupar com a qualidade da moradia, com a introdução de novas formas de gestão, com o desenvolvimento tecnológico e, principalmente, com a formulação de uma política habitacional global para o município (BONDUKI, 2000, p.38).

Anos de investigação, reflexão, proposição e luta foram necessários para serem desenvolvidas propostas inovadoras na política de provisão habitacional em algumas experiências pontuais fruto de um processo de elaboração conjunta de técnicos e movimentos como, por exemplo, as que tiveram lugar em Lages-SC, Fortaleza e Icapuí, no CE, Porto Alegre - RS e São Paulo, dentre outras. Em uma conjuntura de grande mobilização, potencializada pelo avanço do processo de democratização ao final e logo após o período de ditadura militar, a luta por moradia ganhou novas perspectivas.

Mesmo sem abandonar uma perspectiva reivindicatória, formularam-se propostas alternativas de gestão dos projetos habitacionais, influenciadas por um forte sentimento comunitarista (originário, em grande parte, das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica), por experiências trazidas do exterior, em particular das cooperativas habitacionais por ajuda mútua uruguaias e, também, pela busca de opções em políticas públicas (BONDUKI, 2000, p.39).

Nesse contexto, entre 1984 e 1985, foram desenvolvidos e implantados empreendimentos habitacionais na Região Metropolitana de São Paulo, tendo como base o mutirão autogerido, destacando-se: Vila Nova Cachoeirinha, Recanto da Alegria, AMAI, Vila Comunitária, Conjunto Adventista Fase 1, SAF II e Valo Velho. Essas experiências “tiveram papel decisivo: mostraram que organizações populares assessoradas por técnicos autônomos do governo, seriam capazes de administrar todo o processo produtivo” (BONDUKI, 2000, p.40), com apoio do poder público, prioridade e recursos.

A epopeia desses movimentos foi fundamental para testar no sentido de demonstrar sua viabilidade. Mais do que isso: plantando sementes e construindo territórios de utopia – espaços concretos, construções vivas, comunidades, ruas, festas –, esses movimentos “acenderam uma luz no fim do túnel”. E foram fundamentais na reflexão dos caminhos que deveriam tomar as políticas públicas baseadas no mutirão (BONDUKI, 2000, p.40).

O desafio de transformar a autogestão em política pública em São Paulo era mostrar que o mutirão autogerido poderia ser uma alternativa para garantir a produção em massa de moradias a baixo custo e em prazos relativamente curtos. De fato, segundo Bonduki (2000), de todos os programas desenvolvidos, os mutirões autogeridos apresentaram o melhor resultado em termos de qualidade, custo e participação popular.

A autogestão na produção da moradia é entendida por esse autor como:

[...] um processo de gestão do empreendimento habitacional em que os futuros moradores, organizados em associações ou cooperativas, administram a construção das unidades habitacionais em todos os seus aspectos, a partir de regras e diretrizes estabelecidas pelo poder público, quando este participa financiando o empreendimento (BONDUKI, 2000, P. 35).

Apesar dos bons resultados, conforme apontou Abiko e Coelho (2006), um aspecto problemático nos processos que envolvem sistemas de ajuda mútua é o longo prazo de execução.

Dada essa compreensão, a viabilização de programas que envolvam autogestão demanda uma releitura da função dos órgãos públicos, resistentes em aceitar a perda de seu papel de promotores. Essa questão institucional é central, uma vez que em programas com essa característica, a administração pública divide o poder com a sociedade organizada, “deixando de

ser promotora e passando a exercer apenas um papel de normatização, fiscalização e controle” (BONDUKI, 2000, p.43). Além disso, a autogestão é vista como um modo do Estado abrir mão de suas responsabilidades pelas correntes mais estatizantes. E ainda, “quando a autogestão é associada ao mutirão, a questão então se agrava, pois novamente se levanta a antiga concepção de que ele é sobretrabalho” (BONDUKI, 2000, p.43). Complementando,

Além das críticas de cunho político-ideológico, que destacam essa prática como forma de ampliar a exploração da força de trabalho (...) têm sido comuns análises que veem no mutirão um processo atrasado de produção habitacional (...). Apontam que o mutirão exige enorme aparato administrativo para seu suporte, utiliza sistemas construtivos arcaicos, gera imensos desperdícios, alonga exageradamente o tempo de obra, etc. E que, assim, os custos indiretos seriam tão elevados que anulariam as vantagens da utilização da mão de obra gratuita (BONDUKI, 2000, p.44).

Nos assentamentos rurais assessorados pelo GERAH, foi adotada a tipologia considerada pelos autores citados anteriormente como mutirão por cogestão, que para o Grupo, é chamada de mutirão assistido, no entanto, tem as mesmas compreensão e características. Nessa dissertação, ao se referir às experiências analisadas, utilizaremos a terminologia adotada pelo GERAH.

Apesar do quadro positivo pintado pelas experiências paulistas no que se refere ao mutirão, uma abordagem mais crítica é proferida por Lopes e Rizek (in CARDOSO e ABIKO, 2006), chamando atenção para o julgamento dos aspectos objetivos e aparentes desses processos de produção da moradia, propondo, assim, ultrapassar a visão simples de aplicação da mão de obra gratuita. Os autores apontam três aspectos daquilo que consideram inovador, “que se apresenta como novidade em relação às práticas historicamente promovidas” (p.48): novos processos de gestão popular de fundos públicos; novos procedimentos tecnológicos e novas formas de prática política e social.

Desde as práticas autóctones de ajuda mútua para a roça da mandioca entre os índios (o “muxirão”) ou entre pequenos agricultores que se auxiliam na lida do campo, passando pelas formas urbanas espontâneas de cooperação para a construção da casa, parece que o mutirão vai, aos poucos, agregando elementos de uma retórica que se estende para além do simples acordo para a organização do trabalho livre (LOPES e RIZEK, in CARDOSO e ABIKO, 2006, p.52).

A partir dessas referências, entende-se que a autogestão difere das práticas correntes de mutirão, enquanto sinônimos de ajuda mútua. As influências que fomentaram o pensamento sobre a produção de moradias por ajuda mútua a partir de princípios autogestionários no Brasil se dão, de acordo com esses autores, a partir das experiências uruguaias. Essas referências tinham uma carga política muito acentuada, elas foram disseminadas por técnicos e cultivadas pelos movimentos sociais e, em seguida, admitidas pelo poder público através de programas. No Brasil, essas referências uruguaias foram utilizadas em experiências no Sul e Sudeste, enquanto

no Nordeste, podem ser identificadas influências efetivas das ideias de Turner (LOPES e RIZEK, in CARDOSO e ABIKO, 2006).

A fundamentação teórica dos procedimentos autogestionários para a produção de moradias no Brasil a partir de experiências externas e o contexto em que foram criadas favoreceram as condições para o surgimento de um Movimento de Moradia, que por sua vez passa a demandar tais procedimentos. No entanto, ainda segundo os autores anteriormente citados, nas experiências externas havia um arranjo composto de organizações sindicais, planos e leis que regularam a produção autogestionária de moradia, além de cooperativas que admitiam a propriedade comum, enquanto que no Brasil, as ações se deram a partir de um movimento popular e de programas públicos desarticulados, ou, ainda, por associações comunitárias que atuaram como mediadores temporários entre os agentes financeiros e os mutuários.

Uma avaliação mais objetiva, realizada por Lopes e Rizek (in CARDOSO e ABIKO, 2006), sobre as experiências nas cidades de São Paulo, Fortaleza e Belo Horizonte, por se tratar de ações voltadas para a produção habitacional por ajuda mútua, orientadas a partir de pressupostos autogestionários, e articuladas a programas governamentais, apontou algumas considerações interessantes, as quais destacamos: “Não há como negar a que alto grau é possível reduzir custos de produção às custas das formas simples de aplicação organizada do trabalho do futuro morador” (LOPES e RIZEK, in CARDOSO e ABIKO, 2006, p.69-70), assim, no que se refere à racionalidade econômica desse tipo de experiência, os processos autônomos de gestão da produção da moradia podem gerar uma qualidade superior. Esta, por sua vez, depende da instrução e condução do processo, da capacidade de organização do grupo, da existência de assessorias técnicas qualificadas, e da disposição de infraestrutura institucional favorável para a gestão partilhada dos recursos, dentre outros pontos. Nesse sentido, não só o sistema construtivo e os materiais aplicados influem no resultado:

O que parece importar, no final, seria efetivamente a qualidade do sistema de produção como um todo, articulando qualidade do material, como ele é produzido, sua durabilidade, suas formas de aplicação, (...) com a estabilidade e longevidade da construção, conforto, adequação formal e funcionalidade espacial (LOPES e RIZEK, in CARDOSO e ABIKO, 2006, p.73).

A satisfação dos proprietários se dá, em grande parte, pelo método de idealização e execução: o processo de discussão do projeto de forma participativa contribui para as mais diversas formas de apropriação da moradia. Contudo, essa possibilidade não garante a inexistência de conflitos e a compreensão de todos. Os autores chamam a atenção para um fato importante: a condição de proprietário, operário e mutuário, ao mesmo tempo não isenta o sujeito de incompreensões e atitudes próprias do regime de propriedade privada:

Ao mesmo tempo em que este sujeito age como operário que aguarda ordens, também ordena e quer ser reconhecido como patrão; ao mesmo tempo em que defende a participação incondicional em todas as etapas do processo produtivo, não admite ingerências no espaço privado do seu regime de propriedade; ao mesmo tempo em que se permite discutir a administração coletiva das compras, não admite sua corresponsabilidade quando materiais e serviços não correspondem ao que havia imaginado; e assim por diante (LOPES e RIZEK, in CARDOSO e ABIKO, 2006, p.74).

Outro fato importante é que há nesses processos um grande investimento de esforços e movimento, que por sua vez exigem recursos e tempo, para cobrir os custos e trabalho exigido pelo Estado para avaliações, justificativas, análises e revisões de projetos para provar a eficiências dos mesmos, como afirma os autores: “a impecabilidade do processo burocrático (...) acaba implicando também custos excessivos para o trâmite de documentos, projetos e procedimentos práticos” (LOPES e RIZEK, in CARDOSO e ABIKO, 2006, p. 69-70).

No RN, desde a construção do primeiro assentamento-referência do MST assessorado pelo GERAH, o Grupo defende um método para o planejamento dos assentamentos rurais, que vem sendo avaliado e reestruturado constantemente com o acompanhamento da construção de novas experiências, tanto de construção como de reformas. No que se refere à habitação, a assessoria do Grupo aos assentamentos do Estado buscou desconstruir a referência dos modelos padrões de moradia, reproduzidos em todo o Brasil. Dessa forma, estabeleceu, por meio do trabalho participativo, a identidade de cada assentamento com projetos de habitações específicas a cada grupo social assessorado, que respondiam às suas necessidades e aspirações, sua organização, aos condicionantes físicos, ambientais e legais, além de se adaptar ao valor dos recursos disponíveis.

A questão da autogestão na construção da moradia suscita inúmeras discussões sob o olhar de diversas temáticas relacionadas à forma de obtenção de habitação pela classe trabalhadora, a maioria com foco na autoconstrução e no mutirão, sua necessidade e consequências para seus favorecidos (ou prejudicados) e para a cidade como um todo.

Uma interessante conferência dentro desse eixo temático e intitulada “O Vício da Virtude: Autoconstrução e Acumulação Capitalista no Brasil” foi apresentada pelo sociólogo Francisco de Oliveira¹⁷ durante um seminário¹⁸ de pesquisa em políticas habitacionais e moradia, que teve

¹⁷ Oliveira, 2006.

¹⁸ Seminário Políticas Habitacionais, Produção de Moradia por Mutirão e Processos Autogestionários: Balanço Crítico de Experiências em São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza, realizado na FAU-USP, com ciclo de debates promovido pela USINA - Centro de Trabalho para o Ambiente Habitado, pelo CENEDIC - Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania e pelo NAP-PLAC - Núcleo de Apoio à Pesquisa, Produção e Linguagem do Ambiente Construído.

lugar na FAU-USP em outubro de 2004 e foi publicada na Revista Novos Estudos e à qual se seguiram “respostas” dos arquitetos e professores Sérgio Ferro¹⁹ e João Marcos Lopes²⁰, no mesmo periódico.

Francisco de Oliveira (2006) problematiza o papel dos mutirões no contexto das estratégias para a construção de habitação popular no Brasil, argumentando que a autoconstrução é responsável pela depreciação do valor da força de trabalho dos trabalhadores e a conformação dos mutirões é criação de uma “comunidade ilusória, que não resiste um dia depois de concluídas as casas, para obrigar cada um a doar o próprio trabalho” (p.73).

O autor apresenta uma linha de raciocínio que sugere que quando os governos calculam o salário mínimo, levando em consideração a “cesta e bens” básica necessária para a sobrevivência de um núcleo familiar, o custo da habitação não é incluído, uma vez que se pressupõe a autoconstrução, que faz uso do valor da força de trabalho do próprio morador/construtor e isso, contribui para que ele ganhe (em teoria) menos do que se não se propusesse a construir sua própria moradia.

Todavia, para Ferro (2006), a conjuntura apresentada por ele só poderia ser real se o preço do salário ao qual o governo chegasse correspondesse fielmente ao valor da força de trabalho, o que não acontece já que “como ocorre com qualquer mercadoria, somente em condições de equilíbrio entre a oferta e a procura o preço se avizinha do valor” (p.230).

Portanto, o que ocorre na realidade é que ao invés da autoconstrução provocar a queda dos salários, o “exército de reserva de força de trabalho abundante” (FERRO, 2006, p.230) - que também constitui a parcela de desempregados do sistema formal de trabalho que alimentam os mutirões - provoca uma oferta de trabalho maior do que a procura, gerando baixa de salários, o que conseqüentemente diminui ainda mais a parte reservada deste montante para a habitação, levando a autoconstrução a se configurar como medida obrigatória e não alternativa.

Outro ponto chave da discussão é a formação de grupos organizados em prol do mutirão e a generalização deste tipo de provisão de habitação na forma de política pública. Segundo Oliveira (2006) os grupos coesos em prol dos mutirões de construção de suas habitações se dissolvem no exato momento em que a construção termina, já que os mutirões são

[...] soluções virtuosas que para que funcionem, é preciso um altíssimo grau de coerção [...] uma espécie de ilusão necessária. É preciso criar uma comunidade

¹⁹ Ferro, 2006.

²⁰ Lopes, 2006.

[...] uma identidade que não é real, que não subsiste senão pelo lado das pelas carências. [...] É preciso que exista um ente místico chamado povo para o mutirão funcionar, e esse povo é a comunidade. (Oliveira, 2006, p.73).

A compreensão de Francisco Oliveira sobre a criação destas tais “comunidades ilusórias” foi questionada tanto nos debates que se seguiram após sua fala, quanto no texto de Sérgio Ferro publicado dois meses depois da conferência. Nesta última ocasião, Ferro (2006), apoiando-se no Manifesto do Partido Comunista, reitera que

[...] a união que Marx prega é a dos que não têm mais nada a perder, dos totalmente carentes [...] De qualquer modo, Marx valoriza essas iniciativas menos como solução (não há saída dentro do sistema, essa é a tese de base da “Questão da moradia”, de Engels) mas como meio para consolidar a consciência de classe, da ativa e da desempregada (p. 234).

Seguindo esta mesma linha, ainda na primeira ocasião, Mariana Fix (integrante do LABHAB da FAU-USP) também defendeu um olhar diferenciado sobre as práticas de autogestão, argumentando que os integrantes de um mutirão autogerido não pretendem que esta prática se generalize como solução para a habitação, mas questionam a forma como as políticas públicas e o mercado imobiliário tratam a questão da habitação.

O arquiteto João Marcos Lopes (2006) problematiza a questão do mutirão autogerido, apresentando-nos uma perspectiva do projeto político que envolvia essa iniciativa, na década de 1980, e dos enfiamentos atuais. A partir da diferenciação entre o objeto – a casa – e a sua estrutura de produção, o referido autor explica que na década de 1980 acreditava-se ser possível intervir no hiato entre um e outro através da construção autogerida. Ou seja, o processo de autogestão favoreceria a mudança do lugar estrutural da produção da moradia, através das relações políticas entre agentes e o modo de se pensar o objeto arquitetônico, “o qual, por sua vez, ajustaria os rumos em direção a um socialismo reinventado por entre os escolhos do socialismo real”. Conforme explica Lopes, esperava-se

[...] que o processo de organização autogestionária dos indivíduos em torno da produção de sua própria moradia ensaiariam formas superiores novas até mesmo de organização social da cidade: falava-se, por exemplo, que a organização das classes populares em torno de um determinado processo autônomo de gestão produtiva e reprodutiva de segmentos urbanos promoveriam, a médio prazo, “áreas libérrimas” da cidade. (p.222).

Entretanto, a partir de sua prática o autor aponta que a expectativa inicial de mudança da estrutura não se concretizava, percebendo-se assim um esvaziamento de conteúdo das concepções ideológicas originais desses processos autogeridos de produção de moradia. Não obstante, diante do contexto atual o autor nos encoraja a persistir e reinventar a própria ação, olhando diretamente para os conflitos e as questões ainda não investigadas.

3.5. A organicidade nos acampamentos e assentamentos coordenados pelo MST

De maneira geral, conforme o *Dicionário da educação do campo*, organicidade significa “o movimento orgânico presente em suas estruturas organizativas e as relações entre elas” (CALDART, *et al.*, 2012, p. 336).

Para o MST, mais precisamente, essa expressão indica

[...] o processo através do qual uma determinada ideia ou tomada de decisão consegue percorrer de forma ágil e sincronizada o conjunto das instâncias que constituem a organização, desde o núcleo de base de cada acampamento e assentamento até a direção nacional do MST, em uma combinação permanente de movimentos ascendentes e descendentes capazes de garantir a participação efetiva de todos na condução da luta em suas diversas dimensões (CALDART, 2000, p. 162).

Nesse sentido, representa o movimento do coletivo. Pereira e Molina (2010) exemplificam: é a relação entre as diversas partes do todo, entre as tarefas e seus objetivos, entre as pessoas que participam do processo de construção da coletividade, implicando num fluxo permanente de informações e ações, ou seja, a dinâmica cotidiana que assegura a continuidade da organização coletiva.

É a partir dessa concepção que o MST busca o fortalecimento da estrutura organizativa de maneira que possa garantir uma rede entre suas diversas instâncias, distribuindo o poder e praticando a democracia. A ampliação da participação das famílias e o funcionamento dessa rede dependem da formação do quadro de militantes e dirigentes para atender aos critérios de organização da estrutura proposta como elemento aglutinador. Dessa forma, de acordo com Bogo (1999), essa organização precisa ser dinâmica e compreensível, ter unidade interna e ser orientada a partir dos objetivos estabelecidos.

É preciso que as massas atuem em atividades permanentes independentemente de seu poder de mando, permanecendo coesas pela estrutura orgânica e pelos objetivos elaborados coletivamente (BOGO, 1999, p. 47-48).

Essa estrutura orgânica é formada a partir de Núcleos de Base, Brigadas, Setores, Coordenação e Direção, formando uma composição horizontal, onde todas as formas de organização de base passam a funcionar como instâncias de decisão, numa democracia participativa (MST, 2008). É através dessa organicidade que os princípios do Movimento são aplicados no cotidiano.

A configuração dessa organicidade, de acordo com a *Cartilha de Apoio 2 - Programa de Formação para a Cooperação e Organização dos Assentamentos* (MST, 2008), pode ser apresentada, resumidamente, da seguinte maneira:

As primeiras instâncias são constituídas na base, nos acampamentos e assentamentos: são formados Núcleos de Base compostos por dez famílias, em média, coordenados por um homem e uma mulher. São os Núcleos de Base que determinam a resolução dos problemas mais imediatos e encaminham assuntos mais gerais para às instâncias seguintes através de diretrizes, além disso, também executam as tarefas decididas nas reuniões das Brigadas e Direções.

Outro elemento importante da organicidade do Movimento são os chamados Setores, formados para tratar de questões mais específicas. Eles existem em praticamente todas as instâncias do Movimento, como por exemplo: “Educação”, “Frente de Massa”, “Comunicação e Cultura”, “Formação”, “Produção, Cooperação e Meio Ambiente”, “Saúde e Gênero”, “Finanças”, dentre outros.

Para cada cinco Núcleos de Base, em média, são formadas Brigadas de cinquenta famílias, cuja função é a de acompanhar a organicidade nos acampamentos e assentamentos. Elas são divididas por Setores e coordenadas por um homem e uma mulher, mais uma pessoa para cada Setor.

Cada dez brigadas de 50 famílias compõem uma Brigada de 500 famílias. Agora, com uma Direção, que representa o comando político, formada por dois dirigentes (um homem e uma mulher) mais um dirigente de cada Brigada de 50 famílias e além desses um dirigente de cada Setor; e também uma Coordenação, formada por toda a direção citada e também os coordenadores de cada um dos Núcleos de Base.

Para dirigir e coordenar todo o Estado, há a Direção Estadual e a Coordenação Estadual. Na Coordenação é que são definidas as linhas políticas de atuação do Movimento, que se dão a partir de pelo menos dois encontros por ano, e que reúnem todas as pessoas que integram as direções e coordenações das Brigadas de 500 famílias do Estado. Já a Direção Estadual, formada por dois dirigentes (um homem e uma mulher) de cada Brigada de 500 famílias, mais dois representantes (um homem e uma mulher de cada setor), tem a função executiva, e pautam suas atividades a partir das deliberações da Coordenação Estadual, bem como da Direção e da Coordenação Nacional. Todos os anos são realizados os Encontros Estaduais, que objetivam reunir o maior número possível de militantes.

Assim como nos Estados, há também uma Direção Nacional, composta por dois dirigentes (um homem e uma mulher) de cada Estado, e uma Coordenação Nacional, que além dos membros da Direção, é composta por pelo menos um homem e uma mulher de cada Estado para cada Setor. A cada dois anos são realizados os Encontros Nacionais, e a cada cinco anos o Congresso Nacional.

Guterres (2008) esclarece que a organicidade do MST foi construída a partir da realidade, das necessidades impostas, e não de uma abstração. O Movimento assume um método de direção coletiva, que está intimamente relacionada a uma estrutura orgânica e horizontal:

Percebemos que a única forma de termos de fato uma direção coletiva é se as famílias assentadas e acampadas estiverem organizadas em núcleos e possam discutir os problemas enviando suas sugestões para a direção (MST, 2008, p.123).

Seu significado e conteúdo compreendem, portanto, a ampliação da participação, além de outras questões: “elevar o nível de consciência das famílias; formar militantes – quadros; ter o controle político do espaço geográfico; implantar os círculos orgânicos”, entre outros (MST, 2008, p. 127).

A organicidade do MST é fundamentada nas reflexões de Gramsci sobre centralismo democrático, sobre o sentido orgânico das estruturas, como explica Guterres (2008):

[...]notamos que esta configuração da organicidade do MST porta valiosos princípios de gestão horizontal e participação popular, imprescindíveis para a construção de uma sociedade em que seja possível uma efetiva democratização dos cargos e dos poderes das autoridades, compatível com a não menos necessária democratização dos meios de produção, especialmente a terra. Deste modo, portanto, a categoria gramsciana de centralismo democrático, os princípios organizativos do MST e sua organicidade podem ser encarados como um “estatuto” concreto e dinâmico que, diante dos fatos sociais, ao invés de ser imposto a seus integrantes, contribui para que trilhem da maneira mais segura e eficiente possível o rumo de um horizonte mais digno (p. 170).

Ainda assim, nos acampamentos e assentamentos os desafios são grandes. O Movimento reconhece suas fragilidades internas e por isso aponta a necessidade de uma estrutura orgânica que lhe dê sustentação. Os trabalhadores sem terra estão dispostos a um movimento permanente, lutando para alcançar seus objetivos e satisfazerem seus interesses. Portanto, segundo Bogo (1999), esse movimento não pode se acomodar com a conquista da terra, uma vez que os diversos problemas que continuam existindo devem ser superados com a participação e o esforço coletivo.

Através da organicidade, que é a relação das diferentes dimensões da vida humana com as diferentes áreas de atuação da organização, da convivência social e política, é possível aprofundar e controlar os aspectos relacionados com o comportamento ético ou moral dos camponeses, tanto em relação à organização como também ao comportamento na vida social que estabelecemos (BOGO, 1999, p. 146).

O estudo de GOMES (2009), sobre a construção da organicidade no Assentamento 26 de Março, no Pará, demonstrou que o fio condutor para o sucesso e desenvolvimento das famílias acampadas e/ou assentadas é a constituição da estrutura organizativa interna. Ela relaciona o seu

fortalecimento e/ou fragilidade ao desempenho das lideranças que coordenam as instâncias, mas enfatiza:

[...] as formas organizativas, como os arranjos sociais em geral, são sempre provisórias, susceptível de questionamentos, revisões, adaptações, reorientações, em resposta tanto ao caráter reflexivo da vida social (que implica no monitoramento permanente das práticas) quanto às próprias transformações nas correlações de força entre grupos sociais interdependentes (p. 134).

3.6. A dimensão cotidiana dos assentamentos rurais

Neste subcapítulo foram reunidos conceitos de Henri Lefebvre que contribuem para a análise e compreensão dos processos de construção coletiva dos habitats dos assentamentos coordenados pelo MST, no que se refere aos grupos e sua relação com o Movimento, observados do ponto de vista da cotidianidade.

A sociologia da crítica da vida cotidiana de Lefebvre (1961) evidencia aspectos da experiência humana no nível da práxis. Todavia, este nível depende da sociedade global, como esclarece o autor:

No capitalismo monopolístico do Estado que conhecemos, a ruptura entre a vida cotidiana e os outros aspectos da práxis esperam o máximo; a vida cotidiana é subordinada [...] por uma hierarquia de funções (p. 133, tradução nossa).

Os assentamentos rurais representam, para além de seus aspectos físicos e jurídicos, um “agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais” (CARVALHO, 1999, p. 7), assim, para abarcar sua dimensão social é imprescindível observar sua cotidianidade.

O sentido da cotidianidade atribuído por Lefebvre (1961) enquanto pesquisa é propositivo: ela não deve se satisfazer com a definição de contornos, de forma a generalizar os quadros empíricos. Mais do que isso, ela “se preocupa em saber em que, e sobre o que pensar para transformar a vida cotidiana. Ela se concebe na práxis como prática” (LEFEBVRE, p. 134, tradução nossa). Entende-se, dessa forma, que o cotidiano tem um significado político relevante. Baseando-se nessa conclusão, Lacombe (2007, p. 147) afirma que a leitura de Lefebvre é “(...) capaz de orientar uma atuação social transformadora”.

Nesse nível de análise, ou seja, no cotidiano dos grupos, alguns elementos são essenciais para sua compreensão, conforme destaca Lefebvre (1961). Seu estudo crítico revela a tática e a estratégia dos grupos, observadas a partir de suas ambiguidades, de forma que a cotidianidade, enquanto realidade, se constata no nível das táticas, onde se observam as forças e as relações. No

recorte desta pesquisa, o nível da tática é bastante visível nos assentamentos, quando após a conquista da terra pelo grupo, começam a surgir os conflitos de interesses.

Contudo, é no nível das estratégias - traduzidas no campo da ação e da decisão – que ocorrem os eventos e momentos históricos que implicam na transformação da vida cotidiana. Relacionando ao objeto desta pesquisa, vários são os momentos em que uma estratégia é formulada para alteração de situações conflituosas, o que evidencia a importância dos conflitos nesse movimento de transformação. No momento do acampamento, em especial, é a organicidade do grupo que orienta a estratégia maior da luta.

A realidade se apresenta entre o nível estagnado da vida dos grupos, onde não há nenhum ato e domina o trivial, e o nível da tática, onde ocorrem os momentos de assembleias e discussão coletiva. É a partir desse encontro que se vislumbra a verdadeira transformação no cotidiano de suas vidas.

Logo que os grupos se isolam, eles se degeneram; eles param de existir ‘no ato’. Se sustentar já implica uma ação e luta, portanto, relação (...). Na degeneração, os grupos se decompõem em elementos dispersos, grupinhos e indivíduos. A cotidianidade calha no trivial. Os momentos em que a estratégia predomina são os grandes momentos históricos, as efervescências. A estratégia dá sentido aos grupos (...). O sentido é drama. É a estratégia do grupo que a constitui. Ela o criou (LEFEBVRE, 1961, p. 138, tradução nossa).

Para Lefebvre (1961), todos os grupos sociais possuem uma tática e uma estratégia, conscientes ou não, latentes ou reveladas. Há também, tanto para os indivíduos como para os grupos, um futuro mais ou menos incerto que eles mesmos elaboram como resultado de suas condições. No MST, elas são definidas através de seus congressos e das ações de seus dirigentes e brigadas.

Sua espontaneidade e vitalidade se refletem em representações ou se formulam através de representações ideológicas, mas são os líderes que pensam, que formulam as opiniões, definem atitudes, cristalizam os comportamentos. Eles projetam diante dos grupos as imagens do possível e do impossível (LEFEBVRE, 1961, p. 138, tradução nossa).

Há aqui um elemento importante: o papel dos líderes como observadores externos que avaliam as chances de perda e vitória, e apostam, de forma que a coletividade joga sem saber. São eles os mentores, conscientes dos riscos, reservam a verdade pra si. Assim, os grupos jogam, mas não sabem que jogam. Aqueles que percebem claramente as chances ou os defeitos do jogo são, de acordo com Lefebvre (1961), desmoralizados. Só o chefe recebe as informações exatas, avalia as chances e as traduz em orientações. A ideologia possui um papel dúbio de entreter a ambiguidade entre a ilusão e o estímulo, as representações do outro que as depreciam e exaltam.

Assim, um dos aspectos mais perigosos da liderança e da ideologia é exaltar a moral, dissimulando as possibilidades do erro, aumentando efetivamente as chances de vitória. Só ele sabe que ele joga e que seu jogo sério se situa no centro do drama. É dele a responsabilidade dos mal entendidos, do desconhecido, ou até mesmo da mentira ideológica. No volume final desta dissertação, buscaremos esclarecer melhor como se dá este processo nas instâncias do Movimento.

Situando nossa observação sobre a cotidianidade trágica desses grupos, ou seja, o jogo dramático a que se encontram na busca de uma melhoria para suas vidas, Lefebvre (1961) define o cotidiano:

[...] é de um lado uma modalidade de organização empírica da vida humana, e de outro, acúmulo de representações que mascaram esta organização, sua contingência e seus riscos. Onde dá a impressão que a vida cotidiana é 'realidade' (p. 141, tradução nossa).

A respeito do recorte de análise da pesquisa, Lefebvre (idem) define dois níveis, que implicam os tipos de relações existentes e sua ligação com a práxis: os níveis macro e micro sociológicos. Para a sociologia, o nível micro é onde

[...] perpetuam-se as relações imediatas de pessoa para pessoa [...] que implicam laços de dependência direta e de rivalidade [...] Está no micro que a vida tem direitos, a espontaneidade que alimenta a prática cultural; é a raiz da vida social. No entanto, é no nível macro que se tomam as decisões (LEFEBVRE, 1961, p. 143,145, tradução nossa).

O nível macro delinea uma totalidade, onde se desenvolvem as estratégias e os confrontos, é, portanto, o nível do político, enquanto que no nível micro observam-se suas partes, onde estão os recursos e os objetivos. Neste trabalho, busca-se retratar o nível macro quando é descrita a problemática a que o tema da pesquisa está relacionado, sua estrutura. Já o nível micro está representado na análise feita sobre os quatro assentamentos que compõem recorte espacial, através dos elementos de análise que englobam as partes e as relações existentes em cada um. Este instrumento de análise permite mostrar como um evento que acontece no nível macro não tem o mesmo desenvolvimento no nível micro, dessa forma, aponta claramente as contradições existentes entre a política de habitação implementada e a (falta de) condição de realização da mesma, verificadas nos conflitos vivenciados pelos assentados, por exemplo.

Aproximam-se dos conceitos dos níveis macro e micro sociológico a compreensão de ordem próxima e ordem distante. Lefebvre descreve este primeiro como a ordem das relações dos indivíduos em grupos, mais ou menos organizados e estruturados, e a relação existente entre eles, enquanto que a ordem distante é a ordem da sociedade, regulada pelas instituições, por códigos

jurídicos, pela cultura e por outros conjuntos (Lefebvre, 2001). A cidade é um exemplo desse sistema de ordem: ela contém a ordem distante, mantendo, por exemplo, relações de produção e propriedade, e, ao mesmo tempo, está contida na ordem próxima, uma vez que se projeta sobre o plano do cotidiano.

Lefebvre (1961) ainda escreve sobre duas categorias analíticas relacionadas aos processos, são o contínuo e o descontínuo. Ao analisar um fenômeno observa-se que seu decorrer é sempre contínuo, no entanto, é o descontínuo que conduz a forma ou a formalização das situações de aproximação, encontro ou confronto, a relação entre parceiros, são geralmente aqueles momentos citados anteriormente, as rupturas que marcam a transformação no cotidiano dos grupos. Mas é o contínuo que irá religar as discontinuidades. A importância desses conceitos para este trabalho está na compreensão de que os processos englobam elementos de contingência, de subjetividade e de relativismo, de ligação e implicação entre momentos e continuidades.

A problemática é observada a partir de um contínuo que transcorre o processo histórico de resistência do campesinato brasileiro e a luta por uma Reforma Agrária e, mais especificamente, na ação do MST como principal agente continuador e potencializador da luta pela terra. E, ao mesmo tempo, parte de um descontínuo em que, apesar da conquista de terra por um número significativo de famílias, ainda se discute a precariedade das condições de vida nos assentamentos rurais e ainda se luta por uma cidadania para seus habitantes. É nesse descontínuo que o objeto desta pesquisa se coloca, nos processos de construção coletiva das moradias dos assentamentos como continuidade da organicidade do Movimento nesses espaços. Nesse sentido, há, por um lado, a compreensão de que os conflitos nesses processos resultam do contínuo da história (a dificuldade do MST em acompanhar seus assentamentos, em consequência da necessidade de adaptar constantemente suas estratégias de luta em função das respostas que o Estado e o sistema capitalista lhe dão), e por outro, o entendimento de que precisam ser superados para contribuir num retorno vantajoso ao contínuo.

Lefebvre (1961) considera interessante observar as variáveis estratégicas e conjunturais existentes nesses descontínuos. A primeira se interessa pela parte estática do fenômeno, já a segunda diz respeito às relações, os acidentes e as interações. Por conjuntura, entende-se como algo mais do que o evento ou o contingente,

[...] é a pressão de alterar suas estruturas, é inevitável em suas estratégias de integração, em uma palavra, é a história, é estável, a definição, o fixo, o diacrônico, então, o que irá tornar-se a ruptura (LEFEBVRE, 1961, p. 151, tradução nossa).

Todos esses pontos relacionados são uma proposta de análise dialética dos fenômenos. Considerando a relatividade das coisas, em constante transformação, e a relação intrínseca entre elas, o peso da totalidade sobre suas partes, e ao mesmo tempo a implicação dessas na totalidade, o micro e o macro se relacionando, a tática e a estratégia se confrontando e a construção de um contínuo a partir dos descontínuos. A própria natureza dos processos analisados neste trabalho exige uma reflexão dialética, observando-se a cotidianidade a partir de categorias específicas, que por sua vez se dá através de instrumentos de análise, como se pode ver no método que propomos para a análise do nosso objeto, que destaca a relação entre a construção coletiva dos habitats dos assentamentos e a sua organicidade, como já apresentamos na introdução do trabalho.

Existem outras bases teórico-metodológicas possíveis de aproximação com o tema desta dissertação, inclusive a partir das referências de Henri Lefebvre, como menciona Oliveira (2011)²¹ em sua tese. Seja do histórico de outras experiências, relatadas nos itens relativos aos assentamentos e acampamentos rurais, à habitação de interesse social ou aos processos de autogestão, seja nos itens em que se descrevem o habitat e o habitar, a organicidade do Movimento e, ao final, o cotidiano. Em todos eles objetiva-se aproximar ou relacionar os conceitos a uma práxis. Finda, portanto, nas considerações de Lacombe (2008, p. 171) ao se referir sobre a teoria da crítica da vida cotidiana de Henri Lefebvre:

Isso aponta para um modo de pensamento que não se quer estático, uma teoria que se propõe a falar da realidade confrontando-se com os temas e as questões postas em pauta por essa mesma realidade. Desta feita, o que vale (...) é buscar nesse modo de pensar (dialético) e nos problemas com quais ele se defronta a capacidade de se fazer uma leitura teórica do mundo social. Nesse sentido, essa teoria só é capaz de ainda interpretar o mundo quando se coloca nele e diante de seus problemas e debates. Ela nasce de uma questão imediata e dada no contexto de sua elaboração e ela exige esse confronto com o real e com o vivido para ser mobilizada como interpretação válida do mundo social.

²¹ OLIVEIRA, Cinthia S. Henri Lefebvre: Possibilidades teórico-metodológicas para Arquitetura e urbanismo. Tese de doutorado (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

4. OS MUTIRÕES ASSISTIDOS NOS ASSENTAMENTOS DO RN

O GERAH considera como elementos norteadores do projeto do habitat: as diretrizes de organização dos assentamentos, formuladas pelo MST; a frequência dos percursos percorridos (diariamente, assiduamente e eventualmente); as faixas etárias dos moradores que necessitam percorrer cada distância; a proximidade entre o habitat e a maior concentração de infraestrutura básica; a distância entre o habitat e os caminhos diários do gado (refletindo no planejamento do uso do solo, à medida que há uma integração entre o plano de produção do assentamento e o parcelamento do solo); facilidade entre o cumprimento das tarefas familiares, coletivas e de organização; e integração entre o projeto do habitat, o parcelamento do solo e o desenvolvimento sustentável do assentamento, baseada numa abordagem agroecológica e a construção de um processo de educação ambiental (BORGES, 2006).

Tendo como principais referências metodológicas pesquisas desenvolvidas pelo grupo e conceitos de Henri Lefebvre, o método adotado pelo GERAH cria parâmetros para o desenho de assentamentos rurais, enquanto reflexo do vivido e das expectativas de organização do Movimento, através de um processo de planejamento participativo. Dessa forma, articula várias ações na construção de uma proposta metodológica de organização do espaço, aplicando o conhecimento científico em projetos populares, na construção de alternativas às necessidades específicas dos assentamentos coordenados pelo MST e visam colaborar na construção de assentamentos rurais de grupos específicos de famílias que precisam produzir, consumir e se organizar em espaços limitados ou contíguos.

Entre os principais objetivos com a pesquisa participante, destacam-se:

- Traduzir para o espaço físico-territorial a proposta de descentralização do poder nos assentamentos do MST, através da nucleação da sua coordenação e da releitura de suas necessidades;
- Aprender a administrar conflitos entre o saber técnico e o saber popular, entre o desejo de mudança e os vícios adquiridos no vivido; e
- Capacitar o MST para a gestão e a construção dos seus assentamentos, de forma a enfrentar possíveis desvios dos demais agentes envolvidos e/ou a desenvolver seu conhecimento técnico (BORGES, 2006, p.58)

A proposta metodológica de planejamento e construção de assentamentos rurais utilizada pelo GERAH sugere a participação dos assentados e dos militantes do Movimento em todas as etapas da elaboração dos projetos e na construção de seus habitats. A participação desses agentes no processo faz com que cada um dos segmentos envolvidos contribua com seu conhecimento no desenvolvimento das propostas.

Dentro desse processo, é necessário estabelecer quais são os papéis a serem desempenhados pelos agentes envolvidos. No tocante à assessoria (o GERAH), cabe a orientação técnica, a busca de alternativas menos onerosas e de melhor qualidade, além da procura pela diminuição dos problemas que surgem no processo. Por outro lado, ao MST cabe a orientação e direção das ações do coletivo, influenciando nas equipes de trabalho formadas, no controle do processo organizativo e na administração dos conflitos. Os assentados contribuem com a análise da situação do presente, a opção por dirigir os recursos para sua remuneração ou para a qualidade da sua moradia, e a responsabilidade de decidir os rumos do processo.

O trabalho se desenvolve a partir de diversas etapas: primeiramente, para o conhecimento da realidade que vai se tratar, é necessário o convívio frequente com as condições em que vive o grupo social, e esse contato se faz por meio de visitas semanais ou quinzenais à área; o conhecimento das referências e aspirações das famílias é obtido com a aplicação de questionários sobre o vivido, o presente e os sonhos com relação ao assentamento e a sua moradia; em um segundo momento, a troca de conhecimento se constrói a partir do trabalho lúdico de oficinas para a conscientização da dimensão espacial e utilização de recursos e materiais alternativos, como por exemplo, o uso de maquetes para auxiliar na leitura dos projetos, bem como o conhecimento da área e do meio natural por intermédio dos próprios assentados. Durante esse processo, o auxílio do Movimento na organização e orientação dos grupos (núcleos ou associações) e na coordenação de assembleias, permite atender, de forma mais adequada, às reais necessidades do grupo, e, assim, atingir os seus objetivos.

Para o planejamento da construção das habitações, o GERAH se fundamenta na organicidade do Movimento e do assentamento para a elaboração das equipes de força de trabalho para o mutirão. Assim, quando são apresentadas e discutidas todas as etapas da obra, as equipes de trabalho são divididas após a deliberação conjunta entre as partes envolvidas e o GERAH. O trabalho de capacitação da mão de obra para a construção só foi possível na primeira experiência do Grupo, no Assentamento Maria da Paz. Nas demais experiências com financiamento do INCRA, essa falta tem sido compensada com o acompanhamento de um responsável técnico durante a construção. Nos assentamentos onde o financiamento da habitação é complementado com recursos da CEF, é obrigatório o desenvolvimento de um projeto social durante o processo de construção, que, nas áreas assessoradas pelo GERAH, se configura também com o curso de capacitação dos mutirantes.

Na Microrregião de Baixa Verde, onde estão concentradas propriedades passíveis de desapropriação por improdutividade, o MST consolidou os primeiros assentamentos. Nela e em

seu entorno, o chamado Mato Grande, estão localizados a maioria dos assentamentos originários da luta do MST no Estado. É nessa região, nos municípios de João Câmara e Ceará Mirim, onde estão localizadas as duas experiências-referência de assentamentos rurais construídas a partir da parceria da Universidade com o MST e INCRA.

O Assentamento Maria da Paz, localizado em João Câmara, e o Assentamento Resistência Potiguar I, em Ceará Mirim, são assentamentos-referência no processo de planejamento e construção do habitat. O processo do Maria da Paz perdurou por muito tempo, sendo que as fases do planejamento e construção das habitações duraram aproximadamente três anos, tendo sido concluídas as habitações em 2005. O Assentamento Resistência Potiguar I iniciou seu processo de planejamento em 2006, e a construção das habitações do assentamento foi concluída em 2007.

Outras áreas de assentamento foram trabalhadas a partir das referências da Metodologia do GERAH, algumas contribuindo com a formulação dessa metodologia, outras, colaborando com o aperfeiçoamento da mesma. Algumas das áreas trabalhadas foram: Eldorado dos Carajás, em Mossoró-RN, o maior assentamento rural do Estado; e Bernardo Marinho, Quilombo dos Palmares e Roseli Nunes, nos municípios de Pureza, Macaíba e Ielmo Marinho, mais recentemente.

Esse é o contexto em que se encontram os habitats assistidos pelo GERAH dentre os assentamentos coordenados pelo MST no RN. Todavia, esse panorama apresenta apenas o recorte que a assessoria da Universidade, por meio do Grupo, conseguiu alcançar. Ainda assim, percebe-se que muito precisa ser feito para garantir a qualidade de vida nesses espaços, às vezes isolados espacial, político, social e economicamente. Esta dissertação busca observar os processos de construção coletivas desses habitats de maneira a entender quais são suas especificidades, seus principais conflitos e de que forma superá-los.

4.1. A (difícil) construção coletiva das moradias dos assentamentos rurais diante da sua nova forma organizativa – as associações

O processo de construção das moradias dos assentamentos Bernardo Marim, localizado no Município de Pureza-RN, e Roseli Nunes, localizado em Ielmo Marinho-RN, ambos iniciados em 2008, exigiu adaptações decorrentes, sobretudo, dos procedimentos exigidos pelo novo agente que passou a integrar o universo da habitação social rural: a Caixa Econômica Federal. Os dois assentamentos receberam recursos conjuntos do INCRA e da CEF, ficando o valor total sob a gerência do banco referido, dessa forma, as exigências contratuais e normativas deste agente passaram a reger o andamento dos processos.

Quanto à administração, foi realizada pela Associação Estadual de Cooperação Agrícola do Rio Grande do Norte (AESCA), organização jurídica do MST no RN, que teve o papel de entidade organizadora nos contratos de financiamento desses dois assentamentos. Nas duas experiências, ela coordenou o levantamento de dados, documentos e projetos para serem entregues à CEF, que analisou todo o dossiê e apresentou um parecer com as mesmas exigências para os dois assentamentos.

Quanto à documentação das famílias, em ambos os casos houve aquelas que possuíam alguma restrição com a Receita Federal, de forma que para essas não foi possível efetivar o financiamento, sendo excluídas do contrato. Dessa forma, suas moradias foram construídas apenas com os recursos do crédito instalação do INCRA.

Compondo a documentação a ser apresentada à CEF, foi desenvolvido um dossiê com informações sobre o perfil socioeconômico do grupo, além de um Projeto Social a ser desenvolvido durante todo o período da obra, elaborados pela assistente social do Movimento, Ana Paula Sarmento, que também fazia parte da equipe de ATES. Parte do projeto social apresentado foi elaborado em conjunto com o GERAH e se fundamentou na ideia de organizar e capacitar o grupo para o mutirão. Dessa forma, foram planejadas oficinas para definição das equipes e para a estruturação do canteiro de obras, incluindo a construção de um almoxarifado; bem como um curso de formação de mutirantes, para capacitar os assentados nas responsabilidades que assumiriam. O curso compreendia aulas expositivas para compreensão dos projetos, planilhas, materiais e técnicas de construção e, principalmente, sobre o andamento do processo de acordo com os normativos da CEF, que por sua vez, implicaria numa postura diferenciada no planejamento, na compra, utilização e armazenamento dos materiais de construção, bem como os serviços que seriam executados em etapas. Além dessas aulas expositivas, também incluía aulas práticas para cada etapa de construção – locação, fundação, instalações, entre outras. Além desse foco para a capacitação dos mutirantes para a obra, o projeto social também compreendia, a partir da demonstração do interesse das mulheres assentadas, como cursos de artesanato. O acompanhamento da implementação desse projeto também previa a discussão e encaminhamento de outras necessidades observadas e/ou reivindicadas durante o processo, conforme mostra seus objetivos:

OBJETIVO GERAL: Garantir a participação social das famílias beneficiadas pelo crédito para habitação do INCRA e Caixa Econômica Federal, articulando ações para atender as necessidades básicas desta população e melhorar suas condições de habitabilidade e inclusão social.

OBJETIVOS ESPECIFICOS:

- Assegurar as condições de acompanhamento e participação das famílias em todas as fases da proposta;
- Fomentar a organização dos envolvidos, a constituição de grupos, para que se possa promover uma gestão comunitária;
- Garantir atividades de Educação Sanitária e Ambiental, visando estimular novos hábitos e atitudes na comunidade;
- Realizar o Curso de Preparação da mão de obra para capacitar as famílias para a execução da obra;
- Fomentar a organização do mutirão;
- Realizar o Curso de Artesanato com coco, de modo a garantir renda para as assentadas;
- Capacitar as famílias para o acompanhamento das obras;
- Contribuir para a melhoria das condições de renda;
- Viabilizar a melhoria da assistência à saúde durante a implementação da proposta; e
- Viabilizar a criação da Comissão de Acompanhamento das Obras – CAO, através da eleição democrática de três beneficiários (Projeto de Trabalho Técnico Social do Assentamento Bernardo Marim, AESCA, 2008).

A obrigatoriedade de um projeto social durante o desenvolvimento das obras foi uma exigência do novo agente, mas seu acompanhamento encontrou dificuldades no decorrer do processo dos dois assentamentos, sobretudo pelo tempo transcorrido de toda a ação, mudança de profissionais técnico sociais e a dificuldade do próprio Movimento em dispor de condições para que seus técnicos ou os próprios militantes cumprissem a função.

O dossiê técnico, com os projetos do habitat e das moradias, quantitativos de materiais e orçamento, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo e especificações técnicas, foi elaborado pelo GERAH, que também participou das reuniões e negociações com o INCRA e com a CEF enquanto Assistência Técnica do MST. Após análise do setor de engenharia do banco, foram propostas alterações nos projetos das moradias, referentes à área construída, sob a justificativa de que o valor total do financiamento (R\$ 11.000,00) não seria suficiente para a construção da habitação. A análise dos técnicos se baseou nos valores do custo médio da construção civil, referenciados no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, utilizado nacionalmente pela CEF nos programas habitacionais que gerencia.

Conforme esclarecimento de Jorge Costa, Arquiteto da Gerência de Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal (GIDURNA/RN) que acompanhou a construção das moradias dos assentamentos, as análises da CEF passam, dentre outras ações, pela verificação do memorial descritivo e do orçamento para visualizar a exequibilidade financeira e técnica dos mesmos, tendo os valores do SINAPI como parâmetro. Além disso, há também regras normativas com relação à área máxima permitida, baseadas na compreensão do Governo Federal de construir um

maior número de unidades habitacionais menores. Portanto, a avaliação dos projetos apresentados pelo MST passou por essas questões.

Uma avaliação geral, tomando como base o valor do custo médio da construção do SINAPI para o RN no mês de janeiro de 2008 (R\$ 547,83/m²), há de fato uma discrepância exorbitante entre a área construída dos projetos apresentados e a área plausível para a construção. Dessa forma, mesmo a avaliação tomando como base as suas especificações técnicas, particularizando-as como tipologia de habitação de interesse social rural, a área construída aceita pela CEF foi redefinida nos dois casos.

Outra condição importante determinada pela CEF é inclusão de responsáveis técnicos pelos projetos e acompanhamento das construções. Esse é, sem dúvida, um ponto importante para garantir a qualidade das habitações e que não era levado em consideração pelo INCRA.

Apesar de determinar condições válidas para a melhoria das condições de habitação, a inclusão da CEF no processo de financiamento da construção de moradias nos assentamentos rurais ampliou os conflitos no decorrer de todo o processo. Uma vez que as regras utilizadas por este agente para direcionar o desenvolvimento das obras são formuladas a partir de realidades urbanas, cujos projetos são muitas vezes administrados pelos poderes estaduais ou municipais, ou também por empreiteiras que possuem capital de giro para investir na construção, a sua efetivação por um movimento social torna-se difícil. As normas do referido banco, em resumo, determinam que para a liberação de recurso é necessário primeiramente a execução dos serviços, que por sua vez é constatada a partir de vistoria técnica realizada por técnicos desse agente; outra exigência é o cumprimento exato do cronograma físico-financeiro, ao passo que, nas experiências analisadas, para driblar essa cobrança, foram necessárias muitas negociações. Esses pontos foram importantes geradores de grande parte dos conflitos ocorridos.

Essas questões apresentadas configuraram um sistema novo e, sobretudo, mais complexo para os demais agentes do processo – MST, assentados, INCRA e assessoria técnica. Sem dúvida, representaram desafios operacionais, logísticos, técnicos e organizativos bem maiores que as experiências anteriormente conhecidas. Entretanto, temos a compreensão de que as dificuldades foram potencializadas pelo fato de haver, no caso dos assentamentos Bernardo Marim e Roseli Nunes, uma configuração política que dificultou o trabalho coletivo, essencial para o processo. A expectativa da possibilidade da volta da criação de associações nos assentamentos coordenados pelo MST e, posteriormente, a existência de duas associações antagônicas somou dificuldades na medida em que os conflitos político-organizativos prejudicavam o universo organizativo e técnico da produção das moradias.

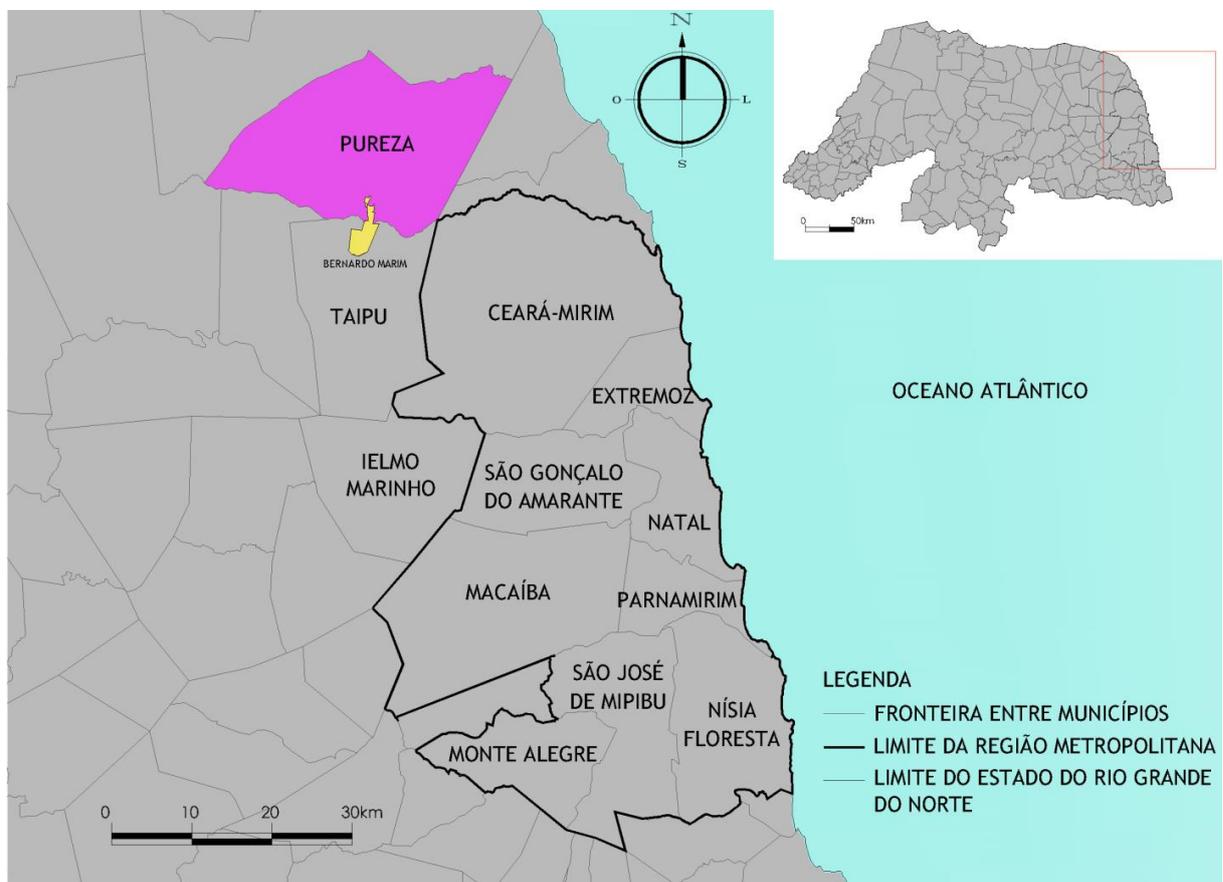
Muito embora tenham sido apontados até aqui contextos comuns aos dois assentamentos, sua configuração e processo possuem particularidades muito importantes de serem destacadas, levando-se em consideração que o objetivo desta pesquisa é entender essas especificidades e como interferem no surgimento e/ou superação dos conflitos. Para tanto, a seguir, será apresentada uma caracterização de cada experiência, apontando variáveis específicas a cada uma delas.

4.1.1. O mutirão no assentamento Bernardo Marim

O assentamento Bernardo Marim está situado oficialmente no município de Pureza-RN, distante 64 km de Natal-RN. Entretanto, a área da antiga fazenda Pureza II se estende também para o município de Taipu. A distância do assentamento até o centro urbano mais próximo é de 4km.

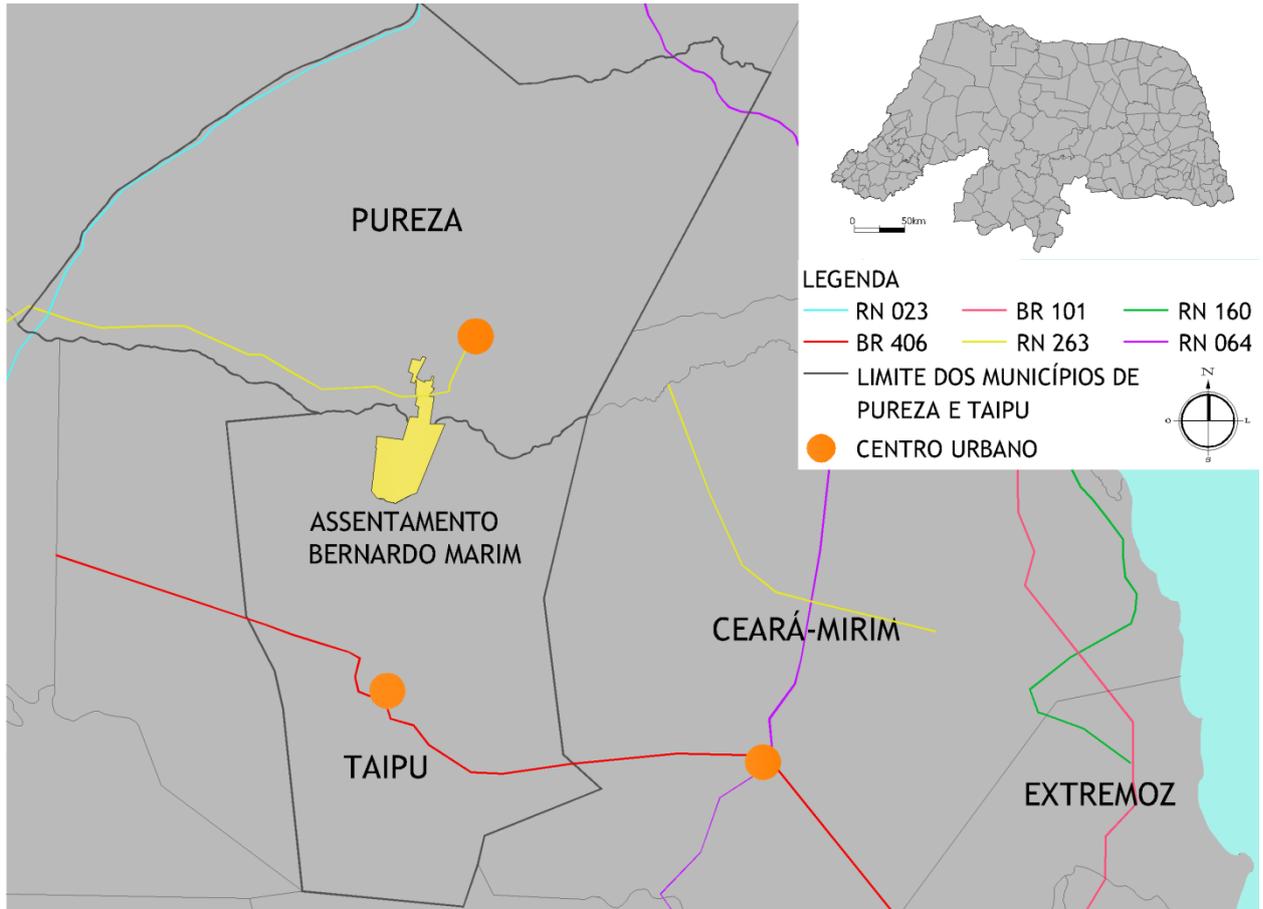
O histórico da sua ocupação, descrito a seguir, foi construído a partir de entrevista com assentados e lideranças do MST. Para atender aos objetivos desta dissertação, foram destacados os pontos referentes à forma, à organização e ao trabalho coletivo durante o processo do acampamento. Este foco também será dado quando forem descritas as etapas do pré-assentamento e do processo do mutirão de construção das moradias.

Figura 3: Localização do Município de Pureza e Assentamento Bernardo Marim



Fonte: Elaborado pela autora a partir de base cartográfica do INCRA, 2013

Figura 4: Localização do assentamento Bernardo Marim em relação aos centros urbanos mais próximos.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de base cartográfica do INCRA, 2013.

Como pode ser visto no quadro a seguir, a luta pela conquista do assentamento transcorreu durante o seguinte período:

Quadro 3: Linha do tempo/histórico dos momentos do assentamento Bernardo Marim.

LINHA DO TEMPO - HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO BERNARDO MARIM															
1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
<i>7 anos</i>							<i>3 anos</i>			<i>5 anos</i>					
Formação do acampamento							Obtenção da área e criação do assentamento			Início da construção das moradias					Moradias em nível de habitabilidade

Fonte: Elaborado pela autora.

4.1.1.1. A luta pelo assentamento

A luta pela conquista do assentamento começou em 1998, a partir de ações de mobilização coordenadas pelo MST para a formação do acampamento, montado na frente da antiga Fazenda Pureza II. Apesar da proximidade com o centro urbano de Pureza, as famílias acampadas não tinham acesso a água, o que lhes dava uma condição precária de sobrevivência. De acordo com informações de Lucenilson Ângelo, dirigente do MST que acompanhava as ações do setor de frente de massas naquele período, foi um processo bastante conflituoso, com sucessivas ordens de despejo e necessidade de reestruturação do acampamento.

Sempre existiu uma escola no acampamento, onde eram realizadas aulas para jovens e adultos, além das reuniões de organização dos núcleos ou com a militância do MST. Além das reuniões, momento importante de exercício da organicidade, os acampados também participaram de ações de luta do MST, como ocupações e marchas, por exemplo.

Figura 5: Habitat do pré-assentamento Bernardo Marim.



Fonte: GERAH, 2008.

Tratava-se de uma ocupação pequena, dada às dificuldades anteriormente mencionadas. Poucas famílias resistiam ao longo período do acampamento, sendo necessárias várias ações de

massificação para a sua manutenção, de forma que, só depois da vistoria do INCRA e parecer favorável, e através de um trabalho de base realizado na comunidade de Capela, do município de Ceará Mirim, e também em Pureza, deu-se encaminhamento ao processo de desapropriação. Assim, o Movimento negociou uma área do imóvel para a produção das famílias – cerca de 50 – assim, as que formavam o acampamento puderam aguardar o restante do processo. Esse histórico assinala que grande parte das famílias hoje assentadas não participou de todo o processo do acampamento.

4.1.1.2. A conquista e a estruturação do assentamento

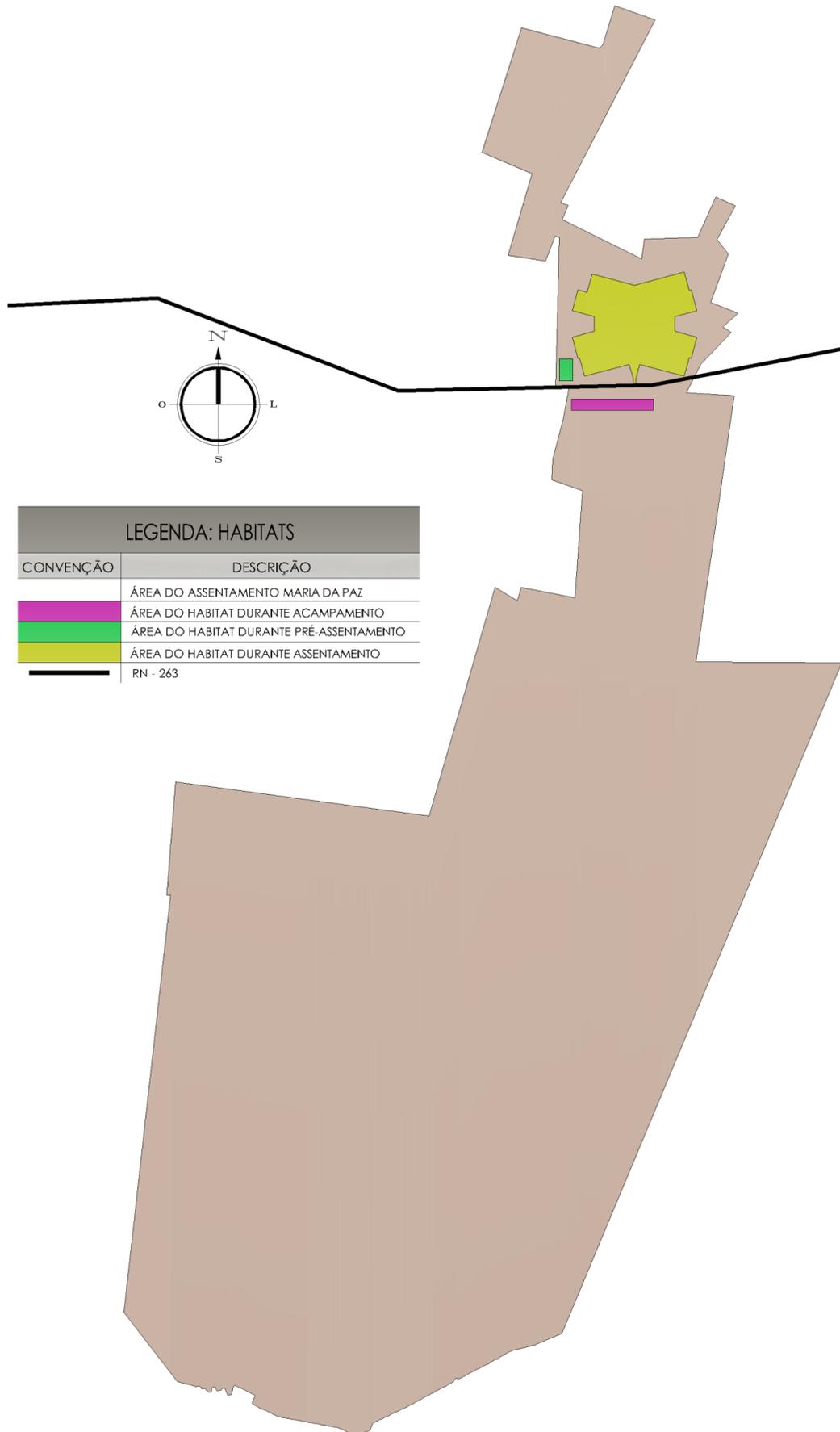
A obtenção da área se deu em 2005, após sete anos de luta, 47 famílias, das quais, apenas 4 participaram de todo o período do acampamento. Segundo Maria Rosineide, dirigente estadual do MST e moradora do assentamento Bernardo Marim, a seleção do grupo se baseou no critério de permanência, não havendo dificuldades ou conflitos. Assim sendo, os barracos foram reconstruídos dentro do novo assentamento, junto à entrada da propriedade.

O habitat do pré-assentamento se configurou a partir de duas ruas, onde se distribuía as habitações provisórias construídas em taipa pelas famílias. Assim como no acampamento, uma escola também foi construída com os mesmos materiais utilizados para as moradias - comumente madeira, palha ou chapas de zinco, reaproveitadas de placas de divulgação.

As reuniões para a organização do novo assentamento eram realizadas na escola ou, como de costume, na sombra das árvores. Nelas, eram discutidos pontos como a estruturação das famílias em núcleos e definição de responsáveis pelas demandas relativas aos setores, como educação, saúde, produção, entre outras; a obtenção de água e energia para o novo habitat; o planejamento da produção; a aquisição dos créditos de instalação, dentre outros. Havia também um pequeno comércio – uma mercearia – organizado por uma das famílias.

O grupo estava organizado em quatro Núcleos de Base, estruturados tendo como referência as relações de parentesco ou afinidade, estabelecidas desde o período do acampamento. Cada núcleo era coordenado por um homem e uma mulher, eleitos por seus integrantes, conforme orientação política do MST. No pré-assentamento, o acompanhamento do Movimento foi facilitado pelo fato de haverem militantes orgânicos assentados – três, inicialmente, hoje apenas dois – que se dividiam entre as responsabilidades locais com os assentados e de coordenadores e dirigentes regionais e/ou estaduais.

Figura 6: Localização dos habitats no momento do acampamento, pré-assentamento e implantação do habitat definitivo.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de base cartográfica do INCRA, 2013.

Figura 7: Imagem aérea da implantação do habitat concentrado do assentamento Bernardo Marim conforme projeto e localização dos barracos do pré-assentamento



Fonte: Google Maps. Ano: 2010.

Figura 8: Imagem aérea ampliada do habitat do pré-assentamento Bernardo Marim



Fonte: Google Maps. Ano: 2010.

No final do ano de 2006, iniciaram as discussões sobre os projetos das moradias das famílias, que, em acordo com os assentados, seriam construídas com recursos do INCRA (R\$ 7.000,00), por meio do Crédito Instalação (modalidade Aquisição de Materiais de Construção), e com o complemento do Ministério das Cidades (R\$ 4.000,00), resultado das negociações do MST, via Caixa Econômica Federal.

O processo de discussão dos projetos foi coordenado inicialmente pela arquiteta e urbanista Vivianne Soares, que compunha a equipe do MST de Assessoria Técnica, pelo Programa ATES, acompanhada dos militantes e do coordenador da brigada de construção Pedro Ferreira. O projeto da moradia e do habitat concentrado para o assentamento foi debatido com as famílias, chegando-se a uma proposta aprovada por elas e que sofreu posteriormente duas alterações: primeiramente por exigência da CEF para a contratação dos projetos, como já foi esclarecido, e em seguida pela assessoria técnica, como providência pelos gastos excessivos com material de construção nas etapas de locação e fundação, acarretando um desvio significativo no orçamento, impossibilitando a sua construção conforme o planejamento (ver figuras 9, 10 e 11).

Os projetos foram definidos, mas o tempo de espera para o início das construções começou a incomodar os assentados. As negociações nacionais do MST com o Ministério das Cidades se deram entre 2005 e 2006 e foi essa conquista que fundamentou a proposta de aguardar a efetivação dos créditos nos Estados e os ajustes do INCRA e da CEF para dar entrada com os projetos. No entanto, esse processo durou até o final de 2007.

Pela demora nas negociações entre MST e CEF, as famílias começaram a pensar em desistir do complemento do recurso, havendo um movimento no sentido de construir suas moradias apenas com o crédito do INCRA. A partir de então o GERAH passou a acompanhar diretamente

o processo, participando de reuniões para a reavaliação das condições e possibilidades da proposta. Assim, com a influência significativa do MST, as famílias voltaram atrás na decisão e o Movimento deu início ao trabalho de organização dos projetos e da documentação necessária para a contratação do financiamento na CEF. Entre a imissão de posse e o início da construção das moradias passaram-se três anos.

Figura 9: Ilustração do projeto da habitação do assentamento Bernardo Marim aprovado pelas famílias.



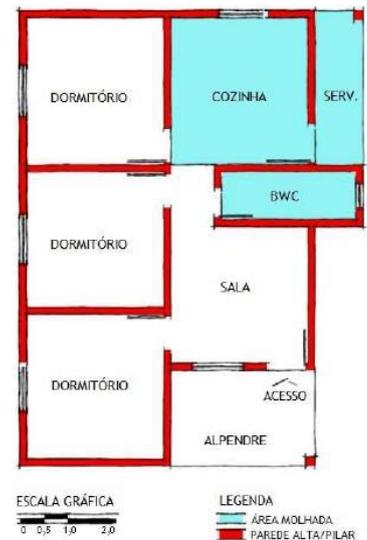
Fonte: Elaborado pela autora com base no projeto de Vivianne Soares (Anexo C)

Figura 10: Ilustração do projeto da habitação do assentamento Bernardo Marim com alterações exigidas pela CEF.



Fonte: Elaborado pela autora com base no projeto de Vivianne Soares (Anexo C)

Figura 11: Ilustração do projeto da habitação do assentamento Bernardo Marim alterado pelo GERAH.



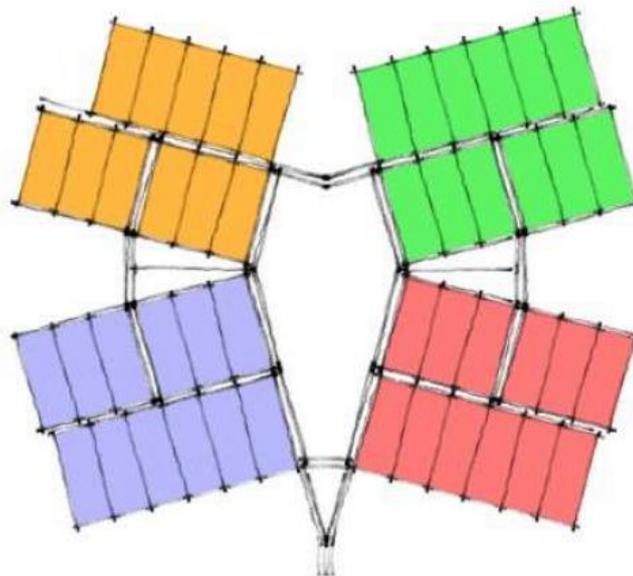
Fonte: Elaborado pela autora com base no projeto do GERAH

4.1.1.3. O processo de construção das moradias

O período do planejamento e construção das moradias, entre 2008 e 2012, representa o recorte temporal desta análise. Ele está descrito a partir dos pontos representativos do objeto destes estudos: o mutirão e a organicidade. Portanto, apresenta-se a seguir, uma caracterização deste processo, de acordo com os elementos de análise elaborados para o estudo.

No que se refere à organicidade, considera-se importante destacar questões sobre o processo de conquista do assentamento, a organicidade das famílias e o acompanhamento do MST. Como exposto anteriormente, a fase da ocupação para a obtenção do assentamento durou sete anos, situação que implicou na resistência de poucas famílias em todo o processo, de forma que apenas 04 das famílias assentadas participaram de todo o período do acampamento. Foi, portanto, uma experiência bastante desgastante para o MST e essas famílias – pelo longo tempo. Todavia, para uma maioria significativa dos assentados, o processo teve impacto diferente no que se refere a experiências de coletividade e relação de vizinhança. Além do período extenso do acampamento, no Bernardo Marim ainda foi necessário aguardar três anos para iniciar a construção das moradias, que por sua vez, durou mais cinco anos para sua conclusão. Essa questão, bastante complexa pelo desgaste na organização política e do trabalho coletivo, no caso desse assentamento, representa o período de luta mais longo das experiências analisadas nessa pesquisa.

Figura 13: Esquema do planejamento do habitat do assentamento Bernardo Marim.



Fonte: Elaborado pela autora com base no projeto de Viviane Soares (Anexo C).

As famílias estavam organizadas inicialmente em quatro Núcleos de Base, originários do arranjo do acampamento, conforme instruções do Movimento. Mais tarde, já durante o mutirão habitacional, essa formação se desfez com a criação de associações, desconstruindo a

organização dos núcleos. A primeira delas, Associação Familiar Bernardo Marim, criada em 2009, presidida por um assentado adverso ao MST, agregava 35 famílias do assentamento. Em 2011 fundou-se a segunda associação, Associação Camponesa Bernardo Marim, com o intuito de agregar as 12 famílias que apoiavam o Movimento. Com o andamento da construção das obras, muitos conflitos ocorreram por razão das discordâncias entre as duas associações. Em 2012, a associação favorável ao MST passou a reunir a maioria das famílias do assentamento (40), enquanto que a primeira mantém apenas 07 das famílias iniciais.

O acompanhamento do MST ao assentamento teve particularidades, em razão de haver assentados que fazem parte da Direção Estadual e Nacional. Durante as negociações com as famílias para o contrato com a CEF, a direção estadual do MST esteve presente, e durante os dois primeiros anos (2008 a 2009) o militante do Setor de Produção do Movimento responsável pela a questão da habitação acompanhou o processo, juntamente com um militante com experiência como mestre de obras, atribuindo-lhe esta função no mutirão. Os militantes responsáveis pela região onde se localiza o assentamento não estiveram presentes em nenhuma das visitas ou atividades realizadas pela assessoria técnica durante o processo de construção das moradias, esta demanda foi atendida, por solicitação do GERAH, através de outros militantes e da direção estadual em outros momentos. Após esse período, o MST passa a não mais acompanhar o andamento das atividades, sua atuação se deu excepcionalmente em momentos de assembleias e reuniões com os demais agentes envolvidos no processo.

Figura 14: Momentos de reunião com o MST e GERAH.



Fonte: GERAH, 2008.

No que diz respeito ao mutirão, alguns pontos foram destacados para enfatizar questões técnicas e organizativas que influenciaram diretamente o andamento do processo construtivo, como as alterações nos projetos, o acompanhamento técnico e a organização do processo construtivo.

Como já se sabe, o financiamento das habitações teve parte dos recursos do INCRA, através do Crédito Instalação, na Modalidade Aquisição de Materiais de Construção (7 mil reais), e um complemento via CEF, através do Programa Carta de Crédito Rural/FGTS, na Modalidade Construção de Unidades Habitacionais Coletivas (4 mil reais). O valor total, de 11 mil reais por família, foi agenciado pelo referido banco.

A assessoria técnica para o processo se deu desde a discussão do projeto da moradia, com a arquiteta e urbanista da ATES/MST e o GERAH, e posteriormente apenas com o GERAH, no planejamento do mutirão e do canteiro de obra, através de um curso de formação de mutirantes. O acompanhamento da construção se deu durante o primeiro ano, duas vezes por semana, passando depois para apenas uma, dada a morosidade no andamento da obra, que por sua vez foi gerada pelas dificuldades decorrentes das exigências da CEF, resultando em paralisações do processo e desmobilização do grupo. As visitas, além de terem como objetivo a orientação técnica e vistoria dos serviços executados, resultavam também em reuniões políticas e organizativas, onde era esclarecido o andamento do processo e discutidos os problemas e soluções dos conflitos surgidos. O GERAH, portanto, assumiu o papel dos outros agentes ou pela ausência desses e, como consequência, foi muitas vezes responsabilizado pelos entraves ocorridos.

A construção das habitações se deu por etapas, acompanhando uma sequência de serviços, de forma a garantir a qualidade técnica e a evolução equilibrada das 37 moradias, conforme o cronograma apresentado à CEF. Foi construído um almoxarifado coletivo, em taipa, para a guarda dos materiais de construção, que funcionou apenas no primeiro ano. Quanto à organização do mutirão (método, equipes, configuração do canteiro), foram formadas as seguintes equipes: de compras, com a responsabilidade pela pesquisa e negociações de compra dos materiais de construção, funcionou desde o início, sofrendo algumas alterações na sua formação; de finanças, responsável pelo controle do pagamento de notas fiscais e mão de obra, que trabalhou desde o início; almoxarifado, responsável pelo controle dos materiais, seu recebimento, conferência e distribuição, ocorreu apenas no início e com dificuldades; e equipes de construção (especialmente nesse assentamento, os assentados com experiência em construção civil eram poucos, assim, só foi possível trabalhar com mão de obra mutirante nas etapas de fundação, instalação sanitária e contrapiso.

Figura 15: Acompanhamento da etapa de locação das moradias do assentamento Bernardo Marim.



Fonte: GERAH, 2008.

Figura 16: Acompanhamento da etapa de supraestrutura.



Fonte: GERAH, 2010.

Figura 17: Moradia do assentamento Bernardo Marim em fase de acabamento.



Fonte: GERAH, 2012.

A partir da etapa de alvenaria, foi contratada uma empreiteira que executou, além da alvenaria, os serviços de supraestrutura, esquadrias e cobertura. Para a execução das instalações elétricas foi contratado um eletricista, que executou, juntamente com um dos assentados, as instalações em todas as casas. Os serviços restantes foram realizados de forma individual por cada família,

seja por autoconstrução ou com a contratação de pedreiros); além dessas equipes, também existia um apontador, responsável pelo acompanhamento das equipes de construção, anotação e apresentação dos dias de trabalho, funcionou em praticamente todo o período em que houve mutirão; o contramestre era assentado, tinha a responsabilidade de acompanhar os serviços realizados pelas equipes de construção, especialmente quando a assessoria técnica não estava presente, mas, desenvolveu seu trabalho apenas nas etapas iniciais da construção; por fim, havia também um gerente operacional, pessoa que representava a AESCA e tinha como responsabilidade a operacionalização do processo, controle e organização dos documentos e prestação de contas. Cabe destacar que, nos últimos dois anos, um único pedreiro, alojado no assentamento, contribuiu para a finalização dos serviços pendentes, muitas vezes de forma voluntária.

No processo de construção das moradias do assentamento Bernardo Marim surgiram muitos conflitos, que se deram a partir de diferentes interações. A dificuldade de desenvolvimento das obras com as exigências feitas pela CEF promoveu muitos entraves e representou um conflito durante todo o curso do mutirão. Essa relação assentados e MST *versus* CEF foi constantemente mediada pela assessoria técnica, colaborando com o Movimento na busca por soluções e estratégias técnicas, organizativas e políticas. Foram necessárias inúmeras negociações para considerarem as particularidades das situações e concessões.

Outros conflitos surgiram a partir das exigências técnicas cobradas pela assessoria e as formas tradicionais de construção dos mutirantes e até mesmo dos trabalhadores contratados. As mudanças no projeto ou execução de serviços realizados pelos assentados começaram a ocorrer a partir de pequenas ações da equipe de compras e das famílias que faziam parte da associação contrária ao Movimento, portanto, contrárias também ao processo. Nesse ponto, destacamos um caso em especial, promovido por assentados que também fazem parte da militância do Movimento, com papéis na direção estadual e nacional: a opção por comprarem e assentarem portas diferentes das especificadas no projeto em sua moradia representou um recurso possível para as demais famílias – conflito que rendeu várias reuniões da coordenação e R\$ 3.000,00 a mais no orçamento de gasto para a compra das esquadrias. A partir daí, compra de materiais diferentes do especificado, alterações no local de aberturas e alterações na planta baixa do projeto foram eventos constantes. Em razão disso, a assessoria técnica teve dificuldade em conter essas alterações, sendo necessário justificá-las à CEF, em razão da execução diferente do projeto contratado. Para tentar minimizar os problemas causados por essas alterações realizadas pelos assentados, foram feitas várias negociações com a CEF e o INCRA. Dada a ausência do INCRA no acompanhamento do processo, este agente ficou, de certa forma, neutro. Assim, em situações

mais conflituosas, o INCRA colaborou como mediador, a pedidos do GERAH, em negociações com comerciantes ou mesmo com a CEF.

O fato de existir no assentamento uma associação contrária ao Movimento e ao processo do mutirão trouxe conflitos que envolviam diretamente a relação MST e GERAH *versus* assentados. Foi sugerido pela associação contrária que a assessoria e a entidade organizadora se retirassem do processo, em algumas ocasiões, com ameaças por parte do presidente daquela associação. Na mesma esfera, também ocorreram conflitos entre os assentados, pelas divergências entre associações.

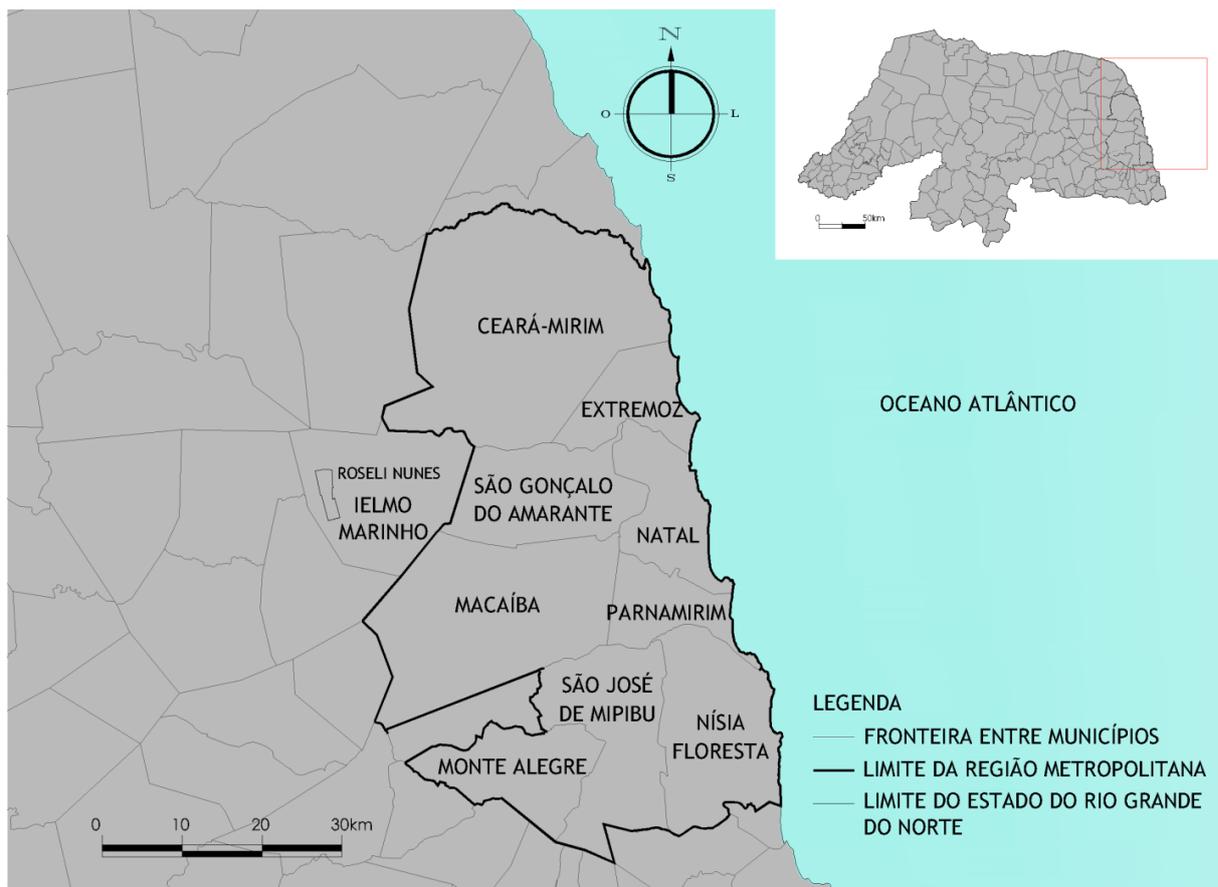
A relação entre o MST e o GERAH também foi conflituosa, assim como ocorreu com os assentados, os militantes também não compreendiam que algumas insistências feitas pela assessoria técnica não diziam respeito ao seu método em si, como, por exemplo, a necessidade de cumprimento do cronograma de obra e das etapas de serviços. Essas eram exigências contratuais que a CEF apontava como essenciais. No entanto, diversas vezes foi necessário fazer reuniões entre a direção do Movimento e o GERAH para esclarecimento do papel e responsabilidades de cada agente.

Num balanço geral do processo de construção das moradias do assentamento, destacamos algumas questões importantes para a nossa análise e que representam ou resultam desses conflitos: a necessidade de adaptação e diminuição do projeto, propostas pela assessoria técnica a partir da percepção de que não seria possível cumprir com a estratégia de se construir primeiramente a área indicada pela CEF e, em seguida, o que foi chamado de ampliação (um terceiro quarto, área de serviço e o depósito), complementando a execução do projeto elaborado e aprovado pelas famílias. O tempo transcorrido entre a elaboração dos projetos e orçamentos e início da construção resultou em uma defasagem dos valores apresentados na contratação e, junto a isso, as dificuldades da equipe de compras nas primeiras aquisições de materiais, foram o suficiente para, na conclusão dos primeiros serviços (locação e fundação), o orçamento vir a ter um furo considerável, sendo necessário um replanejamento para cumprimento dos projetos conforme foram contratados. Ainda assim, e incitado mais uma vez pela demora do processo e consequente aumento de preço dos materiais, o projeto reelaborado pelo GERAH não foi cumprido em todas as especificações – as moradias chegaram até certo grau de habitabilidade, ficando sem a execução de vários serviços como revestimento, alguns itens de instalações elétricas e hidrossanitárias, dentre outros. Não há como generalizar no que se refere a esses serviços que faltaram pelas muitas alterações realizadas pelas famílias, dessa forma, as casas apresentavam níveis diferentes de habitabilidade – algumas poucas cumpriram com a sequência

na execução dos serviços e alcançaram esse nível satisfatório (tinham segurança e instalações completas, faltando apenas executar serviços de acabamento) e muitas outras, pelo contrário, por optarem pela execução de reboco ou revestimento de piso, ainda necessitam cumprir com a conclusão nas instalações ou assentamento de janelas (ver Anexo A: Planilha de andamento da construção das moradias do assentamento Bernardo Marim, p. 115). Essa diferenciação resultou em projetos praticamente individualizados, fomentando suspeita de desvio de recursos por parte dos assentados e, para o Movimento, desconfiança no método. Isso representa a perda na referência de coletividade que existiu, por exemplo, quando na elaboração do projeto. Houve, portanto, como resultado desse longo processo e desses inúmeros desentendimentos, um grande desgaste no relacionamento da assessoria técnica com os assentados, do MST com os assentados e também do MST com o GERAH, a ponto da maior liderança envolvida com o processo se afastar e sair do Estado.

4.1.2. O mutirão no assentamento Roseli Nunes

Figura 18: de localização do Município de Ielmo Marinho e Assentamento Roseli Nunes.

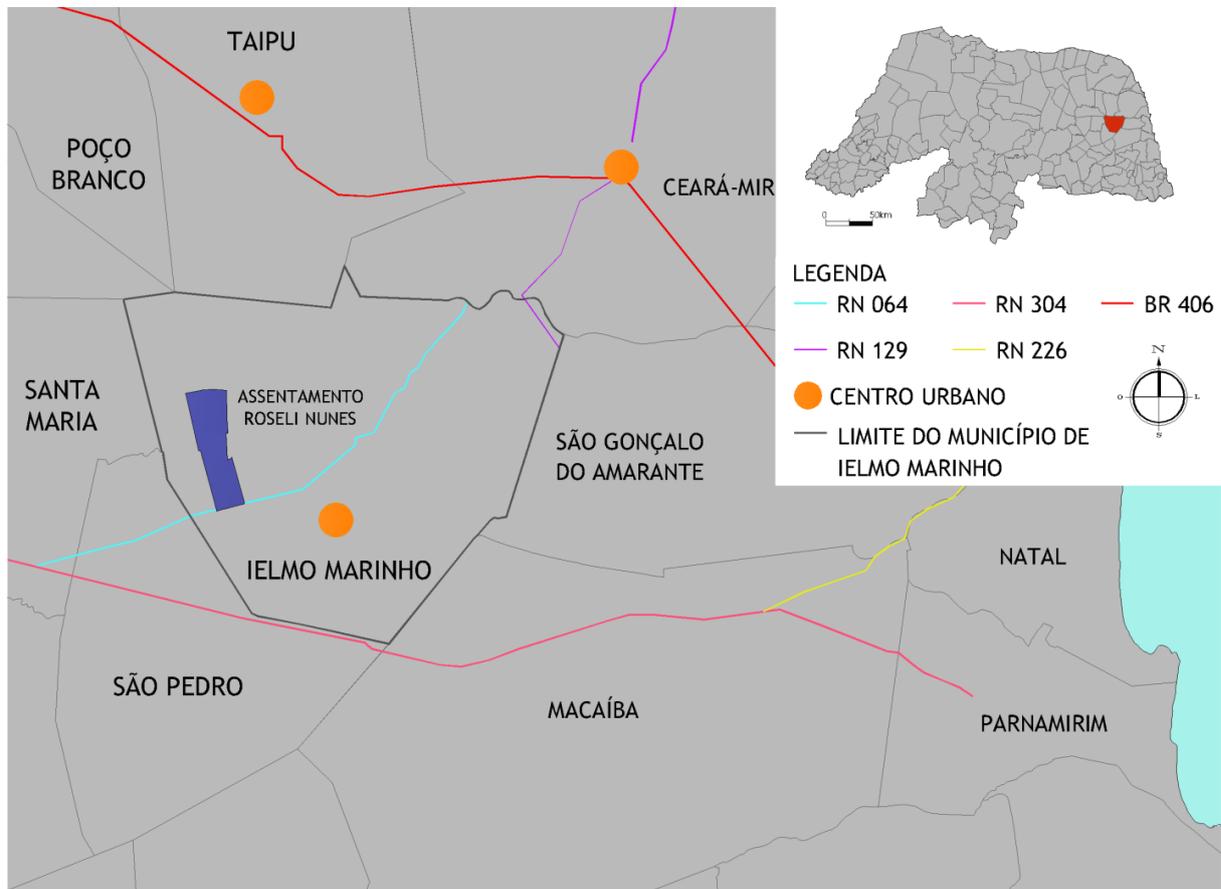


Fonte: Elaborado pela autora a partir de base cartográfica do INCRA, 2013.

O assentamento Roseli Nunes localiza-se no município de Ielmo Marinho-RN. Sua sede dista 58 km de Natal-RN e 10 km do próprio assentamento. Ele também tem como apoio, os serviços da sede do município vizinho Santa Maria, distante 7,5 km do mesmo. Nas suas proximidades há

pequenas aglomerações formadas por, no máximo, uma dúzia de pequenas casas e abrigos, como a comunidade Fazenda Nova, de onde se originou parte das famílias assentadas.

Figura 19: Localização do assentamento Roseli Nunes em relação aos centros urbanos mais próximos.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de base cartográfica do INCRA, 2013.

4.1.2.1. A luta pelo assentamento

A formação do acampamento se deu em 2003, durante o mês de abril, quando o MST mobilizava ações de luta na jornada do Abril Vermelho. Na ocasião, aproximadamente 250 famílias de comunidades rurais dos municípios de Ielmo Marinho, Santa Maria e São Pedro, organizadas pela militância da Brigada Carlos Marighella, ocuparam a fazenda São Vicente. O quadro a seguir mostra quando ocorreram os principais momentos do histórico do assentamento:

Quadro 4: Linha do tempo/histórico do assentamento Roseli Nunes.

LINHA DO TEMPO - HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES										
2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
2 anos		3 anos			5 anos					
Formação do acampamento		Obtenção da área e criação do assentamento			Início da construção das moradias			Moradias em nível de habitabilidade		

Fonte: Elaborado pela autora.

O habitat do acampamento foi estruturado ao longo da estrada, próximo da entrada do imóvel. Possuía, além dos barracos das famílias, um local onde funcionava a ciranda infantil e um barracão, onde eram realizadas as assembleias e reuniões. O acesso à água para o consumo se deu, por um longo período, por meio de cacimbas escavadas pelo grupo nos rios e riachos próximos ao acampamento. Essa situação só veio a ser contornada com a solicitação das famílias para o abastecimento de água, atendida pela prefeitura do município após muitas reivindicações. Não havia energia elétrica, a iluminação dos barracos era proveniente de lamparinas e lampiões.

A ocupação durou menos de dois anos, mas ocorreram grandes conflitos nesse processo, com despejos e diversas outras formas de violência: o primeiro, logo no início, com a construção dos barracos; e o segundo, em função do roçado feito pelas famílias numa pequena área do imóvel. Os atos de repressão e agressão policial sofridos pelos acampados resultaram na desistência de grande parte destes. Após o segundo conflito, o Movimento, em negociação com o dono da propriedade e o INCRA, conseguiu acordar a liberação de uma pequena parcela do terreno para a produção das famílias acampadas. A partir de então, com possibilidades de organizar algum trabalho produtivo e, com isso, terem melhores perspectivas de subsistência, as 90 famílias que permaneceram estavam mais confiantes de que teriam condições de continuar no acampamento. Além das muitas reuniões e mobilizações para a conquista dessa estabilidade, os acampados também participaram de outras ações de luta do MST. A ocupação da prefeitura de Ielmo Marinho é lembrada com entusiasmo por todos aqueles que dela participaram. Outros atos, como marchas e ocupações do INCRA que vivenciaram, fortaleceram a organicidade do grupo e evidenciaram uma crescente participação feminina durante a ocupação. A desapropriação do imóvel se deu no ano de 2005, possibilitando assentar 40 famílias. A seleção seguiu o critério de maior participação nas lutas do grupo e foi realizada em assembleia.

Figura 20: Entrada do assentamento Roseli Nunes.



Fonte: GERAH, 2008.

Figura 22: Escola construída no pré-assentamento.



Fonte: GERAH, 2008.

Figura 21: Habitat do pré-assentamento, estruturado ao longo da via de entrada.



Fonte: GERAH, 2008.

Figura 23: Sombra do juazeiro localizado na entrada do pré-assentamento - local onde ocorriam as reuniões.



Fonte: GERAH, 2008.

4.1.2.2. A conquista e a estruturação do assentamento

A partir de então, um novo habitat foi estruturado dentro do então pré-assentamento (ver Figura 27), ao longo da via de entrada do imóvel. Assim como no acampamento, além das moradias foi construída uma escola onde eram realizadas aulas de alfabetização de jovens e adultos, as cirandas infantis, reuniões e assembleias, essas últimas, também ocorriam sob a sombra de uma árvore localizada no início do habitat.

As 40 famílias se organizaram em 4 Núcleos de Base e começaram a discutir a transformação da antiga propriedade. Começam a ser beneficiadas com os créditos de apoio inicial do INCRA, específicos para assegurar a segurança alimentar e nutricional com a iniciação do processo produtivo.

Até 2007, para a grande maioria dos assentamentos, os recursos para o financiamento de suas habitações eram advindos do INCRA, como já esclarecido anteriormente. A partir de algumas experiências-piloto no Nordeste (no Estado de Pernambuco), Sul e Sudeste, há um acordo dos movimentos sociais do campo com o Ministério das Cidades para complementá-lo. Assim, ao

final daquele ano, com o estabelecimento dos recursos e das normas de condução do processo, começaram as discussões para a elaboração dos projetos e a definição do número de assentamentos a serem incluídos por movimento e, dentre destes – no caso do MST - por Estado e por regionais. No RN, único Estado onde o Movimento já tinha um trabalho realizado por uma arquiteta e urbanista, incluída na equipe da ATEs e também participante do GERAH, ocorreram reuniões para serem definidas as necessidades e aspirações das famílias para suas casas e seu novo habitat. Assim, a arquiteta e urbanista seguindo os métodos e técnicas de pesquisa participante do referido grupo elaborou os projetos com base nessas definições e na organicidade do grupo, que em seguida foi apresentado e rediscutido com as famílias em assembleia.

Figura 24: Assembleia de apresentação e discussão dos projetos.



Fonte: GERAH, 2008.

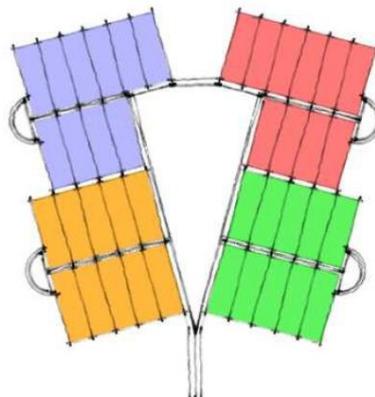
Figura 25: Apreciação do projeto da habitação pelas famílias.



Fonte: GERAH, 2008.

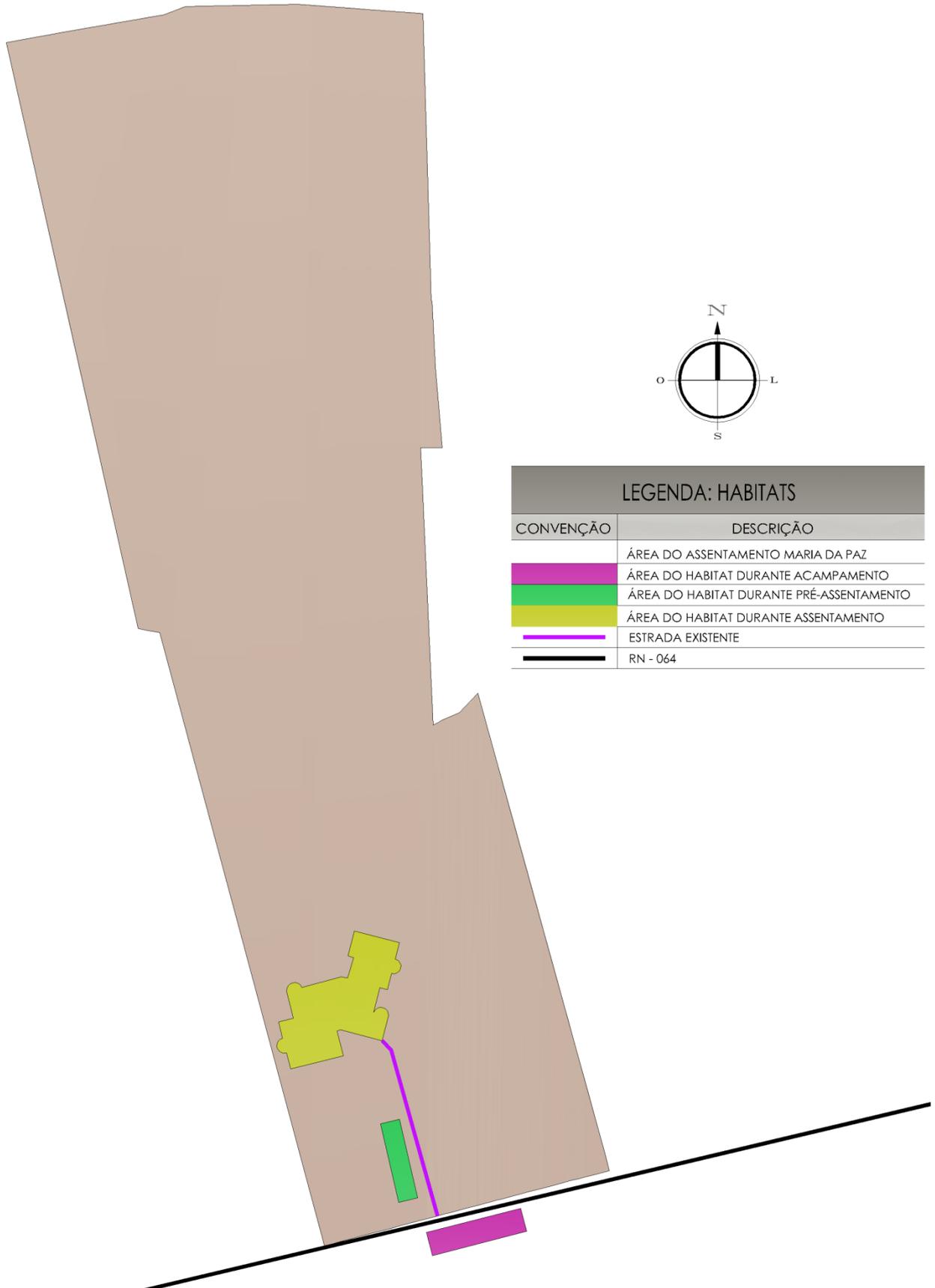
A localização do habitat foi definida com base no Laudo Agrônomo de Fiscalização realizado pelo INCRA, que apresenta os aspectos físicos do imóvel, e resultou em um habitat concentrado com uma grande área central destinada a equipamentos coletivos, quatro ruas representativas dos Núcleos de Base, cada uma delas com uma área para atividades coletivas específicas do núcleo, como pode ser visto a seguir:

Figura 26: Esquema da proposta de projeto para o habitat do assentamento Roseli Nunes.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos projetos técnicos.

Figura 27: Localização dos habitats no momento do acampamento, pré-assentamento e implantação do habitat definitivo.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de base cartográfica do INCRA, 2013.

O projeto da moradia, por sua vez, buscou atender às necessidades espaciais e funcionais apontadas pelas famílias, tidas como prioridades: 3 quartos, cozinha grande, área de serviço e depósito para ferramentas e/ou armazenamento da produção. Como pode ser visto a seguir (Figura 29), além desses pontos, agregou-se a essas prioridades um alpendre, espaço significativo de socialização e elemento construtivo importante para conforto térmico das edificações. O projeto também estabelecia áreas para possíveis ampliações.

O GERAH passou a trabalhar em conjunto com a arquiteta responsável desde a fase de finalização das propostas, oficializando a assessoria técnica para a construção das moradias do assentamento. Dessa forma, participou das reuniões com a CEF, para o esclarecimento dos procedimentos a serem atendidos para a contratação dos projetos, e também acompanhou as diversas visitas ao assentamento para realização de assembleias, reuniões e discussões sobre o andamento do processo com o MST e os assentados.

Figura 28: Ilustração do projeto da habitação para o assentamento Roseli Nunes



Fonte: Elaborado pela autora com base nos projetos técnicos (Anexo D).

Com a aprovação das propostas pelo grupo, o MST conduziu o trabalho de levantamento da documentação necessária, juntamente com os dossiês técnicos e social, para serem entregues à CEF. Tal como ocorreu com os projetos do Assentamento Bernardo Marim, após análise dos técnicos da CEF, também foi solicitada a redução da área construída da habitação, sob a mesma justificativa de construção com os recursos disponíveis. Assim, a equipe de assessoria apresentou uma proposta que determinava parte da área da habitação para futura ampliação, ficando o projeto final contratado pela CEF, o seguinte:

Figura 29: Ilustração do projeto da habitação do assentamento Roseli Nunes definido para contratação.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos projetos técnicos (Anexo D).

Essa proposta foi discutida com as famílias e a estratégia acordada foi a de se construir as habitações, conforme projeto aprovado pela CEF e, a depender do saldo de recursos ao final desse estágio, construir posteriormente a área equivalente à ampliação. No cronograma físico financeiro da obra entregue à CEF, que determinava os serviços a serem executados em cada etapa de construção, esse planejamento estava claramente discriminado como sendo a etapa de finalização da obra.

O andamento do processo de contratação dos projetos e liberação dos recursos perdurou por um período significativo, em função das inúmeras solicitações da CEF para o atendimento de pendências ou ajustes necessários, como a citada anteriormente. Outras solicitações eram mais complexas e confirmam a inexistência de uma política habitacional que atendesse às especificidades do campo, especialmente dos assentamentos rurais, como por exemplo, o enquadramento dos assentamentos às mesmas exigências para licenciamento ambiental de condomínios fechados. Essa questão, exigida pela CEF, acabou sendo remetida ao INCRA, pela impossibilidade de ser atendida pelo Movimento e pela assessoria técnica.

Até a efetivação dos contratos e liberação dos recursos para início da obra, muitas reuniões foram feitas para definição das necessidades de organização do grupo e do Movimento, objetivando o acompanhamento do processo. Uma equipe de coordenação foi formada, composta por pesquisadores do GERAH, pelo coordenador da equipe de habitação do MST, Pedro Ferreira, coordenadores da brigada de acompanhamento da regional - onde se localiza o

assentamento - e os militantes envolvidos na brigada de construção, dentre eles, um mestre de obras que passou a colaborar com o Movimento. Essa equipe se reunia semanalmente para socialização dos informes, discussão das necessidades, realização do planejamento e encaminhamento as ações.

No assentamento, eram realizadas reuniões para esclarecimento do andamento do processo e discussão sobre o próprio mutirão, quando eram abordados temas relativos à organização da obra, como a necessidade e importância do almoxarifado, compras coletivas, experiência dos assentados com construção civil, etapas de obra e a própria estrutura do mutirão, formado por equipes. O GERAH propôs a organização de equipes de compras, de finanças, de almoxarifado e de pedreiros e ajudantes, para essa última seria necessário uma para cada núcleo. Além dessas equipes, haveria de ter responsáveis para serviços específicos – mestre de obras, apontador, locador, carpinteiro, eletricista e encanador.

Durante essas reuniões, os assentados foram definindo a formação das equipes, aqueles com experiências na construção civil se propuseram a formar grupos de pedreiros e ajudantes, e as demais equipes foram formadas por representantes dos núcleos. A definição de quem assumiria a função do mestre de obras foi bastante discutida, havia várias indicações de pedreiros experientes, dentre eles, um, cujos assentados não o confirmavam como o mais indicado para essa responsabilidade. Este, por sua vez, insistia na sua condição de cumprir com a responsabilidade de mestre da obra e exigia, além disso, que sua casa fosse construída por ele. No entanto, até mesmo os demais assentados compreendiam que se tratava de uma condição que divergia da proposta do trabalho coletivo do mutirão. Foram então formadas as equipes de compras e finanças, além de indicação de pessoas para desempenharem os papéis de almoxarife e apontador.

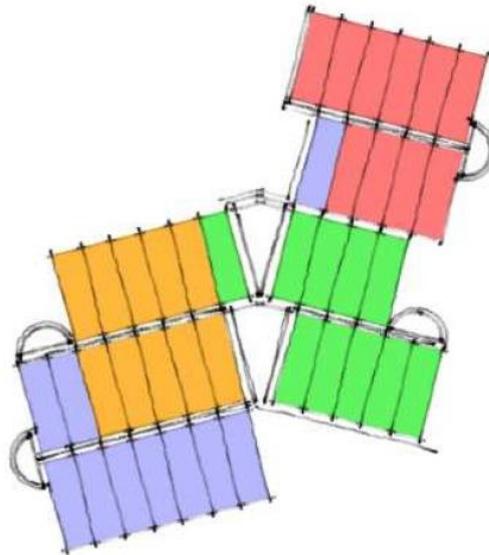
4.1.2.3. O processo de construção das moradias

Enquanto se aguardava a contratação dos projetos, o INCRA realizou a demarcação do habitat concentrado e dos lotes de produção. Com isso, as famílias construíram casas de taipa nos seus lotes de moradia e desfizeram o habitat inicial do pré-assentamento. No entanto, com as chuvas que ocorreram naquele período, verificou-se que alguns dos lotes estavam situados em áreas alagáveis. O laudo técnico do INCRA que serviu de base para a definição do desenho e da localização do habitat não apresentava indicações desse risco com relação ao relevo ou hidrografia, não havendo inclusive revogação do projeto ou de sua posição pelos técnicos do órgão. Assim, foi necessário realizar nova análise técnica, coordenada pelos professores da UFRN Manoel Lucas Filho e Dinarte Aeda, ambos colaboradores do GERAH, que verificaram

que o problema estava relacionado à existência de rochas superficiais que dificultavam a absorção ou o escoamento da água das chuvas.

Houve então a necessidade de relocar os lotes alagados, assim, o habitat teve que ser reestruturado. Dessa forma, pelo menos 01 Núcleo de Base foi disperso e o desenho do habitat passou a não mais corresponder à organização do grupo.

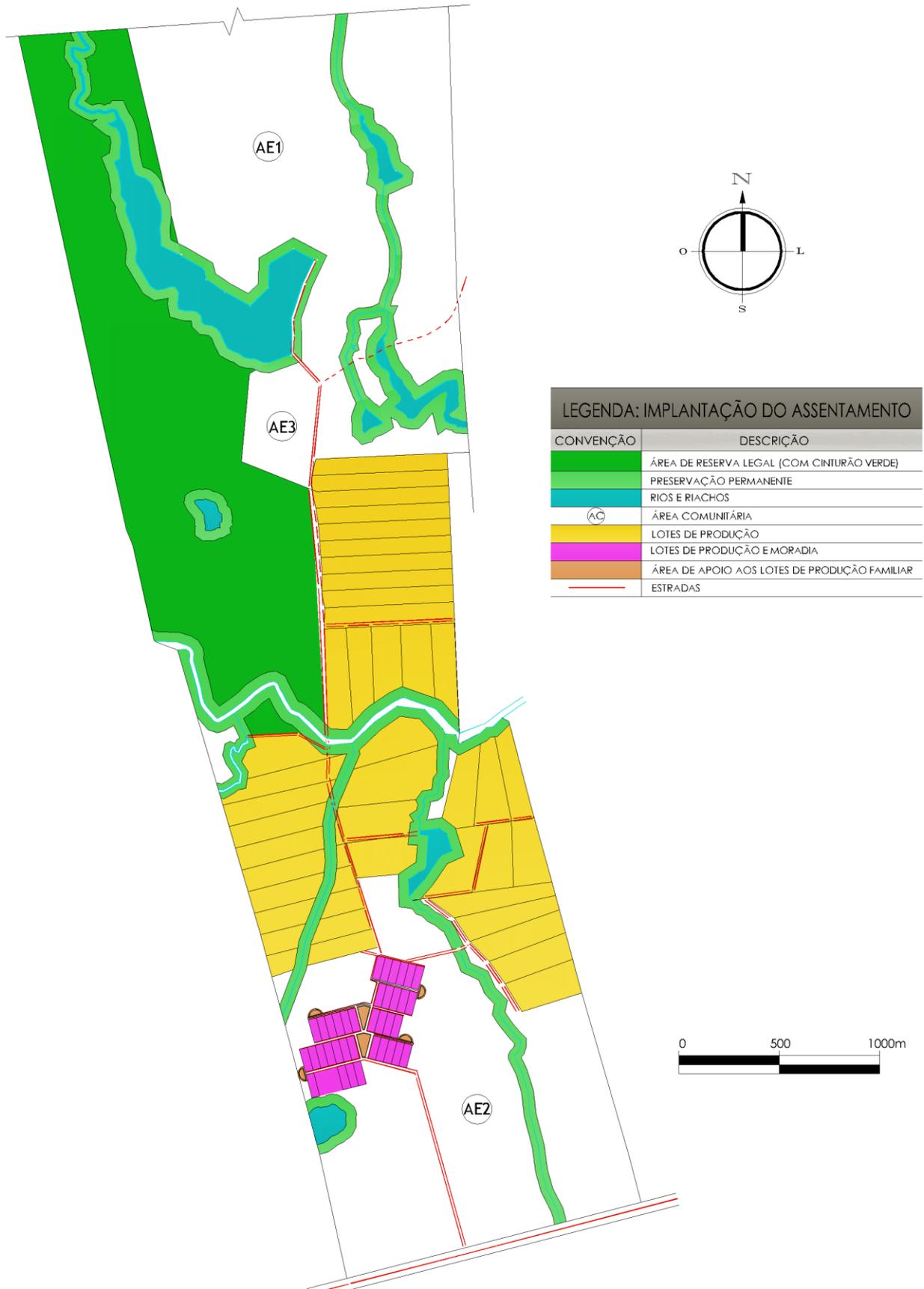
Figura 30: Esquema de reconfiguração do habitat do assentamento Roseli Nunes.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos projetos técnicos (Anexo D).

Apesar dessa alteração ter retirado os lotes das áreas críticas, esse problema exigiu que o projeto da moradia fosse repensado, apontando a necessidade de se fazerem algumas alterações em especificações técnicas e elementos construtivos. A primeira delas foi o deslocamento da cinta de concreto armado, que originalmente estaria localizada a uma altura de 2,10m na alvenaria, sobre portas e janelas, com o objetivo de garantir o travamento estrutural da construção e suprimir a necessidade do emprego de vergas sobre os vãos das aberturas. A cinta foi então relocada para complementar o sistema de infraestrutura da construção, sobre a fundação de pedra e o embasamento, de forma a diminuir riscos de recalque ou infiltração pela fundação. A outra alteração se deu no projeto sanitário: a proposta de um sistema de tratamento anaeróbico para o esgoto sanitário composto de fossa séptica e filtro anaeróbico, elaborada pelo professor da UFRN Manoel Lucas, precisou ser redimensionada, ficando os reservatórios sépticos com uma profundidade menor nos lotes com problemas de drenagem da água das chuvas.

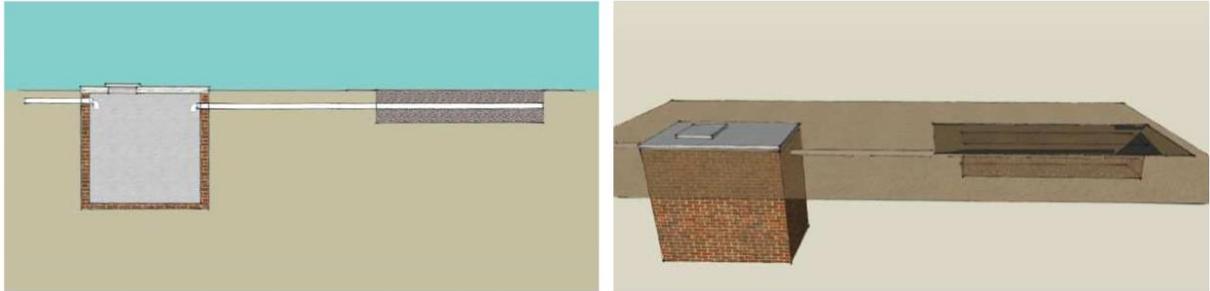
Figura 31: Parcelamento do assentamento Roseli Nunes.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de base cartográfica do INCRA, 2013.

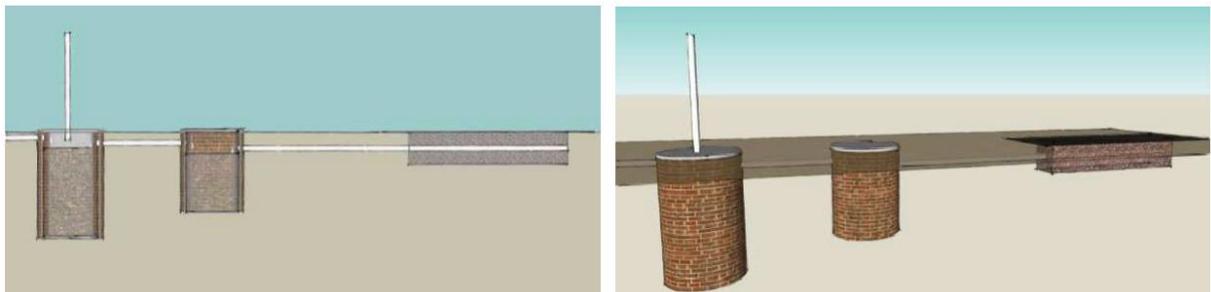
Contudo, como resultado da análise técnica feita pelos professores, também foi verificado que o tipo de solo do local – arenoso – era apropriado para utilização na composição de argamassa para a maioria dos serviços da construção, o que representou um ganho significativo para redução dos gastos com material de construção.

Figura 32: Ilustração do sistema de tratamento do esgoto das habitações do assentamento Roseli Nunes. .



Fonte: Elaborado pela autora com base nos projetos técnicos (Anexo D).

Figura 33: Proposta de readequação do sistema de tratamento de esgoto das habitações do assentamento Roseli Nunes.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos projetos técnicos (Anexo D).

Enfim, com a realização dos contratos em fevereiro de 2008 até o ano de 2012 ocorreu o mutirão, período que representa o recorte temporal desta análise. Descreveremos esse processo a partir dos elementos que representam o objeto de desta pesquisa – a organicidade e o mutirão.

Para a compreensão da organicidade, é preciso tratar sobre o processo de luta pelo assentamento, a organização das famílias e o acompanhamento do MST. O período de ocupação durou dois anos, como já descrito anteriormente. Com a criação do assentamento em 2005, as famílias passaram a se organizar para a estruturação do assentamento. Desse período, chamado de pré-assentamento, até o início da construção das moradias em 2008, passaram-se mais três anos. Já o processo do mutirão durou de 2008 até 2012 – cinco anos.

Assim como no assentamento Bernardo Marim, as famílias do Roseli Nunes se organizavam, inicialmente, a partir de quatro Núcleos de Base, desestruturados a partir da criação de duas associações: a primeira em 2010, a Associação Sagrada Família, era presidida por um assentado contrário a Movimento; e a segunda, em 2011, Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra, formada pelas demais famílias.

Quadro 5: Associações do Assentamento Roseli Nunes.

ASSOCIAÇÃO	Número de famílias associadas inicialmente	Número de famílias associadas em 2012
Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra	13	5
Associação Sagrada Família	27	35

Fonte: Elaborado pela autora

O acompanhamento do MST foi realizado durante os dois primeiros anos (2008 a 2009) pelo militante do setor de produção do Movimento, responsável pela a questão da habitação, juntamente com um militante com experiência como mestre de obras, a quem foi atribuída a função de supervisor da obra. Os militantes da Brigada Carlos Marighella, responsáveis por aquela região, também acompanharam grande parte do processo, no entanto, nos últimos dois anos esse acompanhamento passou a ser apenas em momentos específicos (assembleias, negociações).

No que se refere ao mutirão, destacamos questões técnicas e organizativas que influenciaram diretamente o andamento do processo construtivo – o acompanhamento técnico e a organização do processo construtivo.

A assessoria técnica se deu desde a discussão do projeto da moradia, com a arquiteta e urbanista da ATES/MST e o GERAH, e posteriormente apenas com o GERAH, no planejamento do mutirão e do canteiro de obra, através de um curso de formação de mutirantes. O acompanhamento da construção se deu, durante o primeiro ano, duas vezes por semana, passando depois para apenas uma, pelos mesmos motivos que diminuíram também as visitas ao assentamento Bernardo Marim. Cabe aqui acrescentar que neste assentamento, o GERAH também realizou oficinas de embelezamento do assentamento em dois momentos: demarcação de passeios e construção de mobiliário coletivo nas áreas livres com a utilização de materiais não convencionais.

A organização do mutirão, apesar de apresentar a mesma estrutura (equipes), seu desenvolvimento se deu de forma diferenciada em relação ao assentamento Bernardo Marim: não houve contratação de mão de obra para nenhum serviço, todos foram realizados por mutirantes assentados. A construção se deu por etapas, que objetivavam a sequências dos serviços, de forma a garantir a qualidade técnica das construções e uma evolução igual nas 34 moradias, seguindo o cronograma apresentado à CEF.

Foram formadas as seguintes equipes: de compras, responsável pela pesquisa e negociações para compra dos materiais de construção, que funcionou desde o início e teve papel de destaque, colaborando ou muitas vezes sendo responsável pela resolução de conflitos; de finanças,

responsável pelo controle do pagamento de notas fiscais e mão de obra, funciona desde o início, com representantes das duas associações; almoxarife, responsável pelo controle dos materiais, recebimento, conferência e distribuição, funcionou até o surgimento dos conflitos entre as associações e desuso do almoxarifado (essa função foi desempenhada por um dos contramestres); apontador, responsável pelo acompanhamento das equipes de construção, anotação e apresentação dos dias de trabalho, funcionou até o surgimento dos conflitos entre as associações e, da mesma forma, foi desempenhado pelo mesmo contramestre; as equipes de construção sofreram alterações no decorrer da obra, ora em função dos serviços realizados, ora por motivos de divergências – com o surgimento das associações –, no entanto, foram elas as responsáveis pela construção de todas as etapas, mesmo quando houve a desestruturação da organização coletiva inicial – as equipes de construção se adaptaram à nova situação (duas associações contrárias) e deram continuidade à construção; contramestres (dois assentados dividiam a responsabilidade pelo acompanhamento dos serviços realizados pelas equipes de construção, especialmente quando a assessoria técnica não estava presente, e pela execução de serviços específicos, como locação – nos últimos três anos a função foi desempenhada por apenas um deles); e o gerente operacional, responsável pela operacionalização do processo, o controle e organização dos documentos e prestação de contas – representa a AESCA.

Grande parte dos conflitos no Roseli Nunes se deu de forma muito semelhante aos que ocorreram no assentamento Bernardo Marim, sobretudo aqueles relacionados às exigências da CEF e às relações entre o saber técnico da assessoria e as formas tradicionais de construção dos assentados. Outros surgiram a partir de situações mais particulares.

Figura 34: Acompanhamento do mutirão do assentamento.



Roseli Nunes no início da etapa de alvenaria Fonte: GERAH, 2009.

Figura 35: Mutirantes pré-fabricando estruturas para as moradias do assentamento Roseli Nunes.



Fonte: GERAH, 2010.

Figura 36: Acompanhamento da cobertura das moradias.



Fonte: GERAH, 2011.

Houve uma grande dificuldade no desenvolvimento da construção em razão do cumprimento das exigências da CEF, sendo necessárias inúmeras negociações para que as particularidades do processo fossem consideradas por esse agente. Os conflitos entre a assessoria técnica e os assentados construtores se deram após o surgimento da associação contrária ao Movimento, ficando claro que havia também uma aversão ao mutirão e por esse motivo, muitas das orientações feitas pelo GERAH foram ignoradas por mutirantes que faziam parte dessa associação. Essa rejeição por parte desses assentados pelo GERAH cresceu à medida que a obra avançou. Em razão disso, chegando ao final do processo, o GERAH levou a proposta de desenvolvimento de um projeto e construção de elementos para os espaços livres do habitat do assentamento. A proposta, no entanto, foi recusada pela maioria dos assentados – aqueles pertencentes à associação Sagrada Família, que naquele momento agregava a maioria das famílias. As divergências entre as associações fomentaram muitos entraves e o processo foi marcado por sucessivas negociações propostas pela assessoria para que o andamento da construção não fosse comprometido.

Os conflitos entre o MST e o GERAH que ocorreram no mutirão do assentamento Bernardo Marim foram comuns ao Roseli Nunes, as dificuldades de andamento da obra eram da mesma forma atribuídas ao método proposto pelo Grupo.

A relação com o INCRA teve um diferencial nessa experiência: o técnico responsável pelo acompanhamento das habitações construídas apenas com o crédito habitação passou a colaborar com as ações da associação contrária ao Movimento, impulsionando as sucessivas alterações dos projetos e especificações dadas pela a assessoria e exigidas pela CEF nas moradias das famílias dessa associação, aumentando ainda mais as divergências internas e enfraquecendo ainda mais o mutirão.

Apesar dos muitos conflitos, o mutirão no assentamento Roseli Nunes teve especificidades a serem consideradas: a equipe de compras desenvolveu um excelente trabalho, sendo responsável por apresentar soluções, agindo algumas vezes como mediadora na resolução de conflitos internos ao assentamento e colaborando com o GERAH no cumprimento de exigências técnicas.

As moradias chegaram até o final do ano de 2012 a níveis diferentes de habitabilidade, como pode ser visto na planilha de acompanhamento de obra, em anexo (Anexo B), porém com uma boa qualidade.

4.2. Lições do vivido: uma reflexão sobre a coletividade na construção das moradias em assentamentos organizados em Núcleos de Base

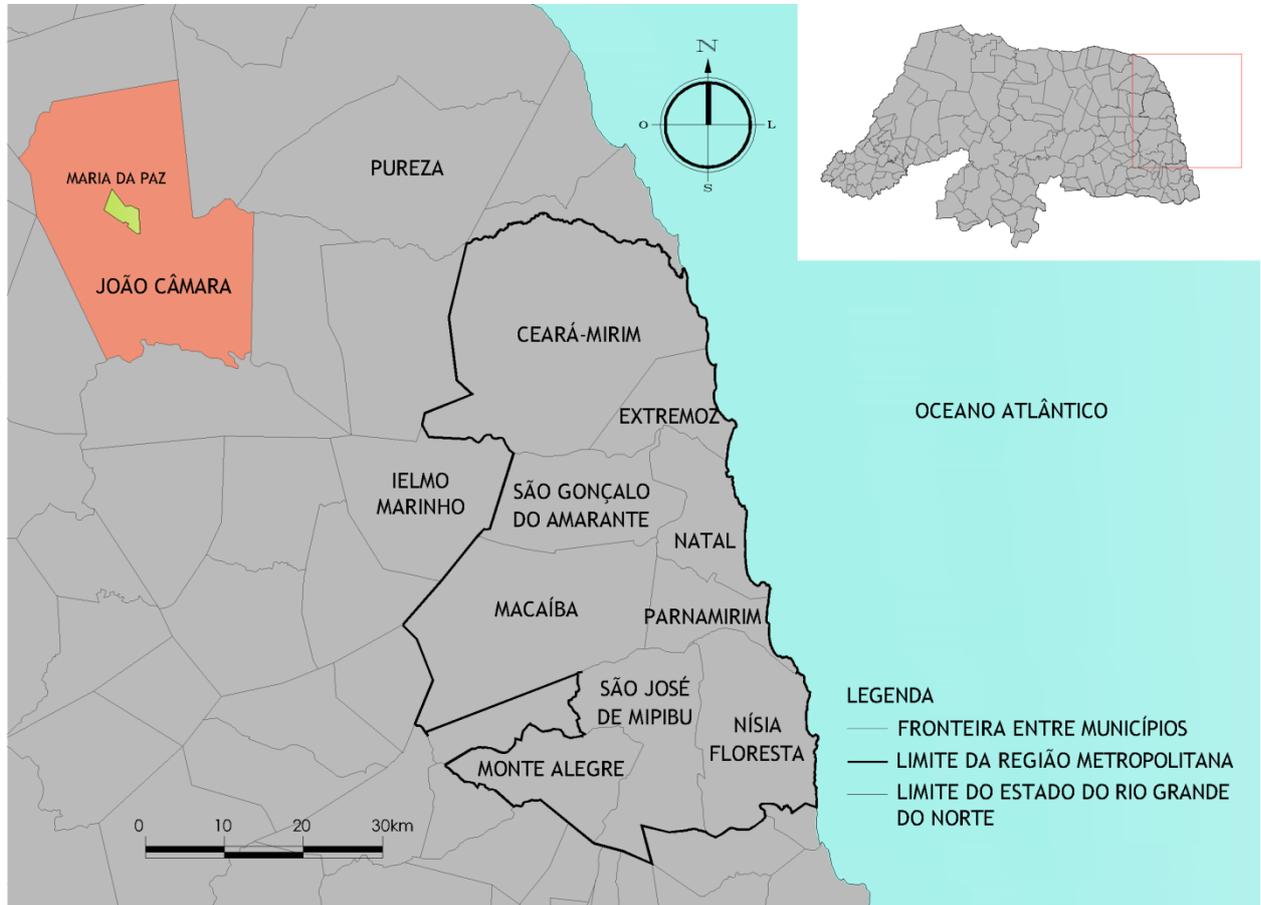
As experiências tratadas neste subcapítulo se deram num contexto em que o Movimento se encontrava bastante articulado no Rio Grande do Norte, pois dispunha de créditos do Programa da ATES para o acompanhamento dos assentamentos por ele coordenados e possuía militantes experientes e comprometidos atuando nessas áreas.

A construção do habitat do assentamento Maria da Paz localizado no Município de João Câmara-RN, no período entre 2003 e 2004, configurou-se como uma experiência referência, a partir da qual o GERAH formulou o método do desenho do possível (BORGES, 2006), delineando as referências e orientando o trabalho de planejamento dos assentamentos coordenados pelo MST, especialmente no Nordeste. Essa condição de referência se fundamentou em diversos pontos: primeiro, a assessoria técnica acompanhou as famílias desde o acampamento, prosseguiu com a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA, do parcelamento do solo, do projeto das moradias e, sobretudo, o acompanhamento da sua construção.

No entanto, essa especificidade não livrou o processo de conflitos, culminando no afastamento do GERAH antes da finalização da construção das habitações. Como desdobramento dessa

experiência, o Grupo, juntamente com o MST, fez uma avaliação do processo como um todo e determinou algumas adaptações no método, postas em prática com o acompanhamento do assentamento Resistência Potiguar 1, entre os anos de 2005 e 2006.

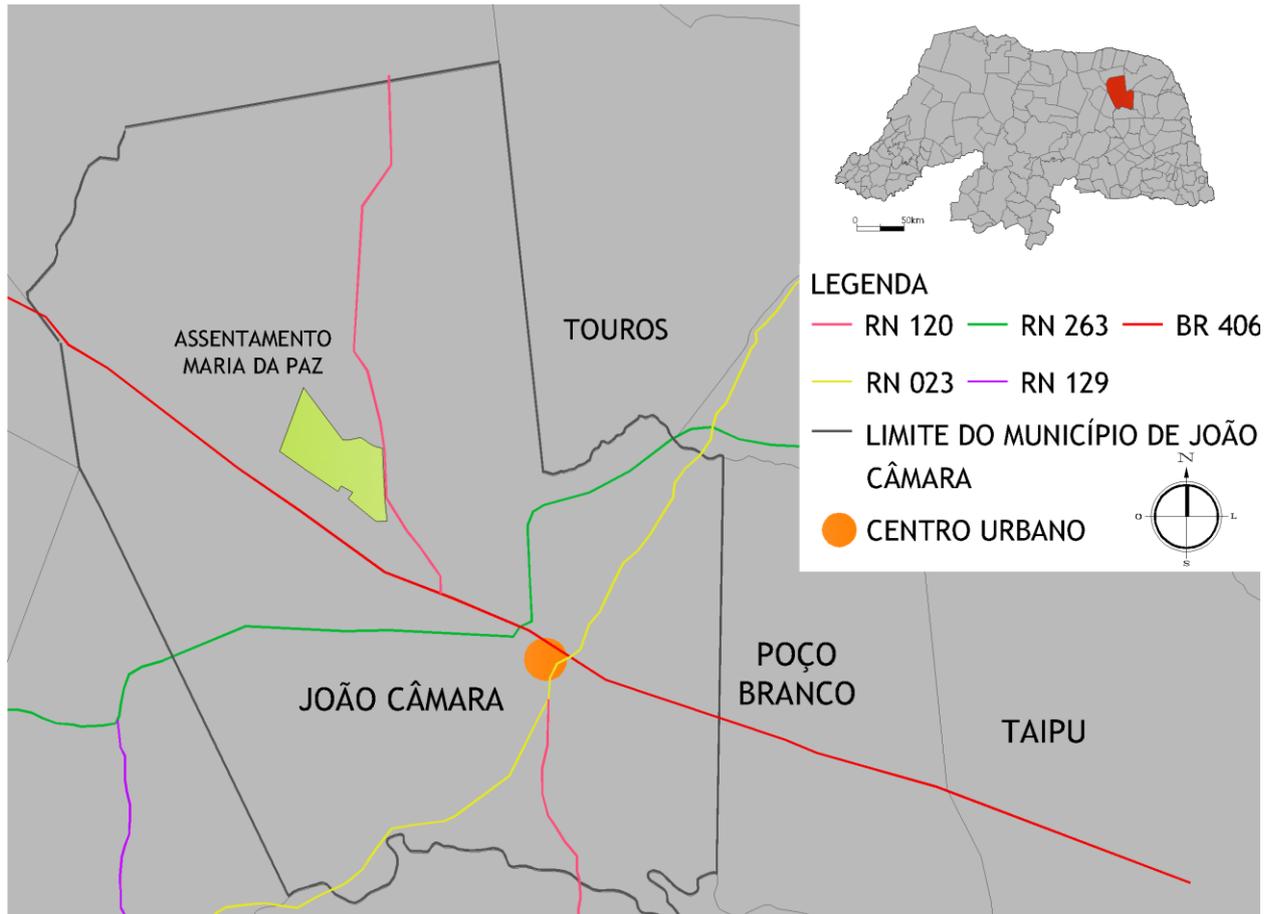
Figura 37: Mapa de localização do município de João Câmara e o assentamento Maria da Paz.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de base cartográfica do INCRA, 2013.

O histórico do assentamento Maria da Paz iniciou entre os anos de 2000 e 2002, quando ocorreu o interesse pela área que hoje corresponde ao assentamento e o pedido de avaliação e vistoria da propriedade pelo MST ao INCRA. Data desse período a formação do acampamento. Ainda nessa configuração, o GERAH iniciou com o grupo os trabalhos de discussão sobre a implantação do futuro assentamentos. Logo em seguida, em 2003, saiu o ato de imissão de posse para o assentamento. O período de acampamento foi, portando, relativamente pequeno e se deu de maneira pacífica. As 45 famílias do assentamento participaram de um longo processo de criação e planejamento do assentamento, do seu habitat e das habitações, e posterior construção das moradias e do sistema de tratamento e reuso coletivo das águas residuais. As moradias foram construídas com recursos do INCRA, sob regime de mutirão, num processo que durou dois anos.

Figura 38: Localização do assentamento Maria da Paz em relação aos centros urbanos mais próximos.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de base cartográfica do INCRA, 2013.

Quanto à organicidade do assentamento, as famílias estavam organizadas em quatro núcleos de base, formulados desde o acampamento. O acompanhamento do Movimento se deu assiduamente durante todo o processo, até a sua saída, já no final da construção das moradias, devido a conflitos pela disputa do poder com lideranças internas. O papel dos militantes nessa experiência foi exemplar, participaram de reuniões semanais com a assessoria técnica, fizeram o trabalho de organicidade necessário antes de atividades mais importantes, como assembleias, por exemplo, e acompanharam o processo de construção das moradias, colaborando com a organização do mutirão até o momento do afastamento. Posteriormente, os mesmos militantes voltaram ao assentamento para realizar uma avaliação do processo com os assentados.

O desenvolvimento dos projetos se deu a partir de discussões coletivas, realizadas núcleo a núcleo e em assembleias. Nessa experiência foram elaborados desde o Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, que por sua vez subsidiou o parcelamento do solo, até o projeto do habitat e da moradia.

Figura 39: Projeto da habitação do assentamento Maria da Paz discutido e aprovado pelas famílias.



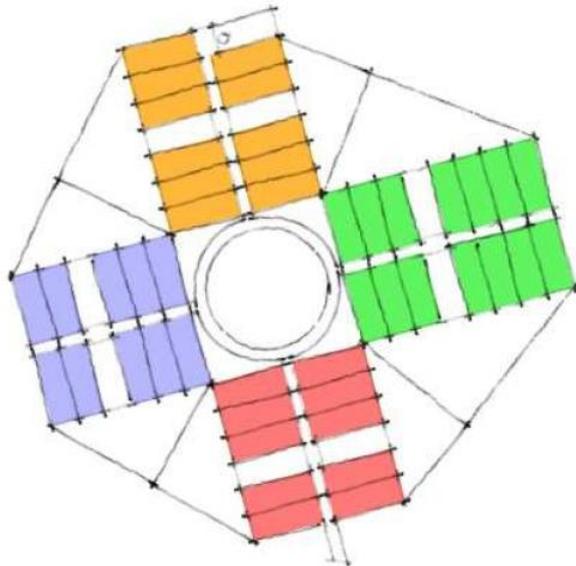
Fonte: Elaborado pela autora com base nos projetos técnicos (Anexo E).

Figura 40: Projeto da habitação do assentamento Maria da Paz alterado durante a execução a pedido dos assentados.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos projetos técnicos (Anexo E).

Figura 41: Projeto do habitat do assentamento Maria da Paz..



Fonte: Elaborado pela autora com base nos projetos técnicos (Anexo E).

Figura 42: Imagem aérea do habitat do assentamento Maria da Paz.



Fonte: Google Maps. Ano: 2010.

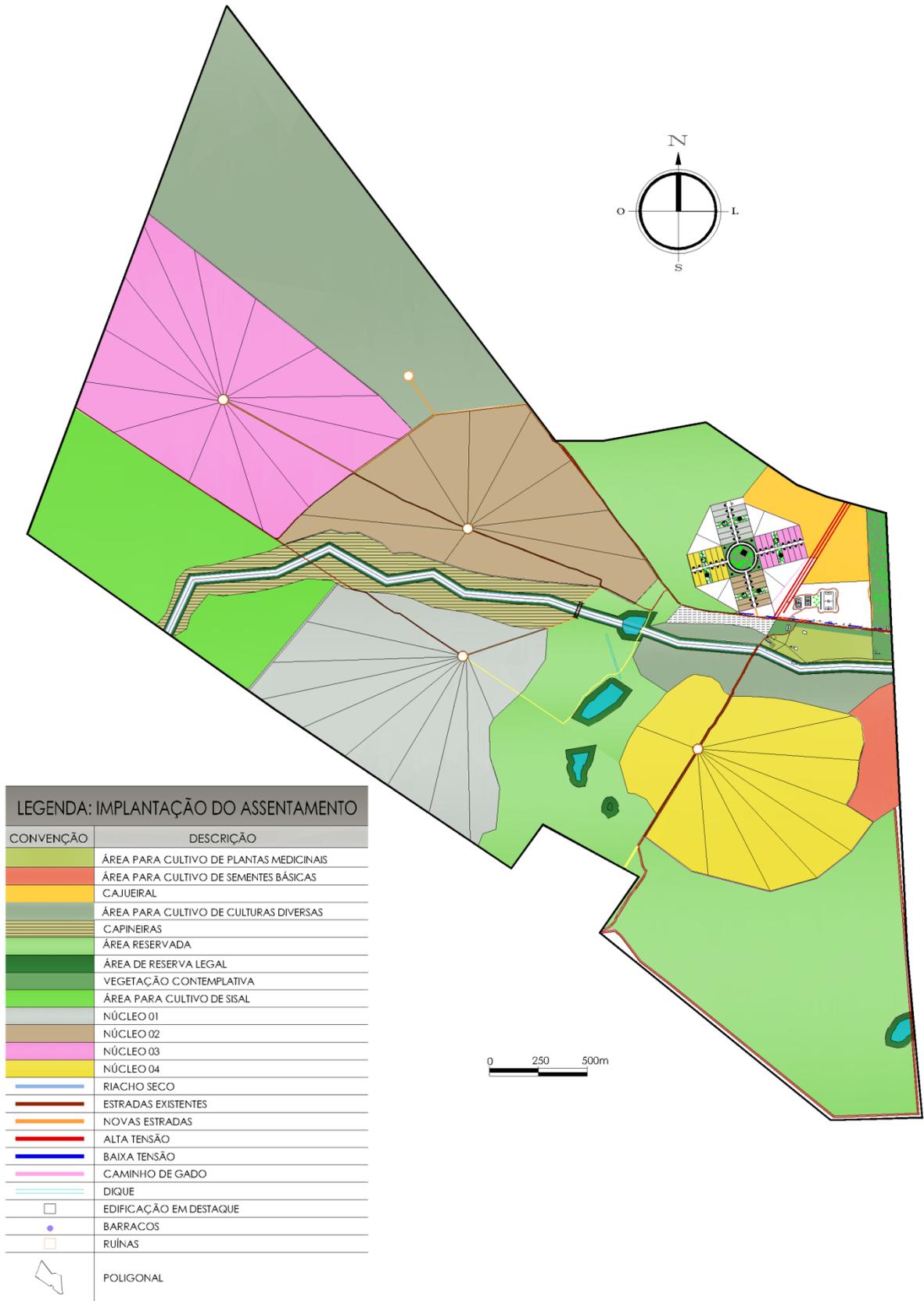
A construção das moradias do assentamento foi financiada pelo INCRA, através do Crédito Instalação, modalidade Aquisição de Materiais de Construção, que naquele ano era de R\$ 3.000,00. Por se tratar de uma experiência referênci, o MST negociou com o INCRA uma ampliação desse valor, assim, as casas foram construídas com R\$ 5.000,00.

A assessoria técnica se deu desde o acampamento, com realização de questionários para o conhecimento do histórico e das expectativas das famílias. Durante o pré-assentamento, foram realizadas oficinas de educação ambiental e planejamento do habitat. Para tanto, contou-se com a colaboração da arquiteta e urbanista Hiramisis Paiva, que desenvolveu sua tese sobre o processo de educação ambiental dos assentados do Maria da Paz²². Seu trabalho resultou num Plano de Desenvolvimento para o Assentamento, que por sua vez, subsidiou o parcelamento do solo, discutido coletivamente com os assentados; concomitante, foram realizadas discussões sobre o projeto da moradia. O acompanhamento da assessoria se deu semanalmente durante o desenvolvimento dos projetos, e diariamente durante o processo de construção das moradias. Além do GERAH, também participavam da assessoria técnica a engenheira Lúcia Barros, o arquiteto Pascal Machado, que foi responsável técnico pela construção das moradias, e o técnico do INCRA Ivanildo Soares, engenheiro civil contratado por este órgão a pedido do GERAH para o acompanhamento do processo. Houve também a realização de um curso de pedreiros.

O processo de construção das moradias se deu inicialmente por meio da autogestão assistida em regime de mutirão, através do método de linha de balanço, esse por sua vez foi difícil de ser assimilado pelos assentados. Próximo do final do processo, em decorrência de conflitos entre assentados e também pelo fim dos recursos para mão de obra, os grupos de construção se reorganizaram e continuaram o mutirão sem a assessoria técnica e também sem o acompanhamento da Direção Regional do MST. O mutirão era formado por um contramestre, um almoxarife e as equipes de construção, compostas por homens e mulheres. O almoxarifado da obra foi montado em parte do galpão da fazenda, juntamente com a carpintaria, sob a orientação da engenheira Lúcia Barros.

²² PAULA, 2005.

Figura 43: Parcelamento do solo do assentamento Maria da Paz.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos projetos técnicos (Anexo E).

Figura 44: Apresentação do projeto da moradia do assentamento Maria da Paz por uma assentada



Fonte: GERAH, 2004.

Figura 45: Mutirão do assentamento Maria da Paz durante a execução das fundações das moradias



Fonte: GERAH, 2004.

Os agentes envolvidos nesse processo foram quatro: os assentados; o MST, que tinha o papel de coordenação política; o GERAH, como assessoria técnica; e o INCRA, enquanto agente financiador e responsável pela política de Reforma Agrária e enquanto técnico, acompanhando a aplicação dos recursos do crédito destinados à habitação. Cabe aqui destacar que o INCRA teve uma atuação diferenciada nessa experiência, além do técnico contratado para o acompanhamento do processo, o Superintendente Estadual também participou em vários momentos específicos do processo, mantendo um diálogo favorável ao trabalho desenvolvido no assentamento.

A maioria dos conflitos que se deram na assessoria ao Maria da Paz diz respeito à relação entre o saber técnico e o saber popular, como, por exemplo, a definição do local do habitat - alguns assentados tentaram impor suas necessidades particulares para indicar a localização do habitat, enquanto que a assessoria técnica sugeriu propostas baseadas na proximidade com a infraestrutura, dentre outras questões. Outros exemplos dessa mesma interação *saber técnico x saber popular* ocorreram com as orientações técnicas para a execução da etapa de fundação e contrapiso das habitações - os assentados mutirantes não queriam cumprir os procedimentos orientados pelo responsável técnico, diferente da forma que eram acostumadas a fazer; outro exemplo foi a localização da caixa d'água, disposta em um dos quartos para atender aos requisitos técnicos, mas os assentados resistiram a colocá-la neste local; também houve conflito com relação ao tamanho da cozinha - mesmo com todas as discussões para a elaboração do projeto para as habitações, durante a construção das fundações os assentados se deram conta da dimensão da cozinha e solicitaram sua ampliação.

Outros conflitos decorreram das interações entre algumas lideranças do assentamento e o MST. A disputa de poder por parte da liderança interna provocou o afastamento do Dirigente Estadual

do Movimento que acompanhava o processo e, em decorrência disso, a assessoria também se afastou.

O MST e o GERAH saíram do processo quando as moradias já estavam em fase de conclusão. Posteriormente, a assessoria voltou para a construção do projeto de tratamento coletivo e reuso das águas residuais, sob a coordenação dos professores Manoel Lucas Filho e Dinarte Aeda, ambos da UFRN.

Nessa experiência, três famílias não participaram do mutirão, afirmando quererem receber as casas na chave. Assim, o Movimento, junto com o INCRA, atuou no sentido de expulsar um dos assentados e os demais precisaram vender animais para concluírem as casas. Com a finalização do processo, uma avaliação posterior feita pela Direção do MST mostrou que os assentados reconheceram seus erros e o bom trabalho da assessoria.

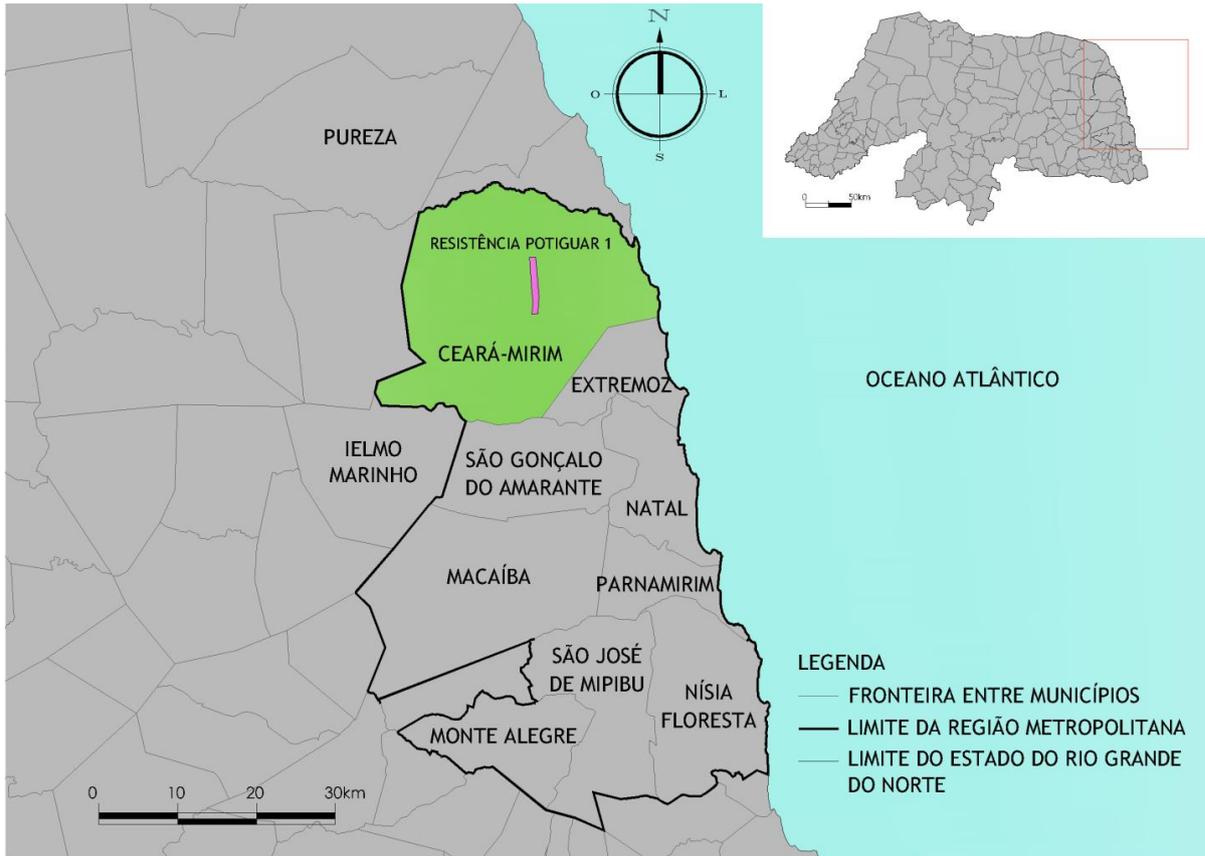
Figura 46: Mutirão para construção do sistema de tratamento de esgoto do assentamento Maria da Paz



Fonte: GERAH, 2005.

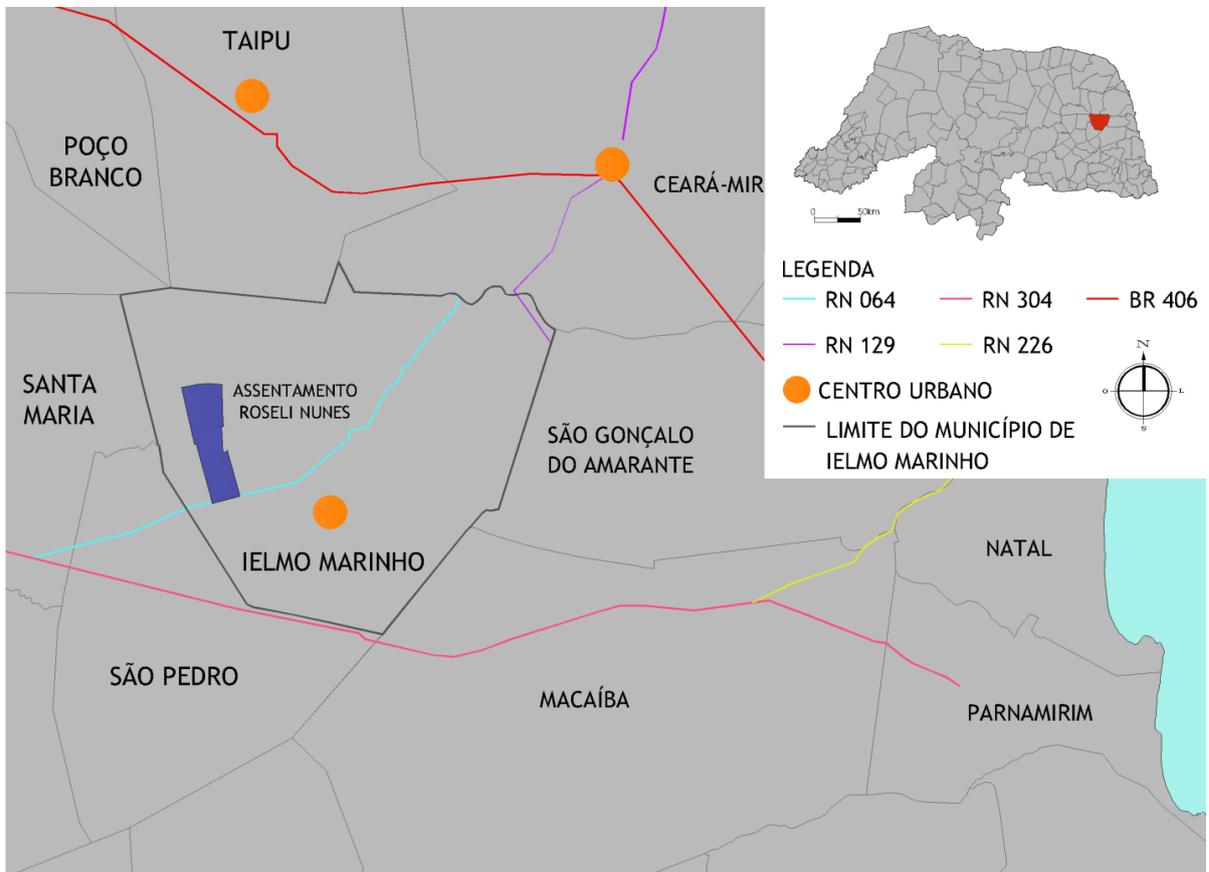
Com a finalização do acompanhamento do Maria da Paz, o GERAH passou a assessorar o assentamento Resistência Potiguar 1 a convite do Movimento. Este assentamento está localizado no Município de Ceará Mirim-RN. O período de acampamento das famílias durou aproximadamente três anos, quando em 2005 se deu a imissão de posse para o assentamento. Das 108 famílias do acampamento, apenas 43 foram assentadas. A assessoria ao assentamento se deu de 2005 a 2006, período em que se desenvolveram as oficinas de desenho do habitat e da moradia para a realização dos projetos, as reuniões de planejamento do processo construtivo e a construção das habitações em si. Os recursos para a construção das moradias foram do Crédito Instalação do INCRA, que naquele ano já era de R\$ 5.000,00 por família.

Figura 47: Mapa de localização do Município de Ceará Mirim e o assentamento Resistência Potiguar 1



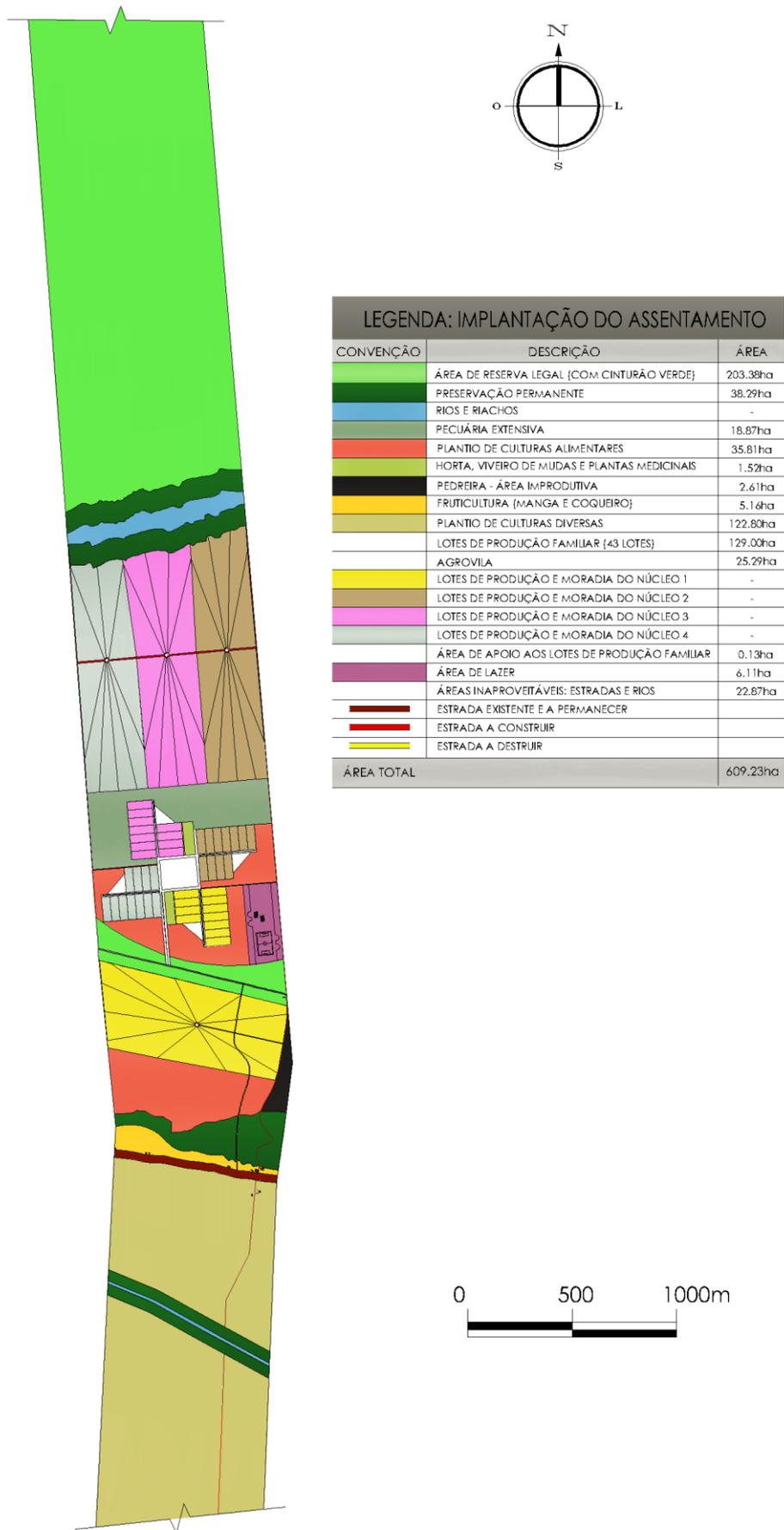
Fonte: Elaborado pela autora a partir de base cartográfica do INCRA, 2013

Figura 48: Localização do assentamento Resistência Potiguar 1 em relação aos centros urbanos mais próximos.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de base cartográfica do INCRA, 2010.

Figura 49: Proposta de parcelamento do solo elaborado pela arquiteta e urbanista Vivianne Soares, com a com o acompanhamento do GERAH, para o assentamento Resistência Potiguar 1.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos projetos técnicos (Anexo F).

As 43 famílias se organizavam em 4 Núcleos de Base, estruturados após a imissão de posse. Nessa experiência o acompanhamento do MST foi exemplar, deu-se pela Direção Regional e por militantes da brigada de construção, formada em 2005. Ocorreu semanalmente, acompanhando as visitas da assessoria técnica, e de forma mais frequente em situações especiais.

Figura 50: Habitat do acampamento e pré-assentamento Resistência Potiguar 1.



Fonte: GERAH, 2005.

Figura 51: Oficina para elaboração do projeto do habitat para o assentamento Resistência Potiguar 1



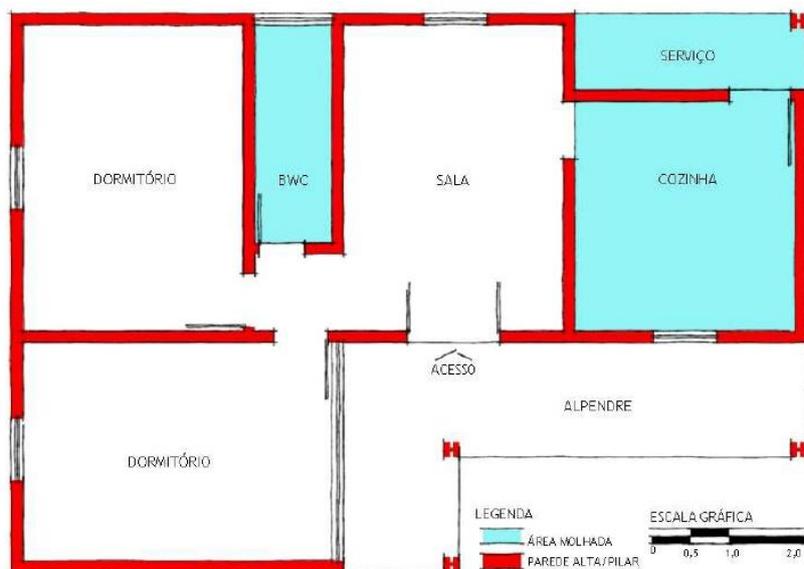
Fonte: GERAH, 2005.

O desenvolvimento dos projetos se deu a partir de diversas oficinas de idealização e planejamento do habitat e da moradia e foram acompanhadas pela estudante de Arquitetura e Urbanismo, Vivianne Soares, e o estudante de Ciências Sociais, Pedro Henrique Pinto, ambos desenvolvendo seus trabalhos finais de graduação sobre o assentamento.

No Resistência, as ações do GERAH foram focadas nos projetos do habitat e das moradias. No início do acompanhamento, muitas construtoras visitavam o assentamento, oferecendo seus trabalhos, mas com a participação ativa do MST a partir daquela experiência deu-se adeus a esse tipo de prática.

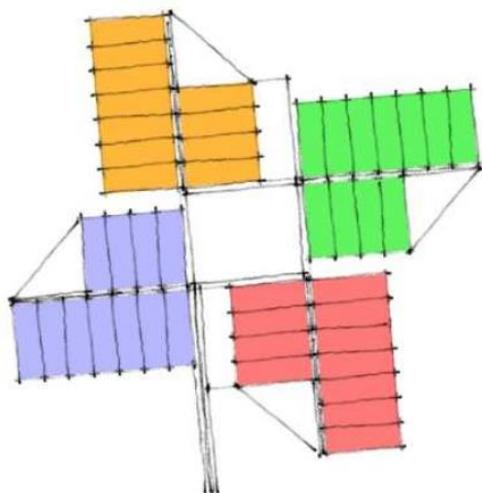
O acompanhamento da construção das moradias foi realizado por um responsável técnico contratado, que fazia visitas três dias por semana, e o GERAH acompanhava o andamento com uma visita semanal. Durante o processo, foram contratados dois assessores, o primeiro não foi aprovado pelos assentados, sendo substituído por um segundo, que trabalhou por um longo período, só deixando o processo por falta de condições de acompanhamento, uma vez que os assentados pararam de pagar o valor das passagens do mesmo para as visitas.

Figura 52: Projeto da habitação do assentamento Resistência Potiguar 1



Fonte: Elaborado pela autora com base nos projetos técnicos (Anexo F).

Figura 53: Projeto do habitat do assentamento Resistência Potiguar 1.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos projetos técnicos (Anexo F).

Figura 54: Imagem aérea do habitat do assentamento Resistência Potiguar 1.



Fonte: Google Maps. Ano: 2010.

O mutirão do Resistência Potiguar 1 se deu por etapas. Foram formadas nove equipes de construção, além do mestre de obras, contratado pelos assentados a partir da experiência no assentamento Maria da Paz – um dos contramestres daquele mutirão. No entanto, conflitos de relacionamento impediram sua continuidade, ficando a construção sem esse acompanhamento. Assim como no assentamento Maria da Paz, uma edificação remanescente da antiga fazenda foi utilizada como almoxarifado para a obra.

Figura 55: Acompanhamento da etapa de fundação das moradias do assentamento Resistência Potiguar 1



Fonte: GERAH, 2006.

Figura 56: Mutirante trabalhando na etapa de alvenaria das moradias do assentamento Resistência Potiguar



Fonte: GERAH, 2006.

A maioria dos conflitos ocorridos no processo de construção das moradias teve relação com o INCRA. Ao contrário do que ocorreu no assentamento Maria da Paz, o referido órgão foi responsável por inúmeros entraves no processo, como a demora nos pagamentos, que por sua vez gerava descontentamento dos mutirantes; além desses conflitos, outros ocorreram com o mestre de obras e os responsáveis técnicos que passaram pelo processo; também existiram conflitos relacionados à resistência dos mutirantes em executarem os serviços de acordo com as orientações técnicas, nas fundações e contrapiso, mais especificamente.

As moradias do assentamento ficaram sem reboco por opção das famílias, objetivando conseguir um complemento de recursos para reforma e ampliação. Esse recurso foi obtido e o GERAH foi procurado para dar continuidade à assessoria, mas naquele momento, pelo acúmulo de trabalho com a reforma de moradias de assentamentos antigos, não foi possível realizar.

5. AS POSSIBILIDADES QUE SE ANUNCIAM

Arriscar-se a analisar o cotidiano de histórias que se desenvolvem durante um período de quase dez anos é bastante complexo, mas aparentava ser uma opção evidente para observar as experiências o mais próximo possível do seu real e as contradições existentes na sua origem. Dada a especificidade disciplinar da temática, foi necessário um tempo para seu amadurecimento e compreensão, mas que, por sua vez, permitiu a finalização das obras dos assentamentos Bernardo Marim e Roseli Nunes, sob a responsabilidade técnica da autora. Muitos desdobramentos significativos ocorreram durante esse período e são essenciais para a análise proposta neste trabalho. Cabe esclarecer que, somente a partir do distanciamento do *lócus* da pesquisa para a finalização da dissertação é que muitas das compreensões apresentadas se formularam. Se por um lado a práxis é importante para posicionamento do sujeito, por outro, há momentos em que é necessário o afastamento, para melhor reflexão do mesmo.

Uma análise sobre o objeto de estudo desta dissertação assinala vários pontos para discussão. O primeiro diz respeito ao significado da moradia para o MST: ela já faz parte da sua cotidianidade, é instrumento para a melhoria da qualidade de vida, mas não para a organicidade. Se os processos de construção coletivas dos habitats dos assentamentos são importantes meios de continuidade dessa organicidade, essa compreensão, apesar de ser uma proposição das assessorias técnicas que contribuem com Movimento, ainda não é assimilada por este.

Observando o objeto desta dissertação a partir da transição do acampamento para o assentamento, tem-se o seguinte entendimento: sendo o método de construção coletiva dos habitats uma continuidade do modelo de organicidade trabalhado pelo MST no momento do acampamento e que se fundamenta em ações cooperativas e de autogestão, seu resultado pode, além de contribuir com um produto final apropriado por seus moradores (uma habitação de qualidade), também representar uma experiência no mínimo formadora. No entanto, há de se superar o longo e desgastante período de construção das habitações, uma vez que a sobrevivência das famílias assentadas depende primeiramente da sua produção agrícola, para além das condições de moradia. A variável “tempo” tem um peso significativo nas condições de participação dos assentados: viabilizar a sobrevivência por dois anos pode ser possível, mas por cinco, não. Essa é a questão.

No que se refere à organicidade, tomando como referência as quatro experiências analisadas nesta dissertação, observa-se por um lado o atendimento às necessidades de desenvolvimento das famílias assentadas, através do acesso das mesmas aos créditos para subsídio da produção, possível somente a partir de associações, mas por outro, um prejuízo nas possibilidades das

transformações vislumbradas pelo Movimento. Considerando a heterogeneidade dos sujeitos que se integram na busca por terra, mas que possuem referências e interesses distintos, a experiência com o MST possibilita a alguns alcançar, além de seus objetivos materiais, uma experiência suficiente para se voltar contra seu próprio formador. Foi o que aconteceu nos assentamentos Bernardo Marim e Roseli Nunes, as concepções contrárias ganharam força com a criação de associações e foram capazes de destruir qualquer pretensão transformadora, o Movimento perdeu a coordenação da área, ou, quando ainda a tem, não deu conta de acompanhar a organicidade e a organização se redesenhou a partir de referências individualistas e oportunistas.

Considerar essa condição significa emancipar os assentamentos rurais dos princípios e valores do MST, sendo assim, é preciso assumir que os assentados dificilmente superarão o estágio prático (da conquista da terra). Assim, a transformação desses espaços em brechas para o socialismo, como objetivo final do Movimento, ficará cada vez mais difícil.

Com relação ao trabalho coletivo do mutirão, defendido nessa dissertação como um potencializador da organicidade das bases no assentamento, considera-se que o MST não trabalha todo o seu potencial de formação política e de cooperação, ou mesmo de coletivização, como ocorre em momentos como as marchas e ocupações. Reconhece-se as dificuldades dos próprios assentados, mas também observa-se uma significativa fragilidade da militância que acompanha esses processos de produção do habitat.

Assim, esse estudo leva a alguns questionamentos: Qual o tipo de mutirão possível? O mutirão que deu certo foi o do Maria da Paz, pois houve acordo com o INCRA e se comprou todo o material. Não houve interrupções na obra. No Roseli e no Bernardo houve muitos cortes, o grupo se desmobilizou e a assessoria se transformou em vilã. Foram muitas as descontinuidades. No Resistência Potiguar 1 não teve almoxarifado e houve conflito com o INCRA, não foi mais possível fazer a compra de todo o material, o técnico não ousou permitir nada fora da legalidade, demorava a pagar.

E para a nova configuração organizativa dos assentados, com regras que definem situações difíceis de serem superadas por eles e pelo Movimento, como pensar essa coletividade? O que pode ser coletivo? Em que condições? Quem ganha com o mutirão? Há um ponto forte a ser considerado: o trabalho como criador de valor (o mutirante trabalha para si próprio, como faz na agricultura). Isso justifica a sua participação no trabalho coletivo, no entanto, cria outra dificuldade: a necessidade de produzir sua casa e seu alimento. O problema é ter dois trabalhos ao mesmo tempo, duas necessidades. Então, qual a mais importante?

De fato, como pode ser percebido, os assentamentos organizados a partir de associações se estabeleceram de maneira conflituosa. No entanto, sendo o GERAH um grupo de pesquisa, tem como objetivo buscar métodos que superem essa dificuldade. Dessa forma, tem atualmente a possibilidade de experimentar esse desafio, através da idealização e construção dos espaços coletivos do assentamento Rosário, localizado em Ceará Mirim-RN, composto por cinco associações. Por se tratar de um trabalho em curto prazo, vinculado a um objeto coletivo (espaços livres públicos), o Grupo mais uma vez arrisca na busca de novos caminhos.

Outras constatações já podem ser vislumbradas: a política para habitação no campo, sobretudo nos assentamentos rurais, parece caminhar para uma melhoria, ainda que a passos lentos. Superaram-se as dificuldades com a insuficiência de recursos e a precariedade com que foi tratada por um órgão não habilitado para a sua provisão (o INCRA), observando-se que muito ainda tem que ser feito no sentido de considerar a urgência por uma política que atenda às outras necessidades da vida cotidiana.

Essas mudanças se devem, em parte, à articulação de arquitetos e urbanistas que, conhecendo a problemática dos assentamentos rurais, buscaram contribuir para a sua superação. O I e II Colóquio Habitat e Cidadania são momentos-chave dessa possibilidade, eles foram capazes de apontar caminhos importantes. As conquistas, no entanto, ainda são embrionárias: como o fato das habitações não serem mais de responsabilidade do INCRA e a criação na CEF de uma secretaria específica para atender a esta demanda. Por sua vez, o Programa do Habitat do Campo, idealizado pelas assessorias em conjunto com o MST, parece se desdobrar para uma resolução contrária às expectativas: uma versão do Programa Minha Casa Minha Vida para o Rural. Essa história já é conhecida pelos arquitetos e urbanistas: após a criação do Plano Nacional de Habitação, articulado com movimentos por moradia e demandas reais, ele foi substituído pelo Programa Minha Casa Minha Vida, perdendo assim todas as possibilidades e virtudes na superação da questão da habitação brasileira. O referido programa, para além da resolução social deste problema, significa a estruturação e o enriquecimento do setor da construção civil, que, como resposta, oferece um produto nem sempre de qualidade.

Os desdobramentos do trabalho de Borges (2002) guia a hipótese desta pesquisa e também orienta uma questão importante - o significado do espaço para a organização política. A habitação como sendo um equipamento não é considerada inclusa no processo de transformação pelo Movimento. É um produto e não um processo. O MST desvincula a questão técnica da política. Poucos militantes compreendem o potencial de formação política do processo do mutirão.

Sobre o método regressivo-progressivo utilizado para analisar o objeto desta pesquisa, pode-se perceber o movimento que parte das experiências mais recentes – referentes aos assentamentos Bernardo Marim e Roseli Nunes -, que suscitaram as questões de pesquisa, para uma observação das experiências iniciais de assessoria do GERAH ao MST – aos assentamentos Maria da Paz e Resistência Potiguar 1 -, onde foram experimentadas diversas possibilidades de potencialização do trabalho coletivo do mutirão adotadas pelo INCRA e pelo próprio Movimento. Se o método do GERAH objetivava colaborar com a organicidade e, no entanto, já não alcançava mais este resultado, era chegado o momento de um auto avaliação. O vivido em experiências anteriores mostrou como foi possível trabalhar o mutirão com uma organização que, em si, já favorecia o trabalho coletivo.

Há também de se considerar um contexto geral em que se encontra a temática desse estudo: os quadros de criação de assentamentos, as crises do MST, a política, e seu reflexo no cotidiano do Movimento, nas dificuldades de acompanhamento das bases, configurando um momento de forte ruptura no seu método e, por conseguinte, nos resultados alcançados. As experiências descritas nessa pesquisa são exemplos desse movimento, do total influenciando o específico.

A caracterização de cada experiência buscou analisar as partes e as relações que constituem tal realidade social. Para compreender a organicidade, foram observados os seguintes elementos: (1) tempo do acampamento, (2) organicidade do assentamento (organização das famílias) e (3) acompanhamento do MST; quanto ao mutirão, a análise se deu a partir dos seguintes: (1) desenvolvimento dos projetos, (2) fontes de financiamento/programa/gerência dos recursos, (3) assessoria técnica, (4) organização do mutirão (método, equipes, configuração do canteiro). Além desses, que são específicos para caracterizar o mutirão e a organicidade, acrescentam-se outros três, para compor uma análise sobre as relações existentes em cada processo e os resultados: agentes envolvidos, conflitos e resultados. E, para complementar esse quadro específico, acrescentou-se como recorte a observação da forma, da organização e da produção coletiva (ou processo) no histórico de cada experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa, de contribuir para a compreensão da importância do processo de construção coletiva das habitações nos assentamentos para a organicidade do Movimento, implica um alcance prático. Por se tratar de uma pesquisa participante, ao longo do acompanhamento dos processos de mutirão de construção dos habitats dos quatro assentamentos, muitos foram os momentos de avaliação e reflexão, tendo em vista o propósito de, além de atender às questões técnicas necessárias, contribuir também com a formação, organização e motivação para o trabalho coletivo.

Ao contemplar os habitats do MST, essa dissertação parte do pressuposto que seus assentamentos sofrem com falta de infraestrutura em todo o País. Considera-se, assim, que as dificuldades enfrentadas pelos assentados e pelo Movimento para alcançar um ideal de organização produtiva, seja pela política de reforma agrária inapropriada, pela falta de recursos ou pelo uso inadequado desses, contribui fortemente para a não realização dos objetivos de organização. Portanto, esta pesquisa aponta uma situação difícil de ser contornada, mas também, carregada de possibilidades.

A caracterização da problemática da habitação de interesse social no campo, em especial a situação dos assentamentos do RN, foi abordada do ponto de vista de experiências específicas, dentro do recorte definido a partir da assessoria do GERAH. Elas apontam em muitos momentos, a precariedade da política para o habitat do campo, especialmente os assentamentos rurais, e as mudanças dessa questão dentro de um contexto em que as assessorias técnicas foram protagonistas na luta pelo enfrentamento das dificuldades vivenciadas pelo MST e assentados rurais. Abordou-se essa perspectiva quando se incluiu os Colóquios Habitat e Cidadania, realizados juntamente com o MST, mas organizados pelas assessorias técnicas, como importantes momentos de avaliação e reivindicação por mudanças.

Quanto às especificidades dos processos de construção da moradia nos assentamentos rurais, destacamos mais uma vez experiências do Estado do RN, haja vista a necessidade de se conhecer com proximidade o cotidiano desses processos, suas dificuldades, conflitos e possibilidades. No entanto, além delas, foram incluídos alguns casos de conhecimento do Grupo que representam situações particulares e que provocam discussões relacionadas à forma de atuação do MST e também de participação dos demais agentes envolvidos, como foi o caso do assentamento Normandia, em Caruaru-CE.

No que se refere à compreensão da organicidade do MST, em seu contorno geral e nos assentamentos, suas referências e objetivos, essa foi alcançada a partir do estudo teórico (Bogo, 1999; Caldart, 2000 e 2012; Guterres, 2008) e de outras experiências (Gomes, 2009), em livros, teses e material de formação utilizado pelo Movimento (MST, 2008) para capacitação de seus militantes. A partir desse material e da experiência prática com os grupos, entende-se a organicidade como prática coletiva, relacionada ao contexto histórico e social e as necessidades de um grupo, sua organização para a luta. Sendo assim, sua relação com o mutirão é clara: a construção das moradias pelos assentados requer a disposição para a coletividade e a compreensão das responsabilidades de cada um dentro desse coletivo (sua estrutura e suas relações), entendendo que a luta se dá dentro de um processo, portanto, é construído a partir das necessidades. O mutirão requer participação e, sobretudo, uma organização capaz de movimentar todo o coletivo, assim como ações de luta e mobilização. No caminho percorrido pelo trabalhador para conquista da terra – e junto com ela, moradia e trabalho, a vivência do acampamento é um grande exemplo de aprendizado coletivo, mas que pode ser anulado com as experiências de práticas individualizadas, muitas vezes impostas pelo sistema tradicional de parcelamento da terra. Os processos de construção coletiva das moradias nos assentamentos podem ser uma continuidade desse exercício de luta coletiva.

Esta dissertação apresentou vários conflitos do processo de mutirão para a construção das moradias nos assentamentos rurais, relacionados à conjuntura política e organizacional, aos processos construtivos tradicionais, às dificuldades de atendimento às exigências dos agentes gestores dos recursos. Dentre os relacionados às construções das moradias nesses assentamentos, destacam-se aqueles referentes ao assentado que se divide entre o sentimento de ser o “dono da casa” e o construtor, o construtor e o militante, o militante e o assentado, ora agindo como um, ora como outro, ora esperando o bem coletivo, ora desejando o melhor para si. Entre os assentados e os órgãos gestores, seus assessores e os próprios dirigentes do Movimento, destaca-se o conflito em responsabilizar aquele que está mais presente – nos casos analisados, a assessoria técnica - confundindo o papel de cada um desses agentes. Outros conflitos que interferem significativamente no mutirão se dão em razão das pausas frequentes, devido às regras, sobretudo da CEF, de só permitir a compra de materiais quando determinadas etapas já estão cumpridas, por exemplo. Esta exigência, por sua vez, implica em outro conflito: a demora da compra desses materiais e a elevação constante dos seus preços.

No capítulo anterior, discutiu-se sobre a hipótese defendida nesta pesquisa, de que a participação dos assentados no processo de construção de suas moradias contribui com a continuidade e/ou fortalecimento da organicidade no assentamento. Observou-se que nos assentamentos em que as

famílias se organizavam em núcleos de base os conflitos ocorridos durante o processo de construção coletiva de suas moradias estavam pautados, em sua maioria, na relação entre o saber técnico e o saber popular. Mesmo no caso do assentamento Resistência Potiguar 1, onde houve maior dificuldade com o repasse dos recursos por parte do INCRA, além dos problemas com o acompanhamento do mestre de obra e do responsável técnico, não houve entraves à continuidade do trabalho coletivo do mutirão. Já nos assentamentos onde existiam associações contrárias, tem-se as seguintes situações: no caso no Bernardo Marim, com todas as dificuldades de acompanhamento do MST, ainda que houvesse militantes orgânicos ali assentados, e de prosseguimento do processo com as exigências normativas da CEF, a organização do mutirão estabeleceu, através das equipes de compras e finanças, que agregavam assentados das duas associações, e de rearranjos de organização das famílias para a continuidade da construção, um trabalho coletivo capaz de superar as divergências entre associações. Também no assentamento Roseli Nunes, apesar de todos os conflitos internos e entraves no processo, ainda existiu uma organização coletiva através das equipes de compras, finanças e também de construção, que garantiu, sobretudo, a qualidade das moradias.

As potencialidades desse tipo de método foram também comprovadas ao longo da pesquisa: a continuidade do trabalho coletivo e a compreensão das possibilidades, o envolvimento das bases nesse processo e a inserção de novos militantes na organicidade do movimento para a realização desses mutirões. Assim, pode-se vislumbrar medidas tanto para os programas governamentais, como para as direções dos movimentos, das suas assessorias, de forma a otimizar este processo construtivo, tal como dele obter frutos para cada um desses agentes, destacando-se a busca pela transformação da sociedade e o acesso aos direitos de cada um desses cidadãos.

Apesar deste trabalho abarcar um universo considerável de experiências de mutirões para a construção de habitats dos assentamentos, há ainda muitas questões a serem discutidas no sentido de superar as dificuldades que esse tipo de processo enfrenta, como o longo tempo de construção e as influências negativas das disputas políticas no andamento da obra. Surgem outros questionamentos: o que o MST espera desse tipo de método? O que esperam os assentados? Até que ponto têm a compreensão de suas potencialidades para a melhoria de suas moradias? Para as assessorias, que vislumbram, além da qualidade desses espaços de morada, transformações sociais, diante das dificuldades apontadas neste estudo, qual o mutirão possível de ser realizado? Além dos limites impostos pelos programas e políticas inapropriados ao contexto, qual o alcance do Movimento e de suas bases? Para responder a essas questões, outras experiências precisam ser conhecidas e analisadas e muito ainda precisa ser debatido, em especial com o MST, no sentido de se aproveitar ao máximo suas possibilidades.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Marcelos João. **A condição do espaço MST no movimento da sociedade burguesa**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.
- BERGAMASCO, Sônia M. & NORDER, Luis A.C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BOFF, Leonardo, BETTO, Frei, BOGO, Ademar. **Valores de uma Prática Militante**. Consulta popular. Cartilha n. 9. São Paulo: Consulta Popular, 2000.
- BOGO, Ademar. **Lições da Luta pela Terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.
- BONDUKI, N. G. **Habitação e Autogestão**. RIO DE JANEIRO: FASE, 1992.
- _____. **Habitar São Paulo - Reflexões sobre Gestões Urbanas**. 1a. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.
- BORGES, Amadja H. **MST – Habitats em movimento**: tipologias dos habitats dos assentamentos originários do MST nos estados de SP e RN. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, 2002.
- _____. **O desenho do possível**: a UFRN e o MST na construção de um projeto referência de assentamento de reforma agrária. In: Ilza Araújo Leão de Andrade (Org.). *Metodologia do trabalho social: a experiência da extensão universitária*. 1. ed. Natal: EDUFRN, 2006.
- BORGES, Amadja H.; MEDEIROS, Cecília M. R.; CERQUEIRA, Maria C. T. **Redesenhando com o MST o habitat da Reforma Agrária**. In: I Congresso Internacional Sustentabilidade e Habitação de Interesse Social, 2010, Porto Alegre. *Anais do I Congresso Internacional Sustentabilidade e Habitação de Interesse Social*. Porto Alegre: PUC-RS, 2010. v. 1. p. 1- 11.
- BORGES, Amadja. H.; BERTOLINI, Valéria A.; MEDEIROS, Cecília M. R. de. **Habitação de interesse social nas universidades**. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO, Goiânia. *Anais eletrônicos...* 2006.
- BRANDÃO, Carlos R. (Org.). **Pesquisa participante**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. **Festas de Trabalho**. In: Pessoa, Jadir de Moraes (org.). *Aprender e ensinar nas festas populares*. Rio de Janeiro: Secretaria de Educação a Distância, Ministério da Educação, 2007. p. 44-53. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/104729Aprender2.pdf>. Acessado em: 20 de outubro de 2011.
- _____. **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRANDÃO, Carlos R.; STRECK, Danilo R. (Org.). **Pesquisa participante**: o saber da partilha. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.
- BRASIL. **Lei 11.888**, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. Disponível em: site. Acessado em: data.
- CALDAR, Roseli S. **O MST e a formação dos sem terra**: o movimento social como princípio educativo. *Estud. av.* [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 207-224. ISSN 0103-4014.

_____. **O MST e a formação dos sem-terra:** o movimento social como princípio educativo. In: Gentili P, Frigotto G, organizadores. *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. 2ª ed. São Paulo, Buenos Aires: Cortez, CLACSO; 2001, p. 125-144.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra:** escola é mais que escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito.** Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

CARVALHO, Horácio M. **A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro).** In: *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Boaventura de Souza Santos (organizador). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 232-260.

CERQUEIRA, Maria C. T. **A assistência técnica nos habitats do MST e o papel do arquiteto e urbanista.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

CONCRAB. **Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos.** Caderno de Cooperação agrícola n° 07, SP, 1998.

DEMO, Pedro. **Pesquisa participante:** saber pensar e intervir juntos. Brasília: Liber Livro Editora, 2ª edição 2008.

FEDERACAO NACIONAL DOS ARQUITETOS E URBANISTAS. **Assentamentos mais humanos.** Rio de Janeiro: FNA, 1996.

FERRO, Sérgio. **Nota sobre "O vício da virtude"**. *Novos estud. - CEBRAP* [online]. 2006, n.76, pp. 229-234. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n76/12.pdf>. Acessado em: 20 de março de 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 46ª.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos sociais:** a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

_____. **Os sem-terra,** ONGs e cidadania. SP: Cortez, 1997b.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. SP: Loyola, 1997a.

GOMES, Maria S. F. **A construção da organicidade no MST:** a experiência do Assentamento 26 de Março/Pará. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009.

GUTERRES, José Augusto. **A questão agrária brasileira e a atuação do MST para efetivação de direitos à luz do conceito de hegemonia em Gramsci.** Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, 2008.

I COLÓQUIO HABITAT E CIDADANIA. **Manifesto Colóquio Habitat e Cidadania.** Ceará Mirim- RN: I Colóquio Habitat e Cidadania: Habitação de Interesse Social no Campo, 2006.

LACOMBE, Marcelo S. M. **Os fundamentos marxistas de uma sociologia do cotidiano**. In: Outubro, SP, Edição nº 17, p. 143-170, 2008. Disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/17/Artigo_05.pdf. Acessado em: 20 de outubro de 2011.

LÉFÈBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne**. Vol. I: Introduction. Paris: L'Arche Ed. 1958.

_____. **Critique de la vie quotidienne**. Vol. II: Fondements d'une sociologie de laquotidienneté. Paris: L'Arche Ed. 1961.

_____. **Du rural à l'urbaine**. Paris: Anthropos, 1970.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, João Marcos de A. **O anão caolho**. Novos estud. - CEBRAP [online]. 2006, n.76, pp. 219-227. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n76/11.pdf>. Acessado em: 20 de março de 2010.

LOPES, João Marcos de A.; RIZEK, Cibele S. **O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica**. In: CARDOSO, Adauto L.; ABIKO, Alex K. (Org.). Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda (Coletânea Habitare; v.5). Porto Alegre: ANTAC, 2006, v. 1, p. 52-83.

MACHADO, Pascal. **Interesses da Habitação Social: políticas e processos no Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **Travessias – a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

MEDEIROS, Cecília M. R. **Arquitetura da terra e a transformação das referências de moradia do MST**. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Construindo o caminho**. São Paulo: MST, 2001a.

_____. **Método de organização**. (Caderno de Formação n. 35). São Paulo: MST, 2000a.

_____. **O MST e a cultura**. (Caderno de Formação n. 34). São Paulo, 2000b.

_____. **O que levar em conta para a organização do assentamento**. (Caderno de Cooperação n. 10). São Paulo: MST, 2001b.

_____. **Programa nacional de formação de militantes e bases do MST**. São Paulo: MST, 2001c.

OLIVEIRA, Cinthia S. **Henri Lefebvre**: Possibilidades teórico-metodológicas para Arquitetura e urbanismo. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **O vício da virtude**: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. Novos estud. - CEBRAP, Mar 2006, no.74, p.67-85. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29640.pdf>. Acessado em: 20 de março de 2010.

PAIVA, Irene A. **Aprendizados da prática coletiva**: assentados e militantes do MST. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2003.

PAULA, Hiramisis P. **Educação e sustentabilidade**: assentamento Maria da Paz – João Câmara/RN. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

PEREIRA, Elisângela N.; MOLINA, Mônica C. **A organicidade na formação de educadores do campo**. Disponível em: <http://www.encontroobservatorio.unb.br/arquivos/artigos/gt2238.pdf>. Acessado em: 28 de julho de 2010.

PINTO, Pedro H. X. **Participação e resistência**: a construção coletiva do Assentamento Resistência I-RN. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

PIZETTA, Adelar J. **A formação política no MST**: um processo em construção. OSAL (Buenos Aires: CLACSO) año 8, N° 22, septiembre de 2007. p. 241-250.

_____. **Educação popular**: formação da consciência e luta política. Seminário de Educação Popular e Lutas Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://enesspiaui2010.wordpress.com/2010/06/08/adelar-joao-pizetta/>. Acessado: em 02 de novembro de 2012.

REDAÇÃO. **Há um ano sem resposta**. Brasil de fato, 20 ago. 2012. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/10380>. Acessado em: 02 de setembro de 2012.

SHIMBO, Lúcia Z. **A casa é o pivô**: mediações entre o arquiteto, o morador e a habitação rural. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo - USP/São Carlos, 2004.

SOARES, Vivianne G. M. **A construção de um habitat rural**: Gestão e Projeto do Assentamento Resistência Potiguar I. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

SOUSA, Maria Aparecida da S. **A coletividade na construção do habitat**: veredas da educação no assentamento Roseli Nunes em Ielmo Marinho/RN. Monografia (Graduação em Pedagogia da Terra), Instituto de Colonização e Reforma Agrária e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

STÉDILE, João P. (org.). **A Reforma Agrária e a luta do MST**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

STÉDILE, João P.; FERNANDES, Bernardo M. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

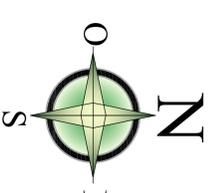
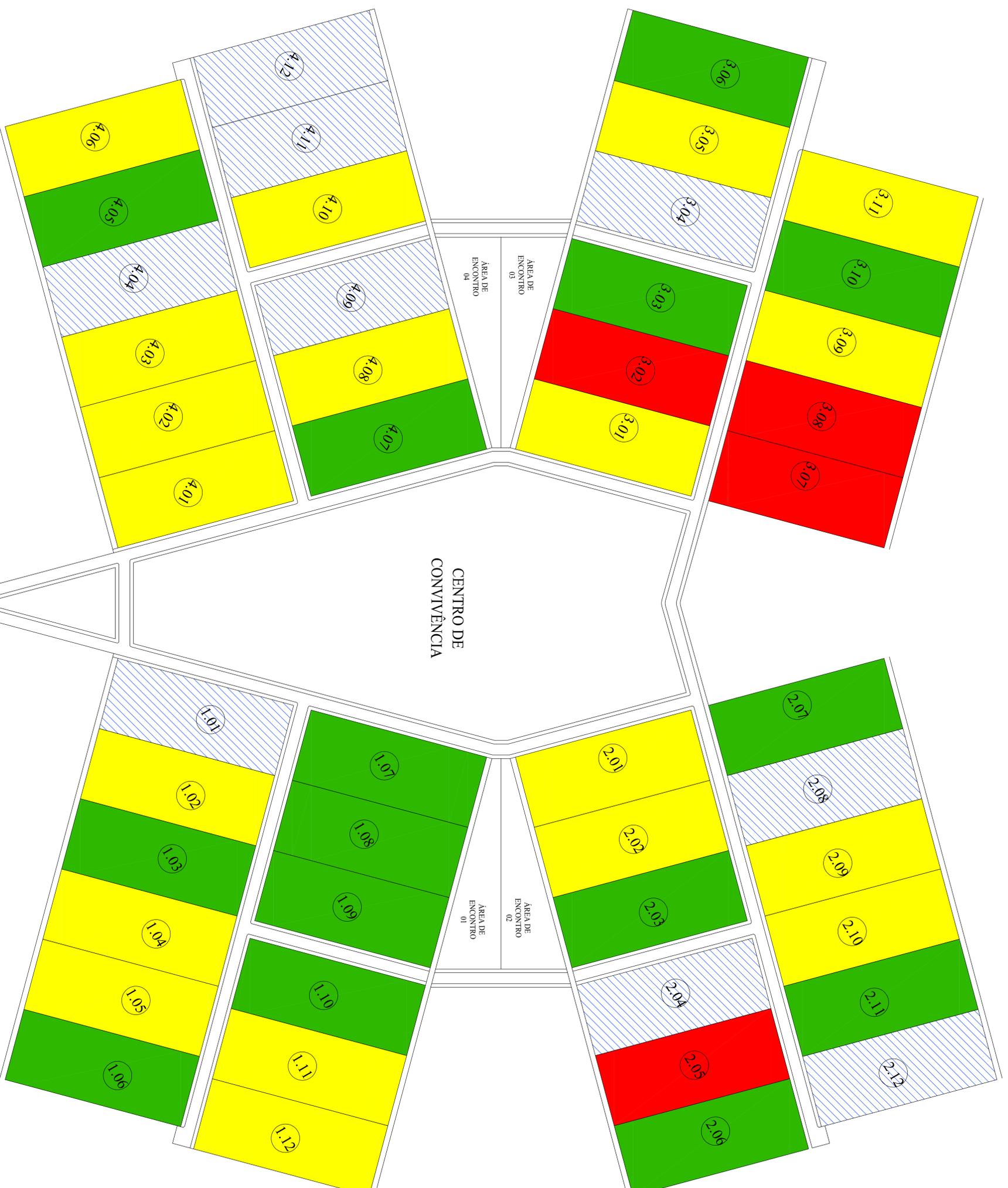
ANEXOS

Anexo A: Planilha de andamento da construção das moradias do assentamento Bernardo Marim

305	Manoel Oterio de Souza		1	3	3	3	3		3	1	2	2	3	2	1	3	3	2	1
306	José Wilson Fontes da Silva / Jarderson	FECHADA	1	1	1	1	1			3	2	3	3	3	1	3	3	1	1
307	Arlindo Simão da Silva		2	1	3	3	3	3	1	1	2	2	3	3	3	2	3	2	1
308	Francinelson Barbosa Luciano / Francisco Pereira / Raimunda Pereira	FECHADA	2	4	4	4	4			3	2	3	3	3	3		2	1	1
309	José Reinaldo de Souza Silva		2	1	1	1	1			3	1	2	3	2	1	2	2	2	2
310	Josenildo Joaquim do Nascimento		1	1	1	1	1			1	2	2	3	2	1	2	2	3	1
311	Eliene da Silva	AMPLIAÇÃO COZINHA	1	1	3	3	2			1	1	2	3	3	1	3	2	2	2
401	Lúcia de Fátima Oliveira		2	1	1	1	1			3	2	2	3	3	3	3	3	1	1
402	Marcio José de Melo Bezerra		2	1	1	1	1			3	2	2	3	3	1	3	2	2	1
403	Milton Carvalho de Souza		1	1	1	1	1			1	2	2	3	3	3	3	3	1	1
404	Salatiel Leandro de Moraes	INCRA																	
405	Lindoarte de Souza Moraes		1	1	1	1	1			1	1	1	3	3	3	2	2	2	1
406	Francisco de Oliveira Costa / Silvana		2	1	1	1	1			1	1	2	3	2	1	1	2	1	1
407	Francisco Rafael de Souza		1	1	1	1	1			1	1	2	3	2	1	3	3	1	1
408	João Maria da Silva / Francisco Etevaldo		2	1	1	1	1			1	2	2	3	3	3	3	3	1	1
409	Francisco Barbosa da Silva	INCRA																	
410	José Carlos de Souza Filho		2	1	1	1	1			1	2	2	3	3	1	2	2	2	2
411	José Carlos de Souza Filho	INCRA																	
412	Lenilson Leandro da Silva	INCRA																	

LEGENDA	
1	completo/correto
2	incompleto/mudanças
3	não fez
	não sabemos

GRUPO DE ESTUDOS EM REFORMA AGRÁRIA E HABITAT - GERAH/UFRRN
ASSENTAMENTO BERNARDO MARIM
ANDAMENTO DA OBRA EM JUNHO/2011



LEGENDA

-  RECURSOS APENAS DO INCRA
-  ATRASADAS
-  EM ANDAMENTO
-  CONCLUÍDAS

Anexo B: Planilha de andamento da construção das moradias do assentamento Roseli Nunes

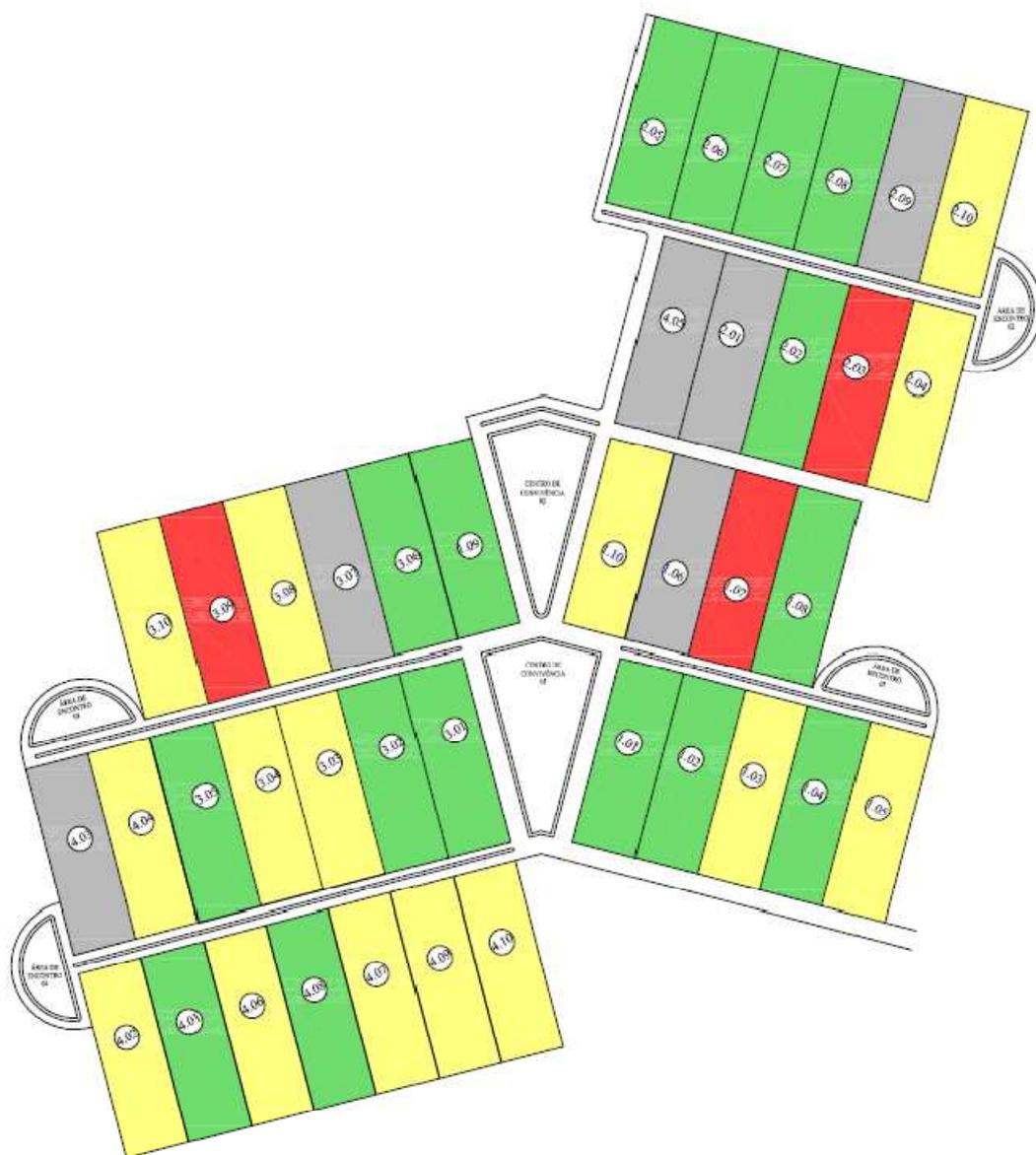
BALAÇO GERAL ANDAMENTO HABITAÇÕES ROSELI NUNES

LOTE	MCRADOR	GERAL	INSTALAÇÕES			ACABAMENTO	
			ELÉT.	HIDR.	ESGOTO	PISO	REBOCO
101	João Maria	88,29	85,40	97,25	100,00	87,50	
102	José Horácio	91,11	33,35	50,00	12,50	87,50	87,50
103	Antônio Soares	87,11	93,75	100,00	50,00	87,50	
104	Adalto	94,32	85,40	100,00	75,00	87,50	62,50
105	José Vicente	86,93	71,35	84,75	12,50	87,50	
107	Raimundo de Maria	86,21	72,90	97,25	25,00	87,50	
108	José Faustino	91,60	85,40	94,50	12,50	100,00	
109	Eliério	88,29	70,85	86,50	100,00	100,00	
110	Raimundo Onório	86,99	70,85	100,00	100,00	100,00	
202	Geralda	90,72	64,60	30,00	100,00		100,00
203	Edival	85,63	50,00	59,00	25,00		
204	Maria Carangueijo	86,93	79,17	97,25	50,00	100,00	
205	Rosa	89,03	85,42	94,50	25,00	75,00	17,00
206	Abílio	94,32	72,92	100,00	50,00	87,50	87,50
207	José Leôncio	88,45	56,25	97,25	100,00	50,00	
208	Francisca Justino	89,03	79,17	79,00	25,00	100,00	7,00
210	José Justino	87,11	79,15	94,50	50,00	100,00	
301	José Wilson	89,81	-	-	100,00		
302	Francisco Batista	97,09	75,00	89,50	25,00	100,00	100,00
303	Antônio Vieira	86,93	33,33	64,00	25,00		
304	João Gomes	87,11	79,17	62,50	25,00	100,00	
305	Josivan	90,95	72,92	63,50	25,00	100,00	100,00
306	Gisélia	90,84	66,67	20,50	100,00	12,50	75,00
308	Valquíria	87,11	56,25	100,00	12,50	100,00	
309	Marcos Paulino	83,79	64,58	94,50	12,50	75,00	20,00
310	Caetano	86,93	56,25	94,50	12,50	87,50	
401	Francisco Canidé	95,98	70,83	95,00	50,00		87,50
402	Lourival	86,93	25,00	95,00	12,50		
404	Francisca Regina	86,42	70,83	79,75	50,00		25,00
406	Maria Batista	86,93	87,50	82,00	25,00	75,00	
407	Erivan Gomes	86,81	45,83	-	75,00	100,00	
408	Sebastião	94,32	56,25	100,00	12,50	100,00	100,00
409	Francisco Marinho	86,50	62,50	100,00	75,00	100,00	100,00
410	João (Terezinha)	86,99	68,75	100,00	75,00		

LEGENDA:

FIZERAM ALTERAÇÕES (PROJ. ARQUITETÔNICO, NA CX DÁGUA OU INSTALAÇÕES)

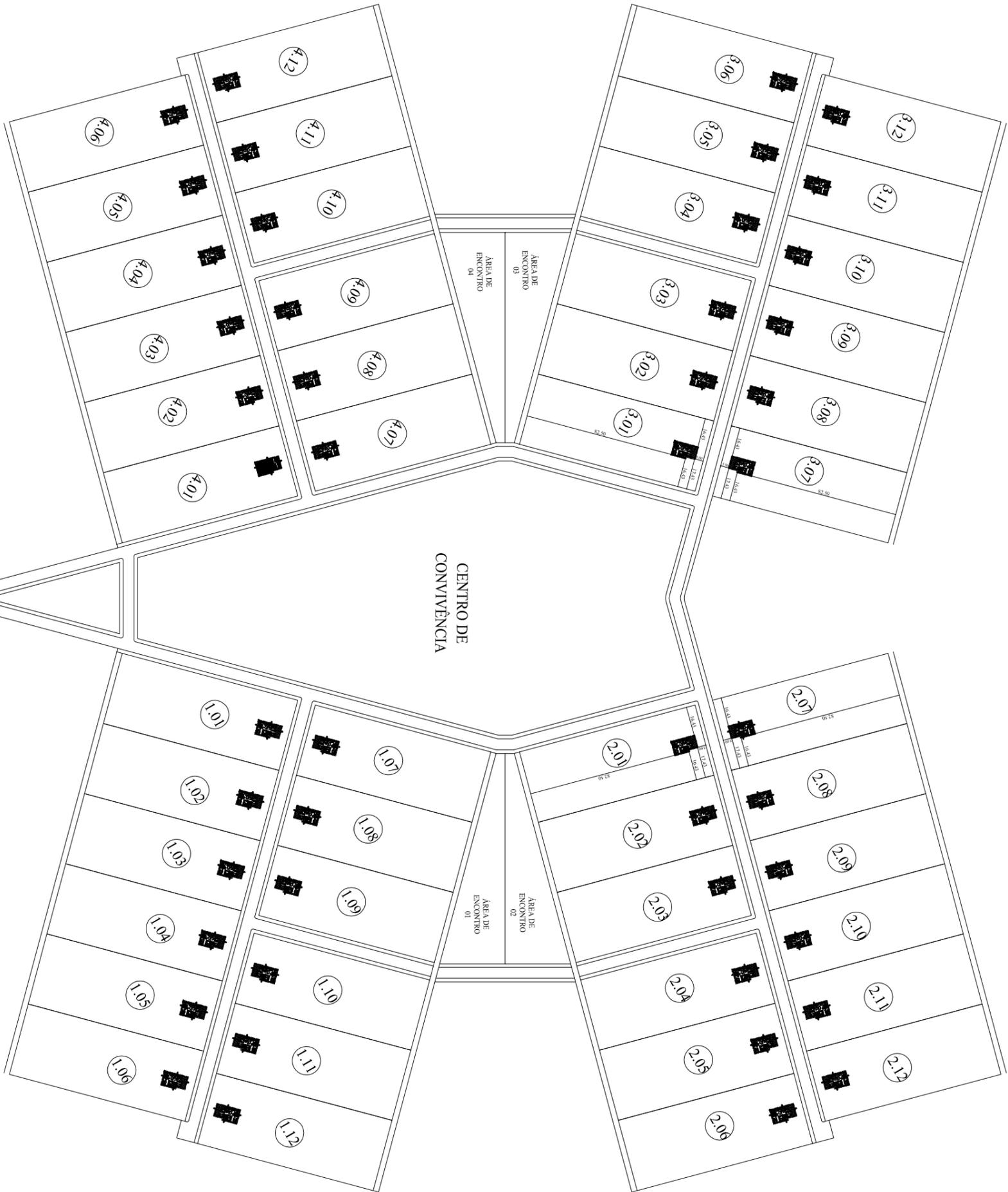
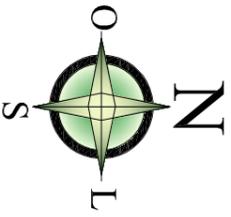
HABITAT DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES - ANDAMENTO CONFORME % DA PLS



LEGENDA

- CASAS INCRA
- ACABAMENTO INICIADO/HABITABILIDADE EM ANDAMENTO (>83% E <85%)
- ACABAMENTO EM ANDAMENTO/HABITABILIDADE EM ANDAMENTO (>85% E <88%)
- ACABAMENTO AVANÇADO/HABITABILIDADE EM ANDAMENTO (>88,93%)

Anexo C: Projetos do habitat e da moradia do assentamento Bernardo Marim



PLANTA DE LOCAÇÃO DOS LOTES

ESCALA.....1/2500

ESTRADA PUREZA/JOÃO CÂMARA

RELAÇÃO BENEFICIÁRIO/LOTE/HABIT.

LOTE	BENEFICIÁRIO	HABIT.
1.01	REGINALDO F. DO NASCIMENTO	A
1.02	CARLOS ANDRÉ MENDES DA SILVA	A
1.03	MARIA REGINEIDE BATISTA	A
1.04	ALBERTO JANUÁRIO DE SOUZA	A
1.05	ERNESTO MARTINS DE SOUZA	A
1.06	FRANCISCO ETEVALDO S. DE SOUZA	A
1.07	ANTÔNIO FRANÇA DA SILVA	B
1.08	EVANILSON TENÓRIO ELEDÓRIO	B
1.09	CLECIO NASCIMENTO DE SOUZA	B
1.10	ELIONE DA SILVA	B
1.11	CLAUDIO DA SILVA	B
1.12	VALDECIR MENDES DA SILVA	B
1.13	FRANCISCO DE ASSIS DE ARAÚJO	D
1.14	SILVANA DIAS MORAIS	D
1.15	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	D
1.16	ELIENA PONTES SILVA	D
1.17	GILMAR FERREIRA	D
1.18	MARIA LUCIA DA CONCEIÇÃO DE LIMA	D
1.19	DANIEL FRANCISCO DO NASCIMENTO	C
1.20	MARIA DO SOCORRO CARDOSO	C
1.21	JOSÉ RAMUNDO DE LIMA JÚNIOR	C
1.22	MARIA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA	C
1.23	PAULO HENRIQUE DE CARVALHO	C
1.24	CILENE DIAS	C
1.25	EDINALVA FERREIRA DA COSTA	A
1.26	ERIVANILSON BEZERRA DANTAS	A
1.27	MILTON VARELA DE OLIVEIRA	A
1.28	SEBASTIÃO DE OLIVEIRA FRUTUOSO	A
1.29	MANOEL OTERIO DE SOUZA	A
1.30	JOSÉ WILSON FONTES DA SILVA	A
1.31	ARLINDO SIMÃO DA SILVA	B
1.32	FRANCINELSON BARBOSA LUCIANO	B
1.33	JOSÉ REINALDO DE SOUZA SILVA	B
1.34	JOSENILDO JOAQUIM DO NASCIMENTO	B
1.35	ELIENE DA SILVA	B
1.36	LÚCIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA	D
1.37	MARCIO JOSÉ DE MELO BIZERRA	D
1.38	MILTON CARVALHO DE SOUZA	D
1.39	SALATIEL LEANDRO DE MORAIS	D
1.40	LINDOARTE DE SOUZA MORAIS	D
1.41	FRANCISCO DE OLIVEIRA COSTA	D
1.42	FRANCISCO RAFAEL DE SOUZA	C
1.43	JOÃO MARIA DA SILVA	C
1.44	FRANCISCO BARBOSA DA SILVA	C
1.45	JOSÉ CARLOS DE SOUZA FILHO	C
1.46	JOSÉ MARIA DUARTE DOS SANTOS	C
1.47	LENILSON LEANDRO DA SILVA	C



ASSUNTO: PROJETO ARQUITETÔNICO: Construção de 47 Habitações Rurais
 LOCAL: PA BERNARDO MARIM - PUREZA
 CONTEÚDO DA PRANCHA: PLANTA DE LOCAÇÃO DOS LOTES DE MORADIA NO HABITAT 1/2500

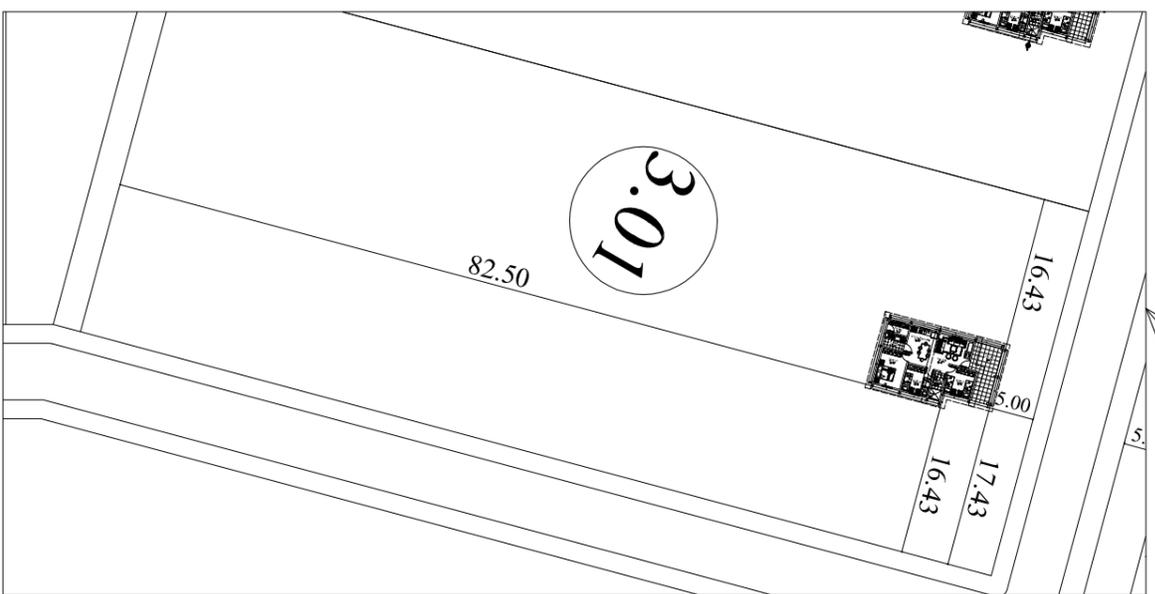
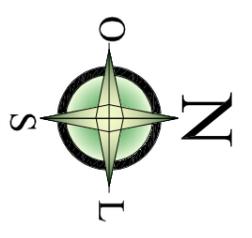
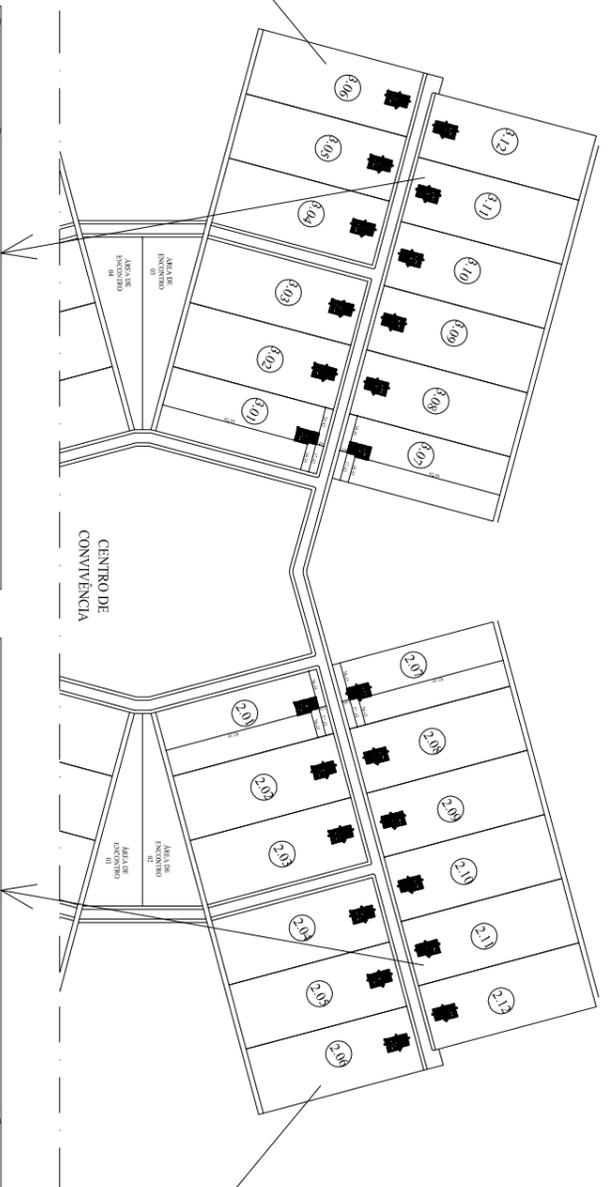


COORDENAÇÃO GERAL: ARQUITETA AMADJA HENRIQUE BORGES
 ARQUITETA E URBANISTA: VIVIANNE GLAYSSE MAFRA SOARES
 RESPONSÁVEL TÉCNICA PELO ORÇAMENTO: RAÍSSA CAMILA SALVIANO FERREIRA

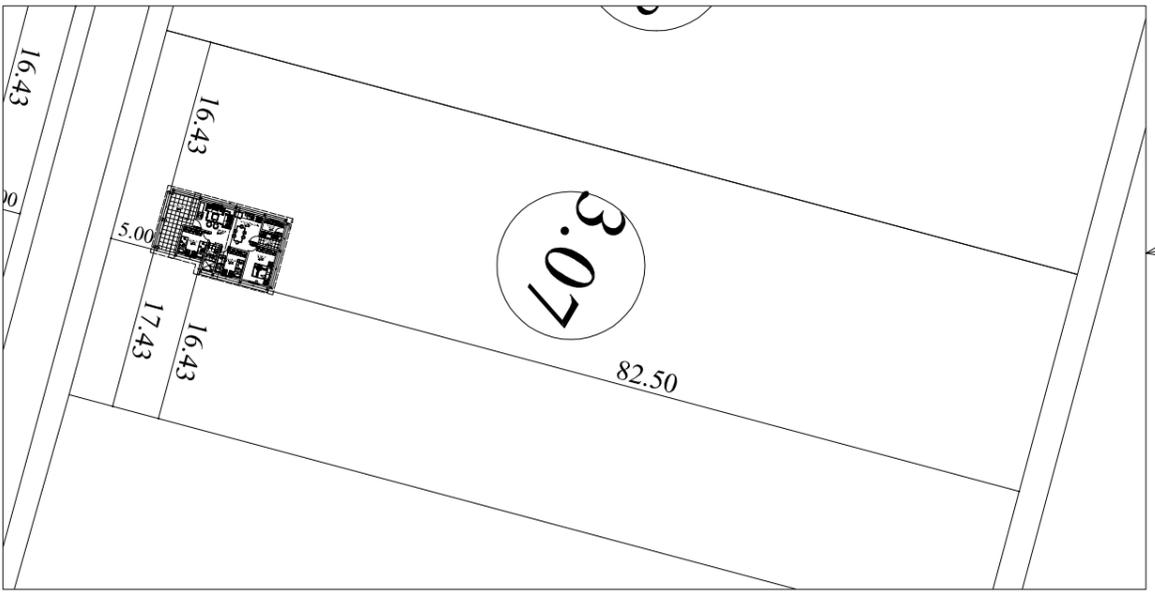
CREA Nº: 210039979-9
 CREA Nº: 2102470474
 CREA Nº: 3084 AP/RN

PRANCHA: 01 / 13

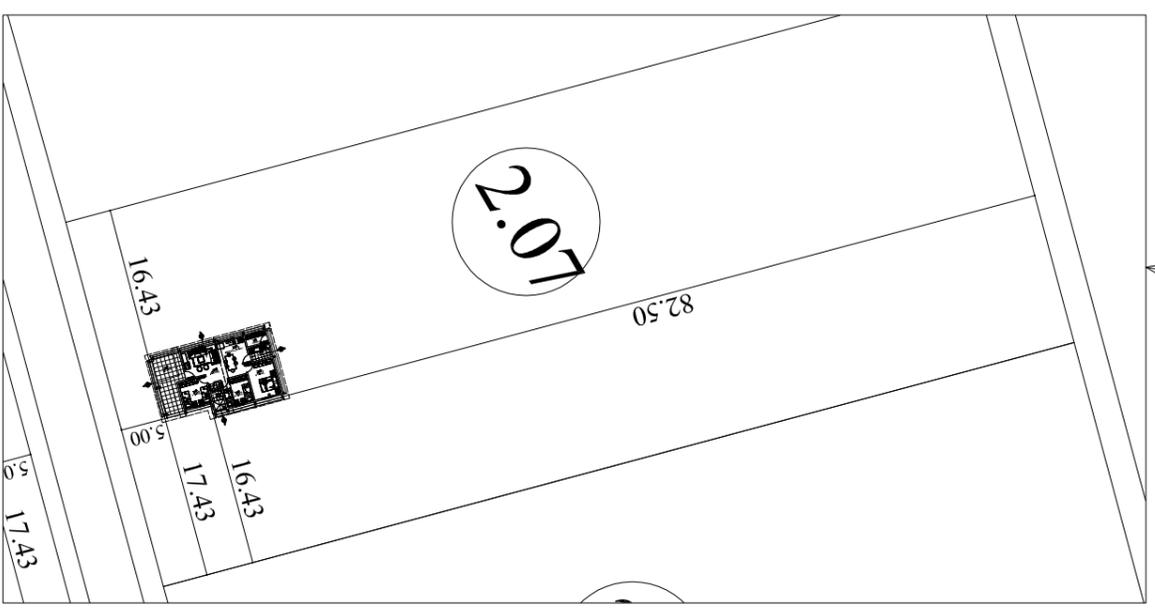
DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA QUALQUER MODIFICAÇÃO OU REPRODUÇÃO, NO TODO, OU EM PARTE, SEM AUTORIZAÇÃO POR ESCRITO, DOS AUTORES DO PROJETO.



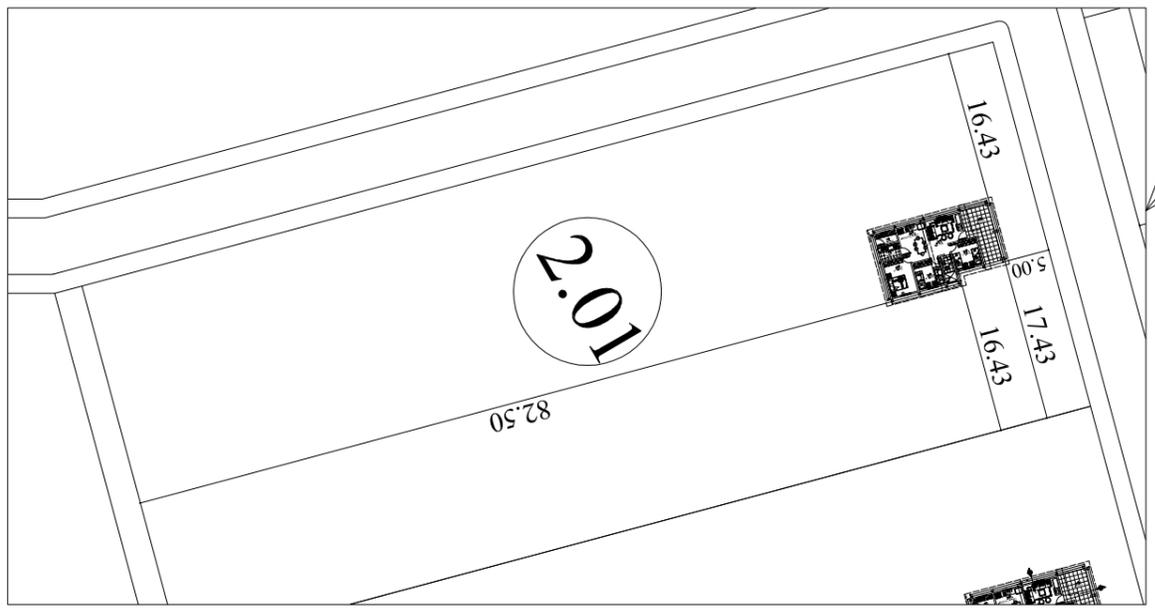
PLANTA LOCAÇÃO - HAB. A
ESCALA.....1/400



PLANTA LOCAÇÃO - HAB. B
ESCALA.....1/400

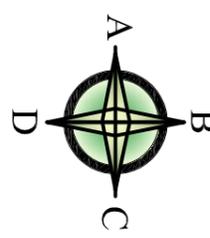


PLANTA LOCAÇÃO - HAB. C
ESCALA.....1/400

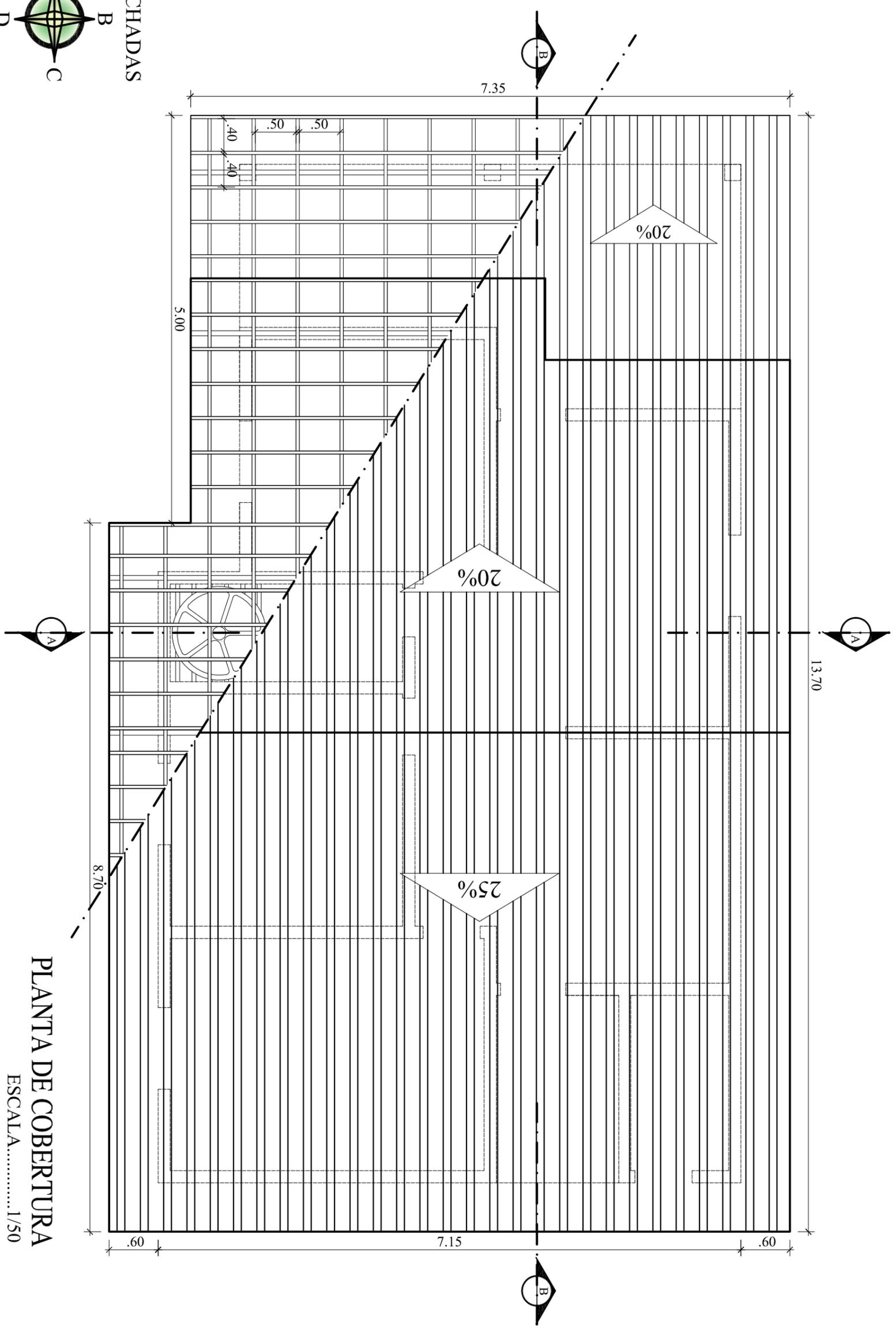


PLANTA LOCAÇÃO - HAB. D
ESCALA.....1/400

<p>ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA DO RIO GRANDE DO NORTE</p>	ASSUNTO PROJETO ARQUITETÔNICO: Construção de 47 Habitações Rurais	<p>GRUPO DE ESTUDOS EM REFORMA AGRÁRIA E HABITAT</p>	COORDENAÇÃO GERAL ARQUITETA AMADJA HENRIQUE BORGES	CREA Nº 210039979-9	PRANCHA 02 / 13
	LOCAL PA BERNARDO MARIM - PUREZA		ARQUITETA E URBANISTA VIVIANNE GLAYSSE MAFRA SOARES	CREA Nº 2102470474	
CONTEÚDO DA PRANCHA PLANTA DE LOCAÇÃO DAS HABITAÇÕES NOS LOTES	ESCALA(S) 1/750	RESPONSÁVEL TÉCNICA PELO ORÇAMENTO RAÍSSA CAMILA SALVIANO FERREIRA	CREA Nº 3084 AP/RN	DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA QUALQUER MODIFICAÇÃO OU REPRODUÇÃO, NO TODO, OU EM PARTE, SEM AUTORIZAÇÃO POR ESCRITO, DOS AUTORES DO PROJETO.	



FACHADAS



PLANTA DE COBERTURA
ESCALA.....1/50



ASSUNTO
PROJETO ARQUITETÔNICO:
Construção de 47 Habitações Rurais

LOCAL
PA BERNARDO MARIM - PUREZA

CONTEÚDO DA BRANCHA
PLANTA DE COBERTURA - HABITAÇÃO B

ESCALA(S)
1/50



COORDENAÇÃO GERAL
ARQUITETA AMADJA HENRIQUE BORGES

ARQUITETA E URBANISTA
VIVIANNE GLAYSSE MAFRA SOARES

RESPONSÁVEL TÉCNICA PELO ORÇAMENTO
RAÍSSA CAMILA SALVIANO FERREIRA

CREA Nº
210039979-9

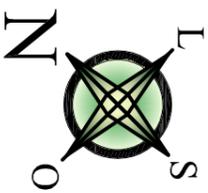
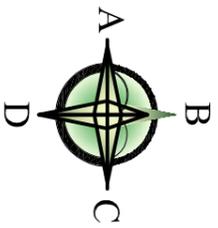
CREA Nº
2102470474

CREA Nº
3084 AP/RN

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA QUALQUER MODIFICAÇÃO OU REPRODUÇÃO, NO TODO, OU EM PARTE, SEM AUTORIZAÇÃO POR ESCRITO, DOS AUTORES DO PROJETO.

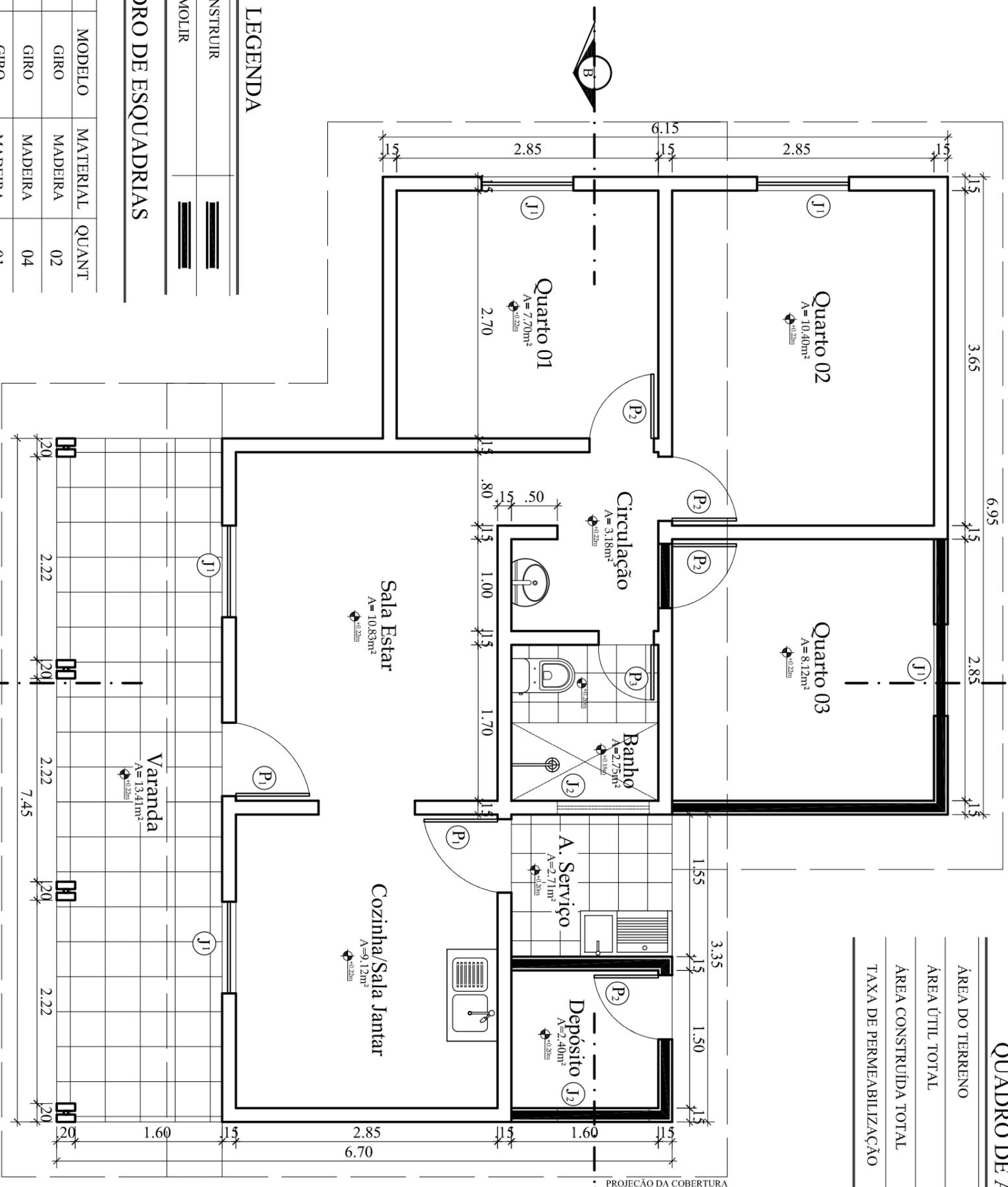
FRANCHA
03 / 13

FACHADAS



QUADRO DE ÁREAS

ÁREA DO TERRENO	4.800m ²
ÁREA ÚTIL TOTAL	70.62m ²
ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL	79.74m ²
TAXA DE PERMEABILIZAÇÃO	98.34%



LEGENDA

ALVENARIA À CONSTRUIR
ALVENARIA À DEMOLIR

QUADRO DE ESQUADRIAS

TIPO	DIMENSÕES	MODELO	MATERIAL	QUANT
P ₁	0.80x2.10	GIRO	MADEIRA	02
P ₂	0.70x2.10	GIRO	MADEIRA	04
P ₃	0.60x2.10	GIRO	MADEIRA	01

JANELAS

J ₁	1.00x0.50	BASCULANTE	MADEIRA	05
J ₂	1.00x0.50	COBOGÓ	CIMENTO	04

PLANTA BAIXA REFORMA - HABITAÇÃO TIPO B

ESCALA.....1/50

PRANCHA

05 / 13

COORDENAÇÃO GERAL
ARQUITETA AMADJA HENRIQUE BORGES
ARQUITETA E URBANISTA
VIVIANNE GLAYSSÉ MAFRA SOARES
RESPONSÁVEL TÉCNICA PELO ORÇAMENTO
KLEITON CASSEMIRO DO NASCIMENTO

CREA Nº
210039979-9
CREA Nº
2102470474
CREA Nº
210250493-0

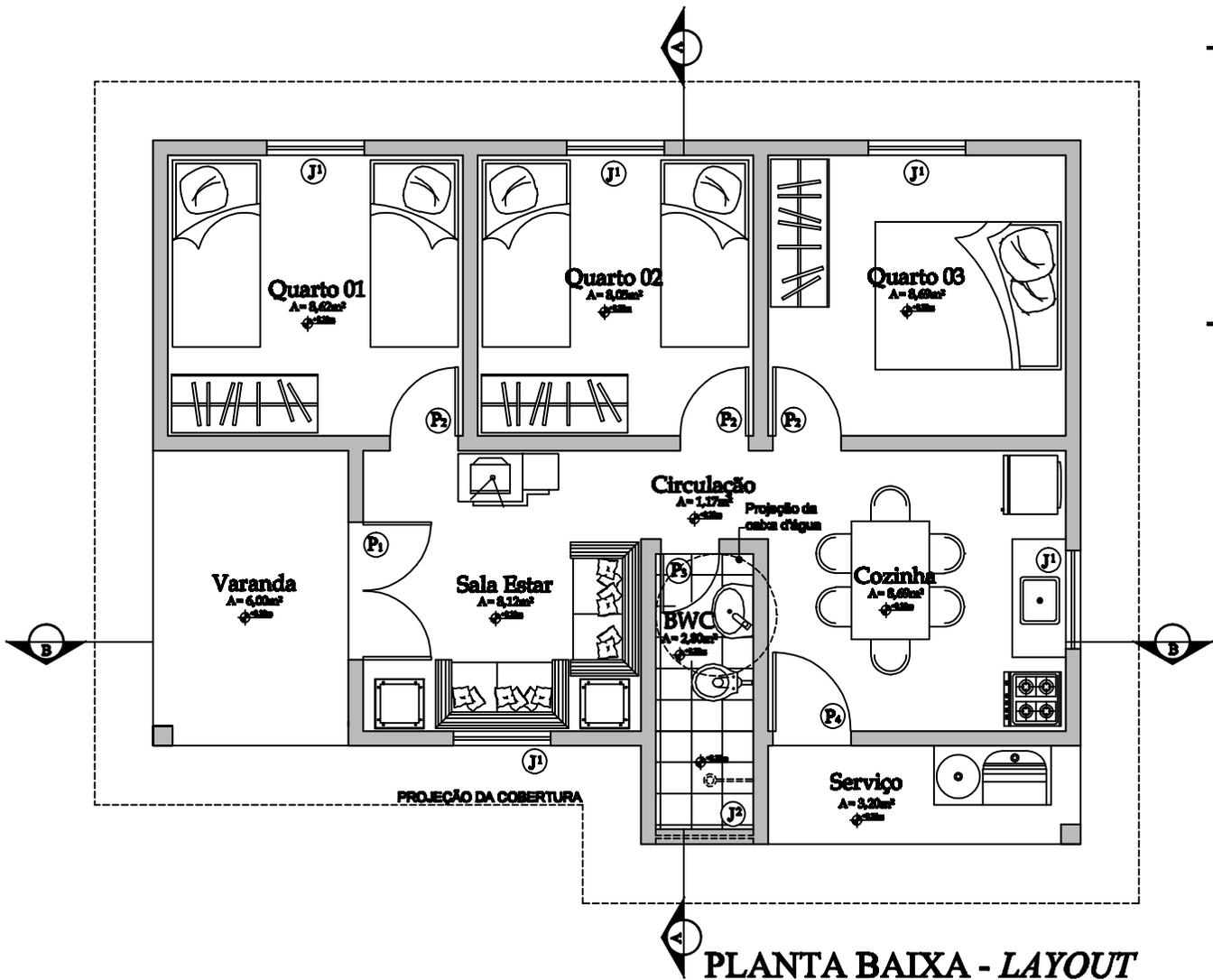
DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA QUALQUER MODIFICAÇÃO OU REPRODUÇÃO, NO TODO, OU EM PARTE, SEM AUTORIZAÇÃO POR ESCRITO, DOS AUTORES DO PROJETO.

UFRN
GERAH
GRUPO DE ESTUDOS
EM REFORMA AGRÁRIA
E HABITAT

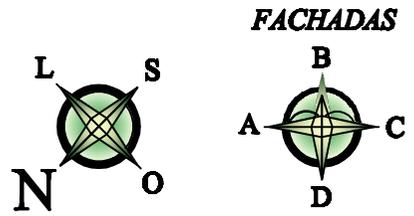
ASSUNTO
PROJETO ARQUITETÔNICO:
Construção de 40 Habitações Rurais
LOCAL
PA ROSELI NUNES
CONTEÚDO DA BRANCHA
PLANTA BAIXA DA REFORMA

ESCALA(S)
1/50

AESCA
ASSOCIAÇÃO ESTADUAL
DE COOPERAÇÃO
AGRÍCOLA DO RIO
GRANDE DO NORTE



PLANTA BAIXA - LAYOUT
HAB. TIPO A
 ESCALA 1:50



QUADRO DE ESQUADRIAS

PORTAS

TIPO	DIMENSÕES	MODELO	MATERIAL	QUANT
P ₁	1.40x2.10	GIRO/2 FOLHAS	MADEIRA	01
P ₂	0.70x2.10	GIRO	MADEIRA	03
P ₃	0.60x2.10	GIRO	MADEIRA	01
P ₄	0.80x2.10	GIRO	MADEIRA	01

JANELAS

J ₁	1.00x1.00	BASCULANTE	MADEIRA	05
J ₂	1.00x0.50	COBOGÓ	CIMENTO	01

QUADRO DE ÁREAS

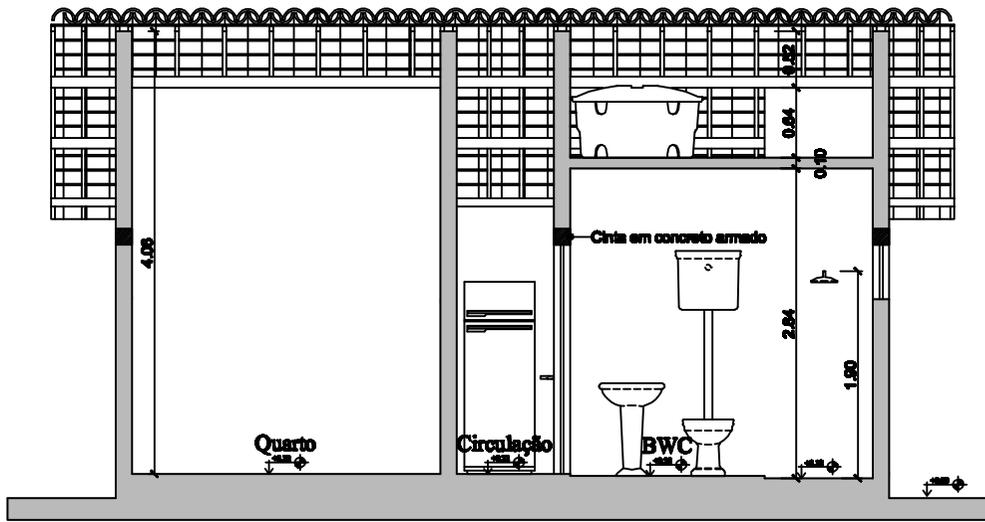
ÁREA DO TERRENO	1.800m ²
ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL	62.92m ²
TAXA DE PERMEABILIZAÇÃO	94.95%

CONDOMÍNIO: AMANDA HENRIQUES SOARES
 ARQUITETA: AMANDA HENRIQUES SOARES
 ARQUITETA: AMANDA HENRIQUES SOARES E CÍCILIA M. R. DE MENEZES
 INTERIORES: AMANDA HENRIQUES SOARES
 PA: AMANDA HENRIQUES SOARES

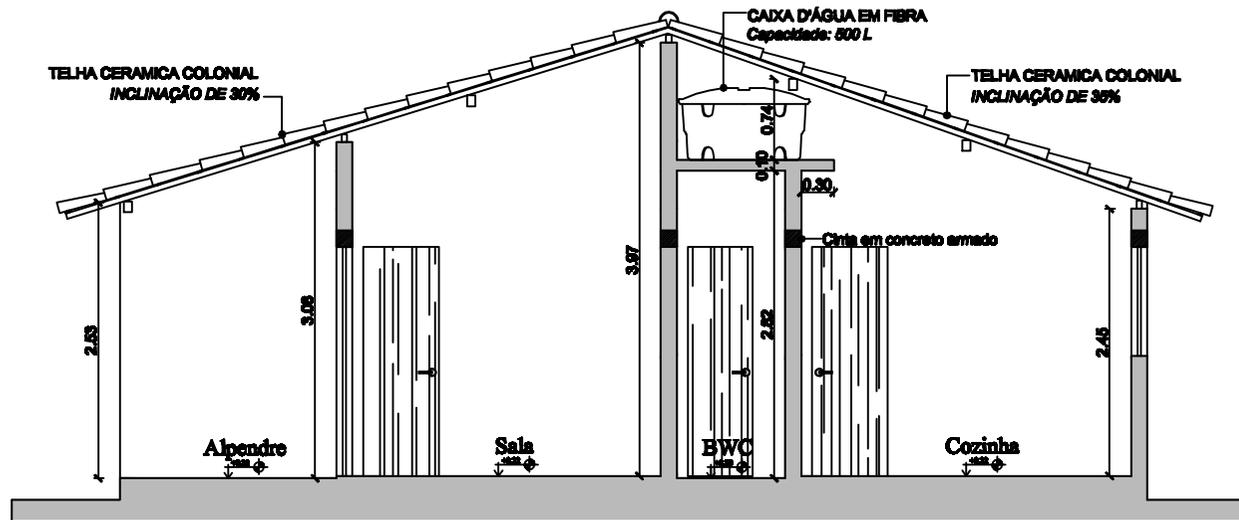
UFPA
 GERARH
 CENTRO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROFESSOR: FERNANDO ALBERTO DE CARVALHO
 COORDENADOR: FERNANDO ALBERTO DE CARVALHO
 PA: FERNANDO ALBERTO DE CARVALHO - FURERA
 COORDENADOR: FERNANDO ALBERTO DE CARVALHO
 PLANTA BAIXA COM LAYOUT

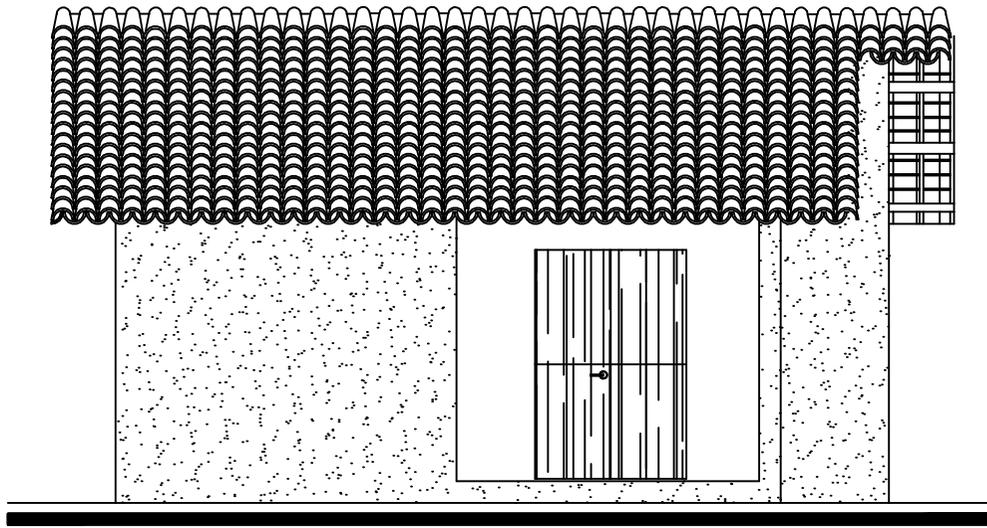
ABRCA
 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ARQUITETOS E ARQUITETAS
 CREA/RN 01/0001-0



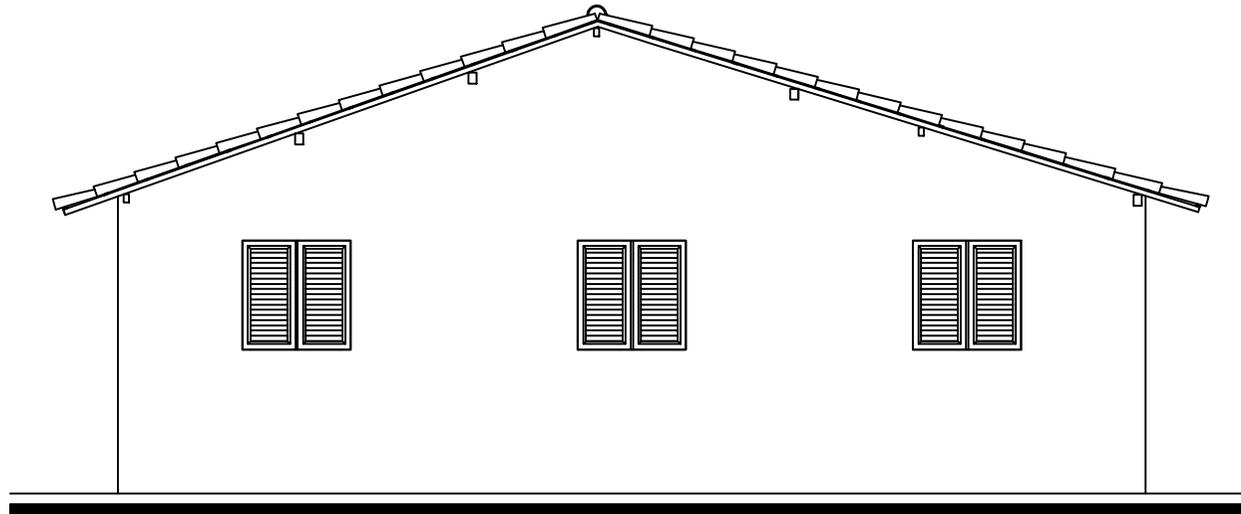
CORTE AA
ESCALA 1:50



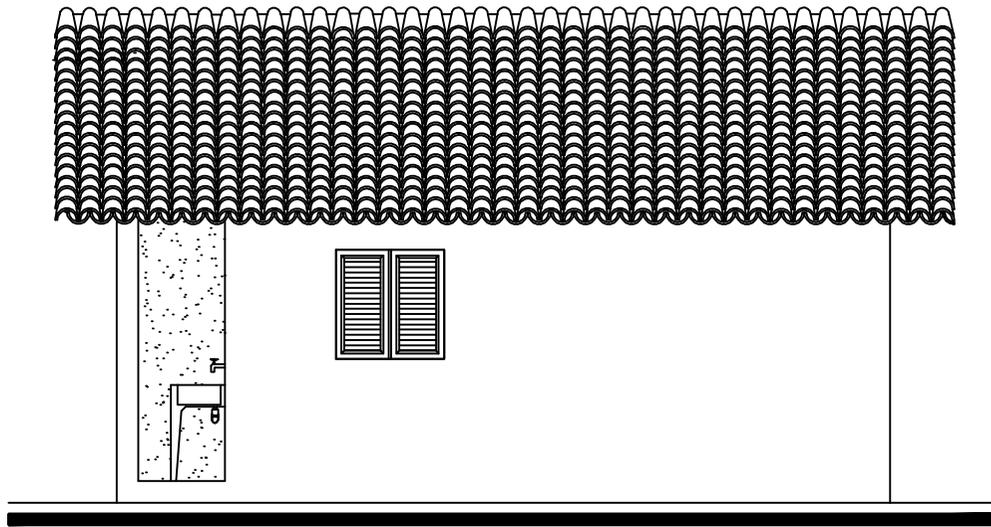
CORTE BB
ESCALA 1:50



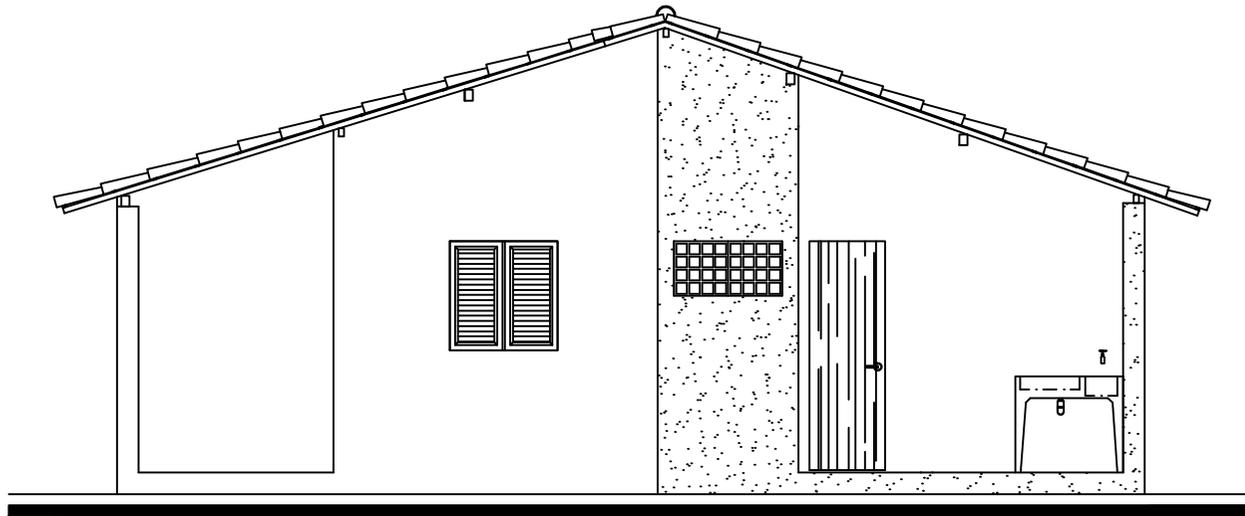
FACHADA A
 ESCALA 1:50



FACHADA B
 ESCALA 1:50

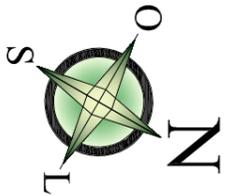


FACHADA C
ESCALA 1:50



FACHADA D
ESCALA 1:50

Anexo D: Projetos do habitat e da moradia do assentamento Roseli Nunes



ESTRADA DE BARRO EXISTENTE NO ASSENTAMENTO

CENTRO DE CONVIVÊNCIA

PLANTA DE LOCAÇÃO DOS LOTES
 ESCALA.....1/2500

RELAÇÃO BENEFICIÁRIO/LOTE/HABIT.

LOTE	BENEFICIÁRIO	HABIT.
L ₁₀₁	JOÃO MARIA LEÔNICIO DA SILVA	A
L ₁₀₂	JOSÉ ORÁCIO DA SILVA	A
L ₁₀₃	ANTÔNIO SOARES DA SILVA	A
L ₁₀₄	ADALTO FRANCISCO DA SILVA	A
L ₁₀₅	JOSÉ VICENTE VIDAL	A
L ₁₀₆	PEDRO MELO DE ASSIS	B
L ₁₀₇	RAIMUNDO DO CARMO PEREIRA	B
L ₁₀₈	JOSÉ FRANCISCO FAUSTINO	B
L ₁₀₉	ALÉSSIO JUSTINO DA SILVA	B
L ₁₁₀	RAIMUNDO ONÓRIO BEZERRA	B
L ₂₀₁	JOSÉ CACIANO SOBRINHO	C
L ₂₀₂	FRANCISCA GERALDA DA SILVA	C
L ₂₀₃	EDVALDO HONÓRIO BEZERRA	C
L ₂₀₄	MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA	C
L ₂₀₅	ROSA DA SILVA EMILIANO	D
L ₂₀₆	JUAREZ PAULINO DA SILVA	D
L ₂₀₇	JOSÉ LEÔNICIO DA SILVA	D
L ₂₀₈	FRANCISCA JUSTINO DA TRINDADE	D
L ₂₀₉	JOSÉ RODRIGO DA SILVA	D
L ₂₁₀	JOSÉ JUSTINO DA TRINDADE	D
L ₃₀₁	JOSÉ WILSON PEREIRA	A
L ₃₀₂	FRANCISCO BATISTA DE OLIVEIRA	A
L ₃₀₃	ANTÔNIO VIEIRA DA COSTA	A
L ₃₀₄	JOÃO GOMES DA SILVA	A
L ₃₀₅	ANA ROGÉRIA DA ROCHA	A
L ₃₀₆	GISELIA DA SILVA	B
L ₃₀₇	FRANCISCO JUSTINO DA TRINDADE	B
L ₃₀₈	VALÉRIA LEÔNICIO DA SILVA	B
L ₃₀₉	MARCOS PAULINO DA SILVA	B
L ₃₁₀	CAETANO PAULINO DA SILVA	B
L ₄₀₁	MARIA ANÓRIO DA SILVA	C
L ₄₀₂	LOURIVAL DE OLIVEIRA	C
L ₄₀₃	FRANCISCA REGINA DOS SANTOS	C
L ₄₀₄	JOÃO MARIA CÂNDIDO	C
L ₄₀₅	MARIA LIVRAMENTO MELO	D
L ₄₀₆	MARIA BATISTA DE OLIVEIRA	D
L ₄₀₇	COSMO ROMUALDO DE OLIVEIRA	D
L ₄₀₈	LÍZIA MARIA DA SILVA	D
L ₄₀₉	FRANCISCO MARINHO DO NASCIMENTO	D
L ₄₁₀	JOÃO VIRGULINO DE MOURA	D

FRANCHA
01 / 13

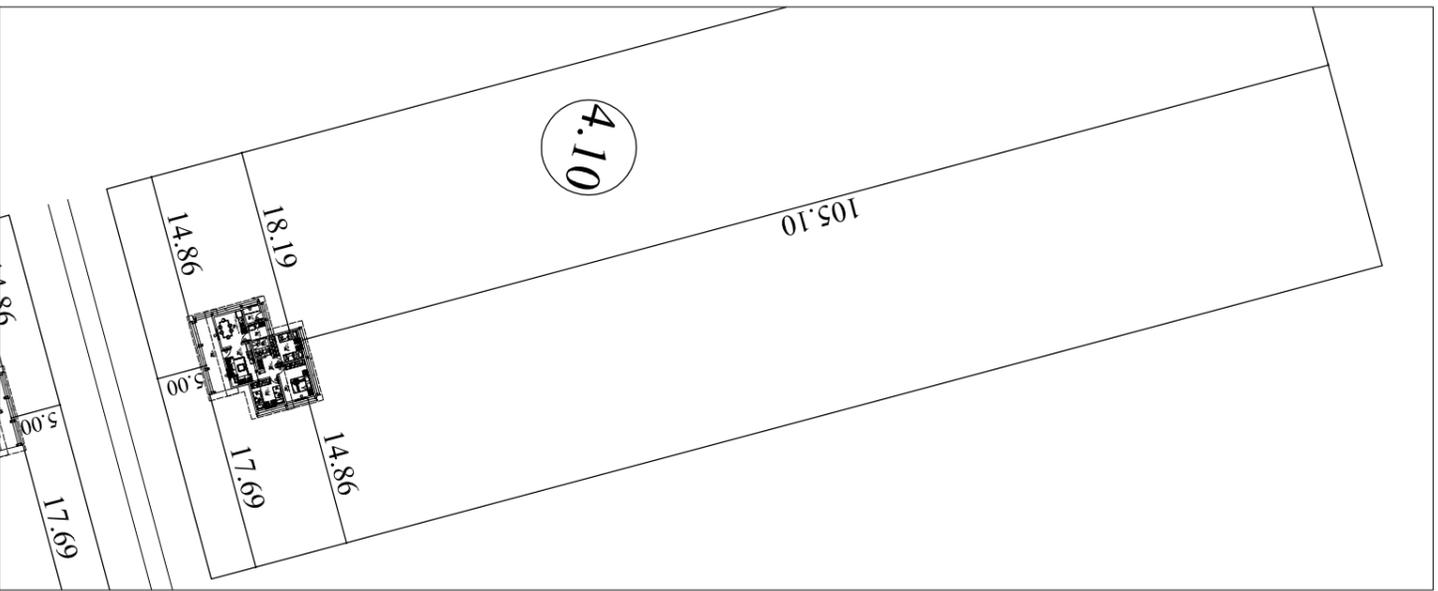
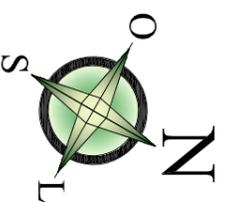
COORDENAÇÃO GERAL: ARQUITETA AMADJA HENRIQUE BORGES
 ARQUITETA E URBANISTA: VIVIANNE GLAYSSE MAFRA SOARES
 RESPONSÁVEL TÉCNICA PELO ORÇAMENTO: KLEITON CASSEMIRO DO NASCIMENTO
 CREA Nº: 210039979-9
 CREA Nº: 2102470474
 CREA Nº: 210250493-0

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA QUALQUER MODIFICAÇÃO OU REPRODUÇÃO, NO TODO, OU EM PARTE, SEM AUTORIZAÇÃO POR ESCRITO, DOS AUTORES DO PROJETO.

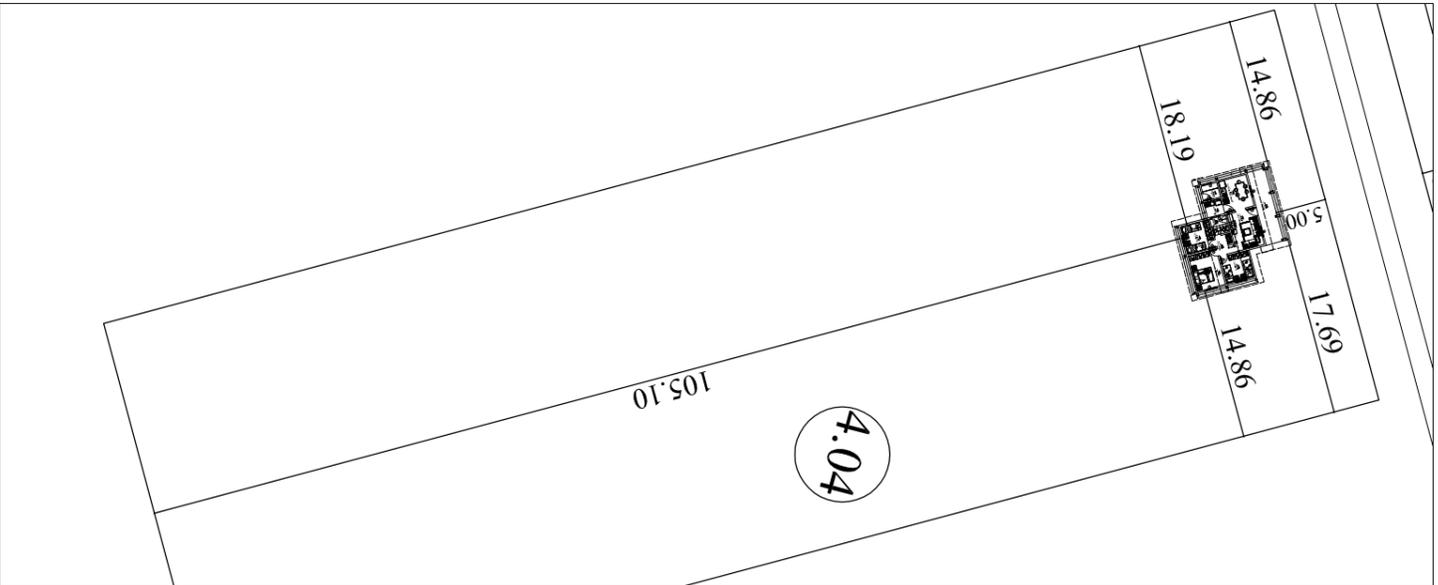


ASSUNTO: PROJETO ARQUITETÔNICO: Construção de 40 Habitações Rurais
 LOCAL: PA ROSELI NUNES
 CONTEÚDO DA PRANCHA: PLANTA DE LOCAÇÃO DOS LOTES DE MORADIA NO HABITAT 1/2500
 ESCALA(S):

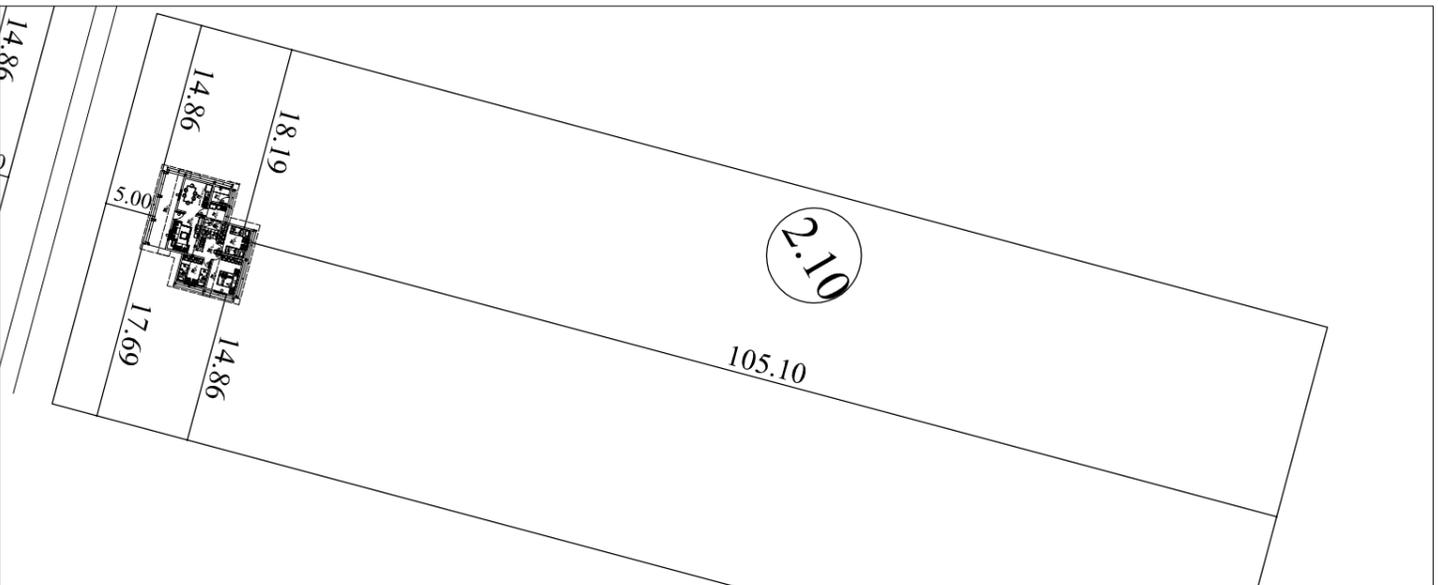




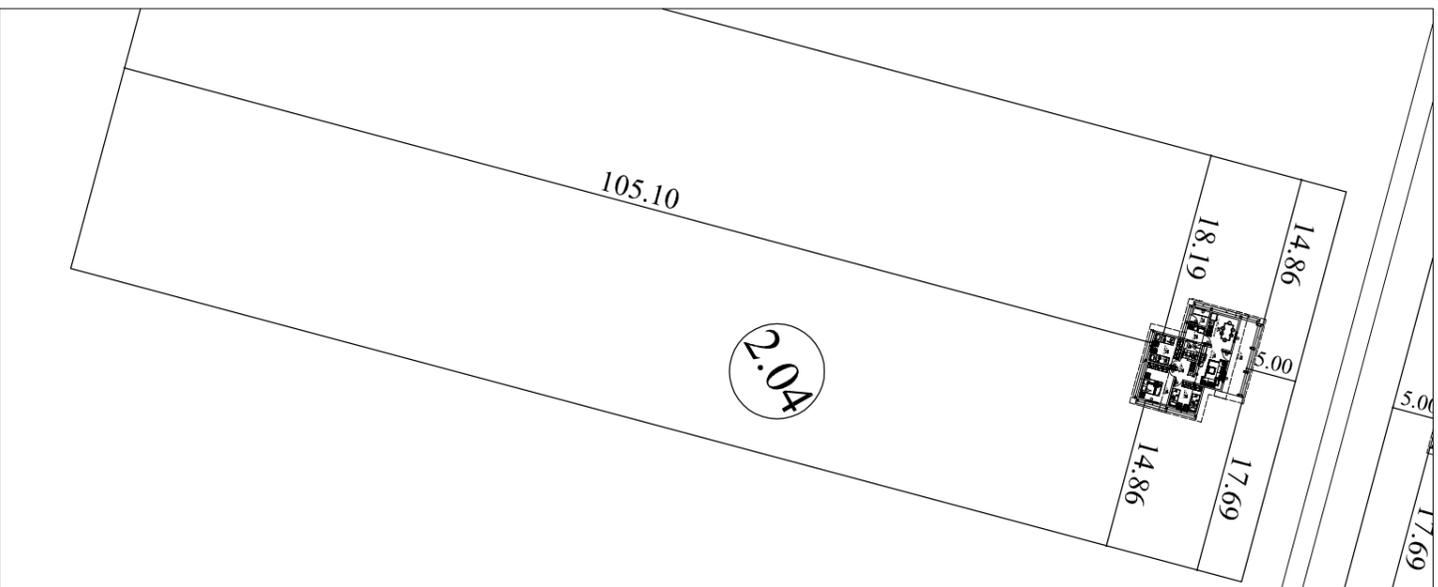
PLANTA LOCAÇÃO - HAB. A
 ESCALA.....1/700



PLANTA LOCAÇÃO - HAB. B
 ESCALA.....1/700



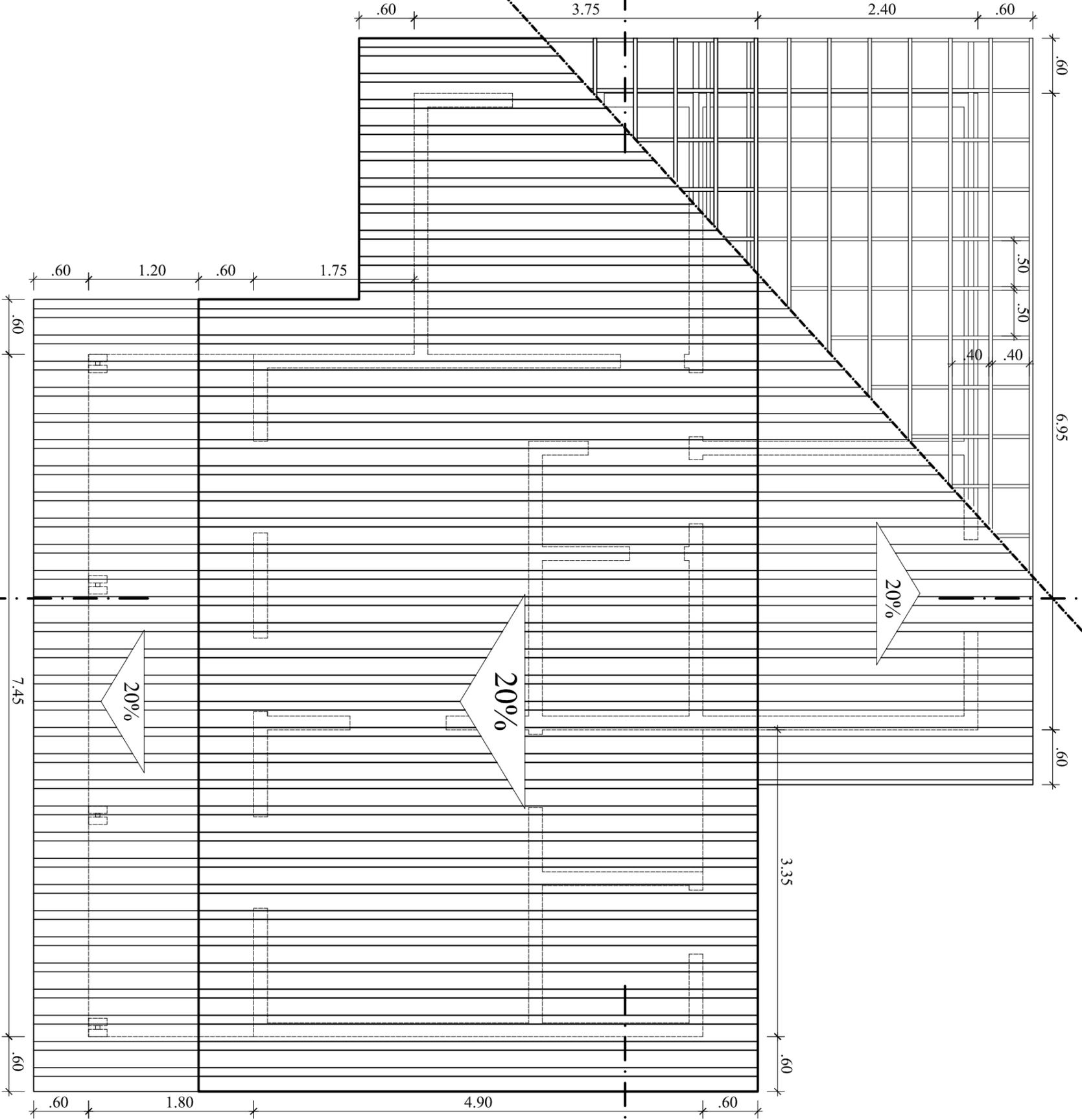
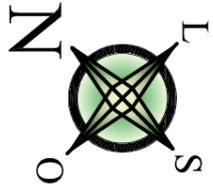
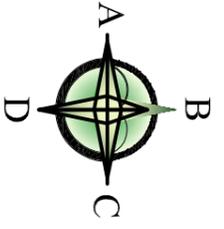
PLANTA LOCAÇÃO - HAB. C
 ESCALA.....1/700



PLANTA LOCAÇÃO - HAB. D
 ESCALA.....1/700

	ASSUNTO PROJETO ARQUITETÔNICO: Construção de 40 Habitações Rurais		COORDENAÇÃO GERAL ARQUITETA AMADJA HENRIQUE BORGES	CREA Nº 210039979-9	PRANCHA 02 / 13
	LOCAL PA ROSELI NUNES		ARQUITETA E URBANISTA VIVIANNE GLAYSSE MAFRA SOARES	CREA Nº 2102470474	
CONTEÚDO DA PRANCHA PLANTA DE LOCAÇÃO DAS HABITAÇÕES NOS LOTES		ESCALA(S) 1/700	RESPONSÁVEL TÉCNICA PELO ORÇAMENTO KLEITON CASSEMIRO DO NASCIMENTO	CREA Nº 210250493-0	
<small>DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA QUALQUER MODIFICAÇÃO OU REPRODUÇÃO, NO TODO, OU EM PARTE, SEM AUTORIZAÇÃO POR ESCRITO, DOS AUTORES DO PROJETO.</small>					

FACHADAS

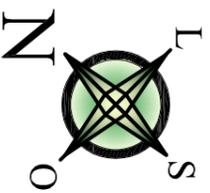
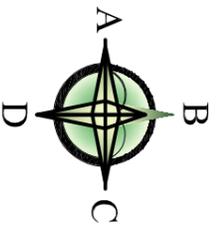


PLANTA DE COBERTURA
 ESCALA..... 1/50

 ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA DO RIO GRANDE DO NORTE	ASSUNTO	COORDENAÇÃO GERAL	CREA Nº	PRANCHA 03 / 13
	PROJETO ARQUITETÔNICO: Construção de 40 Habitações Rurais	ARQUITETA AMADJA HENRIQUE BORGES	210039979-9	
	LOCAL	ARQUITETA E URBANISTA	2102470474	
	PA ROSELI NUNES	RESPONSÁVEL TÉCNICA PELO ORÇAMENTO	210250493-0	
	CONTEÚDO DA PRANCHA	KLEITON CASSEMIRO DO NASCIMENTO		
PLANTA DE COBERTURA - HABITAÇÃO B	ESCALA(S)	DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA QUALQUER MODIFICAÇÃO OU REPRODUÇÃO, NO TODO, OU EM PARTE, SEM AUTORIZAÇÃO POR ESCRITO, DOS AUTORES DO PROJETO.		
	1/50			

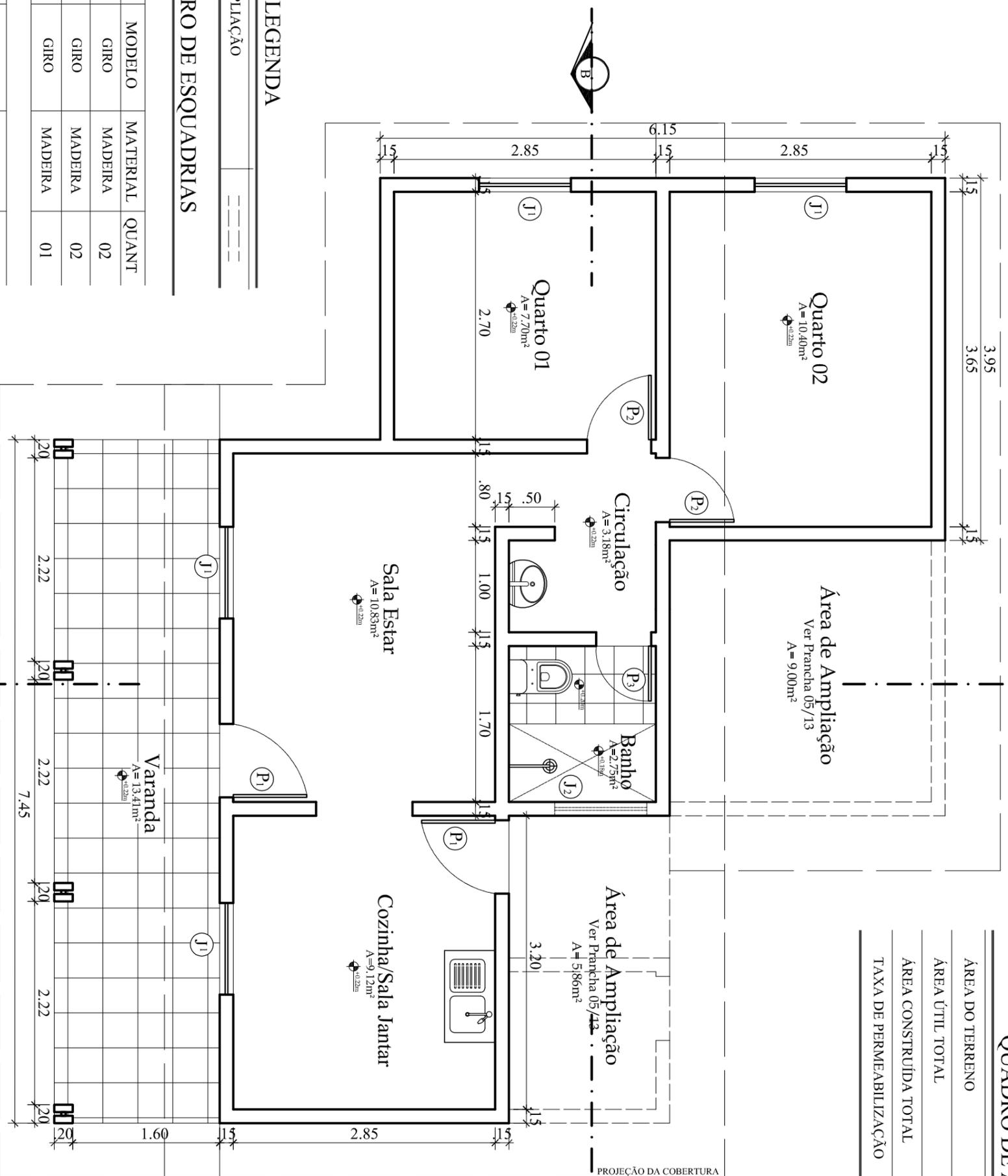


FACHADAS



QUADRO DE ÁREAS

ÁREA DO TERRENO	4.800m ²
ÁREA ÚTIL TOTAL	57.39m ²
ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL	64.88m ²
TAXA DE PERMEABILIZAÇÃO	98,65%



LEGENDA

PROJEÇÃO DA AMPLIAÇÃO

QUADRO DE ESQUADRIAS

PORTAS				
TIPO	DIMENSÕES	MODELO	MATERIAL	QUANT
P ₁	0,80x2,10	GIRO	MADEIRA	02
P ₂	0,70x2,10	GIRO	MADEIRA	02
P ₃	0,60x2,10	GIRO	MADEIRA	01
JANELAS				
J ₁	1,00x0,50	BASCULANTE	MADEIRA	04
J ₂	1,00x0,50	COBOGÓ	CIMENTO	02

PLANTA BAIXA - HABITAÇÃO TIPO B

ESCALA.....1/50

PRANCHA

04 / 13

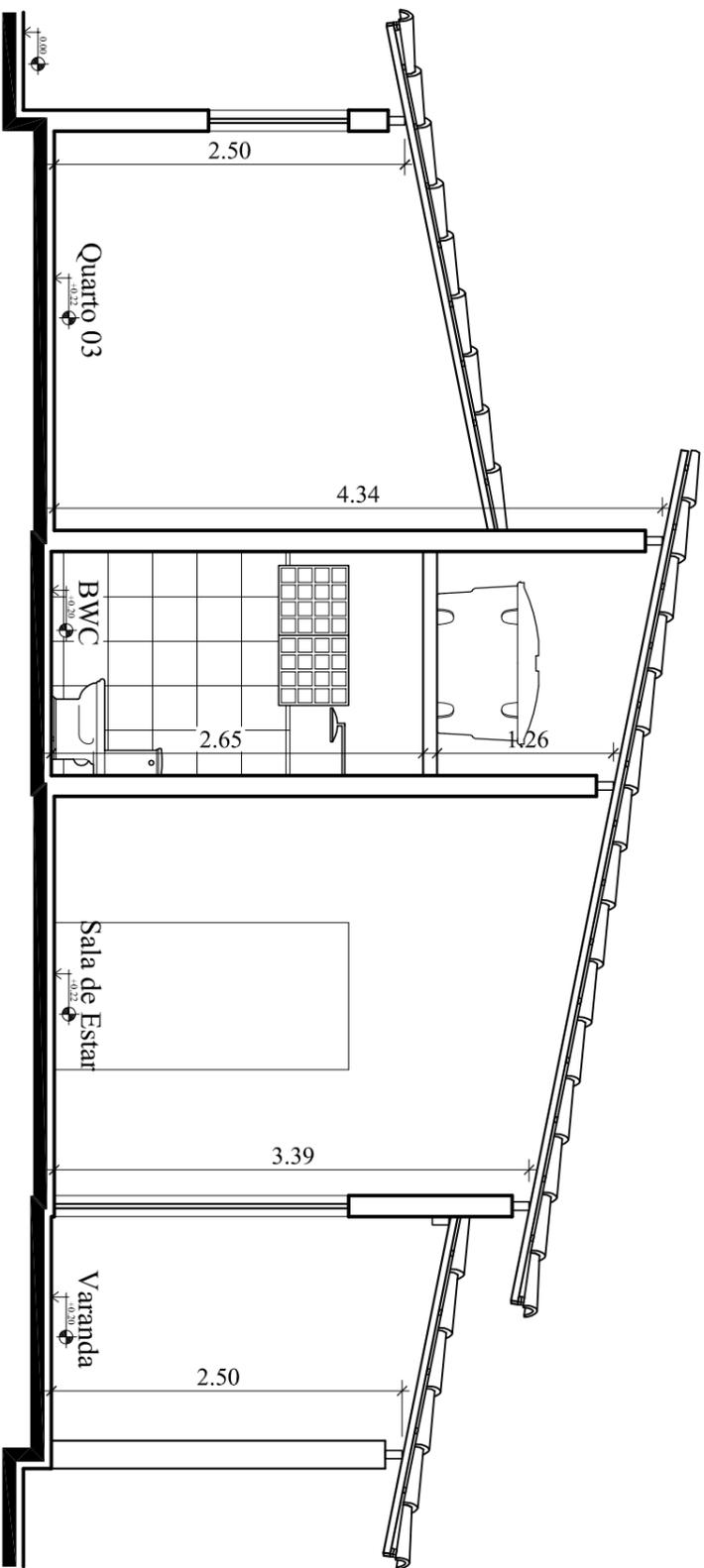
COORDENAÇÃO GERAL	CREA Nº	210039979-9
ARQUITETA AMADJA HENRIQUE BORGES	CREA Nº	2102470474
ARQUITETA E URBANISTA	CREA Nº	210250493-0
VIVIANE GLAYSSÉ MAFRA SOARES		
RESPONSÁVEL TÉCNICA PELO ORÇAMENTO		
KLEITON CASSEMIRO DO NASCIMENTO		

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA QUALQUER MODIFICAÇÃO OU REPRODUÇÃO, NO TODO, OU EM PARTE, SEM AUTORIZAÇÃO POR ESCRITO, DOS AUTORES DO PROJETO.

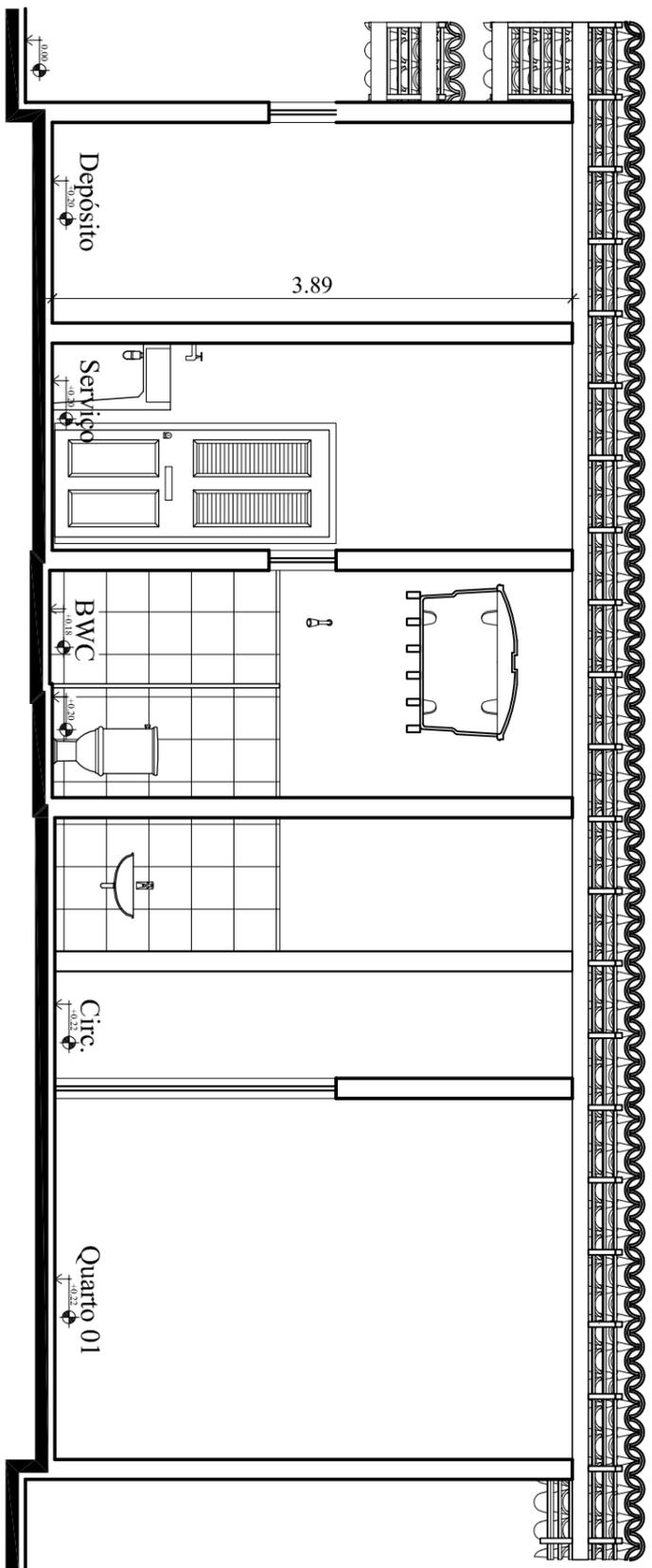
UFRN
GERAH
GRUPO DE ESTUDOS
EM REFORMA AGRÁRIA
E HABITAT

ASSUNTO	PROJETO ARQUITETÔNICO: Construção de 40 Habitações Rurais
LOCAL	PA ROSELI NUNES
CONTEÚDO DA BRANCHA	PLANTA BAIXA DA HABITAÇÃO B
ESCALA(S)	1/50

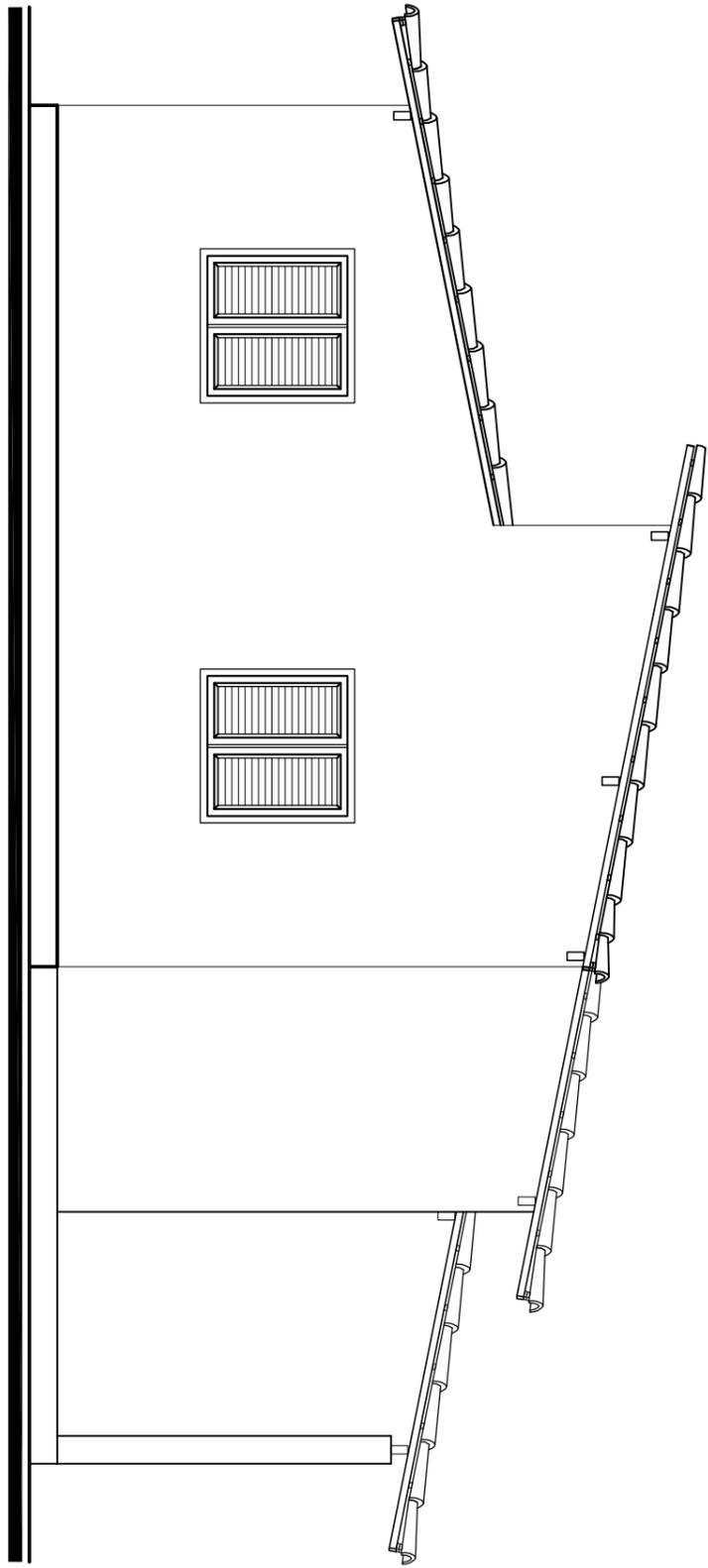
AESCA
ASSOCIAÇÃO ESTADUAL
DE COOPERAÇÃO
AGRÍCOLA DO RIO
GRANDE DO NORTE



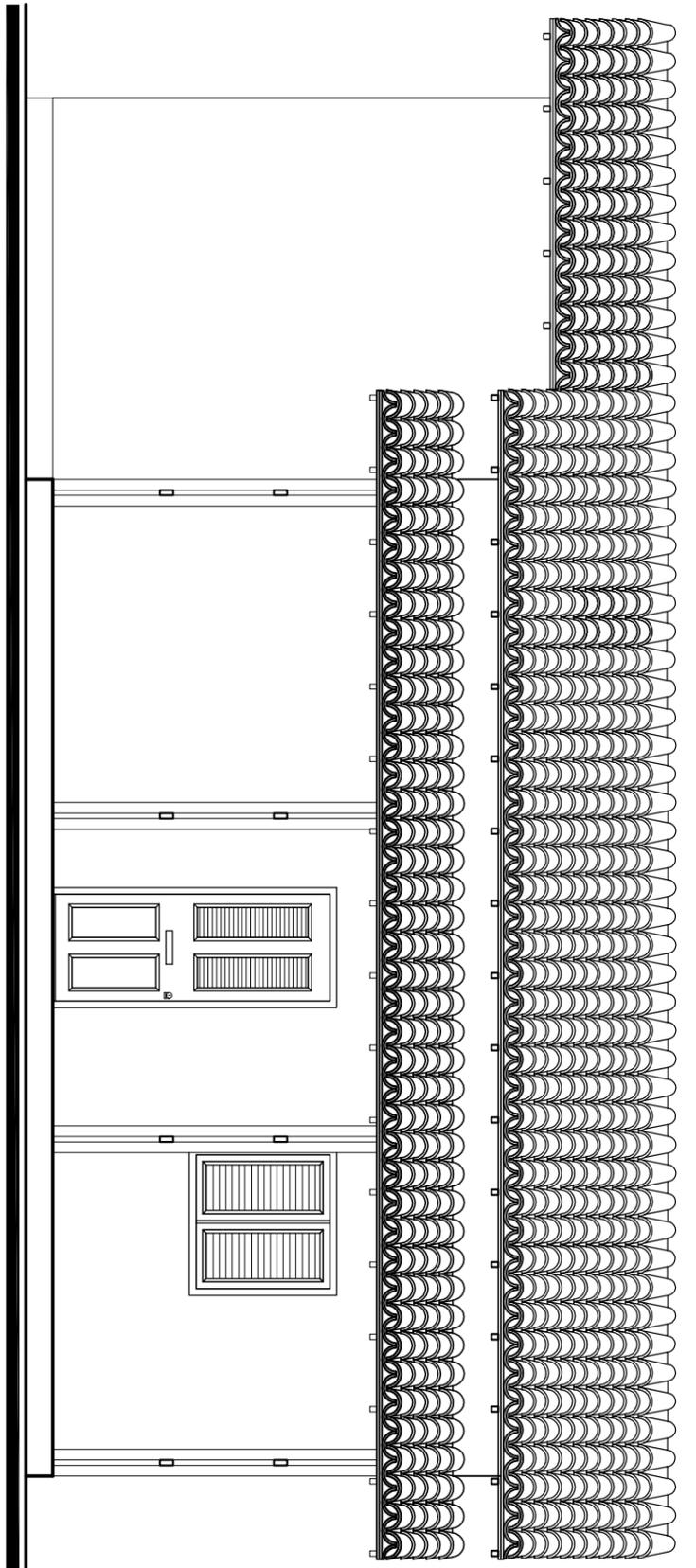
CORTE AA
 ESCALA..... 1/50



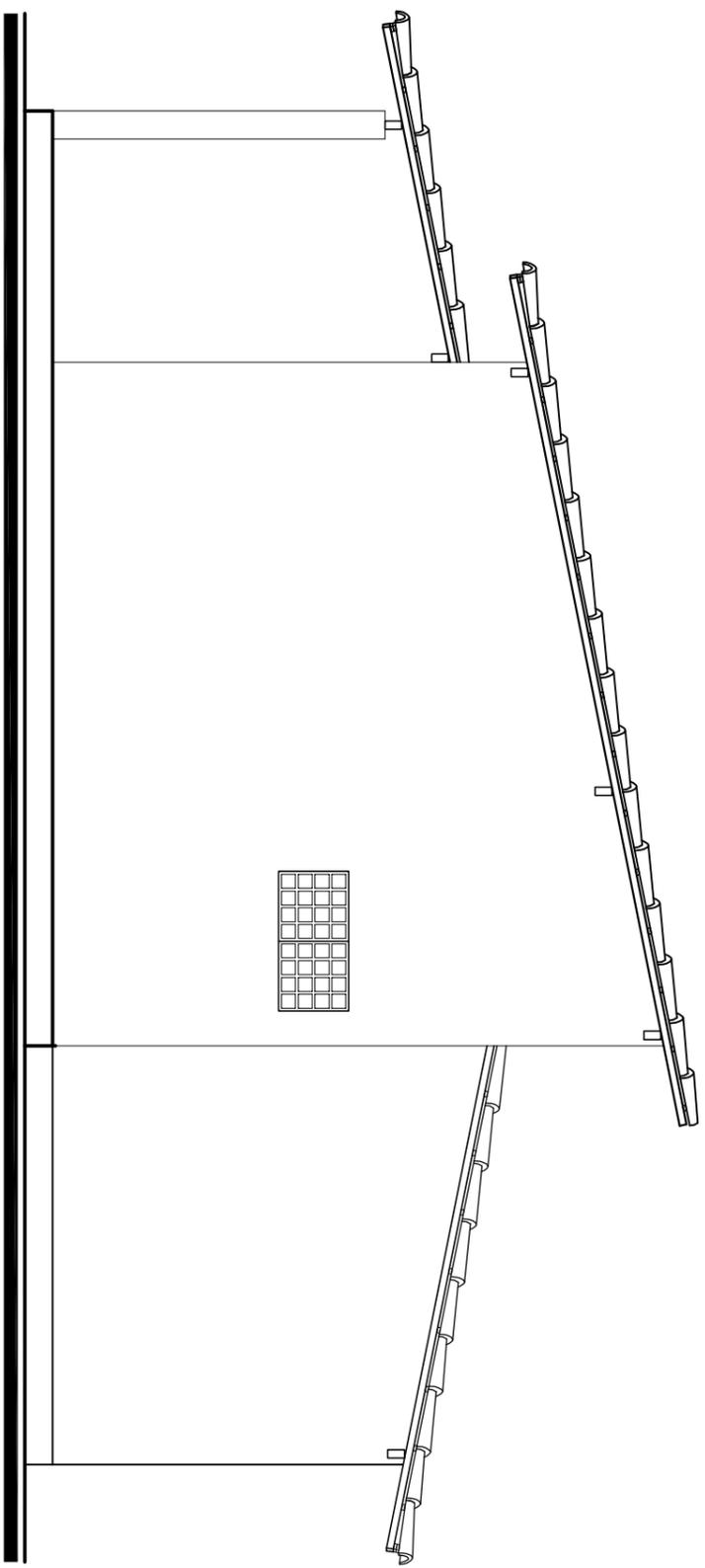
CORTE BB
 ESCALA..... 1/50



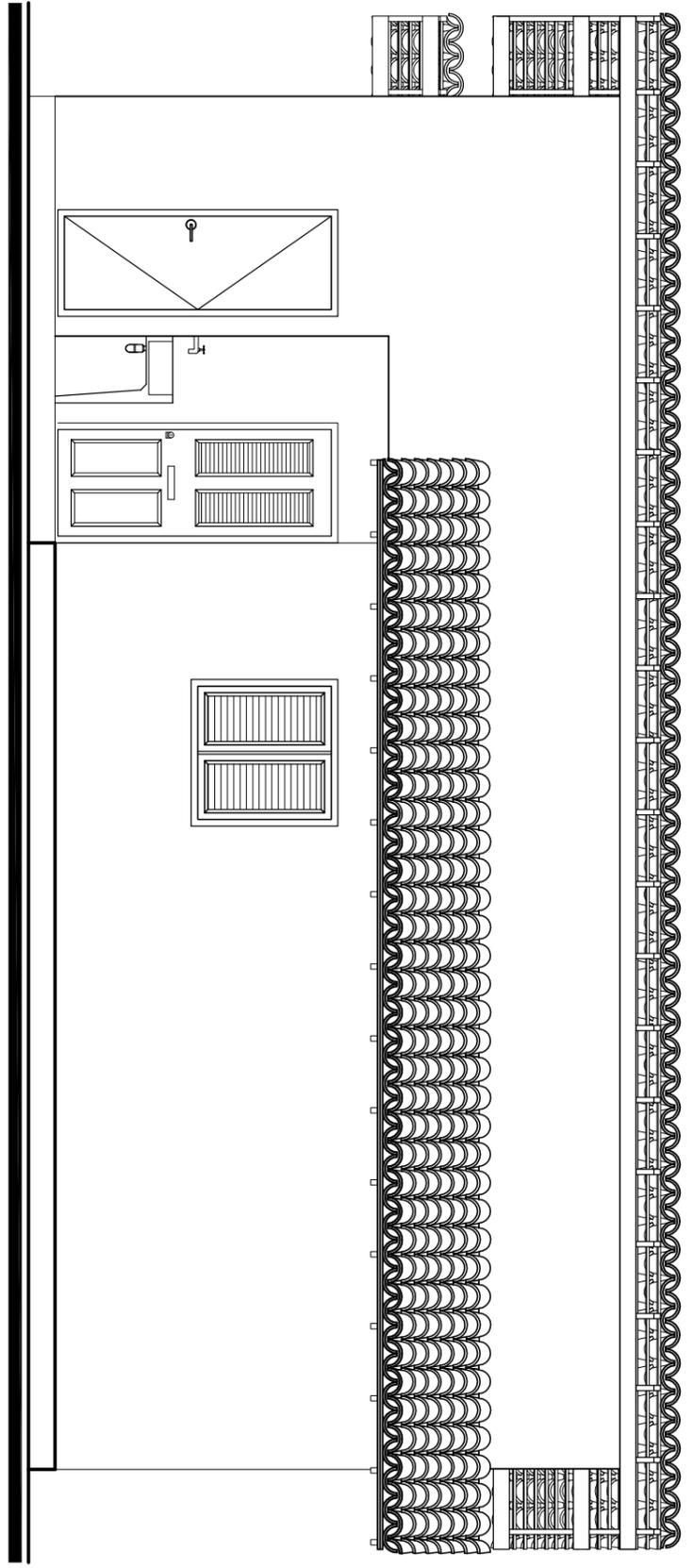
FACHADA B
 ESCALA.....1/50



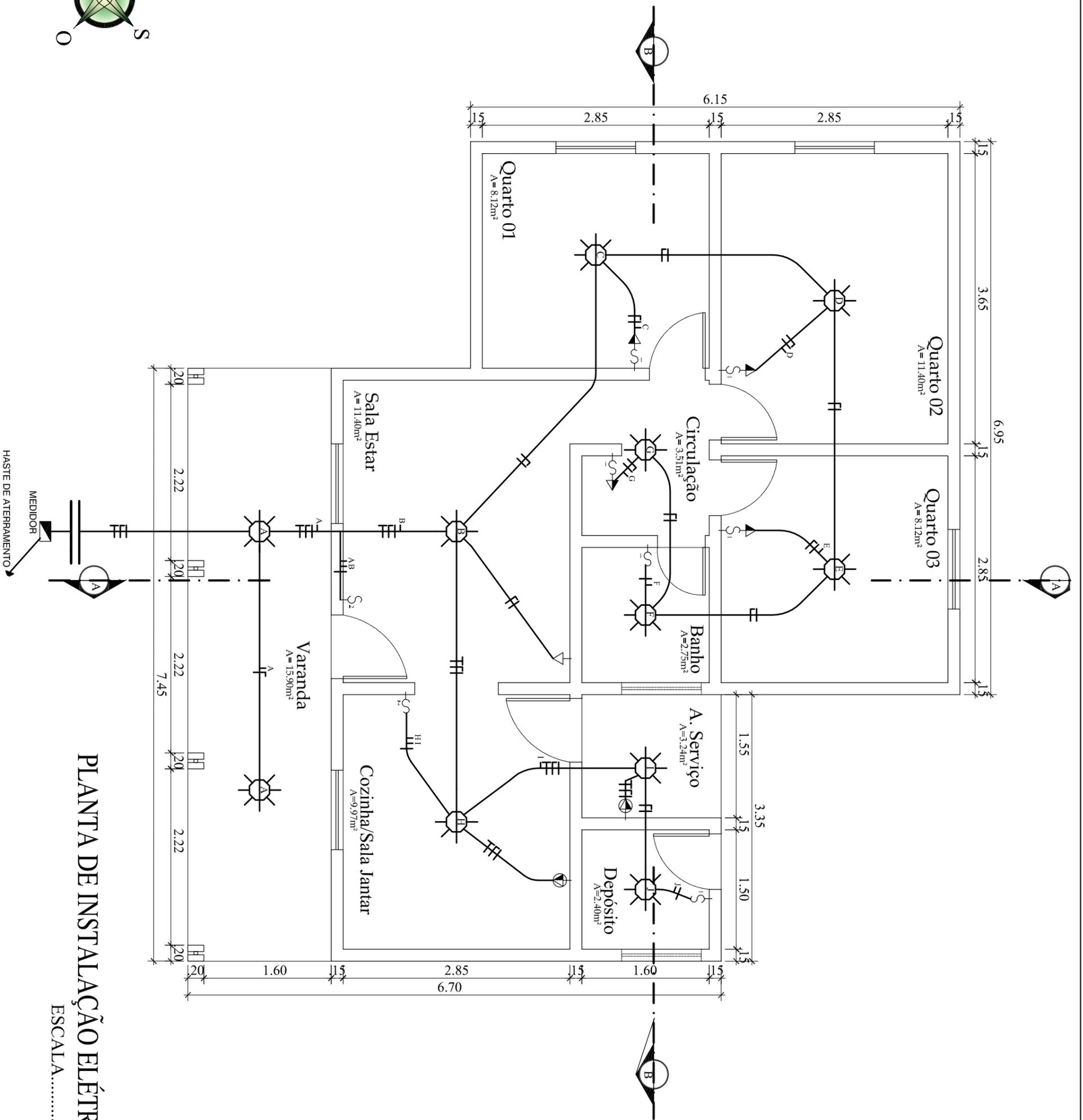
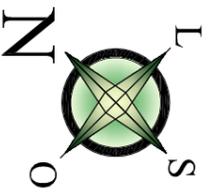
FACHADA A
 ESCALA.....1/50



FACHADA D
 ESCALA.....1/50

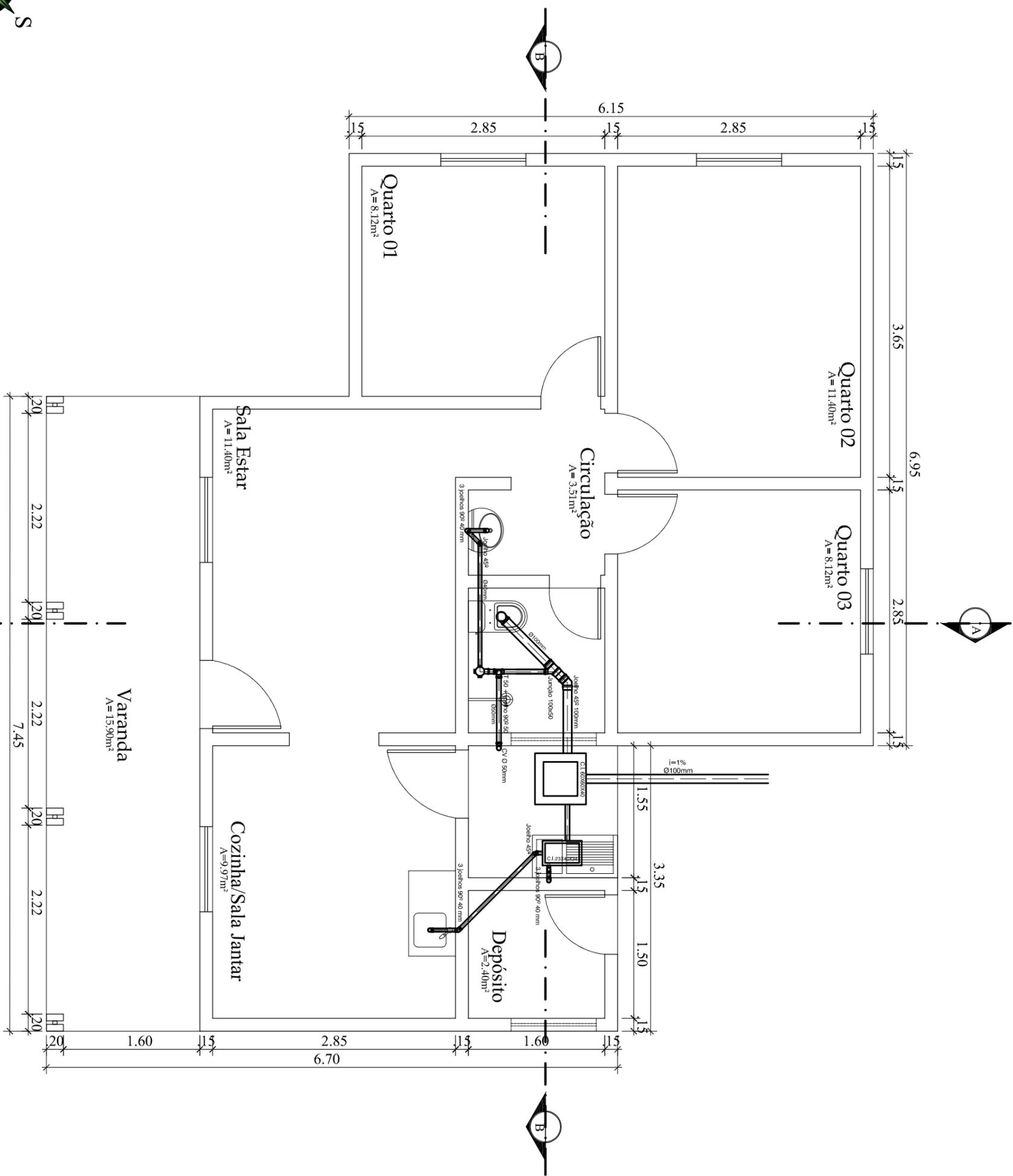
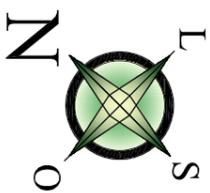


FACHADA C
 ESCALA.....1/50



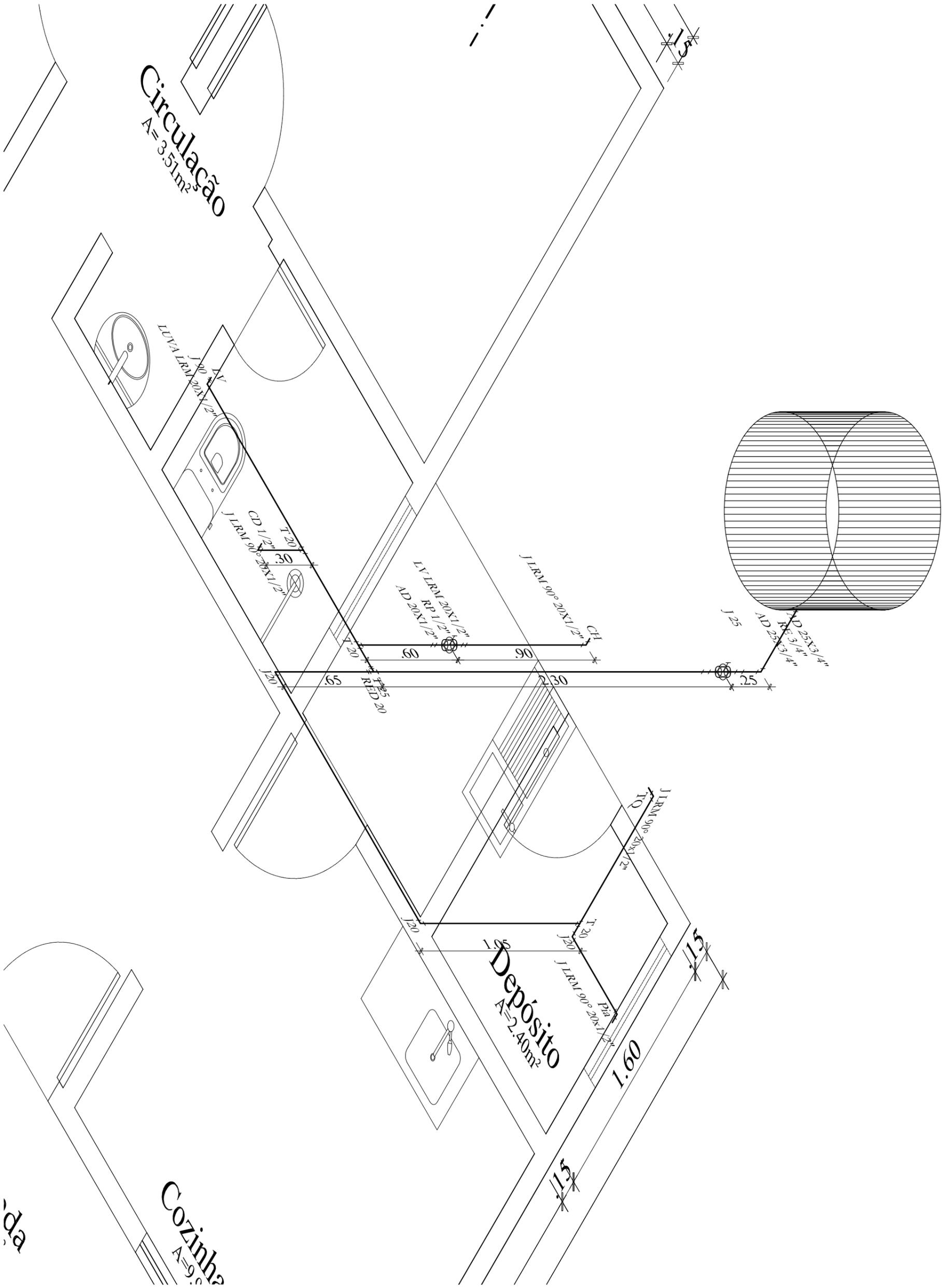
PLANTA DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA
 ESCALA.....1/50

<p>ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA DO RIO GRANDE DO NORTE</p>	ASSUNTO PROJETO ARQUITETÔNICO: Construção de 40 Habitações Rurais	<p>GRUPO DE ESTUDOS EM REFORMA AGRÁRIA E HABITAT</p>	COORDENAÇÃO GERAL ARQUITETA AMADJA HENRIQUE BORGES	CREA Nº 210039979-9	PRANCHA 09 / 13
	LOCAL PA ROSELI NUNES		ARQUITETA E URBANISTA VIVIANNE GLAYSE MAFRA SOARES	CREA Nº 2102470474	
CONTEÚDO DA PRANCHA PLANTA DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA - HABITAÇÃO B	ESCALA(S) 1/50	RESPONSÁVEL TÉCNICA PELO ORÇAMENTO KLEITON CASSEMIRO DO NASCIMENTO	CREA Nº 210250493-0	DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA QUALQUER MODIFICAÇÃO OU REPRODUÇÃO, NO TODO, OU EM PARTE, SEM AUTORIZAÇÃO POR ESCRITO, DOS AUTORES DO PROJETO.	



PLANTA DE INSTALAÇÃO SANITÁRIA
ESCALA..... 1/50

	<p>ASSUNTO PROJETO ARQUITETÔNICO: Construção de 40 Habitações Rurais</p> <p>LOCAL PA ROSELI NUNES</p> <p>CONTEÚDO DA PRANCHA PLANTA DE INSTALAÇÃO SANITÁRIA - HABITAÇÃO B</p>		<p>COORDENAÇÃO GERAL ARQUITETA AMADJA HENRIQUE BORGES</p> <p>ARQUITETA E URBANISTA VIVIANNE GLAYSSÉ MAFRA SOARES</p> <p>RESPONSÁVEL TÉCNICA PELO ORÇAMENTO KLEITON CASSEMIRO DO NASCIMENTO</p> <p style="font-size: small; text-align: center;">DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA QUALQUER MODIFICAÇÃO OU REPRODUÇÃO, NO TODO, OU EM PARTE, SEM AUTORIZAÇÃO POR ESCRITO, DOS AUTORES DO PROJETO.</p>	<p>CREA Nº 210039979-9</p> <p>CREA Nº 2102470474</p> <p>CREA Nº 210250493-0</p>	<p>PRANCHA</p> <p style="font-size: 2em; font-weight: bold;">10</p> <p style="font-size: 1.5em;">/ 13</p>
<p>ESCALA(S) 1/50</p>					



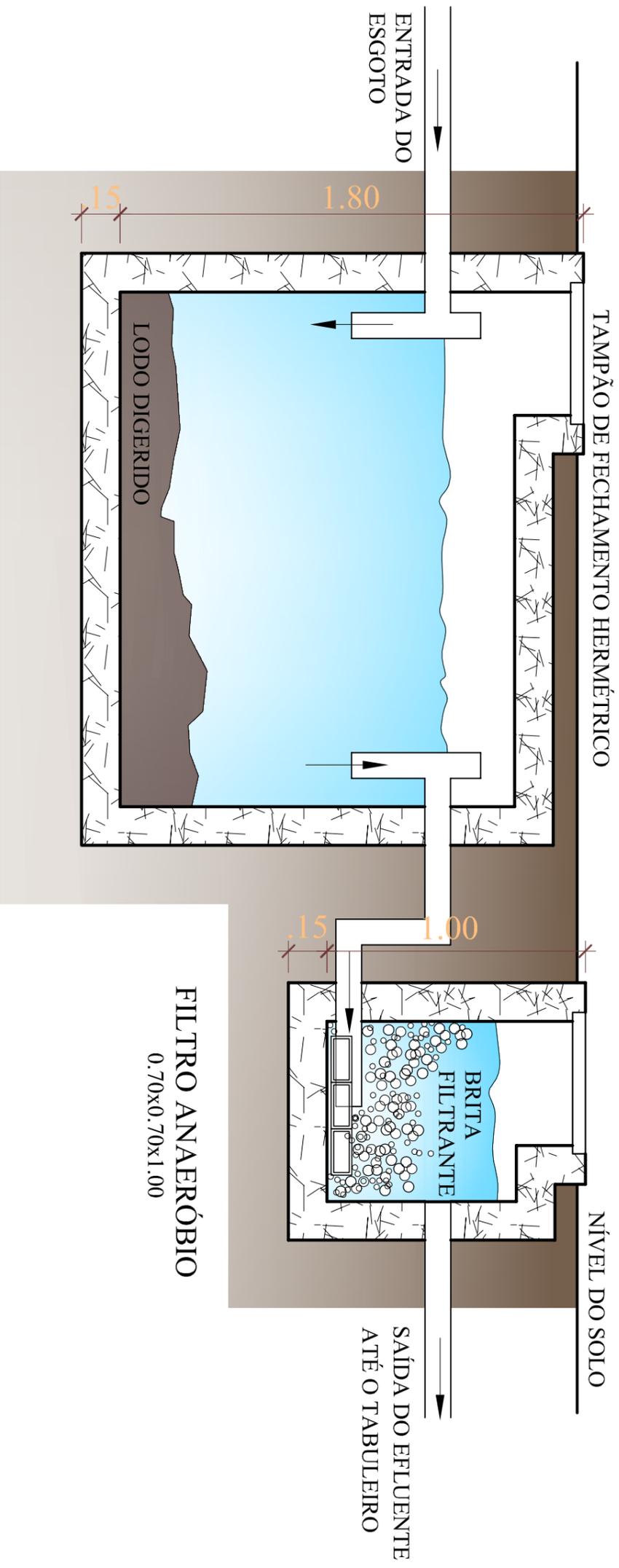
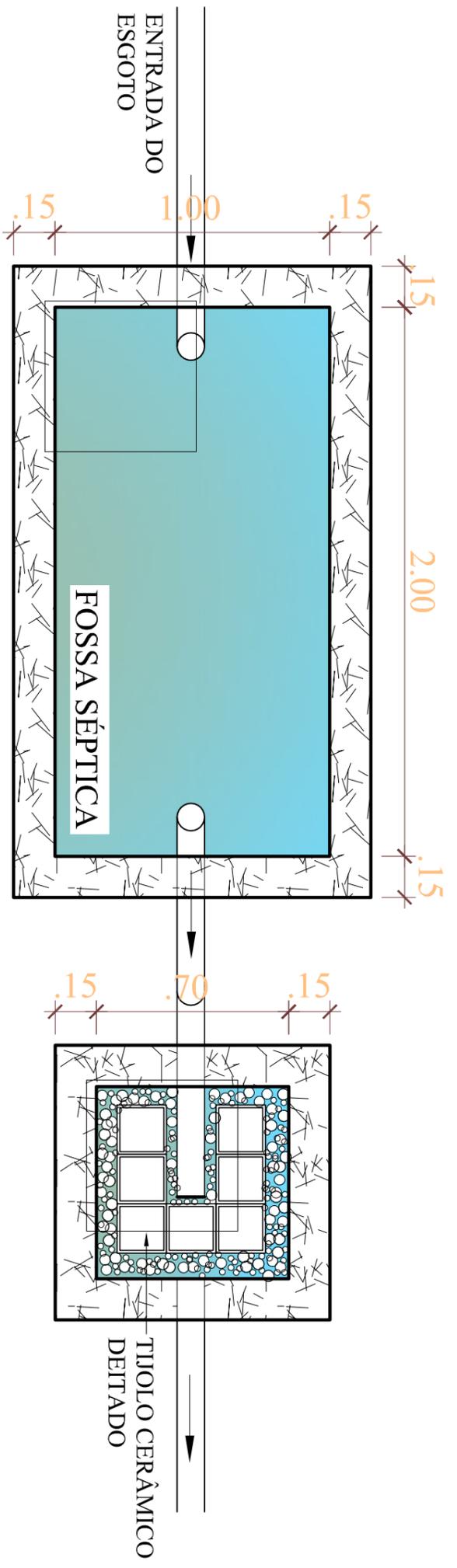
PERSPECTIVA HIDRÁULICA
SEM ESCALA

Cozinha
A=9.9m²

Depósito
A=2.40m²

Circulação
A=3.51m²

 <p>ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA DO RIO GRANDE DO NORTE</p>	<p>ASSUNTO</p> <p>PROJETO ARQUITETÔNICO: Construção de 40 Habitações Rurais</p>	 <p>GRUPO DE ESTUDOS EM REFORMA AGRÁRIA E HABITAT</p>	<p>COORDENAÇÃO GERAL</p> <p>ARQUITETA AMADJA HENRIQUE BORGES</p>	<p>CREA Nº</p> <p>210039979-9</p>	<p>PRANCHA</p> <p>12 / 13</p>
	<p>LOCAL</p> <p>PA ROSELI NUNES</p>		<p>ARQUITETA E URBANISTA</p> <p>VIVIANNE GLAYSSE MAFRA SOARES</p>	<p>CREA Nº</p> <p>2102470474</p>	
	<p>CONTEÚDO DA PRANCHA</p> <p>PERSPECTIVA HIDRÁULICA - HABITAÇÃO B</p>		<p>RESPONSÁVEL TÉCNICA PELO ORÇAMENTO</p> <p>KLEITON CASSEMIRO DO NASCIMENTO</p>	<p>CREA Nº</p> <p>210250493-0</p>	
	<p>ESCALA(S)</p> <p>SEM ESCALA</p>		<p>DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA QUALQUER MODIFICAÇÃO OU REPRODUÇÃO, NO TODO, OU EM PARTE, SEM AUTORIZAÇÃO POR ESCRITO, DOS AUTORES DO PROJETO.</p>		



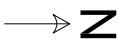
FOSSA SÉPTICA
1.00x2.00x1.80

FILTRO ANAERÓBIO
0.70x0.70x1.00

PLANTA E CORTE ESQUEMÁTICA DA FOSSA E DO FILTRO ANAERÓBICO

ESCALA 1/20

Anexo E: Parcelamento do solo e projeto do habitat do assentamento Maria da Paz



LEGENDA

	RINCHO SECO
	ESTRADAS
	NOVAS VIAS DE ACESSO
	ALTA TENSÃO
	BAIXA TENSÃO
	RODOVIAS
	DIQUE
	EDIFICAÇÃO DE DESTAQUE
	BARRACO
	RUINAS
	POSTE ALTA TENSÃO
	POSTE BAIXA TENSÃO
	PLANTAS MEDICINAIS
	SEMENTES BÁSICAS
	CAIEIRAL
	CULTURAS DIVERSAS
	CAPINEIRAS
	ÁREA RESERVADA
	PECUÁRIA
	SÍMIL
	NÚCLEO 01
	NÚCLEO 02
	NÚCLEO 03
	NÚCLEO 04

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

	POLIGONAL
	SUGESTÃO DE RESERVA LEGAL
	ÁREA HACHURADA = 256,57 ha
	SÍMIL
	ÁREA HACHURADA = 90,80 ha
	AQUÍDE
	PECUÁRIA EXTENSIVA
	ÁREA HACHURADA = 160,78 ha

PROJETO DO ASSENTAMENTO 01/02
MARIA DA PAZ
PARCELAMENTO MARIA DA PAZ

URBEM IDARU / PRGAD
 DEPARTAMENTO DE URBANISMO
 ASSessorIA DE URBANISMO
 GERENcia - GERENcia DE ESTUDOS EM REGIÃO AGRÁRIA E HABITAT

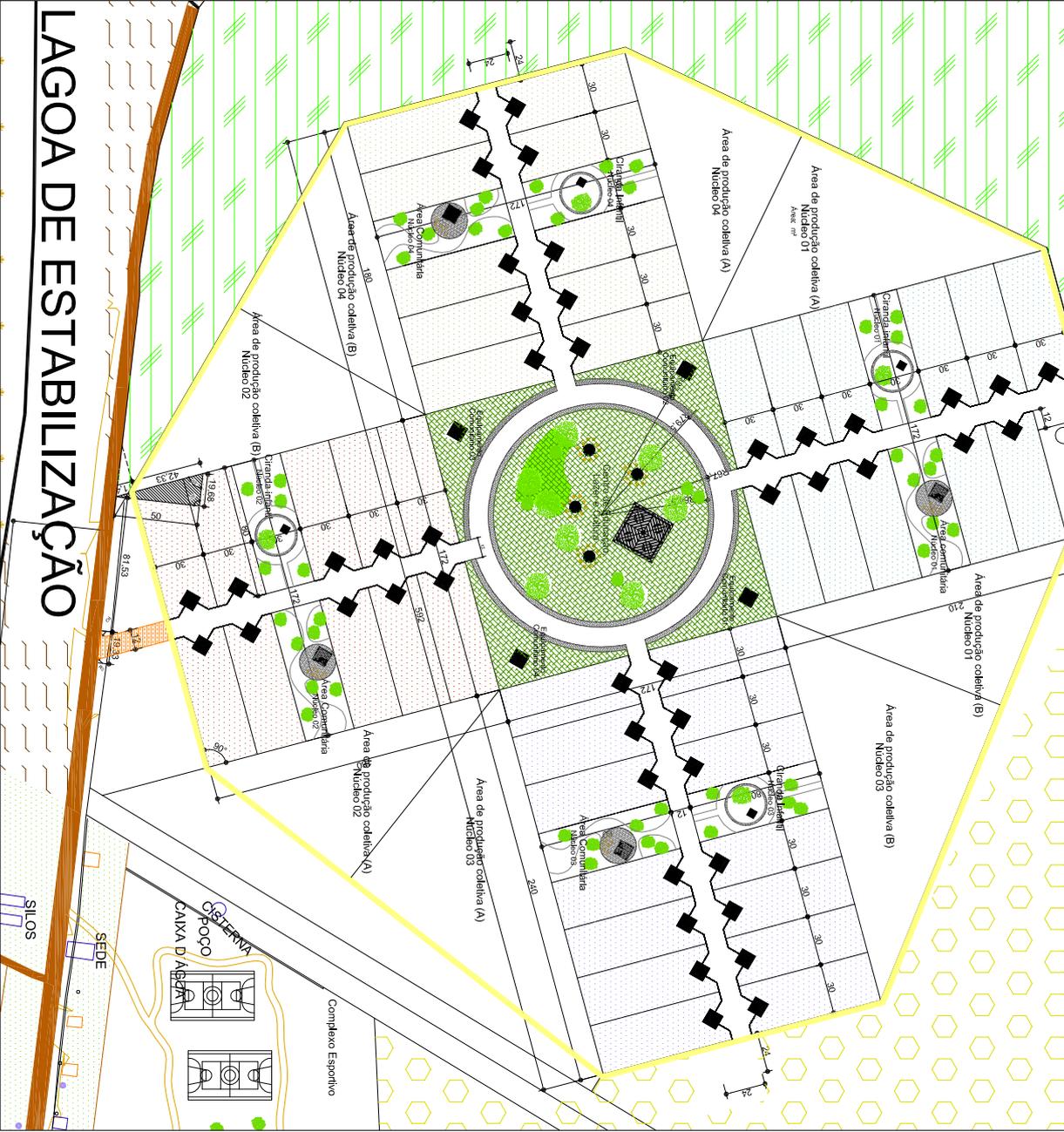
Projeto: AMADIA VERGONTE SORGES - CREA 26272/2011
 Cadastro: DORISSEI COMES TOSCANO DOS SANTOS
 Alunas do 6º Período de Arquitetura e Urbanismo 2012.2
 Diagnóstico do Meio Ambiente: MIRIAMIS PAULA DE PAIVA
 Desenho: ERIVALDO DE SOUZA / DORISSEI S. T. DOS SANTOS / YURI FULSINHA
 CEGILIA MARILANE R. MEDEIROS VIVIANE OLIVEIRA M. SOARES

FONTES:
 Imagem LANDSAT/ETM - 19/11/1999 - 1:100.000
 DATUM: WGS - 84
 MÉRIDIANO CENTRAL: 33°
 Receptor de Satélites: Garmin ETREX
 Antenas: Garmin de Campo

ESCALA: 1/110.000
 NATAL, 01 de Setembro de 2015

ha

PRODUÇÃO DE CAJÚ



LAGOA DE ESTABILIZAÇÃO

LEGENDA

- RINCHO SECO
- ESTRADAS
- NOVAS VIAS DE ACESSO
- ALTA TENSÃO
- BAIXA TENSÃO
- RODOVIAS
- DIQUE
- EDIFICAÇÃO DE DESTINQUE
- BARRACO
- RUÍNAS
- POSTE ALTA TENSÃO
- POSTE BAIXA TENSÃO
- PLANTAS MEDICINAIS
- SEMEANTES BÁSICAS
- CAULEIRAL
- CULTURAS DIVERSAS
- CAPINEIRAS
- ÁREA RESERVADA
- PECUÁRIA
- SICAL
- NÚCLEO 01
- NÚCLEO 02
- NÚCLEO 03
- NÚCLEO 04

CONVENÇÕES CARTOGRAFICAS

- POLIGONAL
- SUGESTÃO DE RESERVA LEGAL
- ÁREA HACHURADA = 250,57 m²
- SICAL
- ÁREA HACHURADA = 90,89 m²
- AQUIDE
- PECUÁRIA EXTENSIVA
- ÁREA HACHURADA = 160,78 m²

PROJETO DO ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ

PROPOSTA DE AGROVILA DO ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ

URBNI DARGO PEREIRA
PROFESSOR DE ARQUITETURA
ASSENTAMENTOS DO MST - O HABITAR DO MARIÁ DA PAZ

GENERAL - GRUPO DE ESTUDOS EM REBOLVA, AGRÁRIA E HABITAT
CADERNOS - CADERNOS

Papel: A4/200 X 280 mm - CADERNOS
CADERNOS - CADERNOS

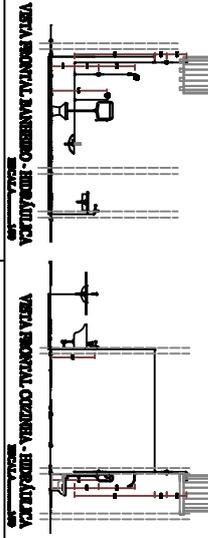
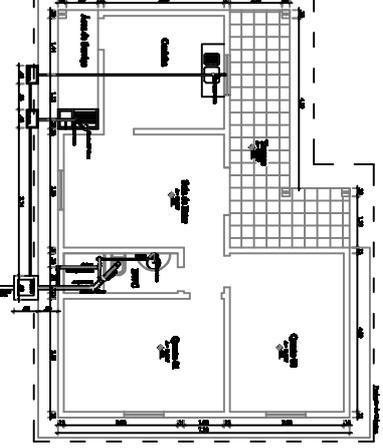
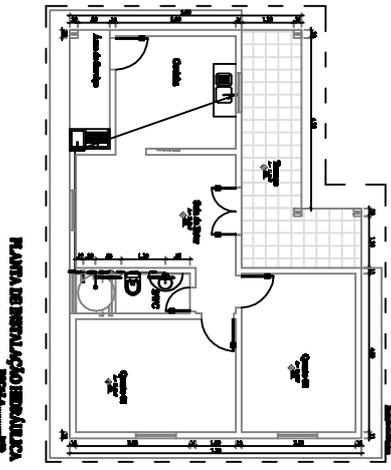
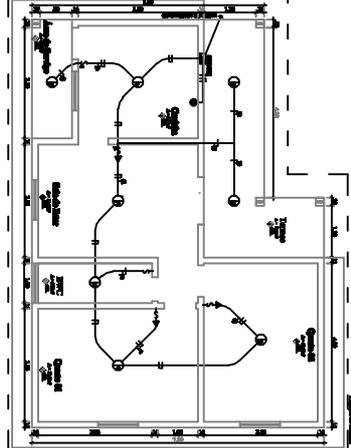
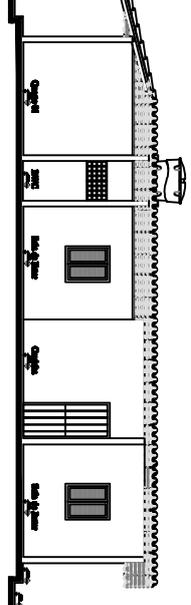
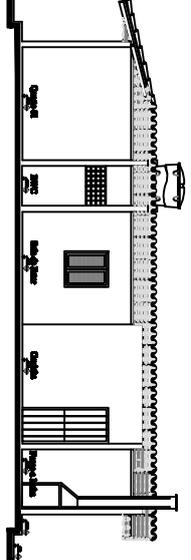
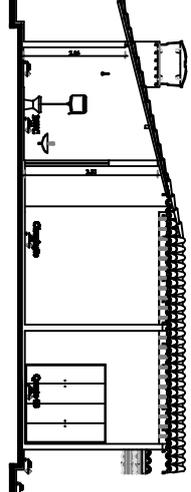
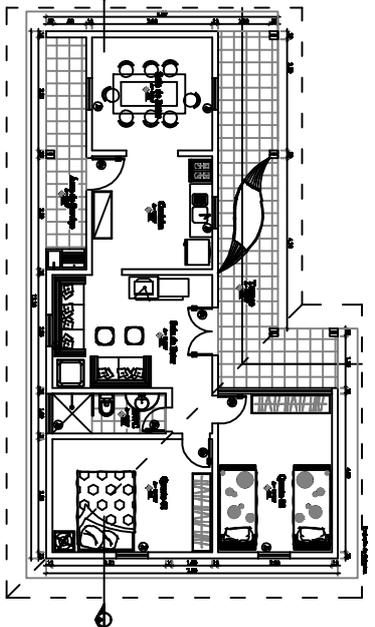
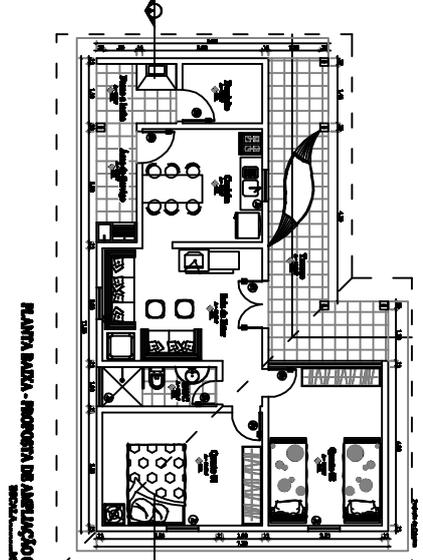
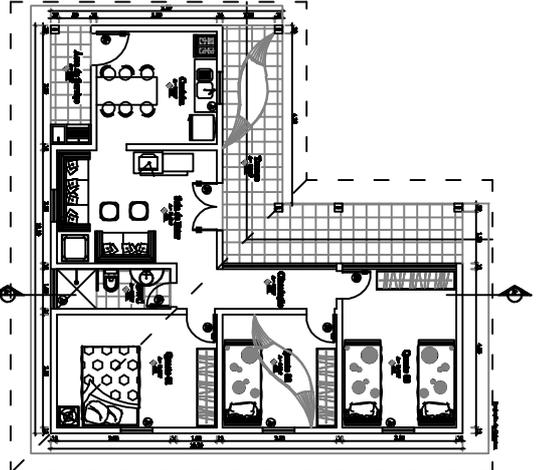
Alunos do 2º Período de Arquitetura e Urbanismo 2002.2
Desenho: ERIVALDO DE SOUZA / DOIRIBEL G. T. DOS SANTOS / YURI FUSHIMA
CECILIA MARILINE R. MEBEROS / VINNIE GLAVASSE W. SOARES

FONTE: LINDAVATT/ETN - 19/11/1989 - 1:100.000
Mapa base do INEA - Assentamento Maria da Paz

DATUM: WGS - 84
MERIDIANO CENTRAL: 33º
Receptor de Situação: Gemini ETREX
Aerofotogrametria de Campo

ESCALA: 1/1 250
MAI 01 de Setembro de 2005

Anexo F: Projetos do habitat e da moradia do assentamento Resistência Potiguar 1



1. Nome do Projeto: **Projeto de Instalação de Drenagem e Sanitária**
 2. Nome do Cliente: **Associação de Freguesia de São João**
 3. Endereço: **Rua da Igreja, 1100-000 Lisboa**
 4. Data: **07/08**
 5. Escala: **1:50**
 6. Autor: **Arquiteto João Silva**
 7. Descrição: **Projeto de instalação de drenagem e sanitária para a Igreja de São João.**
 8. Notas: **Verificar a localização dos pontos de recolha de águas pluviais e de águas servidas.**
 9. Observações: **Este projeto foi elaborado com base nos dados fornecidos pelo cliente.**
 10. Assinatura: **João Silva**
 11. Rubrica: **Arquiteto**
 12. Carimbo: **Associação de Freguesia de São João**
 13. Legenda: **07/08**
 14. Orientação: **N**

